

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Iracema Andréa Arantes da Cruz

Economia de Comunhão: nicho ou possibilidade de generalização?

Uma análise a partir do ágape

DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

SÃO PAULO

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Iracema Andréa Arantes da Cruz

Economia de Comunhão: nicho ou possibilidade de generalização?

Uma análise a partir do ágape

DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Religião, na área de concentração “Religião e Campo Simbólico”, sob a orientação do Prof. Dr. Ênio José da Costa Brito.

SÃO PAULO

2014

Banca Examinadora

A Chiara Lubich (*in memoriam*).

Aos agentes EdC e a todas as pessoas que, como eles, por meio das mais variadas iniciativas e trabalho, acreditam, vivem e atuam na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna

AGRADECIMENTOS

A palavra agradecimento expressa gratidão, isto é, reconhecimento pelo bem recebido. Como expressar todo o bem recebido durante esses quatro anos de doutorado em uma única página? Impossível quantificar as pessoas que cruzaram meu percurso e que, conscientes ou até mesmo inconscientes colaboraram das mais variadas formas com a realização do mesmo. Quando olho para trás, entendo que na base deste empreendimento está minha família, meus pais e irmãos, que me ensinaram a não passar pelo mundo sem olhá-lo, sem refletir sobre suas realidades, sem colocar questões e buscar respostas, desde as mais simples como a pergunta a mim dirigida pelo meu irmão quando éramos adolescentes: “chove porque esfria, ou esfria porque chove? Lembro da rapidez de raciocínio com o qual me esforcei para encontrar uma resposta a fim de não deixar cair no vazio aquela simples provocação. A eles, o meu afetuoso agradecimento.

Mas, este percurso é populoso. Portanto, agradeço a todas as pessoas que estiveram ao meu lado e me acompanharam neste trajeto árduo e fascinante, dando-me apoio e estímulo, como amigos solidários. Particularmente, trago à *memória reconhecida* os companheiros do Programa de Ciências da Religião: colegas, professores e funcionários que, cada um do seu jeito, ora com delicadeza, ora com força, ora com atitudes, ora com sugestões, ora com escuta, ora com trabalho conjunto ofereceram todo o apoio acadêmico e humano necessário para construir e concluir o meu caminho. Obrigada, Andréa! A nossa secretária. Que presença em nosso Programa! Obrigada, Ênio! Sim, o nosso Prof. Dr. Ênio José da Costa Brito, meu orientador, caminhante incansável ao meu (nosso) lado. Tanto como orientador quanto como professor nas disciplinas por ele ministradas e por mim cursadas demonstrou esmero na preparação das aulas e dedicação. Quanta riqueza de conteúdo que me levou a concluir esta etapa tendo ampliado minha visão de mundo, tendo penetrado ainda mais na beleza da diversidade humana, o que muito me ajudou nas relações que, por causa do meu trabalho, estabeleço com pessoas de diferentes culturas e nações.

Agradeço, igualmente, aos demais professores do Programa que também colaboraram neste processo de desenvolvimento intelectual: Prof. Dr. Frank Usarski, Prof. Dr. Eduardo Cruz, Prof.^a Dr.^a Maria José F. Rosado-Nunes, Prof. Dr. Edin Sued Abumanssur, Prof. Dr. José J. Queiroz.

Incluo no meu reconhecimento todos os funcionários da PUC-SP com quem, de algum modo, me deparei ao longo do caminho e que me deram sustento: na biblioteca, na secretaria acadêmica, no departamento financeiro, na administração, nas fotocopadoras, na praça da alimentação. Agradeço também aos profissionais da limpeza.

Agradeço aos amigos professores de outras instituições com quem tive a oportunidade de trocar ideias ou submeter minhas conclusões e textos, obtendo de cada um deles valiosas sugestões: ao Prof. Dr. Roberto Cintra Martins, da PUC-RJ, ao Prof. Dr. Marcos Luiz Mucheroni, da USP-SP, à Prof.^a Dr.^a Licia Paglione e ao Prof. Dr. Bennie Callebaut, ambos do Instituto Universitário Sophia (Florença-Itália) e ao Prof. Dr. Claudio Santana Pimentel, a quem coube a tarefa de fazer a última revisão de minha tese.

Como não citar os agentes da Economia de Comunhão, começando pelos empresários e funcionários abertos e solícitos ao conceder as entrevistas da pesquisa, instrumento fundamental para a análise por mim efetuada. Como também aos membros das comissões regionais de EdC e da Comissão Internacional, com quem tive a oportunidade de partilhar momentos de diálogo ricos e profundos. Agradeço de modo especial ao Prof. Dr. Luigino Bruni, que também me concedeu uma entrevista-diálogo, que enriqueceu minha pesquisa.

Agradeço aos membros do Movimento dos Focolares, principalmente aqueles com quem convivi de forma mais direta durante esses anos e que me deram a possibilidade de me dedicar ao trabalho de construção da tese: Maria Emmaus Voce, Darci Rodrigues, Gehilda Cavalcanti, Maria Giovanna Rigatelli, Ana Miranda, Daniela Bai, Maria Dulce Bravo, Maria Laura Hernández, Paola Rigo, Stella (Yuen Ling Chiu), Maria do Rosário Falcão Cerqueira, Leila Aparecida Ferreira, Maria Júlia Pinto, Geisa Luzia de Souza e Alexandre Araújo.

Finalizo com um agradecimento indispensável: à Instituição que, por meio de uma bolsa, financiou os meus estudos. Agradeço não somente o financiamento, mas também o relacionamento construído e a dedicação de cada um de seus representantes, que deram um forte testemunho de trabalho sério e solidário, reflexo da identidade da Instituição, da qual não revelo o nome em respeito à exigência, por ela expressa, de anonimato.

RESUMO

CRUZ, Iracema Andréa Arantes da. *Economia de Comunhão: nicho ou possibilidade de generalização*. Uma análise a partir do ágape. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2014.

Na presente tese verificamos a possibilidade de a Economia de Comunhão (EdC)¹, expandir-se para além dela mesma e generalizar-se no sistema econômico. Levantamos as hipóteses de que o ágape pode ser compreendido como meio de comunicação simbolicamente generalizado (MCSG); que a EdC pode ser considerada um sistema de pensamento liminar e que a possibilidade de expansão da EdC está diretamente relacionada com a propagação e assimilação dos MCSG inseridos pela EdC no sistema econômico, de modo particular pela mediação do ágape. A fim de verificarmos nossas hipóteses, fundamentamo-nos no ágape como possibilidade de expansão da EdC, de acordo com a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, compreendido como (MCSG). Ademais, verificamos a EdC enquanto pensamento liminar, na ótica de Walter Mignolo, ou seja, como pensamento marginal que emerge nas bordas do pensamento hegemônico, com capacidade de abrir fendas e operar transformações no sistema dominante. Verificamos nossas hipóteses em duas dimensões: empiricamente, por meio de entrevistas semiabertas dirigidas, sobretudo, a empresários e funcionários de empresas EdC, utilizando-nos do método da análise de conteúdo e, em um segundo momento, examinando a EdC enquanto sistema de pensamento. A importância deste estudo pode ser justificada pelo fato de tratarmos da relação entre religião e sociedade a partir de uma abordagem pluritópica, podendo contribuir para uma leitura da realidade social a partir de uma perspectiva liminar subalterna. Concluimos que no atual estágio de desenvolvimento da EdC é possível considerar que o ágape atue como MCSG e que possui em si força para proporcionar a expansão da EdC para além de suas fronteiras, introduzindo inovações no sistema econômico.

Palavras-chave: Economia de Comunhão, ágape, sistema, pensamento liminar, espiritualidade da unidade.

¹ A Economia de Comunhão surgiu no Movimento dos Focolares, fundado por Chiara Lubich – católico, internacional, inter-religioso e intercultural, presente em 182 países.

ABSTRACT

CRUZ, Iracema Andréa Arantes da. *Economia de Comunhão: nicho ou possibilidade de generalização*. Uma análise a partir do ágape. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2014.

In this thesis it is observed that the Economy of Communion (EoC)² has the possibility to expand beyond itself as well as to become widespread in economic system. Three hypotheses are raised: first, *Agape* can be understood as the symbolically generalised communication media (SGCM); second, the EoC can be considered as a system of border thinking; third, the possibility of expansion of EoC is directly related with the spread and assimilation of the SGCM inserted by the EoC in the economic system, in particular through the mediation of *Agape*. In order to verify these hypotheses, *Agape* is considered as the possibility of expansion of EoC, according to Social Systems Theory of Niklas Luhmann, understood as the SGCM. In addition, the EoC is verified as border thinking, on optics of Walter Mignolo, i.e. as marginal thinking that emerges on the edges of the hegemonic thinking, with ability to open cracks and operate transformations in dominant system. Our hypotheses are corroborated in two dimensions: first, empirically, through half-open interviews directed, mainly, to entrepreneurs and employees of EoC companies, using the method of content analysis, and, in a second moment, examining the EoC as a system of thought. The importance of this study can be justified by the fact that the relationship between religion and society is treated from a pluritopic approach, which may contribute to a reading of social reality from a border subaltern perspective. In conclusion, at the current stage of development of the EoC is possible to think that *Agape* acts as the SGCM and which has in itself the strength to provide EoC expansion beyond its borders, introducing innovations in the economic system.

Key words: Economy of Communion, *agape*, system, border thinking, spirituality of unity.

² The Economy of Communion emerged at the Focolare Movement – Catholic, international, intercultural, interreligious and present in 182 countries – founded by Chiara Lubich.

Sumário

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	12
I. Introdução	12
II. Objeto de pesquisa, problemas e hipóteses	13
III. Justificativa	14
IV. Referencial teórico	16
V. Método e disposição dos capítulos	22
Capítulo 1 – ECONOMIA DE COMUNHÃO, PERCURSO HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO.....	25
1.1 A origem.....	26
1.1.1 Brasil – berço da Economia de Comunhão	33
1.1.2 A queda do socialismo real, a publicação da <i>Centesimus Annus</i> e do livro <i>Protagonisti d’oggi</i>	37
1.2. A EdC após 23 anos	40
1.2.1 A empresa e a visão dos críticos.....	42
1.2.2 Os destinatários do lucro: o pobre e a formação de “homens novos”	52
Capítulo 2 – A ESPIRITUALIDADE DA UNIDADE: BASE DE SUSTENTAÇÃO CULTURAL DA ECONOMIA DE COMUNHÃO E CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ÁGAPE A PARTIR DA ESPIRITUALIDADE DO MOVIMENTO DOS FOCOLARES.....	61
2.1. Ágape como MCSG a partir da espiritualidade do Movimento dos Focolares ...	63
2.2. A unidade e o amor: mística e ascética.....	66
2.3. O amor ao próximo e o amor recíproco na espiritualidade da unidade	70
2.4. Sistematização da espiritualidade da unidade em seus pontos, aspectos e instrumentos	79
Capítulo 3 – ÁGAPE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DE ACORDO COM LUHMANN, BOLTANSKI, SOROKIN E A ESPIRITUALIDADE DA UNIDADE..	93
3.1. Ágape: conceito geral e definição do termo	94

3.2. Ágape em Luhmann, Boltanski e Sorokin.....	95
3.2.1 O amor em Luhmann.....	96
3.2.2. O amor em Boltanski: ágape	104
3.2.3 O amor em Sorokin	114
3.3 Ágape como meio de comunicação simbolicamente generalizado a partir da espiritualidade da unidade em diálogo com Luhmann, Boltanski e Sorokin	124
Capítulo 4 – NO “CHÃO DE FÁBRICA”: A EDC NO CADINHO DA HISTÓRIA	148
4.1. Apresentação introdutória do método de pesquisa e o ágape.....	150
4.2 As entrevistas e o universo dos sujeitos entrevistados	153
4.3 Esmiuçando o percurso metodológico, considerações acerca da pesquisa e primeiras análises	160
4.4 Dificuldades, limites e possibilidades de continuidade encontradas na pesquisa	168
4.5 A pesquisa de campo: análise e resultados.....	169
4.5.1 Primeira perspectiva de análise: inferência e demonstração da presença de indicadores e índices – unidades de registro – com valor agápico.....	174
4.5.2 Grupo de modelos 1: adesão à EDC.....	175
4.5.3 Grupo de modelos relativos à concretização da EdC	179
4.6 Considerações intermediárias	195
4.7 Segunda perspectiva de análise: processos comunicativos em unidades de registro	200
4.7.1 Unidade de registro 1.....	201
4.7.2 Unidade de registro 2.....	201
4.7.3 Unidade de registro 3.....	202
4.7.4 Unidade de registro 4.....	203
4.7.5 Unidade de registro 5.....	205
4.8 Lacunas na concretização da EdC	205

4.8.1 Apresentação dos quadros e modelos relativos a lacunas inferidas na EdC	207
Capítulo 5 – A ECONOMIA DE COMUNHÃO E SUAS INTER-RELAÇÕES: CONSTRUINDO UMA TEIA DE SIGNIFICADOS	215
5.1 A EdC como sistema de pensamento	217
5.2 A EdC e a lógica econômica vigente e dominante	218
5.3 A EdC como pensamento liminar.....	223
5.4 A Economia Civil.....	230
5.5 A EdC e a Economia Civil: similitudes e avanços na direção do ágape	234
5.6 Economia de Comunhão e o ágape: possibilidade de expansão da EdC ou tendência a permanecer fechada em si, um nicho?.....	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	287
ÍNDICE DE ELEMENTOS GRÁFICOS	306
ANEXOS	307
Anexo A – Índice explicativo dos anexos B, C, D e E.....	308
Anexo B – Perguntas elaboradas para as entrevistas.....	309
Anexo C – Modelo de tratamento das entrevistas e primeiras inferências.....	311
Anexo D – Sistematização do tipo de análise e das categorias utilizadas na pesquisa – referência para a construção dos quadros temáticos (Quarta Etapa de análise)	314
Anexo E – Inferência temática a partir das unidades de contexto e inter-relação dos dados coletados de acordo com as categorias de ágape.....	316
Anexo F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	319

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

I. Introdução

Após quatro anos de buscas, encontros, desencontros, descobertas, aprendizado, apreensão provocada por dúvidas sobre a validade teórica em relação ao percurso empreendido que, por sua vez, nos levaram a progredir e a penetrar cada vez mais no centro de nossa análise e que nos proporcionaram a alegria da comprovação da validade da pesquisa realizada, decidimos dar início à nossa exposição afirmando, com tranquilidade, que quanto mais conhecemos, mais nos tornamos conscientes do tamanho de nossa ignorância. Tomada de consciência que possui uma beleza singular: experimentar que a existência é um percurso contínuo, um constante aprendizado e que jamais podemos nos dar por “acabados”, no sentido de completados. Esta amplitude de horizonte nos impulsiona a estar sempre em busca, em um processo de idas e vindas, de expansão da mente e do espírito, com a coragem de nos colocarmos em questão e, a partir da dúvida, encontrar respostas, sempre inacabadas e em construção.

De fato, o nosso trabalho dá continuidade à pesquisa realizada no mestrado³ concluído em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-SP, com base na Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann. O estudo reconheceu na Economia de Comunhão (EdC) um possível modo de a religião cristã – particularmente católica – continuar a influir em âmbitos não religiosos em uma sociedade secularizada, fragmentada e especializada, não mais orientada por um referencial religioso, mas organizada em vários campos que reclamam autonomia em relação à religião. Com o doutorado nos propusemos avançar na compreensão da EdC na sua relação tanto com a esfera religiosa, quanto com a esfera civil.

³ “No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann”.

II. Objeto de pesquisa, problemas e hipóteses

A Economia de Comunhão [na liberdade; I.C.] é um projeto que surgiu da experiência do Movimento dos Focolares e envolve empresas dos cinco continentes. Os proprietários de empresas, que livremente aderem ao projeto, decidem colocar em comunhão o lucro, segundo três objetivos com igual atenção: para ajudar pessoas em dificuldades, criando novos postos de trabalho e suprindo suas necessidades básicas, começando por quem partilha o espírito do projeto; difundindo a cultura do dar e do amor, sem a qual não é possível realizar uma Economia de Comunhão; para desenvolver a empresa, que deve permanecer eficiente, embora aberta ao dom. [...] A Economia de Comunhão nasce de uma espiritualidade de comunhão concretizada na vida civil: conjuga eficiência e solidariedade; suscita a implantação, no âmbito das pequenas cidades do Movimento dos Focolares, de “Pólos produtivos” inspirados em um agir econômico de comunhão. (Segreteria Internazionale dell’Economia di Comunione 2008:1⁴)

O presente trabalho tem por objeto verificar a EdC no que diz respeito à possibilidade de expansão para além de suas próprias fronteiras, analisando as probabilidades de se generalizar no sistema econômico, tendo por base o ágape⁵ como meio de comunicação simbolicamente generalizado (MCSG). Portanto, o nosso objeto possui duas dimensões inter-relacionadas (1) a possibilidade de generalização da EdC para além de suas fronteiras, influenciando de modo mais amplo o sistema econômico; (2) o ágape, considerado MCSG como possível propulsor da expansão da EdC⁶.

A partir desse objeto que se desmembra em duas proposições, levantamos os seguintes problemas: (1) a pertinência da utilização do ágape como categoria de análise para verificar a possibilidade de generalização da EdC, uma vez que o sistema econômico hegemônico, não considera o amor um código simbólico das relações econômicas; (2) como se dá a relação da EdC com o sistema econômico: é apenas uma alternativa paralela ou um modo diferenciado de viver e pensar as relações econômicas

⁴ Os textos lidos, consultados e estudados em língua espanhola e italiana, referidos nesta tese foram traduzidos por nós.

⁵ Segundo Chantraine, o termo ágape tem sua origem em Homero (*αγαπάω* e *αγαπάζω*) significando “acolher com afeição”, sentido próximo ao de *φιλέω*, porém mais expressivo. Na Bíblia dos Setenta e no Novo Testamento, designa o amor do homem por Deus e o amor de Deus pelos homens. No vocabulário cristão, ágape, amor, tem o sentido de caritas “caridade”. O autor chama a atenção para seu emprego para designar a refeição comum dos cristãos. (Chantraine 1968: 7)

⁶ Meios de comunicação simbolicamente generalizados (MCSG), sinteticamente, são dispositivos simbólicos que orientam as seleções/escolhas e ações dos agentes sociais a uma determinada direção. Cada sistema possui seus meios característicos, como, por exemplo, na economia o ter e o não ter, a escassez; também os valores morais, culturais e sociais podem ser compreendidos como MCSG (Luhmann 1990).

dentro do próprio sistema, podendo ser visto como pensamento liminar? Considerar uma ou outra dessas duas perspectivas semelhantes, mas diversas, pode alterar a intensidade de uma possível generalização da EdC no sistema econômico?

Uma vez levantados os problemas colocamos as seguintes hipóteses: (1) consideramos pertinente utilizar o ágape como categoria de análise das relações que se dão no sistema econômico; (2) consideramos igualmente pertinente utilizar o ágape como MCSG introduzido pela EdC no sistema econômico; (3) a EdC pode ser considerada um sistema de pensamento liminar⁷ na medida em que se coloca na contramão do pensamento econômico dominante e hegemônico⁸, funcionando dentro dele e não ao lado, como pensamento subalternizado emergente, com possibilidades de abrir fendas e provocar inovações; (4) a força de expansão da EdC estaria na possibilidade de transcender suas próprias fronteiras a partir da propagação e assimilação dos MCSG inseridos pela EdC no sistema econômico, de modo particular pela mediação do ágape.

III. Justificativa

Como afirmamos no início de nossas considerações preliminares, a nossa pesquisa configura-se como trabalho e reflexão que dão continuidade à análise realizada no mestrado. Como já referido, no mestrado defendemos a hipótese e demonstramos a tese de que a EdC pode ser considerada um meio de a religião – no caso cristã católica – influir em âmbitos não religiosos na sociedade ocidental diversificada e fragmentada, não mais orientada em seu conjunto pela racionalidade religiosa. O foco de nossa pesquisa, portanto, estava estreitamente relacionado com a função da religião na modernidade e como esta pode encontrar modos de continuar a exercer influência em âmbitos públicos. Nesta perspectiva, comprovamos que a EdC se configura como um

⁷ Pensamento liminar são formas de saber subjugados por saberes com pretensão de universalidade, que emergem localmente e se colocam em diálogo com o pensamento hegemônico (Mignolo 2003).

⁸ Por pensamento econômico hegemônico (bem como por sistema econômico hegemônico) entendemos aquele cujas operações e relações se fundamentam no interesse, na impessoalidade, na maximização do lucro, em relações contratuais não gratuitas e monetariamente equivalentes, na ausência do amor e da amizade. Um sistema excludente, baseado na crença de que, a busca da satisfação dos interesses privados, em uma combinação intrínseca às relações de mercado e econômicas, por si só, garantem o bem estar de todos.

subsistema que possui dupla pertença: subsistema do Movimento dos Focolares (MF), (religioso) e, simultaneamente, do sistema econômico (civil).

No caso da EdC em relação ao MF, pode-se deduzir que a EdC, tendo à sua disposição comunicações que se dão no MF, dispõe de comunicações que comunicam sobre o religioso, segundo a espiritualidade da unidade. Mantém-se, portanto, como sistema que se utiliza das mesmas comunicações utilizadas pelo MF, mas não apenas, pois este trabalho conclui que a EdC é um sistema que possui uma dupla pertença: de um lado, é um subsistema do MF, como dito acima; de outro lado, é um subsistema do sistema econômico, portanto comunica também sobre o econômico, uma vez que a EdC é formada por empresas que atuam no mercado, que produzem lucros a fim de serem partilhados. A EdC, portanto, comunica sobre religião e economia simultaneamente. (Cruz 2009: 102)

Ora, a partir deste pressuposto, emergiu a pergunta sobre os limites e as possibilidades de tal influência. Logo, julgamos importante compreender as fronteiras desta dupla pertença, ou seja, se a EdC tende a permanecer um nicho, um movimento marginal dentro do sistema econômico, com certo grau de influência, ou se, em vez, possui força para alcançar um grau mais alargado de influência e, portanto maiores possibilidades de produzir inovações dentro do sistema econômico com uma possível generalização facilitada pela mediação simbólica do ágape.

Retomamos, embora descritos de maneira diversa, os problemas levantados por nossa pesquisa por acreditarmos que os problemas justificam a sua validade, tanto quanto as hipóteses, além de atuarem como elementos que estimulam a realização da pesquisa, justamente com o intuito de encontrar respostas validadas pelas hipóteses confirmadas, adaptadas, refutadas ou modificadas, sempre com o objetivo de colaborar, no nosso caso, na compreensão dos processos sociorreligiosos.

A relevância de nossa pesquisa, portanto, pode ser justificada em duas dimensões. Primeiramente em uma perspectiva mais abrangente: ampliar e aperfeiçoar a análise realizada no mestrado sobre a relação entre religião e sociedade, a partir da relação entre a EdC e o sistema econômico como modelo. Ademais, verificar empiricamente a eficácia do ágape como MCSG na EdC, inclusive como força propulsora da EdC para além dela mesma, além de colaborar na compreensão da relação entre religião e sociedade, contribui para uma leitura da realidade social a partir de uma perspectiva subalternizada – liminar – a própria EdC e suas condições de, num processo de emergência, ser capaz, e em que grau, de gerar inovações no sistema econômico dominante.

Em um segundo nível, mais próximo do próprio objeto, julgamos que nossa análise tenha condições de colaborar na evolução e fortalecimento da EdC, pois pode assumir a função de uma consultoria⁹, de uma verificação do quanto a práxis de seus agentes está de acordo com seus objetivos ou não, confirmando direções e levando a perceber quais eventuais mudanças de rotas seriam necessárias a fim de aperfeiçoar a manutenção e o desenvolvimento do movimento.

IV. Referencial teórico

Uma vez que a nossa pesquisa se encontra na linha de continuidade da análise precedente, realizada no mestrado, fundamentada na Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, tal teoria permanece como eixo condutor de nosso trabalho, no qual utilizamos de maneira central as categorias de meios de comunicação simbolicamente generalizados (MCSG), sistema-ambiente, *input-output*, interpenetração, pessoa, estrutura. No entanto, avançamos, inserindo em nosso estudo a perspectiva do pensamento liminar, sobretudo na ótica de Walter Mignolo, expressão do pensamento pós-colonial. Na esteira de Mignolo, utilizamo-nos dos conceitos de semiose colonial, dupla crítica e diferença colonial. Ademais, a fim de fundamentarmos a pertinência do ágape como categoria de análise, aprofundamos nossa reflexão a partir de uma perspectiva pluritópica, ou seja, construímos o valor semântico do termo ágape, utilizado em nossa pesquisa, tendo por base os trabalhos de Luc Boltanski, Pitirim Sorokin e do próprio Luhmann em diálogo com a espiritualidade da unidade, portanto com Lubich, autores que tratam do ágape, ou do amor, a partir de abordagens diferenciadas, porém possíveis de serem relacionadas e de se completarem enriquecendo a análise.

Como cada capítulo foi fundamentado pela perspectiva teórica que deu sustentação aos pressupostos neles levantados, explicados e justificados, não nos dedicaremos, na introdução a esmiuçá-las, remetendo o leitor aos capítulos subsequentes.

⁹ “Como esclarece Tworuschka, a aplicação da Ciência da Religião vai além da percepção, descrição e análise das ações dos atores sociais. Ela se interessa pelas reais possibilidades de contribuir socialmente em vista da paz, da humanização e da mediação de conflitos culturais-religiosos, o que implica desistir de uma disposição catedrática, de transferência ‘neutra’ de conhecimento de cima para baixo, para investir fundo na vida cotidiana e seus problemas”. (Soares in: Passos; Usarski (orgs.) 2013: 573).

Porém, nos permitimos fazer uma digressão e problematizarmos a Teoria dos Sistemas Sociais. Para tanto, tomamos a liberdade de, somente nos dois próximos parágrafos, nos expressarmos na primeira pessoa do singular. A minha relação com a Teoria dos Sistemas Sociais foi construída de um modo peculiar. De fato esta teoria é extremamente complexa, paradoxal e autorreferencial, características que, em um primeiro contato, me deixaram um tanto perplexa e por que não dizer turbada. Não me dei por vencida diante das dificuldades que se apresentaram, pelo contrário, senti-me impulsionada a colocar em questão a própria teoria e a encontrar respostas. Pois, se de um lado havia conceitos que pareciam incongruentes e, por esta razão, não adequados como categorias de análise, por outro, a teoria parecia extremamente apropriada a possibilitar uma análise ampla e coerente da relação entre religião e sociedade, incluindo a análise da Economia de Comunhão inserida neste contexto.

Após momentos de luta intelectual, decidi me desarmar diante da Teoria, pospor, isto é, deixar de lado as minhas categorias de pensamento e de visão de mundo, para colocar-me em diálogo aberto com Luhmann, buscando fazer uma leitura da realidade com o seu olhar, a partir da sua perspectiva, para, a seguir, colocar-me em diálogo e, deste diálogo, compreender e buscar extrair o que há de melhor, no sentido de mais adequado, na sua Teoria, para a consecução de minha análise. Neste exercício intelectual, descobri não só a grandeza, mas a validade e a beleza da Teoria dos Sistemas Sociais, embora me mantenha sempre consciente de seus limites.

Diante da complexidade da Teoria, utilizamos alguns de seus elementos valendo-nos de uma de suas principais e fundamentais operações: a redução de complexidade. Portanto, utilizando-nos do arcabouço luhmanniano, nos apropriamos de alguns de seus conceitos considerados por nós como categorias teóricas possíveis de nos ajudar a fundamentar nossa análise e comprovar nossas hipóteses. Como afirmamos anteriormente, somos conscientes dos limites da Teoria dos Sistemas Sociais; julgamos, porém, que tais limites não comprometem o emprego de tais conceitos, uma vez que dada a complexidade do mundo real, consideramos improvável que uma única teoria possa – embora muitas se autoatribuam esta qualidade, inclusive a teoria de Luhmann – dar conta de compreender e explicar a totalidade do social¹⁰.

¹⁰ Ressaltamos que a nossa pesquisa se dá no âmbito das Ciências da Religião, portanto dentro do espectro sociorreligioso. Por esta razão não entramos no mérito da possibilidade de que teorias que observam e buscam sistematizar o conhecimento em outras áreas se considerem exaustivas e universais.

Provocados pela banca de qualificação e por uma conversa informal com um colega sociólogo italiano, decidimos avançar na compreensão de tais limites e na comprovação da validade de utilizarmos a Teoria dos Sistemas Sociais.

Dado que este é um tema de elevada amplitude, consideramos inadequado trazermos para o presente doutorado uma discussão metateórica acerca das teorias da sociedade. No entanto, na apresentação do livro *Sistemi Sociali* (de Luhmann), encontramos uma seção dedicada justamente às críticas mais recorrentes feitas à sua teoria. Pedimos licença à rigidez formal que deve possuir uma tese e queremos nos expressar aqui com liberdade, em caráter pessoal. Sentimos uma grande felicidade intelectual, quase uma exaltação de alegria, quando diante das justificativas às críticas feitas a Luhmann elaboradas por Alberto Febbrajo na apresentação do referido livro¹¹, nos sentimos totalmente expressos. Continuamos nossa digressão, tratando de algumas dessas críticas e de suas justificações.

Primeiramente, nos remetemos à crítica dirigida a Luhmann, segundo a qual ele teria encontrado um modo de imunizar-se das críticas recebidas. Afirma Febbrajo (1990):

Em relação às críticas de imunização e àquela, consequente, de insensibilidade em relação às críticas, é necessário observar que, na construção de Luhmann, a capacidade de autocorreção é interiorizada ao ponto de tornar-se autoevolução e autoprodução. A teoria-objeto a ser observada, analisada, aplicada e, eventualmente deixada de lado como algo passivo, dá lugar, em razão do princípio da autorreferencialidade, a uma teoria-sujeito “vivente” ou, melhor, “inteligente”, capaz de (auto) observar-se, analisar, aplicar e, eventualmente, também deixar de lado a si própria. Tal teoria se apresenta, em outros termos, como em condições de assimilar e englobar no seu interior as críticas provenientes de fora e, portanto, de transformar-se sem perder a própria identidade. (Febbrajo 1990: 39-40)

Julgamos que esta consideração de Febbrajo coloca em relevo que a construção teórica de Luhmann é coerente com a sua própria teoria, ou seja, podemos entendê-la como um sistema autopoietico que se transforma por meio de sinais (críticas) recebidos do entorno, assumidos em seu interior como informação, provocando transformações no próprio sistema¹².

¹¹ FEBBRAJO, Alberto in: NIKLAS, Luhmann. 1990. *Sistemi Sociali*. Fondamenti di una teoria generale. Bologna: Mulino, pp. 9-49.

¹² Entramos no mérito de quais transformações sofridas pela teoria de Luhmann a partir de críticas recebidas levaria a nossa digressão a um nível de teorização por demais elevado, fora dos propósitos de nossa tese. A nossa intenção ao nos permitirmos esta digressão é a de justificarmos o uso da Teoria dos

Outra crítica recorrente à teoria de Luhmann refere-se à localização dos seres humanos na sociedade, considerada por ele fora dos sistemas sociais, mais precisamente como entorno do sistema social. A crítica, de acordo com nossa interpretação, não é desprovida de validade. Uma das dificuldades por nós encontradas ainda durante o mestrado foi justamente compreender esta abordagem luhmanniana de modo que tal pressuposto não impossibilitasse nossa pesquisa, que coloca atenção não apenas no funcionamento sistêmico, mas no modo como os sistemas funcionam inclusive com a participação dos sujeitos. Mais uma vez, Febbrajo nos auxilia, ao dizer que o objetivo dos sistemas sociais em uma perspectiva declaradamente *de-sujeitalizada*¹³ é “ao menos ‘aparentemente’ destacada das intenções e orientações típicas dos atores sociais” (Febbrajo 1990: 13).

De fato, com intenso sofrimento intelectual e depois de nos termos debruçado sobre a teoria de Luhmann a fim de entender este paradoxo – como pode o sujeito, portanto o indivíduo, a pessoa, estar fora do sistema social? – encontramos a resposta no próprio Luhmann. Hoje, após longo percurso, interpretamos a localização do ser humano não como desvinculado do sistema social, mas como diferenciado, no sentido de distinguir-se, de ser distinto. Ou seja, o fato de o ser humano localizar-se fora do sistema social é uma questão de perspectiva de observação, de diferenciação, não significa que não exista interação entre o sujeito, o ator social e a sociedade. Este pode ser considerado um dos mais profundos e difíceis paradoxos da teoria de Luhmann. No entanto o próprio autor afirma, em inúmeras passagens, que é impossível a existência de sistemas sociais sem os indivíduos, como, do mesmo modo, é imprescindível ao indivíduo a sua relação com o sistema social. Em outras palavras, não há sociedade sem indivíduos nem indivíduos sem sociedade.

Primeiramente, Luhmann compreende essas duas entidades como dois sistemas – sistema social e sistema psíquico – que estabelecem entre si um tipo de relação caracterizado pela interpenetração. Portanto, de um lado, Luhmann retira o sujeito do sistema social, de outro lado o reintroduz, como sistema psíquico mediante a interpenetração com o sistema social. A interpenetração não é apenas o resultado da

Sistemas Sociais como referencial teórico de nossa pesquisa. A questão mais importante para nós é a que diz respeito ao lugar do ser humano no sistema, como também a possibilidade de verificação empírica que se pode haurir da teoria de Luhmann, temas aos quais nos referimos logo a seguir.

¹³ Não encontramos uma tradução adequada para o termo em italiano *desoggettivizzata*, criando o termo análogo *de-sujeitalizada*.

relação entre dois sistemas na forma da diferença sistema – ambiente de acordo com os mecanismos de *input* e *output*. Vai um pouco mais além. Na interpenetração verifica-se uma dependência recíproca entre os sistemas envolvidos (Corsi et al 1996: 21). Isso significa que os sistemas interpenetrantes dependem da complexidade do outro para se constituírem: em condições de interpenetração, um sistema não pode existir sem o outro (Corsi et al 1996: 99). Nesses casos, os confins de um sistema podem ser integrados na esfera operacional de outro (Luhmann 1990: 359). Considerando que as operações do sistema social são as comunicações e que as operações do sistema psíquico são os pensamentos, “não existe comunicação sem a participação de consciências¹⁴ e não se desenvolvem as consciências sem participação nas comunicações” (Corsi et al 1996: 99).

Com as provocações recebidas na banca de qualificação e na conversa com o colega acima citado, nos deparamos com outra crítica feita a Luhmann relacionada com a anterior – posição do sujeito na sociedade – isto é, a incapacidade de Luhmann sair da própria teoria e confrontar-se com os fatos (Febbrajo 1990: 37). Entendemos que esta crítica resulta do fato de a teoria de Luhmann possuir um elevado grau de abstração. Consideramos ser este mais um dos paradoxos que permeiam a Teoria dos Sistemas Sociais. Mais uma vez remetemo-nos a Febbrajo na busca de justificar a posição de Luhmann frente a esta crítica:

Quanto à crítica da tautologia e àquela consequente da insensibilidade em relação ao mundo dos fatos, é necessário observar que, movendo-se do nível meta-histórico agora visto, com certeza, não incomum para uma tradição filosófica não empirista, a relação com os fatos se revela tudo, menos ausente, embora cuidadosamente filtrada e mantida em um nível tal, capaz de combinar a máxima concretude com a máxima universalidade, vale dizer, no nível de efetuar uma seleção de dados exemplares extraídos da vida cotidiana. A relação entre o conceito de sentido e as lixeiras que nos condomínios se reconhecem sem que se recorra a sinais ou símbolos; entre o conceito de expectativa e o senhor que cede à senhora o seu lugar ao ver, com surpresa, que ela está se apoiando nele; entre o conceito de comunicação e a improbabilidade de que surja em uma monografia a expressão “tudo é #####”¹⁵; entre o conceito de autopoiese e a coletânea de cartas de amor, na qual se exprime o amor pela paixão amorosa mais do que por uma determinada pessoa são algumas das conexões concreto-abstratas que a exemplificação seletiva luhmanniana produz. (Febbrajo 1990: 39)

¹⁴ Os sistemas psíquicos são também denominados por Luhmann como sistemas de consciência.

¹⁵ O texto original traz uma palavra vulgar, por nós omitida. Pareceu-nos interessante omiti-la, dada a coerência entre esta nossa decisão e o exemplo dado por Febbrajo de uma das conexões concreto-abstratas oferecidas por Luhmann, a relação “entre o conceito de comunicação e a improbabilidade de que surja em uma monografia a expressão “tudo é #####”.

Esta crítica e justificação em relação à teoria de Luhmann aumentaram a nossa alegria, pois julgamos pertinente considerar que utilizando-nos da teoria de Luhmann (não apenas), fundamentando-nos em algumas de suas categorias básicas, avançamos no sentido de que respondemos a esta crítica de maneira aplicativa quando fomos a campo e verificamos a presença do ágape como MCSG como orientador das escolhas/seleções e decisões dos agentes EdC. Mais ainda, acreditamos ter respondido a uma das considerações de Febbrajo, quando afirma que Luhmann não pretende: “Estabelecer uma relação com os fatos empíricos que não dê atenção prioritária aos processos lógicos da constituição de tais fatos”. Ora, foi justamente isso que buscamos realizar em nossa pesquisa empírica e na avaliação dos dados coletados quando construímos modelos que exemplificam a lógica comunicativa de Luhmann como orientadora das seleções/escolhas/decisões/ações dos participantes na comunicação¹⁶.

Anteriormente, afirmamos que não cabe em nossa tese levantar uma discussão metateórica sobre as teorias da sociedade, mas julgamos pertinente citar a figura de Habermas, um dos maiores interlocutores e críticos de Luhmann. Não pretendemos nesta sede aprofundar o pensamento habermasiano, muito menos fazer um paralelo entre ele e Luhmann. Intentamos apenas acenar, mais como provocação do que como comprovação¹⁷, a possibilidade de inferirmos que entre esses dois autores há semelhanças e discordâncias oriundas, justamente, das perspectivas adotadas por cada um deles no que diz respeito à relação sistema, sistema de interação, interpenetração (Luhmann) e mundo da vida (Habermas); e a categoria de comunicação entendida como constituinte da sociedade, entre o agir comunicativo (Habermas) baseado na categoria do consenso e a comunicação sistêmica (Luhmann), fundamentada na possibilidade do dissenso, e ainda outras questões tão mais complexas, que para apenas nominá-las seria preciso um aprofundamento teórico relativo a outra tese de doutorado, portanto, inadequada para o momento. Diferenças e semelhanças que, colocadas lado a lado, em uma relação dialógica enriquecem a evolução da compreensão da sociedade¹⁸.

¹⁶ Ver Capítulo 4, de modo particular, as páginas 179 a 205.

¹⁷ Utilizamos o termo provocar recordando-nos de um professor amigo, Dr. Miguel de Simoni, do Departamento de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, falecido em 2002 que, em visita acadêmica ao Polo Spartaco de EdC, em um momento de diálogo e debate, disse que nos faria uma “provocação, no sentido etimológico do termo” que significa suscitar o diálogo. Além da comprovação semântica do termo, tal sentido conferido à provocação ficou gravado na memória e muito nos auxilia a estabelecer e construir debates tendo por base uma provocação que não é confronto, mas diálogo.

¹⁸ Ver: HABERMAS, Jürgen. 2012. Teoria do agir comunicativo. Racionalidade da ação e racionalização social. Vol.1. São Paulo: Martins Fontes; HABERMAS, Jürgen. 2012. Teoria do agir comunicativo.

V. Método e disposição dos capítulos

Decidimos apresentar a disposição dos capítulos juntamente com a apresentação do método empregado em nossa pesquisa de campo, por julgarmos que tal disposição está estreitamente vinculada ao método geral por nós empregado no presente estudo, qual seja, uma análise que foi se construindo na medida em que os capítulos foram se compondo, cada um deles apresentando, problematizando e justificando uma das faces do poliedro – a pesquisa em seu conjunto – que somente na sua totalidade permitiu alcançar uma conclusão final.

Ora, a fim de verificarmos nossas hipóteses, partimos de uma situação geral: a Economia de Comunhão considerada como um fato. Portanto, no primeiro capítulo nos dedicamos a apresentar este fato: a EdC na sua origem e principais características. Desse modo estendemos a estrutura de base sobre a qual nos debruçamos em nossa análise.

Uma vez tendo delineado a EdC como fato, nos pareceu pertinente avançarmos, no sentido de delinear o seu substrato cultural: a espiritualidade da unidade do Movimento dos Focolares. Este segundo passo deu início também à construção do valor semântico de ágape utilizado em nossa pesquisa.

Portanto, os dois primeiros capítulos correspondem às três primeiras etapas do nosso método: (1) definir o objeto de pesquisa, a EdC; (2) ao delinear a espiritualidade da unidade como base cultural da EdC, extrair dela, em um processo de redução de complexidade, elementos que possibilitaram o início da construção do ágape como categoria de análise, valendo-nos do conceito luhmanniano de estrutura; (3) justificar a utilização do ágape como MCSG a partir da espiritualidade da unidade.

O próximo passo foi, no Capítulo 3, definir o valor semântico de ágape a partir da espiritualidade da unidade em diálogo com perspectivas sociológicas, no nosso caso, em diálogo com Luhmann, Boltanski e Sorokin. Neste processo de construção,

Sobre a crítica da razão funcionalista. Vol.2. São Paulo: Martins Fontes; HABERMAS, Jürgen. 2000. O discurso filosófico da modernidade. Doze lições. São Paulo: Martin Fontes; REESE-SCHÄFER, Wlater. 2010. Compreender Habermas. Petrópolis, RJ: Vozes; LUHMANN, Niklas. 1990. *Sistemi Sociali*. Bologna: Il Mulino; LUHMANN, Niklas. 2009. Introdução à teoria dos sistemas. Petrópolis, RJ: Vozes; NEVES, Marcelo. Luhmann, Habermas e o estado de direito. 1996. *Lua Nova. Revista de cultura e política*. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451996000100006> (consulta realizada em 22.02.2014); PRADO, Eleutério Fernando da Silva. 1996. O sistema econômico e os meios de comunicação sistêmicos. 1996. *Estudos econômicos*. São Paulo, SP, n°2, v. 26: 201-234.

problematizamos e justificamos o uso de ágape como categoria de análise, bem como delineamos categorias subjacentes ao ágape.

No Capítulo 4 apresentamos e colhemos os dados apreendidos em nossa pesquisa de campo. Realizamos 50 entrevistas semiabertas com empresários de EdC, funcionários de empresas EdC, clientes e fornecedores, no Polo Spartaco de EdC, situado em Cotia (SP), e em empresas da cidade de São Paulo. O fato de termos feito 50 entrevistas pode ter sido facilitado por duas questões: primeiramente por sermos membros do Movimento dos Focolares, o que favorece a comunicação com os agentes EdC. Depois, pelo interesse e compromisso que os empresários EdC têm em colaborar com a difusão cultural da EdC, portanto, também com as pesquisas que se realizam neste campo.

Em relação ao método de análise, procedemos de maneira análoga ao referencial teórico, isto é, no corpo do capítulo explicamos detalhadamente o processo por nós utilizado, portanto, em nossas considerações preliminares apenas adiantamos que construímos nossa verificação tendo por base a análise de conteúdo, fundamentando-nos, sobretudo, em Laurence Bardin.

Contudo, dada a complexidade de nossa proposta de análise, foi necessário construirmos um método de compilação e de sistematização sob medida, cruzando as informações obtidas em três eixos por nós criados com base nos temas das perguntas realizadas, nos elementos agápicos identificados nas falas dos entrevistados e no ágape e nas suas categorias derivadas.

Após termos confirmado a possibilidade da utilização do ágape como categoria de análise e de termos verificado empiricamente a sua atuação como MCSG na EdC, bem como a possibilidade de ágape atuar como elemento propulsor da expansão da EdC além de suas fronteiras, completamos nossa análise com a verificação da EdC enquanto sistema de pensamento que contém o ágape como categoria, e o quanto tal sistema pode colaborar, junto com a práxis dos agentes EdC na expansão da mesma.

Portanto, no Capítulo 5 construímos a EdC enquanto sistema de pensamento, valendo-nos da abordagem pós-colonial, sobretudo na perspectiva de Walter Mignolo, além da perspectiva sistêmica em diálogo, tanto com o pensamento econômico ocidental com pretensões de universalidade, portanto considerado hegemônico, quanto com a

Economia Civil, situada no entre-lugar, como pensamento subalternizado com possibilidade de emergência.

Dada a complexidade e o grau de dificuldade da sistematização dos dados coletados de acordo com o método proposto, não foi possível apresentar no quarto capítulo todas as etapas de tal sistematização. Portanto, decidimos colocar em anexo modelos de cada uma dessas passagens.

Capítulo 1 – ECONOMIA DE COMUNHÃO, PERCURSO HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO

Conforme referimos em nossas considerações preliminares, com este capítulo propomos apresentar a Economia de Comunhão (EdC) no que diz respeito à sua origem, principais características e principais agentes. Tal importância se justifica pela necessidade de situar o objeto, a fim de possibilitar a análise proposta por esta tese.

De fato, a EdC pode ser analisada de acordo com múltiplas abordagens. Com o intuito de verificar as hipóteses levantadas, cuja pergunta central é se a EdC possui força de expansão para além de suas fronteiras, cabe ressaltar que ela surgiu de uma experiência religiosa, mas se concretiza na esfera civil. Este elemento é importante, pois ao delinear o rosto da EdC hoje, a partir do seu percurso histórico, podemos encobrir a sua raiz religiosa. No entanto, é justamente esta raiz que se coloca no centro da atual pesquisa, no sentido de que ágape emerge como meio de comunicação simbolicamente generalizado (MCSG), permeando as comunicações que se dão dentro da EdC e no seu entorno, bem como o fato de a EdC se apresentar como pensamento liminar.

A fim de alcançar o objetivo deste capítulo, metodologicamente, vamos traçar o itinerário da EdC de forma linear. No entanto, é importante observar que tal caminho foi constituído por uma inter-relação de fatos ocorridos, inclusive em épocas diferentes, não sequenciais, articulados no momento do surgimento do projeto. Esses fatos são: a prática da comunhão dos bens no interior do Movimento dos Focolares, a queda do comunismo real, a percepção da desigualdade social presente na sociedade brasileira, a publicação da encíclica *Centesimus Annus*, de João Paulo II e a compreensão do que seriam as atuais Mariápolis permanentes do Movimento dos Focolares (MF): espaços sociais semelhantes a pequenas cidades ou bairros, compostos por uma população variada que tem por objetivo construir uma porção de sociedade cujas relações interpessoais e sociais sejam regidas pela lógica do Evangelho, mais precisamente, pelo mandamento do amor: “Amai-vos uns aos outros, como eu vos amei” (Jo. 15, 12). Nelas moram pessoas de todas as idades e vocações e as suas características urbanas se adequam àquelas dos locais em que se encontram. Atualmente as Mariápolis

permanentes são 35, distribuídas em 28 países. No Brasil, estão presentes três dessas Mariápolis: em Benevides (PA), Igarassú (PE) e Vargem Grande Paulista (SP).

Neste capítulo buscaremos apresentar o processo de constituição da EdC, bem como ela se apresenta hoje: sua concretização histórica, as suas características de base e os atores que a mantêm enquanto realização social: a empresa (nela, o empresário), “homens novos”¹⁹ e a pessoa ajudada.

1.1 A origem

Maior, 1991. Esta data marca o início da Economia de Comunhão, um projeto econômico-social que tem por objetivo colaborar com a erradicação da pobreza e da miséria. O aspecto peculiar da EdC não está tanto no fato de ter por finalidade colaborar com a solução da desigualdade social, mas no caminho que percorre para alcançar tal objetivo, a partilha do lucro gerado por empresas privadas e o fato de situar-se preponderantemente em dois sistemas – religioso²⁰ e econômico – e colocá-los em relação. De fato, o escopo básico da EdC é reunir empresas capazes de gerar lucro e que estes sejam partilhados segundo três objetivos fundamentais:

¹⁹ Quando se diz que um dos objetivos da EdC é colaborar na formação de “homens novos” isso significa que a EdC deseja colaborar na difusão de uma cultura – modo de ser, de pensar, de agir, de conceber o mundo e as relações sociais de maneira específica, segundo a lógica do Evangelho. De fato, a expressão “homens novos”, neste caso, foi emprestada do apóstolo Paulo: “Renunciad à vida passada, despojai-vos do homem velho, corrompido pelas concupiscências enganadoras. Renovai sem cessar o sentimento da vossa alma, e revesti-vos do homem novo, criado à imagem de Deus, em verdadeira justiça e santidade” (Ef .4, 22-24). Logo a seguir, o apóstolo evoca os cristãos a viverem segundo os mandamentos de Cristo e não como pagãos, portanto, renovados pela fé e pela crença cristã, o que implica viver de acordo com certa conduta, isto é, de acordo com uma dada cultura oriunda, justamente, dos ensinamentos e da prática de Cristo.

²⁰ Consideramos importante precisar que o termo religioso utilizado por nós nesta tese refere-se ao fato de que a Economia de Comunhão surge dentro e como resultado da espiritualidade do Movimento dos Focolares e da vivência de seus membros. Sendo o Movimento dos Focolares um movimento eclesial católico, fica claro que tal Movimento está inserido em um contexto religioso, mais precisamente, no sistema religioso, de acordo com a Teoria dos Sistemas Sociais, de Luhmann. Não temos a intenção de reduzir tal vivência e espiritualidade a uma aplicação ritualística ou circunscrita à prática religiosa fechada dentro das fronteiras do catolicismo, pelo contrário, toda a nossa tese se fundamenta na afirmação de que o Movimento dos Focolares coloca em interação o sistema religioso com o sistema econômico, provocando transformações neste segundo a partir de suas próprias comunicações, ou seja, o sistema religioso introduz no sistema econômico comunicações próprias – para mantermos coerência teórica com a Teoria dos Sistemas Sociais – transformando-as em comunicações do sistema econômico. Ao longo do texto poderemos, contudo, utilizar também o termo espiritual, quando expressar caráter religioso, mas sem o intuito de ressaltar o sistema religioso. Sempre que nos referirmos ao sistema, utilizaremos o termo religioso, dado que Luhmann não fala de sistema espiritual, mas de sistema religioso.

- Reinvestir na própria empresa, garantindo e ampliando os postos de trabalho e a atividade econômica;
- Investir na formação humana, de modo a fortalecer a base cultural que sustenta o projeto, com a difusão da cultura da partilha²¹;
- Partilhar uma terceira parte do lucro com pessoas em situação de pobreza, enquanto não encontram emprego ou a renda não é suficiente para garantir suas necessidades básicas. Primeiramente essa partilha se dá com quem frequenta as comunidades dos Focolares. No atual estágio do projeto, a partilha do lucro começa a ultrapassar as fronteiras do MF²².

Ao traçar a origem da EdC, não se pode prescindir do fato de ela ter surgido no interior de um movimento eclesial católico²³, o Movimento dos Focolares (MF) – ou Obra de Maria – o que lhe confere o caráter religioso.

O Movimento dos Focolares surgiu da experiência pessoal e coletiva de Chiara Lubich²⁴ e suas primeiras companheiras quando, em meio à destruição da Segunda

²¹ Doar, dar, partilhar ou comunhão? Todas essas expressões são utilizadas como termos explicativos da prática da Economia de Comunhão no que diz respeito à destinação do lucro das empresas inseridas no projeto e no que se refere ao estilo de vida praticado pelos seus atores. Consultando alguns dicionários, a palavra dar, com o seu significado “ceder gratuitamente”; a palavra doar, significando transmitir gratuitamente a outrem bem, serviço, quantia ou objeto; o termo partilhar, com as significações de fazer partilha de, dividir, repartir, distribuir; o termo comunhão, que significa participação em comum, e a palavra comungar, que deriva do termo comunhão, cujo significado indica, entre outras possibilidades, ter parte, participar, são todas adequadas e se completam na função de conferir significado à prática da EdC. (Cruz 2009: 1)

²² A partilha do lucro dirigida às pessoas que se encontram em situação de pobreza poderia ser compreendida como um ato de filantropia. Embora contenha em si uma dimensão filantrópica, no sentido de que é uma ação movida pelo amor à humanidade – significado do termo filantropia indicado pelos dicionários Priberam, Aurélio on line e Dicionário on line de Português, respectivamente, <http://www.priberam.pt>, <http://www.dicionariodoaurelio.com/> e <http://www.dicio.com.br/> (visitas realizadas em 10 de maio de 2013) – tal partilha vai além, porque é o resultado de relações constituídas tendo por base a comunhão: participação em comum, que inclui a partilha de bens espirituais e materiais. Portanto não julgamos pertinente considerar a Economia de Comunhão apenas como uma atividade ou um programa filantrópico.

²³ Por movimentos eclesiais, entendemos os grupos e associações nascidas no interior dos grupos cristãos, ou Igrejas, já existentes, ligados juridicamente a estes e devedores aos mesmos quanto aos ritos e crenças, mas com a declarada intenção de oferecer uma “releitura” desses ritos e crenças com o propósito de uma maior internalização dos valores contidos nos mesmos, nos seus adeptos e também de uma maior externalização.

²⁴ Chiara Lubich (1920-2008), fundou o Movimento dos Focolares ou Obra de Maria – movimento eclesial católico internacional, em 1943, em Trento, Itália. Em 1996, recebeu o Prêmio UNESCO da Educação para a Paz, em Paris. Em 1998, recebeu Prêmio Direitos Humanos, outorgado pelo Conselho da Europa, em Estrasburgo. Além de outros reconhecimentos oficiais conferidos por Chefes de Estado, foi condecorada em 1998 com a Ordem do Cruzeiro do Sul (Brasil). Ademais lhes foram conferidos 15 doutorados *h.c.* em 13 países, entre os quais, Doutorado *h.c.* em Economia, pela Universidade Católica de

Guerra Mundial, em Trento, Itália, compreenderam Deus como Amor e passaram a orientar suas ações cotidianas justamente pelo amor expresso nas palavras do Evangelho.

Em 1943, data oficial da fundação do MF, havia apenas um pequeno grupo de 12 jovens moças ao qual, aos poucos, uniram-se alguns rapazes. Não muito tempo depois, ao redor deste grupo formou-se uma pequena comunidade de 500 pessoas de todas as idades e vocações²⁵. O Evangelho passou a ser, para os membros do MF, código de vida, norma de conduta, ethos social²⁶.

Com o fim da Guerra, o MF começou a expandir-se por toda a Itália. A partir de 1956, pela Europa e, em 1959, ultrapassou os limites do Velho Continente, chegando à América, mais precisamente ao Brasil.

O objetivo do Movimento dos Focolares pode ser sintetizado em dois pontos centrais descritos em seus Estatutos Gerais: que seus membros possam alcançar a perfeição da caridade e que possam colaborar para a realização da unidade – expressa na fraternidade universal – como resposta ao pedido de Jesus contido no Evangelho: “Que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti” (Jo 17, 21).

A perfeição da caridade é perseguida mediante a vivência da espiritualidade típica do MF, a espiritualidade da unidade:

O objetivo geral da Obra de Maria ou Movimento dos Focolares é a perfeição da caridade, a ser alcançada pela vivência da espiritualidade evangélica da Obra em seus pontos fundamentais e nos seus aspectos, conforme estão expressos nestes estatutos e nos regulamentos das seções, dos setores e dos Movimentos. (Opera di Maria 2007: 12)

A unidade – objetivo específico do MF – é construída por meio de cinco diálogos: no interior da Igreja Católica – com os fiéis individualmente, mas também

Pernambuco (maio de 1998) e em Humanidades e Ciências da Religião, pela Universidade Católica de São Paulo (abril de 1998). Recebeu ainda prêmios no âmbito do ecumenismo e do diálogo inter-religioso, como também 19 cidadanias honorárias. Para maiores informações ver <http://www.centrochiaralubich.org/pt/chiara-lubich/para-conhece-la.html> e <http://www.focolare.org/pt/chiara-lubich/chi-e-chiara/riconoscimenti> (acessos realizados em 24 de maio de 2014).

²⁵ O termo “vocações” é aqui utilizado para expressar tanto estados de vida: pessoas casadas, solteiras, religiosos, religiosas, sacerdotes, quanto também, profissões e engajamento social: políticos, operários, empresários, professores, etc.

²⁶ Para maiores aprofundamentos, ver CRUZ, Iracema Andréa Arantes da. 2009. *No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann*. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

com instituições eclesiais, associações, grupos e movimentos eclesiais, bem como com ordens e congregações religiosas; com cristãos pertencentes a outras Igrejas e Comunidades eclesiais; com pessoas de outras religiões, com pessoas que não possuem convicções religiosas, que acreditam em valores como a paz, a justiça, a liberdade, a solidariedade, etc.; e com a cultura contemporânea (Opera di Maria 2007: 13-15).

Atualmente, o MF está presente em 182 países e conta com a adesão de mais de dois milhões de pessoas entre membros, aderentes e simpatizantes, pessoas de todas as idades, classes sociais e vocações. A partir de 1960 deu-se início ao diálogo ecumênico; em 1977, iniciou-se o diálogo inter-religioso. Hoje participam do Movimento, de diversas formas e níveis de adesão, cristãos de 350 Igrejas, além de fiéis de outras religiões como muçulmanos, budistas, judeus, hindus e sikhs. Em 1970 a Obra de Maria começou o diálogo com pessoas que não possuem um referencial religioso²⁷, que também se sentem parte integrante do MF²⁸. Pertencente à Igreja católica, o MF é inter-religioso, intercultural e internacional²⁹.

Voltemos a maio de 1991. Chiara Lubich – fundadora do MF – viajou ao Brasil em visita à comunidade local, formada, na época, por cerca de 250 mil pessoas. Naquela ocasião, em contato com a realidade brasileira, na qual não faltava riqueza, mas uma justa distribuição desta riqueza, constatada na relação paradoxal entre exuberância e miséria, Chiara Lubich sentiu-se impelida a encontrar uma solução, um caminho viável

²⁷ Sendo o Movimento dos Focolares uma instituição da Igreja católica, a relação que se dá entre pessoas de várias crenças ou que não possuem uma crença religiosa se dá mediante orientação do Estatuto Geral da Obra de Maria. De fato, com os cristãos de denominações não católicas há o esforço comum de participação em atividades e eventos ecumênicos. Os membros das igrejas cristãs não católicas colaboram com as finalidades da Obra de Maria na medida em que as diferenças na fé e na prática de suas respectivas igrejas o permitem. Buscam – católicos e cristãos de outras denominações – dar testemunho do amor recíproco no diálogo da vida. Promovem congressos, encontros de formação, de estudo, colaboram no campo social (Opera di Maria 2007: 104-105). Os fiéis de outras religiões que aderem ao espírito do Movimento dos Focolares, dele participam buscando colocar em prática a “regra de ouro”, presente em quase todas as principais religiões: “Faça aos outros o que gostaria que fosse feito a você”, perseguindo, como lhes é possível, as suas finalidades. Do mesmo modo, pessoas que não possuem uma crença religiosa podem aderir ao espírito do Movimento dos Focolares, partilhando suas finalidades. No relacionamento com essas pessoas, o Movimento dos Focolares se coloca em posição de máximo respeito à consciência de cada uma delas (Opera di Maria 2007:109). “Com o objetivo de testemunhar a unidade da família humana, os relacionamentos serão orientados à concórdia entre crentes e não crentes, em favor do bem da humanidade e se concretizarão em ações comuns de solidariedade em favor dos indivíduos e dos povos que sofrem por todo tipo de pobreza, injustiça, guerra, exploração e doença” (OPERA DI MARIA 2007: 110).

²⁸ Dados extraídos do site internacional do Movimento dos Focolares: www.focolare.org. Consulta realizada em fevereiro de 2012.

²⁹ Para maiores aprofundamentos ver CRUZ, Iracema Andréa Arantes da. 2009. *No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann*. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), pp. 18-27.

para colaborar na erradicação da pobreza. Ao cruzar a cidade de São Paulo, do aeroporto até a então Mariápolis Araceli – atual Mariápolis Ginetta³⁰ – Lubich ficou impressionada com a miséria das favelas que circundavam a cidade, como coroa de espinhos – expressão usada pelo Cardeal Evaristo Arns ao se referir às favelas que circundam as grandes metrópoles brasileiras (Lubich 1991a: 5).

Se se pensa na “coroa de espinhos” (assim o cardeal de São Paulo chama o cinturão de pobreza e miséria da periferia) que circunda a cidade repleta de arranha-céus... É o grande problema dessas terras em via de desenvolvimento, um dos maiores problemas do nosso planeta, em relação ao qual podemos fazer muito pouco [...]. (Lubich 1991a: 5)

Este fato não significa que apenas em 1991 o MF passou a se preocupar com a questão da pobreza. Desde o início, o MF implantou obras sociais, que surgiram como resposta a demandas locais, isto é, do encontro dos membros do MF com necessidades reais que se apresentavam no espaço social em que viviam (Cruz 2009: 29).

Ademais, desde os primórdios, em Trento, a pessoa do pobre emergiu como o irmão a quem amar com um amor de predileção, dado que o amor a Deus se manifestava de forma concreta no amor ao próximo.

Encontramos o ideal pelo qual viver: Deus Amor. Mas como colocá-lo em prática? Com certeza acreditando no seu amor em cada circunstância feliz, triste ou indiferente. Fé que mudou totalmente a nossa vida, depois, procurando amá-lo também nós. Como? Jesus no Evangelho nos ensina: “Não quem diz Senhor, Senhor... entrará no reino dos céus” (Mt 7,21). Nada, portanto, de devocionismo ou sentimentalismo; fazer a vontade de Deus: isto é o que importa. E o fazemos com diligência. E focalizamos nossa atenção sobretudo em fazer aquela vontade de Deus expressa no mandamento que resume toda a lei: o amor a cada próximo. Colocamos em prática este amor com os atingidos pela guerra: os que precisavam de tudo, os órfãos, os mutilados, os sem-teto, os doentes. (Lubich 2002a: 106)

Com o passar do tempo e a partir da experiência de amar a Deus de modo especial na pessoa do pobre, aquele primeiro grupo entendeu que o amor é mais amplo, é universal, que o amor deve ser dirigido a todos.

E foi, talvez, por este amor exercitado continuamente, que entendemos como o nosso coração não devia dirigir-se somente aos pobres, mas a todos os homens, sem distinção.

Sim, podíamos dar de comer aos que têm fome, de beber e de vestir, mas havia também pessoas que deviam ser instruídas, aconselhadas, suportadas, e outras que precisavam de orações... (Lubich 1984a: 38)

³⁰ Como dito anteriormente, as Mariápolis são pequenas cidades do MF, nas quais moram pessoas de todas as vocações, que se propõem a construir uma pequena sociedade, cujas relações são pautadas pela lei evangélica do amor recíproco, como laboratório e demonstração da construção de um mundo fraterno.

Ainda nos primeiros anos da constituição do MF surgiu, entre os seus membros, a prática da comunhão de bens espirituais e materiais. As causas de tal usança são múltiplas, como as necessidades reais de pessoas concretas e o desejo de se alcançar um maior equilíbrio social. No entanto, talvez a causa primeira possa ser encontrada neste tipo de amor que ama a todos e pede a reciprocidade: “Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros assim como eu vos amei. Ninguém tem amor maior do que aquele que dá a vida por seus amigos” (Jo 15, 12-13). Amor este que levou aquele primeiro grupo a formular um pacto: estarem prontas a dar a vida umas pelas outras:

Olhamo-nos nos olhos e nos declaramos com decisão: “Estou pronta a dar a vida por você”; “Eu, por você”. Todas por cada uma. Daquela promessa solene, profundamente sincera, as inúmeras exigências cotidianas do amor fraterno decolavam. Nem sempre nos é pedido para morrer uma pela outra, no entanto, podemos dividir tudo: as preocupações, as alegrias, os sofrimentos, os pobres bens, as pequenas riquezas espirituais... (Lubich 2002a: 107)

Importante observar que a prática da comunhão dos bens surgiu do amor colocado em ação, mas um amor que sempre se manifestou coletivo, social. De fato, na primeira comunidade de Trento, a comunhão dos bens foi entendida também como expressão social do amor, como caminho para se resolver o problema social na cidade e se buscar um maior equilíbrio social. Ela constituiu-se no uso ativo dos bens, uma ação dotada de racionalidade. Poderíamos dizer, segundo Weber (2005: 41-44), uma racionalidade simultaneamente axiológica e teleológica, isto é, motivada por valores, visando a um fim: a erradicação da pobreza e o equilíbrio social.

Da caridade florescia o desejo de um maior equilíbrio social.
Nós possuíamos;... os pobres, não. Os ricos possuem;... os miseráveis, não.
Por que não despojar-nos espontaneamente do que é supérfluo – nós que podemos nos privar de pouca ou muita coisa – e destiná-lo aos que morrem de fome e de frio, até elevar com todas as ajudas possíveis, sugeridas pela caridade, o seu nível social? (Lubich 1984a: 37)

Outra característica desta comunhão de bens era elevar o nível social de quem se encontrava em necessidade. Disso podemos compreender que este sistema de comunhão visava não ao assistencialismo, mas à emancipação da pessoa.

A comunhão dos bens está na base da Economia de Comunhão. De fato, em 1991, ao constatar que também no interior do MF havia pessoas em situação de pobreza, o que indicava que a comunhão dos bens praticada até então em nível pessoal não satisfazia as necessidades nem mesmo de todos os membros do MF, portanto era insuficiente para resolver o problema em grande escala, Lubich lançou a proposta da

EdC: passar da comunhão de bens que se dava em nível pessoal – que continuaria a ser praticada – para uma comunhão de bens que se daria em nível empresarial, isto é, que surgissem empresas que produzissem lucro e que este lucro fosse partilhado segundo os três objetivos enunciados anteriormente: para reinvestir na própria empresa, a fim de garantir o funcionamento da mesma e gerar postos de trabalho; para difundir a cultura da partilha – de comunhão: base cultural do projeto EdC; para os pobres em contato com as comunidades dos Focolares, finalidade central do projeto EdC.

O lucro é, portanto, o aspecto central da EdC, bem como a empresa, que se apresenta como espaço social de concretização do projeto. No entanto, tal espaço não se limita à empresa enquanto tal, mas a partir dela, abre-se a todo o seu entorno, incluindo no sistema EdC todos os *stakeholders*³¹. Da mesma forma, a compreensão do lucro na atividade econômica se transforma de fim para meio; meio para se concretizar a partilha e a comunhão.

A peculiaridade da EdC está no fato de ter surgido dentro do mercado e do sistema capitalista vigente, e não fora ou ao lado dele. A EdC se propõe a colaborar com a transformação do capitalismo, assim como é estruturado, a partir dele próprio, inserindo na atividade econômica princípios que foram excluídos da racionalidade econômica e relegados à esfera privada, como a dádiva, a gratuidade e a comunhão. Ela surgiu do fracasso do sistema econômico, isto é, da contradição inerente ao sistema que tem por função satisfazer as necessidades, produzir bens e serviços e garantir o crescimento de si próprio, isto é, do próprio sistema econômico, entendido como desenvolvimento (Luhmann 1998: 81), mas que, ao perseguir esta sua função basilar, ao lado do progresso e da produção de riquezas ilimitadas, produz pobreza e miséria em escala mundial. Como afirma Bruni:

A ideia central [da EdC; I.C] é olhar a experiência da sociabilidade humana e da reciprocidade *dentro* da vida econômica normal; nem ao lado, nem antes, nem depois. Ela afirma que os princípios *outros*, que não o lucro e a troca instrumental, podem – querendo – encontrar espaço *dentro* da atividade econômica. (Bruni 2005: 20)³²

³¹*Stakeholders* é um termo utilizado na administração de empresas, que engloba todos os agentes envolvidos em uma relação de rede com uma determinada empresa: fornecedores, clientes, funcionários, população circunvizinha, administração pública. O termo em inglês significa *stake*, interesse; e *holder*, aquele que possui. Portanto é pertinente o uso do termo para designar todas as pessoas interessadas na atuação de uma dada empresa, porque participantes, seja ativamente (pessoas que trabalham diretamente ou indiretamente com a empresa), seja passivamente (pessoas que sofrem a ação da empresa, habitantes do entorno, por exemplo).

³² Os temas do lucro e da localização da EdC no sistema econômico serão retomados no Capítulo 5.

Embora tenha surgido no Brasil, a EdC logo alcançou uma dimensão mundial. Poucos dias após o seu lançamento, a ideia da EdC foi comunicada aos membros do MF nos vários países no qual se encontra, contando com a adesão de todos.

1.1.1 Brasil – berço da Economia de Comunhão

Como já dissemos, a EdC surgiu no Brasil, em 1991, como resultado da percepção de Lubich em relação à desigualdade social existente neste país. No entanto, é possível perceber que esta percepção não ocorreu somente em 1991, mas foi-se construindo ao longo dos 32 anos de existência do MF em terras brasileiras.

O problema social sempre esteve [...] na base do Brasil. [...] Todas as pessoas que conheceram o ideal³³ nesses anos, se vê que esperam, sempre esperaram encontrar no ideal uma resposta para esses problemas... Ao problema social. (Lubich 1991b: 17)

Em 1959, o MF instaurou-se no Brasil, em Recife, com a chegada de um primeiro grupo de focolarinos e de focolarinas³⁴, de onde, ao longo do tempo, espalhou-se pelo país. Já naquele primeiro período eles conheceram a situação de pobreza do nordeste do país, o que lhes provocou um forte impacto. A pobreza encontrada no Brasil era diferente daquela experimentada em Trento, no pós-guerra, pois esta era marcada pela falta de recursos, enquanto aquela era marcada pela desigual distribuição da riqueza. Ginetta Calliari, uma das primeiras companheiras de Chiara Lubich, assim descreve a sua percepção da realidade:

Quando cheguei em Recife [...] no dia 5 de novembro de 1959, foi um choque ver a desigualdade social, a discriminação, a fome que transparecia nos rostos. Disse a mim mesma: não é possível ficar numa atitude passiva. Alguma coisa deve mudar. O que deve mudar? O homem. Pensei: é preciso ter homens com uma mentalidade nova para que nasçam estruturas novas e, conseqüentemente, cidades novas, um povo novo³⁵. (Calliari apud Silva; Egman (orgs.) 2001: 9)

³³ Ideal é um dos termos que expressam a espiritualidade da unidade, típica do Movimento dos Focolares.

³⁴ Os focolarinos e as focolarinas formam a seção central do Movimento dos Focolares. A eles é confiada a Obra de Maria bem como a sua coordenação. Eles vivem em comunidades, chamadas focolares, e se doam a Deus seguindo os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência. (cf. Opera di Maria. S.d. Regolamento della sezione delle focolarine: 5-7)

³⁵ Com certeza, em Trento, no pós-guerra, havia pobreza, e Ginetta conhecera este tipo de pobreza. No entanto, nos referirmos a um tipo de pobreza diferente – a pobreza de Recife em relação à pobreza de Trento, após a Segunda Guerra Mundial – por considerarmos a primeira uma pobreza de tipo estrutural, permanente, que chega à miséria de massa; e a segunda, uma pobreza circunstancial que tendia a ser transitória e não de massa. No trecho de Calliari que reportamos a seguir, percebemos que no seu discurso ela pretende enfatizar a miséria e o faz afirmando que não conhecia a pobreza e a fome. “Antes, não conhecia a pobreza a fome, não sabia o que era isso: ver uma pessoa faminta, ver uma pessoa explorada,

Na análise desta narrativa de Calliari, desenvolvida em dissertação de mestrado (Cruz 2009), podemos ressaltar a compreensão de que ela introduz um objetivo que vai além da própria individualidade, pois esses homens novos não miram apenas ao bem-estar pessoal, portanto, é um objetivo que possui uma abrangência social: para que nasçam *estruturas novas e, conseqüentemente, cidades novas, um povo novo*. Este fato coloca em relevo a dimensão social do MF, pois a solução surge da e na comunidade, da comunhão (Cruz 2009: 28-29). Continua Calliari:

Precisávamos da comunhão dos bens para irmos para frente... Foi ali que entendi: somente Deus pode fazer alguma coisa. Deus é Pai! Um Deus que nós temos de apresentar. Trata-se de um coletivo, um Deus que é um coletivo, ou seja, as comunidades. (Calliari apud Ribeiro 2006: 174)

Neste trecho é importante notar que Calliari se refere a um Deus coletivo, que se manifesta na comunidade, o que deixa transparecer a importância do espaço social na vivência dos membros do MF dentro e fora dos seus limites (Cruz 2009: 29).

A espiritualidade dos Focolares se materializa no cotidiano e tende ao universalismo, no sentido de que as ações de seus membros se dirigem a todas as pessoas – um amor que ama a todos. Embora este amor tenha em si a característica de ser universal, o universal não se torna uma abstração, mas se materializa nas relações próximas, nas pessoas próximas, nas estruturas próximas, lá onde a vida social se realiza. (Cruz 2009: 28)

Este aspecto é importante, pois dele pode-se inferir que a EdC surgiu como resposta a uma demanda local e universal simultaneamente, fundamentada na vivência da espiritualidade da unidade, o que impulsionou a sua concretização imediata.

É compreensível que tenham surgido – ideia e programa – do encontro com a comunidade brasileira, emergente do coração de um país que sofre de maneira dramática o contraste social entre poucos riquíssimos e milhões de paupérrimos. Assim como se explica que este projeto tenha sido recebido com interesse e imediata participação em todas as outras partes do mundo – também onde os contrastes não são tão agudos – porque coerente com o carisma da onde extrai vida, inspiração e impulso, a Obra de Maria. (Quartana 1992: 10)

Portanto, considerando-se o que foi dito até então, é possível identificar alguns elementos que exerceram uma influência fundamental para o surgimento da EdC: a desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira, o desejo dos membros da

oprimida, ridicularizada, caluniada, esmagada. E, no entanto, são homens, são criaturas como nós! Digo muitas vezes que, pela sensibilidade que tenho, se não morri, foi uma graça de Deus; porque eu não conhecia esse aspecto. [...] Eu acreditava que ao menos os velhinhos estivessem alojados num asilo, ou os doentes em algum hospital, mesmo ruim, talvez abandonados, mas que tivessem ao menos uma cama... Mas ver as pessoas dormindo nas calçadas, para mim, foi uma coisa fortíssima, fortíssima!” (Calliari apud Ribeiro 2006).

Obra de Maria de colaborar na solução deste problema, indo além da atuação no âmbito da assistência social³⁶, a impossibilidade de a comunhão de bens, praticada pelos membros do MF, em nível pessoal, solucionar o problema da pobreza e a desigualdade no interior do próprio Movimento.

A ideia da EdC não surgiu, portanto, de forma desvinculada da realidade e foi sendo construída durante os dias de permanência de Lubich no Brasil. O tema em questão ocupou o centro dos encontros realizados entre os membros do MF naquele período. Em um desses momentos, Lubich afirmou:

São Paulo em 1900 era uma pequena vila³⁷. Hoje não é uma selva, mas uma floresta de arranha-céus. Quanto pode fazer o capital nas mãos de poucos e como resultado da exploração de muitos. Mas, por que, nos perguntamos, tanta potência não se direciona para solucionar os graves problemas do Brasil? Porque falta o amor ao irmão, domina o cálculo, o egoísmo [...] Que caricatura o mundo sem Jesus! (Lubich 1991a: 17)

E ainda:

Toda a Obra deve dar um salto de qualidade no campo de sua expressão social... nós temos um potencial neste campo expresso através de obras, ações, da presença de “homens novos”, educados a viver para os outros; temos *células de ambiente*. Mas tudo é sempre pouco diante das necessidades do mundo e do próprio Movimento. É preciso que nasça algo muito maior e mais global. (Lubich apud Quartana 1992: 15)

A EdC foi forjada aos poucos, como resultado da influência recíproca entre realidade social e percepção comunitária de tal realidade. Tanto que, embora o projeto tenha sido lançado por Lubich, ele é coletivo, pois surgiu da interação entre Lubich e os membros do MF no Brasil, a partir da vivência em espaços sociais específicos: São

³⁶ No âmbito social, o Movimento dos Focolares mantém, atualmente, mais de 1.000 obras e atividades de assistência em diferentes partes do mundo; a ONG *New Humanity* reconhecida pelo ECOSOC, Conselho Econômico e Social da ONU e a ONG AMU (Ações por um mundo unido), surgida em 1986, para a cooperação internacional ao desenvolvimento, reconhecida pelo Ministério do Exterior Italiano; e a Ação Adoções à Distância, que atende mais de 15.000 crianças, além de manter projetos sociais nos cinco continentes. As obras sociais implantadas pelo MF, também no Brasil, surgem como resposta a demandas locais, isto é, do encontro dos membros do MF com necessidades reais que se apresentam no espaço social em que vivem. Cabe ressaltar que o objetivo da Obra de Maria não são as obras sociais nem a assistência social, mas um amor que deve se concretizar inclusive em estruturas (Cruz 2009: 27-32).

³⁷ Historicamente, São Paulo, em 1900, não pode ser considerada uma pequena vila; de fato, contava com uma população de 240 mil habitantes. Dados extraídos do site da Prefeitura de São Paulo - prefeitura.sp.gov.br - histórico demográfico do Município de São Paulo - <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/1900.php> (consulta realizada em 16/03/2012). No entanto, o discurso de Lubich não focaliza o fato de São Paulo ser uma pequena vila, mas coloca em evidência que São Paulo, em 1900, não era a megalópole populacional e econômica na qual se tornara já em 1991, como também ressalta a força do capital “nas mãos de poucos”, capaz de ter fomentado e sustentado tal crescimento, sem ter evitado, mais precisamente ainda, tendo provocado, a desigualdade: “Mas, por que, nos perguntamos, tanta potência não se direciona para solucionar os graves problemas do Brasil?” (Lubich 1991a: 17).

Paulo e a então Mariápolis Araceli, atual Mariápolis Ginetta. Tanto que, ao falar do projeto, no dia 26 de maio de 1991, a um grupo de 100 membros do Movimento dos Focolares, Lubich se referiu a EdC como sendo “as nossas novas ideias” (Lubich 1991a: 26), isto é, ela usou o plural “nossas”, indicando que essas ideias, ainda incipientes, fixaram-se enquanto comunicação dentro de um primeiro sistema de interações³⁸ (Cruz 2009: 101).

A ideia das Mariápolis permanentes surgiu – como é regular na história do MF – de uma experiência vital. Em 1961, Lubich e um grupo de focolarinos e focolarinas estavam em Einsiedeln, Suíça – e do alto de uma colina avistaram a abadia beneditina. Diz Lubich:

Um dia, [...] observando este complexo [...] do alto de uma colina [...] víamos realizado o ideal de São Bento que diz: “ora (isto é, reza) et labora (isto é, trabalha)”. Porque havia ali uma majestosa igreja, no centro, na qual os padres rezavam. Havia os campos onde os frades trabalhavam ou então trabalhavam estudando naquelas casinhas enfileiradas. Havia também uma escola, à qual se dedicavam, etc. Admiramos como esses santos, mesmo depois de séculos e séculos, ainda estão vivos em suas realizações. A um certo ponto, como uma dissolvença, no lugar daquela imagem maravilhosa [...] sob um sol fulgurante, pareceu-nos entender [...] que Deus queria também de nós algo semelhante. [...] Que também de nós, Deus quisesse uma cidadezinha, mas não daquele jeito; [...] uma verdadeira e própria cidadezinha, com casas [...] com escolas, com chaminés, com indústrias, com empresas. (Lubich 1991c)

Considerar a compreensão das Mariápolis permanentes como um dos elementos fundantes da EdC resulta do fato de que o projeto tenha sido lançado em uma Mariápolis (Araceli) e que teria também a característica de completar o perfil dessas cidadezinhas, uma vez que a EdC propõe o surgimento de empresas e indústrias a elas vinculadas. As Mariápolis permanentes tornaram-se, portanto, o espaço social no qual essas empresas surgiram, como também, tais empresas tornaram-se elementos constituintes de uma Mariápolis permanente (Cruz 2009: 56).

³⁸ Os sistemas de interações são aqueles que incluem tudo o que pode ser tratado como fisicamente presente (Luhmann 1990: 635). Isto é, são as relações que se dão entre pessoas fisicamente presentes em um dado espaço. Podem ser entendidas como relações próximas. Falaremos sobre sistemas de interação de forma mais aprofundada no quinto capítulo de nossa tese.

1.1.2 A queda do socialismo real, a publicação da *Centesimus Annus* e do livro *Protagonisti d'oggi*.

Até o momento foram verificados elementos fundantes da EdC no interior do MF: a comunhão de bens, as Mariápolis permanentes e a interação do MF com a realidade brasileira.

Neste tópico relacionaremos outros elementos que influenciaram o processo de gestação da EdC, porém de uma certa forma externos ao MF: a queda do socialismo real e a publicação da encíclica de João Paulo II *Centesimus Annus* e do livro do teólogo e sociólogo Bruno Secondin, *I protagonisti d'oggi*.

Dois anos antes do lançamento da EdC, em 1989, caíra o Muro de Berlim, símbolo do fracasso do socialismo real que, por meio do sistema comunista, havia dominado a Europa Oriental e parte da Ásia por cerca de 70 anos, e norteado as relações internacionais com a Guerra Fria, na disputa pela hegemonia mundial, possibilitando o avanço do capitalismo e o seu domínio global.

Permanecia, contudo, a pergunta se de fato o capitalismo estaria respondendo aos anseios profundos da humanidade, como também se seria capaz de satisfazer as necessidades básicas da população planetária. De fato, as últimas décadas do século XX viram irromper o impressionante aumento da desigualdade social e econômica, que viria a ser um dos grandes paradoxos do terceiro milênio.

Por trás da desconexão entre os bem-vindos progressos tecnológicos e as duras realidades cotidianas, encontram-se as grandes desigualdades que percorrem um planeta no qual os 650 milhões de pessoas com maior bens possuem 85 vezes mais do que os 3,25 bilhões de pessoas com menos bens.

As desigualdades são entre os países e dentro deles, basta, em muitos centros urbanos, passar algumas estações de metrô, para ir de lugares com alta expectativa de vida a áreas de baixa expectativa. (Kliksberg 2011: 14)

Assim, o fim do comunismo e o avanço do capitalismo não representavam, por si só, possibilidade de solução para o problema da miséria em escala mundial³⁹.

³⁹ A queda do socialismo real influenciou o surgimento da Economia de Comunhão pelo fato de ter colocado em questão a eficácia econômica do sistema comunista, isto é, por ter levantado a tese de que tal sistema não obteve êxito ao desenvolver a função do sistema econômico, que compreende satisfazer as necessidades, produzir bens e serviços e garantir o crescimento do próprio sistema econômico, entendido como desenvolvimento (Luhmann 1998: 81). Para maiores aprofundamentos sobre a questão da queda do socialismo real, ver: SOBRINHO, Pedro Vicente Costa (org.). 1995. *Reflexões sobre a desintegração do comunismo soviético*. São Paulo: Alfa-Omega Natal, RN: Cooperativa Cultural UFRN, livro, cujos textos refletem sobre a falência do comunismo de modelo soviético e avaliam as consequências deste fracasso.

Aliado a esta reflexão, colocou-se o pensamento de Bruno Secondin que no livro *I Protagonisti d'oggi* refere-se a algumas realizações dos movimentos eclesiais católicos como possibilidade de indicar um terceiro caminho entre o socialismo e o capitalismo: “Daqui deriva uma espécie de proposta de um terceiro caminho – entre capitalismo e socialismo – inspirada na história da cristandade e no ethos cristão popular”. (Secondin 1991: 137)

Desse modo, essas reflexões – queda do socialismo real e ineficiência do capitalismo na solução da desigualdade social – reforçaram e deram razão à EdC na sua origem, pois a Economia de Comunhão surgiu, justamente, com o objetivo de construir uma sociedade fraterna na qual “não há pobres entre eles”:

[...] e os lucros deveriam ser colocados em comum. Para que seriam colocados em comum? Pelos mesmos objetivos da primitiva comunidade cristã, isto é, [...] para ajudar quem se encontra em necessidade [...], para incrementar a empresa [...] e também para desenvolver a Mariápolis, para formar homens novos, porque sem homens novos não se faz uma sociedade nova. (Lubich 1991c)

Em 1º de maio de 1991, João Paulo II havia promulgado a *Encíclica Centesimus Annus* – em comemoração do centenário da primeira encíclica de caráter social, escrita por Leão XIII⁴⁰. Na *Centesimus Annus* o Papa ressalta os valores da economia de

BLACKBURN, Robin. 1993. *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra. Os ensaios que compõem este livro examinam o significado histórico da trajetória do comunismo pelo século XX e avaliam as consequências para o socialismo e para os socialistas depois da derrocada do comunismo, a partir de 1989. SADER, Emir. 1995. *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, que reúne vários ensaios acerca do impacto do colapso do comunismo sobre a teoria marxista. Aponta para o fato de que a queda do comunismo na Europa Oriental provocou uma guinada à direita na Europa Ocidental, com a social democracia sofrendo revezes importantes. Ganhou força o dogma do livre mercado que passa a ser questionado pelos direitos humanos individuais e pela solidariedade comunitária. E ainda: OLIC, Nelson Bacic. 1995. *A desintegração do leste: URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. São Paulo: Moderna. GIDDENS, Anthony. 2007. *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: UNESP. FERRO, Marc. 2011. *A reviravolta da história: a queda do Muro de Berlim e o fim do comunismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

⁴⁰ A *Rerum Novarum* é a primeira encíclica social da Igreja católica, escrita por Leão XIII, em 1891. Esta encíclica rompeu o isolamento da Igreja católica frente às questões sociais que emergiram com a modernidade e com o processo de industrialização decorrente da Revolução Industrial. Trata fundamentalmente da questão operária, examinando a situação dos trabalhadores assalariados. O Papa se colocou entre o marxismo e o liberalismo que, de maneiras diversas, buscavam soluções para os problemas provocados pelo capitalismo. Indicou os erros provocados pelo mal social, condenou o socialismo como meio viável para solucionar esses erros e atualizou a doutrina católica no que diz respeito ao trabalho, ao direito de propriedade, ao princípio de colaboração em contraposição à luta de classes como meio fundamental para a mudança social; ressaltou o direito dos fracos, a dignidade dos pobres e as obrigações dos ricos, falou sobre o aperfeiçoamento da justiça mediante a caridade e sobre o direito à associação profissional (Compêndio da Doutrina Social da Igreja 2005: 60). A questão da propriedade privada, tratada por Leão XIII como de direito, foi colocada ao lado da legitimidade da destinação universal dos bens. Por circunstâncias históricas, no entanto, fora dada maior ênfase à legitimidade da propriedade privada do que à destinação universal dos bens. Não obstante, a *Rerum Novarum* marca o início da sistematização da doutrina social da Igreja católica, tendo sido relembrada e

mercado, da empresa e dos empresários, bem como destaca a função social da propriedade e a justa distribuição dos bens da terra⁴¹. Diz o Papa no nº 43 da *Centesimus Annus*:

A Igreja não tem modelos a propor. Os modelos reais e eficazes poderão nascer apenas no quadro das diversas situações históricas, graças ao esforço dos responsáveis que enfrentam os problemas concretos em todos os seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que se entrelaçam mutuamente [...]. A esse empenho, a Igreja oferece, *como orientação ideal indispensável*, a própria doutrina social que – como se disse – reconhece o valor positivo do mercado e da empresa, mas indica ao mesmo tempo a necessidade de que estes sejam orientados para o bem comum. Ela reconhece também a legitimidade dos esforços dos trabalhadores para conseguirem o pleno respeito da sua dignidade e espaços maiores de participação na vida da empresa, de modo que eles, embora trabalhando em conjunto com outros e sob a direção de outros, possam em certo sentido “trabalhar por conta própria” [...] exercitando a sua inteligência e liberdade.

O desenvolvimento integral da pessoa humana no trabalho não contradiz, antes favorece, a maior produtividade e eficácia do próprio trabalho, embora isso possa enfraquecer estruturas consolidadas de poder. A empresa não pode ser considerada apenas como uma “sociedade de capitais”; é simultaneamente uma «sociedade de pessoas», da qual fazem parte, de modo diverso e com específicas responsabilidades, quer aqueles que fornecem o capital necessário para a sua atividade, quer aqueles que com ela colaboram com o seu trabalho. Para conseguir este fim, é ainda necessário um *grande movimento associado dos trabalhadores*, cujo objetivo é a libertação e a promoção integral da pessoa. (João Paulo II 1991: 60)

Ao relacionar esses três elementos – a queda do socialismo real, a publicação da *Centesimus Annus* e do *Protagonisti d’oggi* – não pretendemos fazer uma análise de conjuntura, mas ressaltar que a EdC não foi construída a-historicamente, e sim em relação com a história, com a realidade socioeconômica do Brasil e do mundo, com o pensamento social da Igreja católica e com a história do próprio MF.

Creio [...] a sua vocação [da então Mariápolis Araceli; I.C.] é também a de se apresentar ao mundo como uma cidade imbuída da doutrina social cristã do século XX, de acordo, portanto, com a *Centesimus Annus*, com as características típicas do nosso Ideal: a unidade e a comunhão. [...] Isto comportaria a existência, na Mariápolis, da propriedade privada, da liberdade de iniciativa, do direito de associação (cooperativas, etc), tudo coroado pela comunhão dos bens. Uma Mariápolis assim, no Brasil, onde a desigualdade entre ricos e pobres constitui a chaga social por excelência, poderia ser um farol e uma esperança. (Lubich 1991a: 20-21)

celebrada nas várias décadas que se seguiram, como base para ulteriores desenvolvimentos na compreensão da questão social por parte da Igreja católica. A questão da propriedade privada possui uma estreita relação com a EdC, uma vez que a estrutura central deste projeto são as empresas privadas. Tais empresas resgatam a função social da propriedade colaborando, por meio da comunhão dos lucros, com a destinação universal dos bens.

Para aprofundar a compreensão sobre a *Rerum Novarum*, ver SANCTIS, Antonio De, Frei. 1972. *Encíclicas e documentos sociais: Da "Rerum Novarum" a "Octagesima Adveniens"*. De Leão XIII, Pio XI, Pio XII, João XXIII, Concílio Vaticano II e Paulo VI. São Paulo: LT; CALVEZ, Jean-Yves; PERRIN, Jacques. 1960. *Igreja e sociedade econômica: o ensino social dos Papas de Leão XIII a Pio XII, 1878-1958*. Porto: Tavares Martins.

⁴¹ Para maiores aprofundamentos ver: ASSMANN, Hugo. 1994. *Crítica à lógica da exclusão*. Ensaios sobre economia e teologia. São Paulo: Paulus.

1.2. A EdC após 23 anos

Neste tópico, pretendemos levantar dados mediante os quais seja possível traçar o perfil atual da EdC após 23 anos de atuação e, a partir desses dados, fazer uma análise inicial do projeto no que diz respeito à sua identidade e características, focalizando a empresa, a formação de “homens novos” e os destinatários dos lucros das empresas EdC: o pobre.

A principal identidade da Economia de Comunhão está no fato de ela ser um projeto econômico-social que tem por objetivo colaborar com a erradicação da pobreza e da miséria, introduzindo no sistema econômico e no mercado a racionalidade de comunhão que motiva a ação de seus agentes. A questão da racionalidade de comunhão será retomada no quinto capítulo, mas consideramos igualmente importante começar a defini-la neste momento, a fim de facilitar a compreensão de nossa reflexão. Portanto, por racionalidade de comunhão, entende-se um modo de conceber e de gerenciar as próprias ações orientando-as à comunhão, o que significa a partilha dos bens materiais, morais e espirituais.

A racionalidade de comunhão encontra sua fundamentação na espiritualidade do MF, um modo específico de viver o cristianismo, denominada espiritualidade da unidade, oriunda do carisma da unidade⁴².

A espiritualidade da unidade⁴³ é basicamente caracterizada por ser coletiva ou comunitária. De acordo com esta espiritualidade, chega-se a Deus passando pelo irmão, isto é, não se caminha para Deus individualmente, afastando-se dos irmãos e do mundo, mas chega-se a Deus justamente pelo e com o irmão. “Vamos a Deus junto com o homem, junto com os irmãos, aliás, vamos a Deus por intermédio do homem” (Lubich 2003a: 70).

⁴² A palavra carisma aqui é utilizada na acepção religiosa – católica – do termo, que significa: “um dom que a divindade faz a uma dada pessoa – neste caso, Chiara Lubich – de compreender a mensagem do Evangelho a partir de uma determinada perspectiva, ou seja, dando um enfoque particular a algum aspecto da mesma, ainda não colocado totalmente em evidência na doutrina e na prática da Igreja”. (Ribeiro 2003: 15).

⁴³ Embora neste capítulo apresentemos alguns elementos e características da espiritualidade da unidade, ela será tratada de forma mais aprofundada no segundo capítulo, de maneira tal que algumas questões aqui colocadas serão retomadas, sem intenção de prouzir redundância, mas justamente com o intuito de dar início à construção do valor semântico de ágape, com base na espiritualidade da unidade.

A dimensão comunitária é, portanto, uma das características inovadoras da espiritualidade da unidade. Coda (2003) afirma que o pensamento e a espiritualidade de Chiara Lubich testemunham uma mudança de paradigma na história da espiritualidade cristã: a passagem do primado do indivíduo ao equilíbrio entre pessoa e comunhão, de acordo com as expectativas do Concílio Vaticano II (Coda 2003: 25). E Jesus Castelano – carmelita especialista em espiritualidade e mística – diz que:

Lubich superou algumas tendências da ascese clássica com a regra de ouro universal do amor ao irmão que não é jamais empecilho para se elevar a Deus. [...] A ascese da caridade dá valor à palavra e não apenas ao silêncio; à comunhão e não apenas à solidão; à comunhão das experiências e não apenas à prece silenciosa. (Cervera 2003: 32).

De fato, diz o Estatuto da Obra de Maria, ou Movimento dos Focolares, no artigo 8º: “As pessoas que fazem parte do Movimento dos Focolares caminham pela via da caridade cristã, segundo a espiritualidade evangélica – pessoal e comunitária – do Movimento, procedendo em unidade com o magistério da Igreja” (Opera di Maria 2007: 15-16).

O centro da espiritualidade da unidade é o amor-ágape. Assim, a racionalidade de comunhão tem sua origem na prática do amor evangélico que reclama a reciprocidade: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15, 12-13). Este tipo de amor constrói relações interpessoais que têm por modelo a relação trinitária.

O amor supõe uma dinâmica intersubjetiva, feita de relações: um eu que se dá e um tu que recebe. Assim, embora reconhecendo que “Deus é um só” (Dt 6,4; 1 Cor 8, 4-6; Rm 3,30), a própria lógica do amor também exige que, na vida intradivina, haja pluralidade, alteridade, comunicação, reciprocidade, não apenas dom de si, mas também dom em si, como indicam a escritura bíblica e a fé da Igreja. (Cambón 2000: 15)

Seguindo a lógica trinitária, a racionalidade de comunhão constrói as relações interpessoais conjugando o eu e o tu na construção de um nós que não cancela a individualidade de cada um dos agentes.

A relação com o outro que não seja de violência ou de condicionamentos, mas que reconheça e respeite a sua “pessoa” como ser transcendente, é “amá-lo como a si mesmo”, uma vez que o meu amor não somente o confirma no seu ser distinto de mim, igual a mim, transcendente como eu, mas o faz ser também eu mesmo. (Lubich 2002a: 113)

De acordo com a análise feita por Cruz (2009) a EdC pode ser considerada um meio de a religião influir em âmbitos não religiosos, neste caso, na economia, em uma

sociedade diferenciada e secularizada. Esta constatação se baseia no fato de a EdC ter surgido da experiência de um movimento eclesial católico, o Movimento dos Focolares (MF) e concretizar-se no campo da economia e do mercado.

A racionalidade de comunhão permeia todas as dimensões da EdC, principalmente os três pilares centrais: a empresa, a formação de “homens novos”, com a difusão da cultura da partilha, e os destinatários da partilha do lucro, os pobres.

1.2.1 A empresa e a visão dos críticos

A empresa pode ser considerada a estrutura-base ou célula da EdC, uma vez que a proposta central da Economia de Comunhão é colaborar na erradicação da desigualdade social mediante a partilha do lucro de empresas que livremente aderem a este objetivo. A EdC não propõe, portanto, a implantação de ONGs ou de fundações, mas de empresas inseridas no mercado.

Cabe observar que as empresas de Economia de Comunhão não são obrigadas a possuir uma determinada personalidade jurídica, ou seja, todo e qualquer tipo de empresa pode aderir ao projeto, inclusive cooperativas.

Uma das críticas mais recorrentes ao projeto é justamente o fato de ser constituído fundamentalmente por empresas do tipo capitalista o que, a princípio, as colocaria ao lado das outras empresas sem apresentar novidade substancial. Por exemplo, diz Carvalho na conclusão de sua tese:

Conforme discutido nos capítulos anteriores, as propostas de combate à pobreza nascidas no cerne do capitalismo e que apresentam o empresário como principal ator social, como é o caso da Economia de Comunhão, embora possam trazer benefícios pontuais e imediatos, acabam por serem funcionais ao neoliberalismo à medida que não promovem alterações estruturais, agravando a situação ao invés de atenuá-la: aumentam o poder das empresas sobre a sociedade e a dependência e submissão dos pobres trabalhadores, restritos a serem objetos e não sujeitos de sua história. (Carvalho 2007: 127)

Latouche segue na mesma direção ao afirmar que:

A EdC é uma experiência que, um século depois, retoma de modo quase caricatural tanto a reflexão da economia política cristã, quanto a prática do capitalismo filantrópico. [...] O projeto não coloca realmente em questão a economia no seu coração produtivo. Somente a *posteriori*, no momento de se colocar em comum o lucro, é que a moral evangélica ou a solidariedade leiga intervêm, em uma perspectiva de comunhão. Disso resulta que a mensagem evangélica não coloca em discussão o funcionamento do mercado segundo suas

lógicas profundas e, mais uma vez, se torna o remédio para as injustiças, sem que o problema da justiça econômica seja realmente enfrentado. (Latouche apud Crivelli; Gui 2009: 26)

Entendemos que é importante e possível responder a essas críticas uma vez que estar ao lado de empresas capitalistas e inseridas no mercado é uma característica da EdC que, contudo, se propõe a colaborar na transformação do capitalismo sem colocar-se contra o sistema, mas a partir dele próprio. Lubich em uma sua mensagem endereçada aos agentes EdC reunidos em um congresso internacional, realizado em Roma, em 2007, invoca todos os agentes EdC a criar novas estruturas nas empresas, inspiradas no carisma da unidade, porque: “A EdC não alcançará a sua plena maturação até que o “vinho novo” do carisma da unidade encontre “odres novos” apropriados a este consonante (Lubich 2007). Buscar a transformação do sistema capitalista a partir dele mesmo está em consonância com a Teoria dos Sistemas Sociais que afirma o fato de que um dado sistema se modifica a partir dele próprio. Portanto, a EdC:

Está presente dentro da economia de mercado.
Dá atenção tanto à produção quanto à distribuição da riqueza.
Liberdade de participação.
Empenho que ultrapassa as fronteiras da empresa (Molteni 1999: 692)

Consideramos importante trazer essas críticas, a fim de pontuar que a EdC está inserida no sistema vigente, mas busca modificá-lo a partir de dentro, mediante a procura de soluções estruturais para colaborar na solução da desigualdade social a partir da inclusão do sujeito excluído, por meio da criação de postos de trabalho e da partilha do lucro. Ademais, a adesão à EdC é marcadamente subjetiva, e por isto, a sua eficácia depende das escolhas e das ações de seus agentes, se são ou não coerentes com a proposta, sem que haja uma estrutura rígida de controle, uma vez que uma de suas características é a adesão na liberdade, tanto que o nome completo do projeto é Economia de Comunhão na Liberdade. Contudo, se a empresa considerada tradicional é a estrutura central da EdC, também podem aderir a ela empresas *nonprofit* (sem fins lucrativos). Isto porque, embora o lucro seja um elemento fundamental do projeto, pois a finalidade originária é a partilha deste, visando melhor distribuição da riqueza produzida, ao longo do percurso transcorrido pelos empresários e agentes EdC constatou-se que há também outras formas de partilha e de comunhão atuadas no âmbito da Economia de Comunhão.

A estrutura central da EdC é representada pelas empresas ou organizações produtivas de várias formas jurídicas, inclusive não lucrativas (*nonprofit*, empresas sociais e civis, cooperativas, associações) que decidem adotar na própria prática a cultura e os valores da EdC. (Commissione Internazionale di EdC 2011a)

De fato, inserir a categoria da comunhão nas relações dentro da empresa e no mercado vai além da partilha do lucro. As empresas EdC funcionam em uma economia de mercado, mas se propõem a estar no mercado introduzindo neste uma outra forma de conceber o próprio mercado, visto como espaço de relações marcadas não apenas pelo interesse e pela maximização do lucro. São empresas abertas a gerar relacionamentos de reciprocidade, de comunhão, dispostas a participar da produção e da redistribuição da renda de modo solidário.

Embora as empresas EdC não se distingam do perfil organizacional e jurídico das normais empresas *for profit*, sem dúvida, elas fazem parte do conjunto de empresas que procuram ir além dos usuais princípios clássicos empresariais. Para as empresas EdC, como para as organizações que compõem a diversidade do mundo dos negócios civis e/ou negócios sociais (um termo útil para marcar esse universo seria: OMI, "organizações movidas por um ideal"), a produção econômica mais vantajosa para o proprietário do capital não é o principal objetivo de suas ações. (Crivelli 2011)

Uma das características fundamentais da EdC está no fato de que a empresa é concebida enquanto comunidade, espaço de encontro entre pessoas, inclusive na esfera do trabalho e das relações comerciais e de mercado. Ideia esta que transcende a concepção do mercado apenas como espaço de relações instrumentais (Bruni 2005:68).

A noção de propriedade privada é ressignificada pela EdC na esteira da doutrina social da Igreja Católica e é vista como meio, um instrumento para se alcançar um determinado fim: a comunhão.

Desde o início, a cada ano, se contabilizava o total das empresas EdC. Em 2008 não foi realizada a contagem e deu-se início a um censo mais completo sobre os dados EdC, um trabalho minucioso, concluído em 2010. Os dados de 2009 são parciais, indicam apenas os números totais das empresas contabilizados na metade do censo⁴⁴.

⁴⁴ Em 2008 deu-se início a um novo censo EdC, com a conseqüente interrupção das informações estatísticas referentes ao número de empresas inseridas no projeto. A Comissão Internacional de Economia de Comunhão julgou válido publicar em 2010 os dados conclusivos do censo acompanhados dos números de empresas EdC contabilizados até setembro de 2009, na metade do curso do trabalho censitário, por entender que havia qualidade indicativa relevante: "O processo de verificação das empresas no mundo e de todos os seus dados durou mais de um ano, concluindo-se em setembro de 2010. Publicamos os novos dados de setembro de 2010. Os dados de setembro de 2009, da metade do processo, oferecem uma indicação" (Comissão Internacional de Economia da Comunhão 2010: 7).

Segue um quadro estatístico do número de empresas de 1992 a 2012, subdividido segundo os continentes. Considera-se importante para a análise observar que a partir de 2003, decidiu-se mudar o critério segundo o qual uma atividade econômica seria concebida como inserida na EdC, isto é, passou-se a considerar apenas empresas, excluindo da estatística atividades produtivas pouco estruturadas (Menegassi 2007:57), o que influenciou na diminuição do número de empresas no mundo: em 2003 havia 797 empresas, em 2004, 756; em 2005, 735 e em 2006, 754. Houve, portanto, variações mais negativas que positivas. A diferença negativa de 2003 para 2004 foi de 41 empresas; de 2004 para 2005, de 21 empresas, o que representa uma variação negativa de 62 empresas de 2003 para 2005. Em 2006, o número subiu para 754, marcando uma diferença positiva em relação a 2005 de 19 empresas, com uma consequente diminuição da diferença negativa entre 2003 e 2006 em relação a 2003 e 2005 de 62 para 43 empresas. Em 2007, o número de empresas permaneceu estável: 754.

Ao verificar os dados fornecidos pelo quadro, é possível perceber que nos cinco primeiros anos da EdC houve um crescimento anual no número total das empresas entre 22,56% (1994 em relação a 1993) e 37,81% (1995 em relação a 1994). A partir de 1997, este percentual de crescimento anual começou a declinar. Em 2000, houve um crescimento negativo de 1,18%, tendo, o número das empresas, retomado o crescimento positivo no ano seguinte, na casa dos 2,21%. O mesmo crescimento negativo foi verificado em 2004 (5,15%) e 2005 (2,78%). A diminuição do número das empresas ocorrida em 2004 e 2005 pode ser atribuída à mudança no critério de contagem das mesmas, como dito acima, isto é, passou-se a considerar somente empresas, deixando fora da estatística as atividades produtivas pouco estruturadas.

Em 2009, na metade do trabalho censitário, o número total das empresas EdC chegou a 760, indicando um crescimento de 0,80% em relação a 2007. A partir de então, o número de empresas EdC continua a crescer: em 2010 chegou a 797 (4,87% em relação a 2009), em 2011, 840 (5,40% em relação a 2010) e em 2012, 861 (2,5% em relação a 2011).

Desde o início da EdC, portanto de 1991 a 2012, considerando o crescimento total e não somente anual, o número de empresas EdC cresceu 258,75% em 21 anos, uma média de 6,27% ao ano.

Em 2010 o critério de avaliação para definir uma empresa EdC voltou a ser modificado – o que pode ter contribuído para o aumento do número de empresas em 2011. Isto ocorreu porque a EdC deu seus primeiros passos para além de si mesma, envolvendo empresas não diretamente inseridas no projeto. Segundo os dados deste último censo, foram verificadas três categorias de adesão à EdC:

- Empresas com compromisso explícito de adesão ao projeto;
- Atividades, isto é, iniciativas não constituídas formalmente, como artesanatos, manufaturas, etc., orientadas à EdC;
- Empresas e atividades de pessoas que vivem a mesma cultura⁴⁵ que subjaz a EdC, colaboram, sentem-se parte do projeto, porém, sem terem formulado um compromisso formal de adesão. Essas foram consideradas empresas simpatizantes.

Voltar a considerar as atividades poucos estruturadas e incluir nas estatísticas das empresas EdC as classificadas como simpatizantes é importante porque indica a centralidade da cultura que anima a ação dos agentes EdC – a cultura de comunhão – entendida neste trabalho como possível propulsora da EdC para além de si mesma. Cultura esta não vinculada apenas às empresas EdC em senso estrito, mas que começa a orientar a ação de pessoas que atuam fora das estruturas do projeto.

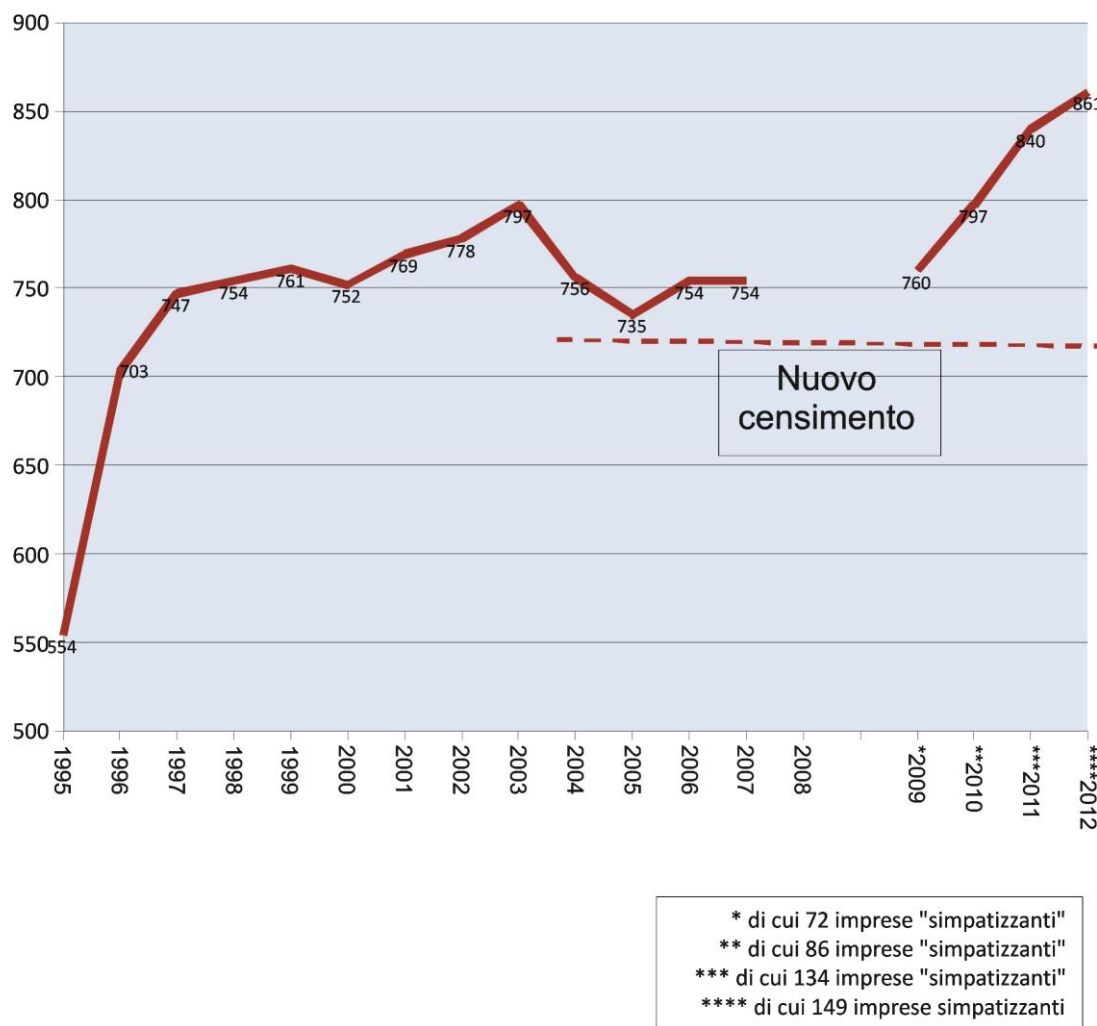
Tabela 1a-número de empresas EdC por continente e ano de 1992 a 2007

Cont.	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Europa	132	161	208	336	430	448	477	478	469	481	486	469	455	458	463	463
Ásia	10	19	23	23	32	37	35	36	38	40	47	42	42	32	27	29
África		1	2	6	14	11	15	11	13	9	9	9	4	2	8	6
América	99	144	166	184	220	244	220	221	217	224	230	269	250	241	254	254
Oceania	1	3	3	5	7	7	7	15	15	15	6	8	5	2	2	2
Total	242	328	402	554	703	747	754	761	752	769	778	797	756	735	754	754

⁴⁵ Por cultura que subjaz a EdC, este trabalho entende novos modos de ser, de fazer e de viver impressos no cotidiano profissional e familiar dos agentes sociais que contrastam e superam a racionalidade e a prática capitalista (Pinheiro 2000). Cultura esta oriunda da espiritualidade da unidade, também chamada de cultura do dar ou cultura de comunhão, fundamento da racionalidade de comunhão.

Tabela 1b – número de empresas EdC por continente e ano de 2008 a 2012

Cont.	2008	2009	2010	2011	2012
Europa	-	-	506	498	501
Ásia	-	-	25	23	25
África	-	-	6	27	43
América	-	-	260	292	292
Oceania	-	-	0	0	0
Total	-	760	797	840	861

Gráfico 1. Número de empresas EdC de 1995 a 2012

Fonte: Rapporto EdC 2011/2012 – Comissão Internacional de EdC⁴⁶

⁴⁶ Tradução das legendas do gráfico 1: nuovo censimento – novo censo; *di cui 72 imprese simpatizzanti – das quais 72 empresas simpatizantes; **di cui 86 imprese simpatizzanti – das quais 86 empresas

Ainda de acordo com a evolução do número de empresas EdC, verificamos que há uma maior adesão ao projeto na Europa e nas Américas. Muito provavelmente este maior desenvolvimento está ligado ao fato de que também nesses continentes há um maior desenvolvimento do próprio Movimento dos Focolares. Nos últimos anos, porém, houve um aumento muito significativo da adesão a EdC no continente africano que de 8 empresas em 2006, passou a 43 em 2012.

O impulso decisivo deste desenvolvimento se deu após a realização da Escola Pan-Africana de EdC, realizada em Nairóbi em janeiro de 2011, durante a qual aconteceu algo especial: a EdC foi compreendida como caminho “adequado para a África”, para o desenvolvimento da pessoa e das comunidades, por meio de uma formação específica à cultura de comunhão, fundamento de um novo estilo de empreender. Desse modo multiplicaram-se pequenas empresas e outras, já em funcionamento aderiram, com o objetivo de criar postos de trabalho, de salvaguardar a cultura local e abrir-se ao diálogo com outros povos, instaurando relações de fraternidade e de igualdade. (Cruz 2012: 4)

Desde os primórdios da EdC a distribuição do lucro é concebida como meio para colaborar com uma mais justa distribuição da riqueza. Zamagni identifica na EdC a característica de contradizer a visão do mercado como espaço ideal-típico, cujas ações são motivadas somente pelo auto-interesse. O autor afirma que a EdC demonstra que é possível “utilizar o mercado para produzir riqueza de modo eficiente, mas também para redistribuí-la, de acordo com algum cânone de igualdade” (Zamagni 1999: 735). Cillerai (2002) afirma que a tríplice repartição do lucro de uma empresa confere ao lucro um valor social:

Expresso seja na continuidade empresarial à qual estão vinculados todos os que têm a empresa como fonte de remuneração para o próprio sustento, seja na formação contínua de uma nova cultura inspirada nos princípios da solidariedade humana, seja no apoio a quem se encontra na pobreza, criando um lucro com valor social ou um lucro de partilha. (Cillerai 2002: 374-375)

De fato, o lucro é um elemento importante do projeto, pois é um dos instrumentos basilares que permitem colaborar para a erradicação da miséria. De acordo com Crivelli (Crivelli; Gui 2009: 21-40) as empresas movidas por um ideal podem ser classificadas em três tipos: empresas cuja atividade econômica serve de modo indireto para resolver problemas sociais; empresas que surgem com o objetivo de contribuir de modo direto para a solução dos problemas sociais; empresas que, ao lado de uma específica finalidade social, se propõem humanizar a economia de mercado.

simpatizantes; ***di cui 134 imprese simpatizzanti – das quais 134 empresas simpatizantes; ****di cui 149 imprese simpatizzanti – das quais 149 empresas simpatizantes.

O primeiro tipo de empresa surgiu nos Estados Unidos com o objetivo de financiar organizações sem fins lucrativos; não se preocupam tanto se a sua atuação se dá ou não de forma diferenciada em relação às demais empresas. Esta escola, denominada *Social School*⁴⁷ atua na esfera *for profit* (com fins lucrativos) sem considerar a importância de atuar segundo os princípios de uma atividade *nonprofit* (sem fins lucrativos – empresas e/ou atividades do terceiro setor). A função social se realiza em um segundo momento, quando o lucro é repassado, em parte ou na sua totalidade, para uma determinada organização social vinculada à empresa.

Em outras palavras, esta escola não reconhece a utilidade de atuar, na esfera *for profit* em sintonia com a *mission* da instituição *nonprofit* por ela financiada. O objetivo social é perseguido em um segundo momento, uma vez que o lucro foi produzido. [...] A dimensão valorativa deste tipo de empresa é indireta e se exprime no fato de que a finalidade do lucro não é a remuneração do capital e/ou do empreendedor, mas a doação destes a organizações que, essas sim, produzem “valor social”. (Crivelli; Gui 2009: 24-25)

As empresas de EdC apresentam semelhanças com este tipo de empreendimento, pois a partilha do lucro produzido por elas forma um fundo internacional de ajuda a pessoas em situação de pobreza, gerenciado por uma Ong – AMU (Azione Mondo Unito, do Movimento dos Focolares). No entanto, a EdC possui outras características que vão além deste tipo de empreendimento, pois suas empresas não têm como única preocupação a geração de riqueza com o intuito de fomentar e financiar ações sociais, mas buscam se transformar em um espaço de comunhão, a fim de construir relações de mercado não apenas instrumentais. As empresas de EdC se preocupam em atuar segundo os mesmos valores perseguidos pela AMU e por todos os envolvidos no projeto, empresários ou não.

Ainda segundo Crivelli; Gui (2009), da *Social Enterprise School* deriva uma segunda escola, denominada *Social Innovation School*. Enquanto a primeira funciona de modo fundamentalmente instrumental, no sentido de que empresas *for profit* financiam empresas sociais ou *nonprofit*, a segunda busca renovar a atividade empresarial de modo que possam produzir inovações sociais.

Exemplos deste tipo de negócio são os Yunus Grameenbank (cujo banco se empenha em oferecer serviços de microcrédito para mulheres e em geral, para pessoas que não tinham

⁴⁷ Para maiores aprofundamentos, ver: DEES, J. G.; ANDERSON, B.B. 2006. Framing a theory of Social Entrepreneurship: building on two schools of practice and thought. *Research on Social Entrepreneurship, Arnova Occasional Paper Series*. Vol. 1, n. 3: 39-66; CRIVELLI, Luca; GUI, Benedetto. 2009. Le imprese di Economia di Comunione sono anch'esse imprese sociali?. *Impresa Sociale*, Trento, n.3 (jul./set.): 21-40.

acesso ao crédito), mas também nesse caso o próximo passo é articulado em microcrédito, que Yunus chama de "negócio social", que envolve o mesmo Grameen e várias empresas multinacionais (Danone, Adidas, Intel, BASF, Pfizer, etc.) dando início a empresas que possam satisfazer as necessidades básicas de pessoas vulneráveis, ao menor preço possível, excluindo, a priori, a distribuição dos lucros aos detentores de capital. (Crivelli 2011)

Esta segunda abordagem se concentra na figura do empreendedor que busca caminhos inovadores para transformar empresas *nonprofit* em produtoras de renda, tornadon-se capazes de autofinanciar suas atividades (Crivelli, Gui 2009:27).

Aqui está a novidade [...] Tomando emprestado métodos e instrumentos tanto do mundo dos negócios quanto da esfera *nonprofit*, o empreendedor social consegue criar valores, sustentáveis no tempo e com potencial de impacto em vasta escala, descobrindo modalidades novas e melhores para enfrentar os problemas sociais e para satisfazer as necessidades da comunidade. (Crivelli; Gui 2009: 27)

O ponto de semelhança entre este tipo de empresa e a EdC pode ser identificado no fato de as empresas EdC incluírem em seus quadros de trabalho pessoas que se encontram vulneráveis, como, por exemplo, sem adequada formação profissional, a fim de qualificá-las. Esta é uma das funções dos pólos empresariais de Economia de Comunhão: gerar postos de trabalho e favorecer a população de seu entorno criando oportunidades de trabalho e de formação profissional.

O terceiro tipo de empresa reúne as organizações que além de possuírem uma finalidade social, têm por objetivo humanizar a economia de mercado. Buscam produzir riqueza e justiça.

Nesta terceira categoria podem ser introduzidas ainda as organizações de comércio justo e solidário, os princípios da chamada economia civil, tais como as cooperativas sociais europeias (particularmente aquelas que se dedicam a proporcionar emprego para os desfavorecidos, dando atenção especial à participação dos trabalhadores-associados e a uma governança corporativa que envolve todas as partes interessadas), e ainda as experiências da economia social e comunitária na América Latina. (Crivelli 2011)

Também neste caso é possível encontrar convergência com as empresas de EdC. De fato, a EdC se propõe a humanizar a economia a partir da criação de valores diferenciados, que, no tempo, poderiam colaborar na transformação do sistema econômico a partir dele próprio.

Portanto, as empresas de Economia de Comunhão de um lado possuem semelhanças com características desses três tipos de empresa apresentados

anteriormente, de outro, não podem ser definidas apenas por um deles, além de possuir elementos não encontrados em nenhum deles.

Ainda segundo Crivelli (2011) a identidade da EdC deve ser buscada em um outro lugar. Este trabalho se propõe a traçar tal identidade no quinto capítulo, no qual serão levantados os princípios que fundamentam a prática da Economia de Comunhão. No entanto, considera-se importante observar que alguns dos elementos peculiares da EdC são a gratuidade e a reciprocidade de comunhão.

A gratuidade é a categoria que permite que se estabeleçam no interior da empresa e entre a empresa e seu entorno, seja ele social (fornecedores, concorrentes, consumidores, população da circunvizinhança), seja ele ambiental, relações não apenas utilitaristas. É a categoria que motiva a ação dos agentes sociais na direção da solidariedade e da fraternidade, como também na direção da partilha do lucro em lugar do acúmulo legitimado pelas normas de conduta social e pela legislação empresarial. De acordo com a gratuidade, o outro não é algo a ser utilizado, mas *alguém* com quem é possível estabelecer uma relação. Este outro pode ser também compreendido como empresa, instituição (Cruz 2009:58).

A empresa é de comunhão se constrói a própria identidade ao redor da gratuidade, se a valoriza como pérola preciosa e não tenta transformá-la sempre em contrato. [...] De que modo? Antes de tudo, tentando permanecer “social”, mesmo sendo totalmente “empresa”, desenvolvendo uma cultura empresarial da gratuidade, que deve impregnar toda a visão empresarial. Além disso, essa cultura deve traduzir-se em normas e procedimentos, em boas práticas, em “governança de gratuidade”, envolvendo o cotidiano da empresa. (Bruni 2005: 48)

Relações de reciprocidade pertencem ao mundo dos negócios e da economia, porém caracterizadas por trocas de equivalentes. O contrato é uma das principais formas de regular e expressar tal tipo de reciprocidade. A Economia de Comunhão não rejeita ou anula este tipo de reciprocidade, antes, a contém, no entanto a transcende, incluindo nas relações a reciprocidade de comunhão⁴⁸.

Ainda dentro do âmbito empresarial, no ato de fundação do projeto, Lubich propôs a criação de polos empresariais de Economia de Comunhão com duas finalidades básicas: dar visibilidade ao projeto e funcionar como laboratório de Economia de Comunhão. No Brasil, além do Polo Spartaco, situado em Cotia (SP), há o

⁴⁸ No Capítulo 5 trataremos das questões da racionalidade de comunhão, da gratuidade, da reciprocidade, do lucro e da propriedade de forma mais aprofundada e relacionada com a demonstração e justificação de nossas hipóteses.

Polo Ginetta, em Igarassu (PE). No mundo há ainda outros cinco polos: em O'Higgins, na Argentina, o Polo Solidaridad; em Loppiano, Itália, o Polo Lionello; em Bruxelas, Bélgica, o Polo Rotselaar; em Zagreb, Croácia, o Polo Krizevci e em Portugal, o Pólo Giose Guella. Há outros três polos em fase de implantação: nas Filipinas, na Alemanha e o Polo François Neveux, em Benevides (PA).⁴⁹

Baseando-se na inspiração originária, a EdC suscita a implantação de pólos produtivos, junto às Mariápolis permanentes – pequenas cidades do Movimento dos Focolares – das quais são parte integrantes. Os pólos, sinal de testemunho e de atuação do projeto, são um elemento essencial da EdC e tornam o projeto completo em uma dada região e/ou país. (Commissione Internazionale di EdC 2011a)

O Polo Spartaco (Cotia-SP) e empresas de EdC situadas na cidade de São Paulo e em cidades circunvizinhas constituem o espaço social determinado como campo de pesquisa para este trabalho.

A partilha do lucro é uma das características essenciais da EdC e tem motivado inúmeras reflexões sobre a condução da EdC após 23 anos de atuação, sobretudo no que diz respeito ao modo de como colaborar para uma mais efetiva emancipação da pessoa ajudada e, conseqüentemente de uma maior colaboração para o desenvolvimento social.

No entanto, este trabalho não se propõe a verificar a eficácia da ajuda dada às pessoas necessitadas e sim a possibilidade de a EdC expandir-se para além dela mesma e do MF ou se há o risco de permanecer um nicho⁵⁰.

1.2.2 Os destinatários do lucro: o pobre e a formação de “homens novos”

O destinatário do lucro, o pobre a pessoa ajudada... Toda vez que entramos neste tema com os agentes da EdC percebemos uma certa insatisfação ou a inexistência de um termo que expresse de modo satisfatório a identidade de um dos sujeitos da Economia de Comunhão: o pobre. Talvez isto ocorra por se tratar de um empreendimento ou de uma ação social marcada pela fraternidade e todas as formas utilizadas até o momento

⁴⁹ Dados extraídos do site oficial da Economia de Comunhão (www.edc-online.org), atualização de 4 de maio de 2014.

⁵⁰ Este pode ser considerado um dos limites do nosso trabalho, assumido de forma consciente, uma vez que se tornaria demasiadamente amplo verificar a eficácia da ajuda de EdC recebida por pessoas em situação de pobreza. Há outros pesquisadores, entre os quais a socióloga Dra. Licia Paglione (Itália) que se dedica a este tema, com quem tenho a oportunidade de trocar ideias e refletir junto sobre questões relativas à Economia de Comunhão.

parecem carregadas de um valor semântico que não exprime a novidade proposta pela EdC, isto é, que a pessoa ajudada, o pobre, não é apenas um beneficiário do projeto, mas um sujeito ativo neste processo de comunhão.

De fato, a EdC não se propõe a ser uma atividade filantrópica ou caritativa, mas inclusiva: ela atua a fim de incluir o excluído na atividade econômica e, a partir dela, na esfera social, garantindo a sua dignidade de pessoa. Portanto, na EdC busca-se estabelecer relações paritárias, nas quais quem recebe também dá, isto é, doa também suas necessidades e possibilidades – nem sempre de cunho econômico –, que entram no circuito da comunhão.

Como foi dito, o objetivo central da EdC é a partilha do lucro segundo as três finalidades anteriormente descritas. No entanto, é importante ressaltar que os pobres, os destinatários de uma parte do lucro, não são considerados assistidos ou beneficiários da empresa, mas parte integrante do projeto, ao qual doam as suas necessidades, numa relação paritária, de comunhão. Este fato sinaliza para uma relação não assistencialista e nem filantrópica, o que frequentemente caracteriza a ajuda dada aos pobres. Eles são tão membros do projeto quanto os empresários e os trabalhadores. O objetivo primordial da EdC é colaborar para a erradicação da pobreza, mediante a emancipação financeira da pessoa, ou seja, fornecer-lhe os meios para garantir renda e sustento suficientes para si e a família quando necessário, porém, como resultado de um processo de comunhão. (Cruz 2009: 50)

Assim, a EdC atua segundo a lógica da inclusão em contraste com a lógica da exclusão (Assmann: 1994), também, mas não somente, no sentido dado por Assmann, que afirma a necessidade da “expansão do mercado interno, mediante uma política de distribuição da riqueza e socialização da renda” (ibidem 1994: 6). A EdC demonstra que atua nesta direção seja mediante a partilha do lucro seja mediante a criação de postos de trabalho. No entanto, ela inclui a pessoa necessitada no processo como sujeito ativo, protagonista no seu percurso emancipatório, pois ela deve doar a própria necessidade e ao receber a ajuda deve transformá-la em bem social, isto é, a ajuda deve ser um estímulo moral, mas também material, para que o sujeito se torne economicamente autônomo ou por ter se profissionalizado ou por ter alcançado condições físicas e morais para ingressar no mercado de trabalho ou para melhorar a sua condição neste mesmo mercado.

No entanto, a EdC não considera sujeito ativo apenas a parcela da população que pode ser economicamente ativa. Também as pessoas que não podem gerar renda ou por motivo de saúde ou por idade, por exemplo, é considerada protagonista neste processo e

deve gerenciar a própria renda mediante consumo responsável e ético, como resposta de reciprocidade social.

É importante precisar que essas escolhas que caracterizam o protagonismo dos agentes EdC se dão na liberdade, sem coerção ou pré-condições, isto é, se materializam em relações de gratuidade. Isto significa que não há um contrato que determine as condições ou compromissos de resposta que a pessoa ajudada deve assumir em relação à EdC ou à sociedade. A reciprocidade acontece por ser motivada pela relação em si, na qual dar e receber estão no mesmo plano de importância e no conjunto geral das ações de cada um. Os agentes ora estão no polo de quem dá, ora no polo de quem recebe: ajuda financeira, necessidades, tempo, escuta, ajuda material e não apenas financeira, disponibilidade, etc.

A partilha do lucro das empresas EdC se dá em escala mundial, mediada pelas comissões regionais de EdC e pela Comissão Central⁵¹. Disso resulta uma comunhão internacional tanto dos recursos quanto das necessidades. Assim sendo, há países que dão mais do que recebem em termos financeiros, pois a distribuição procura responder às necessidades de cada região. Por esta razão, regiões mais pobres recebem mais do que partilham.

Ao longo dos anos, pode-se verificar uma evolução também no modo de se conceber os tipos de ajuda, tendo sido identificadas três modalidades:

Apoio ao desenvolvimento profissional e ao emprego por meio de projetos de financiamento de pequenas empresas, e em alguns casos, mediante o microcrédito, a pessoas que se encontram em dificuldade econômica, também com o intuito de gerar postos de trabalho.

Assistência em situações de emergência. Este tipo de ajuda tem por objetivo dar auxílio a pessoas que vivem uma pobreza conjuntural: em situações de guerra ou de impossibilidade de se manterem com o próprio trabalho. Nesses casos, a ajuda da EdC cumpre a função de um atenuante social, sem o qual muitas pessoas não teriam acesso, por exemplo, a uma alimentação adequada ou a um tratamento de saúde necessário, porque tanto o Estado quanto a família deixaram de desempenhar a função de dar apoio e suprir tais necessidades.

Ajuda para a educação e formação profissional. Oferece subsídio para estudantes do nível médio e universitário, além de garantir transporte, material didático e alojamento para alunos que, por motivo de distância, devem morar em centros universitários. Há também o subsídio para cursos de informática profissionalizantes para adolescentes. (Segreteria Internazionale dell’Economia di Comunione: 2008)

Conforme os princípios da EdC a partilha do lucro deve ser orientada a três finalidades básicas, como já mencionado: reinvestimento na própria empresa, a fim de

⁵¹ Comissão Central EdC e Comissão Internacional EdC são termos sinônimos para indicar a estrutura de coordenação internacional da EdC, com sede em Grottaferrata (RM).

garantir o desenvolvimento da mesma e a criação de postos de trabalho; ajuda a pessoas em situação de pobreza visando a emancipação do sujeito; formação de homens novos, expressão emprestada do apóstolo Paulo, que, na EdC, se refere a pessoas que tenham uma cultura nova, a cultura de comunhão e da partilha. Esta parte do lucro visa a difusão da cultura do dom, de modo que os valores e princípios da EdC possam expandir-se e contribuir para uma mudança cultural que busque construir as relações sociais baseadas na cooperação, na solidariedade, na comunhão.

Se nasceu a Economia de Comunhão é porque existe um contexto de cultura peculiar que está criando um mundo novo: a cultura do dar. Madre Teresa dizia: “O que é dar? É o amor em ação”. Portanto, se quisermos amar, devemos chegar à ação, portanto, ao dar. (Lubich 2001a: 67)

Em 2001 o total de pessoas diretamente beneficiadas pela EdC chegou a 12 mil. Atualmente, este número caiu para três mil. Esse dado indica que, por meio da partilha do lucro das empresas EdC, está sendo alcançado o objetivo de solucionar o problema da pobreza no interior da comunidade dos Focolares. Também por esta razão, a EdC caminha para fora das fronteiras do Movimento dos Focolares, num processo lento de evolução em termos estruturais, com a implantação do micro crédito, com o incremento da formação profissional e com o fomento de novas empresas que possam gerar postos de trabalho.

Ao lado da partilha do lucro há também a comunhão de bens feita por pessoas físicas, não obrigatoriamente vinculadas a empresas, denominada contribuição pessoal para pessoas em situação de pobreza, comunhão esta que se associa à partilha do lucro, formando um único fundo de auxílio. Esta parte é destinada somente a atividades de assistência.

O total da comunhão do lucro das empresas de Economia de Comunhão, referente às duas partes – ajuda a pessoas em situação de pobreza e formação de “homens novos” – em 2012 foi de € 1.329.239,00, sendo € 780.604,00 oriundos da partilha do lucro e € 548.635,00 oriundos da contribuição pessoal (Commissione Internazionale di Economia di Comunione: 2012) A parte destinada ao reinvestimento na própria empresa não é repassada às comissões e fica sob a responsabilidade da empresa, isto é, a Comissão Central de EdC não gerencia esta parcela do lucro.

A tabela seguinte apresenta o montante das entradas provenientes dos dois tipos de comunhão – lucro das empresas e contribuição pessoal⁵² – e das saídas relativas tanto aos projetos de desenvolvimento e assistência, quanto às atividades de formação de “homens novos”, por região e por tipo de atividade.

Tabela 2 – Síntese de entradas e saídas da EdC 2011/2012

Região - País	Lucro das empresas entrada	Saída para os pobres					Saída para a cultura do dar		Contribuição pessoal	Saída para os pobres			
		Atividades produtivas	Escolarização	Integração renda	Saúde	Habitação	Formação	Estrutura e imprensa		Escolarização	Integração renda	Saúde	Habitação
ALBÂNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.904	1.722	1.640	1.384
ARGÉLIA	0	0	480	900	500	0	0	0	0	0	0	0	0
ANGOLA	0	0	2.050	0	3.936	2.870	0	0	0	0	0	0	0
ARGENTINA	47.907	0	0	0	0	0	20.000	32.313	9.546	6.704	22.325	15.072	11.856
AUSTRÁLIA	0	0	0	0	0	0	0	0	6.442	0	0	0	0
ÁUSTRIA	8.575	0	0	0	0	0	0	0	10.799	0	0	0	0
BÉLGICA	161.933	0	0	0	0	0	0	0	11.312	0	0	0	0
BRASIL	121.937	0	48.419	0	0	0	0	15.000	37.077	20.956	85.484	75.045	13.217
REP. CAMARÕES	0	0	1.250	3.360	1.950	1.320	0	0	0	0	820	1.170	0
CANADÁ	7.972	0	0	0	0	0	0	0	699	0	0	0	0
CHILE	3.798	40.000	0	0	0	0	0	0	1.978	13.690	3.785	4.731	2.523
CHINA	0	0	0	0	0	0	0	0	11.609	328	0	630	392
COLÔMBIA	0	0	8.248	1.315	1.877	576	0	0	3.944	0	8.789	935	2.551
COREIA	0	0	0	0	0	0	0	0	9.865	3.280	984	0	0
COSTA DO MARFIM	0	10.230	533	0	410	0	0	0	0	0	0	1.230	0
EGITO	0	0	1.845	615	1.148	328	0	0	636	0	0	984	0
EL SALVADOR	0	0	0	0	0	0	0	0	3.986	3.903	18.949	10.345	4.198
FILIPINAS	50.724	0	13.415	820	1.640	410	8.000	5.000	3.924	16.996	15.175	5.070	4.522
FRANÇA	47.882	0	0	0	0	0	0	0	15.878	0	0	0	0
ALEMANHA	29.000	0	0	0	0	0	0	0	28.346	0	0	0	0
JAPÃO	365	0	0	0	0	0	0	5.490	10.015	0	0	0	0
JORDÂNIA	0	0	1.000	1.450	880	1.200	0	0	850	0	0	0	0
GRÁ-BRETANHA	2.390	0	0	0	0	0	0	0	5.300	0	0	0	0
HAITI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	210
ÍNDIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.996	806	240	403
IRLÂNDIA	1.800	0	0	0	0	0	0	0	3.250	0	0	0	0
ÍTÁLIA	62.314	0	0	0	0	0	0	0	177.957	0	1.000	0	7.514
QUÊNIA	0	0	1.532	6.500	1.394	2.214	0	0	509	0	0	1.928	0
LIBANO	0	0	0	2.651	1.711	2.437	0	0	3.672	1.366	595	1.129	0
LITUÂNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	280	1.410	350	0
MADAGASCAR	0	0	1.000	400	0	0	0	0	0	0	600	0	0
MALTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MÉXICO	359	0	0	0	0	0	0	0	4.797	5.945	2.665	1.681	0
NIGÉRIA	0	0	400	650	0	800	0	0	0	0	0	350	0
HOLANDA	3.864	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAQUISTÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POLÓNIA	250	0	0	0	0	0	0	0	3.446	3.280	4.510	3.280	7.790
PORTUGAL	0	0	0	0	0	0	0	0	10.648	0	0	0	0
REP. CHECA	0	0	0	0	0	0	0	0	3.856	1.435	1.353	1.066	1.271
REP. DEM. CONGO	0	0	4.428	4.141	10.168	4.879	0	0	0	0	0	4.264	1.025
RÚSSIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.838	4.428	2.870	2.542
S. DOMINGO	0	0	1.580	0	0	0	0	0	0	0	0	1.000	0
ESLOVÁQUIA	0	0	0	0	0	0	0	0	3.998	1.561	3.765	184	0
ESLOVÉNIA	0	0	0	0	0	0	0	36.000	4.882	0	0	0	0
ESPAÑHA	18.565	0	0	0	0	0	0	0	23.279	500	0	0	0
ÁFRICA DO SUL	0	0	0	800	500	700	0	0	280	0	0	0	0
SUDESTE ASIÁTICO	0	0	3.972	1.840	167	792	0	0	1.305	0	0	0	0
SUDESTE EUROPEU	1.282	0	51.037	36.693	2.952	5.707	6.000	0	3.674	0	7.193	8.954	15.350
SUIÇA	161.303	0	0	0	0	0	0	0	44.189	0	0	0	0
TERRA SANTA	0	0	1.230	492	246	0	0	0	1.150	0	738	3.444	492
TAILÂNDIA	1.136	0	8.036	0	0	574	0	0	2.256	0	0	574	0
TURQUIA	0	0	0	0	0	0	0	0	1.200	0	0	0	0
HUNGRIA	5.311	0	0	0	0	0	0	0	1.073	0	0	0	0
URUGUAI	0	34.081	0	0	0	0	0	0	2.216	3.444	984	14.834	0
ESTADOS UNIDOS	33.252	0	0	0	0	0	0	0	20.333	0	0	0	1.423
VENEZUELA	1.527	0	0	0	0	0	0	0	2.057	8.413	7.946	3.506	1.402
saldo ano precedente	8.159	0	0	0	0	0	0	0	20.000	0	0	0	0
Centros M. Focolares	0	0	0	0	0	0	200.000	0	36.390	0	0	0	0
TOTAL		84311	150454	62628	29480	24808	234000	93903	548635	105820	196025	166505	80075
Custos administ. Noticiários e web site a ser enviado		39.622						25.000					
saldo ano precedente								37.499			209		
TOTALE	780604	122933	150454	62628	29480	24808	234000	156302	548635	105820	196025	166505	80075

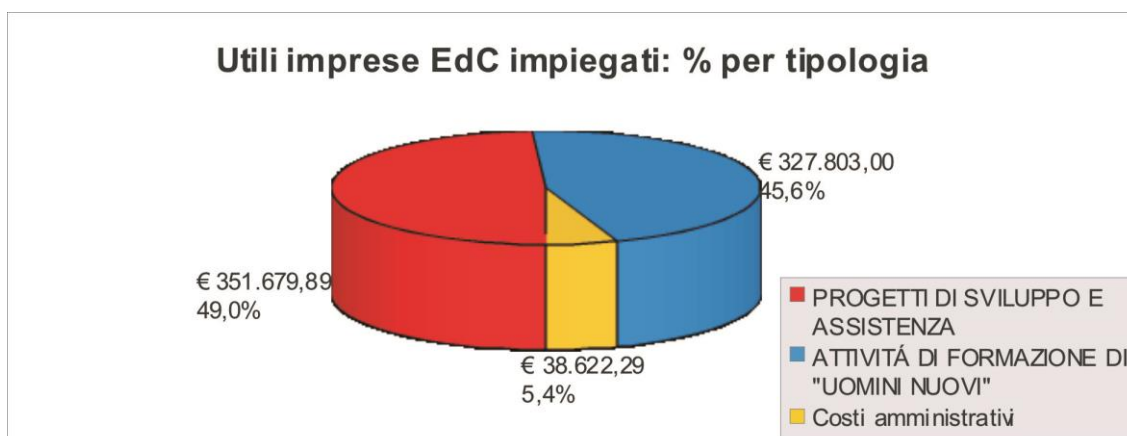
Fonte *Rapporto sulla destinazione degli utili EdC 2011/2012* - Commissione Internazionale di Economia di Comunione.

⁵² O valor recebido como contribuição pessoal é destinado apenas à assistência (alimentação, saúde e habitação).

Verificando-se os valores, percebe-se que o total da contribuição pessoal equivale a aproximadamente 70,28% do total procedente da partilha do lucro das empresas. Não se dispõe de dados estatísticos mais detalhados – como o número total de pessoas físicas que contribuíram, com a EdC, a fim de relacioná-las com o número total de empresas EdC - e não é preocupação deste trabalho fazer uma análise estatística. No entanto, tal aproximação dos valores pode indicar que a partilha do lucro das empresas possui um potencial de crescimento considerável, possivelmente associado ao incremento das empresas já existentes e por novas adesões; e que a comunhão de bens realizada por parte de pessoas físicas, já antes do lançamento da EdC, não foi atenuada.

O gráfico abaixo demonstra a utilização do lucro das empresas de EdC destinado para a formação de homens novos e para projetos de desenvolvimento e assistência.

Gráfico 2 - Emprego do lucro das empresas EdC: % por tipologia (em €)⁵³



Fonte *Rapporto sulla destinazione degli utili EdC 2011/2012* – Commissione Internazionale di Economia di Comunità

A partir desses dados, pode-se inferir que a formação de homens novos é assumida como prioridade dentro da EdC ao lado da ajuda a pessoas em necessidade, pois se acredita que a emancipação da pessoa, bem como mudanças estruturais na sociedade, exigem uma mudança de mentalidade, de cultura, no caso da cultura do acúmulo, do utilitarismo e do individualismo absoluto à cultura do dom, da partilha, da comunhão:

⁵³ Tradução da legenda:

Progetti di sviluppo e assistenza – Projetos de desenvolvimento e assistência.

Attività di formazione di “uomini nuovi” – atividades para a formação de “homens novos”.

Costi amministrativi – custos administrativos.

Na Economia de Comunhão não se consegue fazer nada se na base não estiver a cultura do dar que é o Evangelho. O Evangelho é amor, porque Deus é amor e nós devemos ser o amor. Amor significa concretamente dar. Sem dar, sem servir, sem ajudar, não há amor, existe sentimentalismo. Portanto, com certeza é necessário que na base exista uma transformação do homem velho em homem novo, como diz são Paulo e que, portanto, seja suprimido o egoísmo, que as divisões sejam eliminadas, que haja o amor e a unidade. Lubich (2001a: 66)

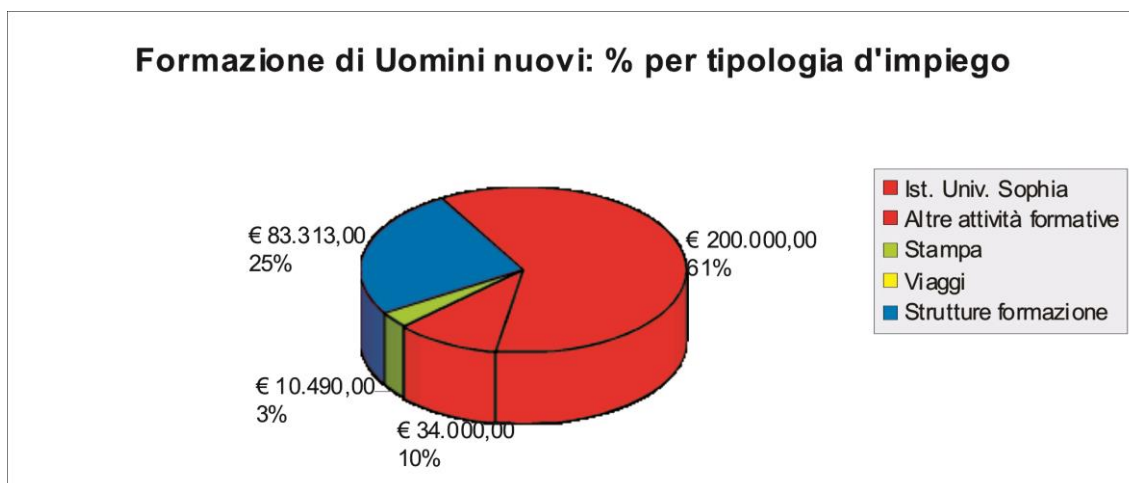
Este trecho de Chiara confirma a tese defendida no trabalho de dissertação “No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann” (Cruz 2009) de que a EdC é um meio de a religião, no caso cristã, influir em âmbitos não religiosos em uma sociedade secularizada e fragmentada, na qual a religião se apresenta como uma esfera – um sistema – ao lado de outras esferas, como a econômica, com a qual estabelece uma relação sistêmica. Ressalta-se que a EdC é motivada por valores oriundos do cristianismo vivido de acordo com um carisma específico, o carisma da unidade, típico do MF, expresso pela sua espiritualidade.

[...] A adesão à espiritualidade da unidade não se detém numa mística pessoal que leva à união com Deus separada da realidade social na qual vive e se move o fiel, mas que da prática da espiritualidade da unidade emerge uma cultura, um modo de pensar e de agir. A concepção de Deus como sendo amor extrapola o âmbito das consciências individuais e se materializa em relações sociais que constituem a comunidade dos Focolares, sofrendo um processo posterior, ao extrapolar também as fronteiras da comunidade, chegando a influenciar o ambiente social no qual vivem seus membros, seja no âmbito mais pessoal – privado – seja no âmbito público.

[...] a ação de seus membros – são motivadas na direção da prática do amor, mas de um tipo bem característico de amor e não de outro. Ou seja, o amor que confere sentido à ação dos membros do MF contém um valor semântico, um significado, próprio, oriundo da sua espiritualidade. (Cruz 2009: 35)

A parte dos lucros destinada à formação de homens novos, em 2012 foi utilizada conforme indica o gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Formação de Homens novos: % por tipo de emprego⁵⁴ (em €)



Fonte *Rapporto sulla destinazione degli utili EdC 2011/2012* – Commissione Internazionale di Economia di Comunione

O **Instituto Universitário Sophia**, fundado por Chiara Lubich em 2007, é uma instituição acadêmica internacional, com sede em Loppiano – Florença (Itália), que oferece cursos de mestrado e doutorado e tem por objetivo formar pesquisadores e estudiosos, tendo por base pedagógica e metodológica a interdisciplinaridade em um diálogo acadêmico intercultural, fundamentado no carisma da unidade. **Outras atividades de formação** se referem a cursos breves, simpósios e congressos. **Imprensa** se referem a publicações. **Viagens** diz respeito a viagens realizadas para promover cursos, congressos, visitas técnicas, etc. **Estruturas para a formação** diz respeito a construção e reforma de espaços físicos dedicados à formação humana e espiritual tendo por base a espiritualidade da unidade.

A formação de homens novos visava, em um primeiro momento, a formação dos membros do MF ao carisma da unidade, base cultural da EdC. Este objetivo permanece fundamental, mas a ele acrescentou-se um outro: criar, a partir da espiritualidade da unidade, uma cultura que possa generalizar-se dentro e fora das fronteiras do MF, influenciando, mediante o diálogo, outras esferas da vida social, inclusive a econômica. De fato, na carta de identidade da EdC lê-se:

⁵⁴ Tradução da legenda:

Ist. Univ. Sophia – Instituto Universitário Sophia.

Altre attività formative – outras atividades de formação.

Stampa – imprensa.

Viaggi – viagens.

Strutture formazione – estruturas para formação.

Quem, em qualquer nível, adere à EdC se compromete a viver à luz do carisma da unidade os valores e a cultura da comunhão, seja como indivíduo, seja nas organizações nas quais atuam, sendo animadores e promotores desta mesma cultura. De modo especial se comprometem, com ideias e com ações, a fazer com que a cultura de comunhão, do dom e da reciprocidade penetre cada vez mais no mundo da economia conferindo-lhe um ethos permeado dessa cultura, em todos os níveis. (Commissione Internazionale di EdC 2011b)

Em síntese, o presente capítulo teve por intuito apresentar o objeto desta pesquisa, a Economia de Comunhão, ressaltando o fato de ser originária de uma experiência religiosa, mas atuante na esfera econômica. Para tanto, tratou da sua origem e do seu objetivo fundamental: colaborar com a erradicação da pobreza promovendo a emancipação da pessoa, mediante a comunhão do lucro de empresas que aderem ao projeto. Traçou algumas de suas características basilares, como a inclusão da racionalidade de comunhão na atividade econômica e o fato de se concretizar dentro do mercado e não ao lado ou fora dele. Colocou em relevo a estrutura central da EdC, a empresa, situando-a no âmbito das empresas sociais, mas não exclusivamente.

Ademais, apresentou dados do último censo realizado pela Comissão Central de EdC, que oferece informações que levam a perceber o atual estágio da concretização do projeto e a apontar tanto suas potencialidades quanto algumas de suas vulnerabilidades, que serão aprofundadas ao longo deste trabalho.

Introduziu na reflexão os destinatários do lucro das empresas EdC, os pobres, considerados como sujeito ativo e não passivo no projeto, que estabelece com os demais agentes relações de reciprocidade abertas a terceiros, introduzindo no tecido social a lógica da comunhão.

Apresentou também o espaço social que será utilizado na pesquisa de campo, elemento fundamental do projeto: os polos empresariais de EdC.

Este capítulo não teve por intuito esgotar todas as questões possíveis de serem levantadas quando o olhar do pesquisador se debruça sobre a EdC, dado que este é um objeto complexo e multidimensional. A importância desta apresentação sintética da EdC reside no fato de colocar as bases para que a tese levantada por este trabalho – que a EdC possui em si potencial para ir além de suas fronteiras a partir da difusão e vivência do ágape como base cultural de seus agentes – possa ser verificada e confirmada ou não, em seguida.

Capítulo 2 - A ESPIRITUALIDADE DA UNIDADE: BASE DE SUSTENTAÇÃO CULTURAL DA ECONOMIA DE COMUNHÃO E CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ÁGAPE A PARTIR DA ESPIRITUALIDADE DO MOVIMENTO DOS FOCOLARES

Este capítulo tem por objetivo apresentar a espiritualidade do Movimento dos Focolares – denominada espiritualidade da unidade – a fim de: (1) delinear tal espiritualidade como base cultural da Economia de Comunhão e (2) identificar na espiritualidade da unidade elementos específicos que possibilitam a construção do conceito de ágape⁵⁵ de acordo com o pensamento e a práxis⁵⁶ propostos por Lubich, uma vez que o ágape é por nós indicado como categoria analítica para verificar a hipótese levantada nesta tese, segundo a qual uma das possibilidades de propagação da EdC se coloca justamente na introjeção e vivência do ágape – na empresa e nas relações de mercado – por parte dos agentes EdC; (3) justificar o uso de ágape como meio de comunicação simbolicamente generalizado (MCSG) a partir da espiritualidade da unidade.

Antes de se transcorrer os aspectos centrais da espiritualidade da unidade, consideramos importante especificar o valor semântico dos termos experiência e vivência quando utilizados neste trabalho, referindo-se à práxis do MF.

Para definir o termo experiência, é possível recorrer à significação dada por Beto et al. (1974), quando o termo é dividido em três partes: ex-peri-ência. Ex indica sair, ou seja, é a pessoa que sai de si e vai para o seu entorno – peri – e nele e do contato com ele, adquire conhecimento – ciência. Disso, pode-se deduzir que o termo experiência indica um modo de se chegar ao conhecimento a partir da relação que a pessoa estabelece com o mundo objetivo, incorporando-o a si, mediado pela sua subjetividade,

⁵⁵ Ao longo deste trabalho usaremos o termo ágape e o termo amor como sinônimos ao nos referirmos ao amor tipicamente cristão, isto é, cujo conteúdo semântico contém em si as características do amor anunciado no Novo Testamento.

⁵⁶ O termo práxis é utilizado neste trabalho segundo a definição trazida pelo Dicionário Priberam da Língua Portuguesa <http://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx> (consulta realizada em 24 de abril de 2012): ação e, sobretudo, ação ordenada para um certo fim (por oposição a conhecimento, a teoria). Julgamos importante adotar este significado, pois a atuação dos princípios da espiritualidade da unidade no cotidiano da pessoa e da coletividade é motivada pelos princípios do Evangelho, entendido como matéria de reflexão e conhecimento e também como propulsor da ação, da concretização.

tendo por resultado a construção da realidade⁵⁷, de maneira interpretativa e ativa, isto é, tanto a compreensão do mundo, quanto a ação no mundo.

Contudo o termo é marcado por uma grande polissemia (Valle 2008): “É a realidade em si e não só a noção, que se apresenta como múltipla e carregada de contradições e polarizações” (Valle 2008: 17). Assim sendo, pode-se atribuir ao termo vários significados na vida cotidiana com sentidos qualitativos – intuitivos – ou ainda como indicativo de metas e sentidos, com uma dimensão de intencionalidade (Ibidem: 23).

Valle reforça a importância da experiência para a formulação teórica: “a experiência tem a função de fornecer a base ‘prática’ (empírica) necessária para a formulação das noções ou ideias, cuja origem é outra, metafísica” (Valle 2008: 30).

Essas três definições do termo experiência possuem pontos convergentes e podem ser empregadas para especificar o valor semântico do termo utilizado neste trabalho ao se referir à práxis do MF, isto é, experiência entendida como conhecimento adquirido a partir da vivência (modo de vida materializado e experimentando no cotidiano, no espaço socioambiental). Não se pode deixar de considerar, neste caso, a relação com o transcendente, entendido, também este, como entorno, ou seja, ambiente com o qual a pessoa e o grupo estabelecem relações materializadas ou decodificadas na realidade imanente. Afinal, como diz Valle:

As religiões se fundam, em última análise, em algum tipo de experiência mística. [...] Ao mesmo tempo, as categorias da experiência religiosa são histórico-sociológicas e como tais devem ser concebidas e tratadas. Elas guardam e transmitem adiante algo anteriormente vivenciado por alguém, pessoa ou grupo. (Valle 2008: 41)

O fio condutor da análise a ser desenvolvida neste capítulo parte da Teoria dos Sistemas Sociais de Luhmann (1990). Utilizaremos o conceito luhmanniano de estrutura a fim de justificar a possibilidade de empregar o ágape como Meio de comunicação simbolicamente generalizado na verificação da possibilidade de expansão da EdC.

Ademais, utilizaremos trechos de entrevistas realizadas em campo, bem como depoimentos publicados, fora do âmbito da verificação empírica, que será feita no Capítulo 4.

⁵⁷ Para maiores aprofundamentos sobre a construção social da realidade, ver: BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas. 1985. *A construção social da realidade*. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes.

2.1. Ágape como MCSG a partir da espiritualidade do Movimento dos Foclares

Segundo Luhmann (1991), a função da religião é determinar o indeterminado (o transcendente) na esfera do imanente. A partir deste pressuposto, entendemos que a religião constrói e concretiza no cotidiano as comunicações que teriam origem no âmbito transcendente, estabelecendo entre essas duas esferas uma relação do tipo intersistêmica, na qual o transcendente se apresenta como ambiente do imanente.

Dentro da especificidade do tema do amor-ágape cristão, julgamos pertinente considerar que no Novo Testamento está escrito que não se pode dizer que se ama a Deus – a quem não se vê – se não se ama o irmão, a quem se vê (1 Jo 4, 19-21). Neste sentido, utilizando-nos da lógica sistêmica, o amor ao próximo determina o indeterminado, isto é, traz para a esfera do imanente a realidade que se vive na esfera do transcendente, ou seja, o amor a Deus materializado no amor ao próximo (Cruz 2009: 106).

Ora, um sistema é demarcado a partir da diferença sistema/ambiente, mas também por meio de suas estruturas. Por estrutura entendemos um tipo de arcabouço que compreende os temas das comunicações que se dão em um dado sistema, portanto uma espécie de território semântico que determina as suas fronteiras. “As estruturas são condições que delimitam o âmbito de relações das operações de um sistema [...] indicam, portanto, a seleção das relações entre elementos que são admitidas em um sistema” (Corsi et al 1996: 73)⁵⁸.

⁵⁸ Desde o nosso trabalho de dissertação (Cruz 2009) trabalhamos com o conceito luhmanniano de estrutura colocando ênfase no fato de que as estruturas de um sistema são constituídas pelos temas das comunicações que se dão no próprio sistema. O que julgamos correto e justificável conforme demonstramos em nossa tese e como afirma o próprio Luhmann: “Os temas funcionam, portanto, como estruturas de caráter material, temporal e social do processo de comunicação. [...] A comunicação se configura, tipicamente, se não necessariamente, como um processo orientado por temas. Ao mesmo tempo, os temas são reduções da complexidade tornada possível pela linguagem” (Luhmann 1990: 273). Ora admitir que os temas das comunicações estruturam as próprias comunicações, significa afirmar que estabelecem o território semântico no qual as comunicações se dão, o que significa que demarcam, ou seja, estabelecem um limite de possibilidades seletivas, porque ao mesmo tempo em que criam expectativas, limitam essas mesmas expectativas colocando-as dentro das fronteiras dos temas possíveis de serem tratados em um dado sistema, estabilizando o próprio sistema ao estruturar sua complexidade (Luhmann 1990: 455-557). Ora, as estruturas de um sistema são para Luhmann, estruturas de expectativas (Luhmann 1990: 461), logo podemos inferir que os temas das comunicações que demarcam o território semântico que orienta as comunicações que se dão em um dado sistema funcionam como criadores e demarcadores de expectativas, logo constituem as fronteiras de um dado sistema. Julgamos importante fazer esta colocação porque sendo as estruturas de um sistema, estrutura de expectativas com a função de estabilizar a contingência, os temas das comunicações não são os únicos fatores capazes de estruturar um sistema, mas são indispensáveis para tal constituição: “As expectativas são condensações de referências

É possível inferir que o MF é um sistema altamente complexo, dado o número de comunicações – portanto de seleções – passíveis de serem estabelecidas, sujeitas a um elevado grau de contingência. De fato, o MF é católico, possui membros de outras denominações cristãs, colaboradores estreitos de outras religiões e mesmo sem uma crença religiosa. Contém em si pessoas de todas as vocações, de todas as idades, de 182 países. Com o intuito de reduzir a sua complexidade, decidimos considerar como estrutura central do MF a sua espiritualidade. A fim de justificar tal escolha recorreremos ao conceito de carisma.

Ora, carisma, na acepção católica do termo, significa “graças do Espírito Santo que direta, ou indiretamente, têm uma utilidade eclesial, ordenados que são à edificação da Igreja, ao bem dos homens e às necessidades do mundo” (Pontifício Conselho Justiça e Paz 1993: 198). Por exemplo, dons recebidos por fundadores de ordens e movimentos religiosos que desenvolveram e levaram ao amadurecimento a mensagem evangélica (Bruni; Smerilli 2009: 21-22). É o que especifica Ribeiro:

A teologia católica afirma que o termo carisma indica um dom que a divindade faz a uma dada pessoa de compreender a mensagem do Evangelho a partir de uma determinada perspectiva, ou seja, dando um enfoque particular a algum aspecto da mesma, ainda não colocado totalmente em evidência na doutrina e na prática da Igreja. (Ribeiro 2003: 15)

O carisma do Movimento dos Focolares é expresso por sua espiritualidade, que se apresenta como estrutura (território semântico) que demarca as fronteiras do sistema MF. No caso em questão, o MF comunica sobre o religioso de acordo com a sua espiritualidade, de um modo próprio, diferente da comunicação sobre o religioso que é feita por outros subsistemas religiosos⁵⁹. Por exemplo, o *medium* designado para o

de sentido que indicam o que indicam e como se delineiam uma determinada situação. Possuem a função de orientar de modo relativamente estável a comunicação e o pensamento frente a complexidade e a contingência do mundo” (Corsi et al. 1996: 79). Embora haja este mecanismo de redução da complexidade, que permite a constituição de um dado sistema, o sistema está sempre vulnerável à contingência, e a contingência abre espaços para a assimilação de novas informações e, portanto, abre espaços para que haja transformações no sistema.

⁵⁹ Utilizamos aqui o termo subsistemas por compreendermos que o MF pode ser considerado um subsistema tanto do sistema Igreja Católica quanto do sistema religioso. “A abordagem sistêmica se concretiza de forma referencial. Logo, deve-se sempre adotar uma dada referência, a partir da qual se poderá efetuar a análise. Isto significa que é preciso determinar o objeto enquanto sistema, subsistema ou enquanto ambiente e o que resulta desta atribuição varia de acordo com o ângulo da observação. Um mesmo objeto pode, portanto, ora ser considerado sistema, ora subsistema, ora ambiente” (Cruz 2009: 102).

sistema familiar é o amor⁶⁰ Logo, segundo a lógica sistêmica, Febbrajo afirma que “a família não pode mais ser vista como o lugar no qual o *medium* amor é encerrado, praticado, tutelado, mas como o lugar no qual se ama o que não pode ser amado em outro lugar” (Febbrajo 1990: 46).

O *medium* identificado por Luhmann para a religião é a fé; cabe aqui ratificar que a fé se explica a si mesma, portanto, torna-se vivível mediante a dogmática⁶¹, mas também mediante os carismas que contêm em si tanto a doutrina quanto a fé. Ora, disso se deduz que a religião, no caso a Igreja Católica e, conseqüentemente, um movimento eclesial, não é apenas o espaço no qual se guarda e se desenvolve a fé, mas o espaço no qual a fé pode ser guardada e desenvolvida de um modo que não pode ser guardada e desenvolvida em outro lugar. “Uma espiritualidade na Igreja é simplesmente uma maneira de viver o cristianismo” (Lubich 1978). De acordo com esta abordagem, o MF pode ser considerado o espaço no qual a crença católica é vivida de um modo que não é vivida em outros espaços.

O conteúdo semântico central da espiritualidade da unidade é o amor. Cabe, porém, definir o tipo deste amor, isto é, qual o conteúdo de significado que este termo contém em si enquanto meio de comunicação simbolicamente generalizado. Fundamentando-nos na pesquisa precedente⁶², concluímos que ágape é o termo que exprime o valor semântico do amor como MCSG que delimita as comunicações que se estabelecem no MF, disponibilizado como MCSG a fim de delimitar as comunicações que se estabelecem na EdC.

Para aprofundar e confirmar tal pressuposto, é necessário buscar na espiritualidade da unidade elementos que possam demonstrar esta nossa conclusão. Portanto, a seguir faremos uma apresentação da espiritualidade da unidade, dando ênfase a dois de seus aspectos, considerados por Lubich como fundamentais: a unidade e Jesus abandonado, bem como o amor ao próximo e o amor recíproco.

⁶⁰ Neste caso, o termo amor não sé sinônimo de ágape, refere-se mais ao amor *philia* e *eros*; amor este vivenciado em relações pessoais e íntimas.

⁶¹ Ao referir-se à dogmática, Luhmann afirma que: “na tradição ocidental, é [a dogmática; I.C.] antes de tudo teologia (só mais tarde, secundariamente, é doutrina da fé, eclesiologia, etc.)” (Luhmann 1991: 118). O dicionário de conceitos fundamentais de teologia refere-se à dogmática como “ciência da revelação” de Deus na História da salvação [...]; ou ainda como “ciência da fé” e como “função da Igreja, sendo a autorreflexão e a autoconscientização da Igreja quanto à pretensão de verdade e validade de sua doutrina de fé, de sua práxis de fé” (Eicher 1993: 200).

⁶² Dissertação de mestrado “No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann” (Cruz 2009; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Ciências da Religião).

2.2. A unidade e o amor: mística e ascética

Unidade, palavra síntese da espiritualidade do MF, é compreendida por Lubich como dom de Deus. Uma dádiva pedida por Jesus, expressa na oração que Ele dirigiu ao Pai, pouco antes de ser preso e crucificado, como nos transmite o evangelho de João, no capítulo 17:

Não rogo somente por eles,
mas pelos que, por meio de sua palavra,
crerão em mim:
A fim de que todos sejam um.
Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti,
que eles estejam em nós,
para que o mundo creia que tu me enviaste.
Eu lhes dei a glória que me deste
para que sejam um, como nós somos um:
Eu neles e tu em mim,
para que sejam perfeitos na unidade
e para que o mundo reconheça que me enviaste
e os amaste, como amaste a mim. (Jo 17, 20-23)

Desde os primórdios do MF, Lubich e suas companheiras entenderam que o objetivo específico do nascente Movimento era a unidade: “Que todos sejam um” (Jo 17,21). Encontra-se escrito no Estatuto Geral da Obra de Maria, no artigo 6º:

A Obra de Maria, fiel ao Espírito que guiou sua fundação e seu desenvolvimento, quer atuar continuamente as condições exigidas por Jesus (cf. Mt 18, 20) para que Ele possa doar-lhe a unidade, segundo a sua oração ao Pai: “Que todos sejam um” (cf. Jo 17, 21); procura, então, irradiar essa unidade no mundo cristão e estende a própria ação à fraternidade universal. (Opera di Maria 2007: 12-13) [o grifo é nosso]

Neste artigo do Estatuto Geral da Obra de Maria, podemos identificar alguns aspectos fundamentais que nos levam a compreender o vínculo existente entre a unidade e a prática do amor. A perfeição da caridade é a meta, o objetivo geral do MF, como dito no primeiro capítulo⁶³. Neste artigo 6º, destacamos que os membros do MF, para alcançar a unidade querem *atuar continuamente as condições exigidas por Jesus*.

⁶³ Cf. Capítulo 1, p. 28.

Portanto, há condições que devem ser vivenciadas, concretizadas pelos fiéis a fim de *que Ele possa doar-lhe a unidade*, ou seja, a unidade é um dom de Deus recebido mediante certas condições. Ao falar das condições, o artigo 6º indica o trecho evangélico de Mateus capítulo 18, versículo 20: “Porque onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles”. Afirma Lubich: “Estar unidos em nome de Jesus, significa estar unidos no amor”: (Lubich 2002b: 46):

Quem é que faz a unidade? A unidade é uma obra essencialmente, verdadeiramente de Deus, somente de Deus; a unidade é algo muito grande. A unidade é o ideal de Jesus, Ele veio à terra para realizar a unidade de todos os homens com o Pai por meio d’Ele e dos homens entre si. (Lubich 1982)

Primeiro ponto: a unidade é um dom de Deus, mas um dom dirigido não apenas aos cristãos, e sim a toda humanidade contida no “todos”: “Que todos sejam um”. Esta é a dimensão mística, diante da qual o fiel ocupa a posição passiva, de receptor, porém participante, ou seja, o fiel faz uma experiência da qual é protagonista. O fiel assume a posição ativa quando busca vivenciar o amor de acordo com o mandamento deixado por Jesus: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15, 12-13).

Amar-se reciprocamente a ponto de merecer o dom da unidade. Porque a unidade, nós não sabemos fazer. Jesus pediu ao Pai pela unidade, mas não a comandou. Podemos fazer a nossa parte, que é a parte ascética, amarmo-nos, mas a parte mística, a unidade, a presença de Cristo entre nós, deve vir do Céu. (Lubich 2005: 103)

Ainda em relação ao artigo 6º, ressaltamos o fato de que além de a unidade ser um dom de Deus e de que o fiel, ou melhor, a comunidade, deve merecer este dom mediante o amor recíproco, deve também procurar *irradiar essa unidade no mundo cristão e estender a própria ação à fraternidade universal*.

Este aspecto é importante porque indica a propulsão da vivência do Evangelho – portanto do amor – para fora das fronteiras do próprio MF, da comunidade, no caso, da Igreja católica, na direção do mundo enquanto espaço social total, para a construção da fraternidade universal, entendida como um desdobramento da unidade possível a todos, cristãos e não cristãos.

De fato, a novidade cristã não está no fato de crer que Deus existe, mas sim que Deus é amor. Compreender Deus como sendo amor não produz nos membros do grupo apenas uma relação vertical do fiel com o seu Deus, destacando-o do mundo e da convivência com os outros seres humanos. Provoca também um movimento de buscar o outro e estabelecer com ele uma relação cujo vínculo é justamente o amor, seja ele quem for. A religião torna-se,

desse modo, um espaço de construção do social, fortemente fundamentada em valores espirituais e teológicos. (Cruz 2009: 35-36)

Em um escrito de Lubich, provavelmente de 1946, portanto do início do MF, podemos ler:

A alma deve, antes de qualquer outra coisa, dirigir o olhar ao único Pai de muitos filhos. Depois considerar todas as criaturas como filhas do único Pai. Ultrapassar sempre com o pensamento e com o afeto do coração todo limite colocado pela vida (simplesmente) humana e tender constantemente e por hábito adquirido à fraternidade universal em um único Pai: Deus. [...] Jesus nosso modelo nos ensinou duas únicas coisas que são uma: sermos filhos de um único Pai e sermos irmãos uns dos outros. (Lubich 1984b: 29-30)

Desta breve análise do objetivo específico do MF, podemos verificar que a unidade se alcança mediante a vivência do amor, mas de um amor que é relação, que se torna recíproco. Esta é uma das novidades da espiritualidade da unidade, o fato de ser comunitária, de se alcançar a união com Deus com e em relação com os irmãos⁶⁴.
Afirma Cervera:

É evidente que na história da espiritualidade cristã desenvolveu-se uma espiritualidade da caridade, de ver Jesus no outro, de amarmo-nos como Cristo nos amou, como teoria e como prática... Mas talvez faltasse nesta perspectiva a caridade do amor como “reciprocidade do doar e do receber”. (Cervera 2011:44)

Por ser comunitária, mirar à unidade e à fraternidade universal e basear-se na vivência do amor que se torna recíproco, a espiritualidade da unidade possui uma forte dimensão social. A experiência inicial de Lubich e de suas companheiras já demonstra esta sociabilidade da espiritualidade nascente. Como exposto no primeiro capítulo, a base da experiência dos Focolares está na descoberta ou redescoberta de Deus Amor, que se deu a partir de uma reflexão pessoal – de Lubich – imediatamente comunicada às suas companheiras. Afirma Lubich:

(...) Entre as outras circunstâncias que, naqueles dias, evocavam fortemente a expressão “Deus a ama imensamente” que – como sabemos – me foi dirigida⁶⁵, fez como que explodir aquela realidade que – acho importante ressaltar – não se deteve apenas em mim. Pelo contrário! Ela logo se tornou patrimônio comum. (Lubich 2004b: 37).

⁶⁴ Cf. Capítulo 1: 27-28.

⁶⁵ Frase dirigida a Chiara Lubich por um sacerdote que lhe perguntara se ela poderia dedicar uma hora do seu dia a Deus e obteve por resposta: “Até o dia todo” (cf. Lubich 2004b: 37).

Consideramos pertinente destacar neste trecho de Lubich a frase “*acho importante ressaltar – não se deve apenas em mim* [referindo-se à realidade da descoberta de Deus Amor; I.C.]. *Pelo contrário! Ela logo se tornou patrimônio comum*”, porque expressa o caráter coletivo ou comunitário, portanto relacional e social, da formação dos Focolares enquanto experiência religiosa compartilhada, na qual tudo era comunicado e se tornava comum.

Este acreditar no amor as projetou para além delas próprias, por meio de uma fé concretizada no dia a dia, colada na realidade, transformada em atos. Uma espiritualidade que se materializa nas vivências dos agentes sociais, orientando suas ações não só no campo religioso, mas em todas as dimensões da vida privada e pública.

Remetendo-nos a Weber, o amor pode ser compreendido como motivação da ação social. Ora, por ação social, Weber entende toda conduta humana à qual os sujeitos atribuem um sentido subjetivo (Weber 2005: 11) e que seja a ação vinculada à conduta de outros (ibidem). Cada ação social é dotada de sentido, isto é, possui uma causa que a motiva ou, melhor ainda, que motiva a ação do agente que, diante de escolhas, decide como atuar, sempre tendo por referência o outro, que pode ser outro individual ou outro coletivo (Weber 2005).

Por motivação, Weber entende uma conexão de sentido que se apresenta como causa e fundamento da conduta do agente (Weber 2005: 21). Ora, motivação é a razão subjetiva da ação social, logo a sua causa. Tarefa da sociologia, ainda de acordo com Weber, é compreender, por meio da interpretação, a ação social, com o intuito de explicar suas causas e seus efeitos. “A palavra “motivação” tal como se usa aqui, refere-se a uma conexão de sentido que parece ser, para o indivíduo envolvido ou para o observador, o fundamento da sua conduta”. (Weber 2005: 20).

Ora, Weber identifica quatro tipos básicos de ação social. A nós interessa citar dois desses tipos, a ação social teleológica e a ação social axiológica. A ação social teleológica, ou racional, visa a um fim, portanto é motivada por um interesse perseguido pela própria ação. A ação social se torna, desse modo, um meio para se alcançar determinado fim. Já a ação axiológica, ou motivada por valores, encontra a sua motivação justamente nos valores que motivam o sujeito. Nesse caso, a ação não persegue um fim, mas possui um fim em si mesmo, ou seja, responder, agir de forma coerente, a valores que fundamentam a conduta do agente social (Weber 2005).

Assim sendo, o amor, como valor absoluto, pode ser considerado causa, motivação, da ação empreendida pelos membros do MF. Mas como a ação dos membros do MF não visa apenas à vivência do próprio amor como valor absoluto, mas tal vivência visa a um fim – “Que todos sejam um”, a fraternidade universal – é possível considerar a ação dos membros do MF, quando fundamentada no amor, como ação simultaneamente teleológica e axiológica.

Ora considerar o amor – enquanto motivação – o fundamento da conduta dos membros do MF não contraria a tese de que o amor pode igualmente ser considerado um MCSG, de acordo com a Teoria dos Sistemas de Luhmann. Os MCSG atuam no sentido de motivar a aceitação ou a recusa das comunicações que se colocam dentro de um sistema, colaborando com a sua manutenção, no sentido de orientar a resposta para o positivo (entendemos positivo como aceitação da comunicação e não como juízo de valor). Quando ego se encontra diante de uma situação na qual deve decidir se, por exemplo, perdoa uma ofensa ou não, o amor, enquanto MCSG pode conduzir a resposta na direção positiva de perdoar em vez de recusar tal possibilidade. Ego se vê diante das seguintes possibilidades iniciais expressas pelo código binário: amar/não amar. O MCSG amor orienta a resposta como motivação da ação em relação a ele mesmo, ou seja, em relação ao conteúdo semântico do código que, nesse caso, é amar com o amor agápico, e também em relação à expectativa de alter, que pode ser aquela de ser amado, portanto, perdoado, permitindo a continuidade das comunicações em uma determinada situação, reduzindo o potencial de respostas contingentes (Luhmann 1998).

Ora, seja pela abordagem weberiana da sociologia compreensiva, seja pela abordagem sistêmica, o amor pode ser considerado propulsor da ação individual e coletiva dos agentes sociais.

2.3. O amor ao próximo e o amor recíproco na espiritualidade da unidade

No cristianismo, como já referido, há várias formas de se viver o Evangelho e de se colocar em prática o amor, formas estas delineadas pelas diversas espiritualidades, basta considerar os diferentes carismas que surgiram ao longo da história na Igreja Católica e em outras igrejas cristãs, detendo-nos no âmbito do cristianismo. Assim

sendo, reafirmamos a ideia de que o MF “é o espaço no qual a crença católica é vivida de um modo que não é vivida em outros espaços” (Cruz 2009: 104):

Amando o próximo, como nos propusemos, assumo realmente Deus Amor como meu Ideal, porque, deste modo, também passo a ser, de certa maneira, “amor”. Amando o próximo assim eu realizo a vontade de Deus, que para mim está concentrada sobretudo no seu mandamento. De fato a única base sobre a qual posso construir todas as outras é a caridade⁶⁶ para com os irmãos, sem a qual nada tem valor. (Lubich 1986: 113)

O amor é compreendido, portanto, como intenção que se materializa em fatos: não sentimento (embora contenha o sentimento) e sim ação. Desse modo, exige vontade, determinação, razão, além da emoção e da empatia. O amor ao próximo manifesta o amor que parte de um agente ativo (o que ama) para um agente passivo (o que recebe o amor); e o amor recíproco se manifesta em situações nas quais ambos os agentes são passivos e ativos, porque o que ama é por sua vez amado e vice-versa.

Lubich, inumeráveis vezes, falou do amor, ressaltando que o amor cristão possui características próprias. Ao longo dos anos, com regularidade, encontra-se no pensamento e no discurso de Lubich um levantamento dessas características do amor, com algumas variações, mas essencialmente iguais. Tais características foram sistematizadas no que Lubich denominou arte de amar:

Disse um pensador: “Amar é um bem; saber amar é tudo”⁶⁷. Sim, saber amar, porque o amor cristão é uma arte e é necessário conhecer esta arte. [...] A verdadeira arte de amar emerge toda do Evangelho. Colocá-la em prática é o primeiro e imprescindível passo a ser cumprido para desencadear aquela revolução pacífica, mas incisiva e radical, que transforma cada coisa. Diz respeito não apenas ao âmbito espiritual, mas também àquele humano⁶⁸, renovando cada uma de suas expressões: cultural, filosófica, política, econômica, educativa, científica, etc. É o segredo daquela revolução que permitiu que os primeiros cristãos invadissem o mundo então conhecido. (Lubich 2005: 23)

Deste trecho de Lubich, considera-se pertinente destacar: “A verdadeira arte de amar emerge toda do Evangelho de Cristo. Colocá-la em prática é o primeiro imprescindível passo a ser dado para poder desencadear aquela revolução pacífica, mas incisiva e radical que transforma cada coisa”, pois indica que o ato de amar é motivado

⁶⁶ O termo caridade é aqui utilizado pela autora como sinônimo de amor e não no sentido reduutivo que o uso lhe conferiu de esmola ou de ajuda material a quem se encontra em dificuldade, geralmente situando a pessoa ajudada em uma posição de inferioridade, marcando relações impessoais e descompromissadas.

⁶⁷ Chiara cita F.R. Chateaubriand. 1994. In *Aforismi e citazioni Cristiane*. Casale Monferrato. p. 17.

⁶⁸ O termo “humano” aqui é utilizado no sentido de não religioso, isto é, que a prática do amor cristão tem relação não somente com as “coisas do espírito”, mas também com “as coisas da terra”, o que lhe confere significado social.

por um valor – a crença no Evangelho – porém orientada a um fim – a transformação da sociedade e, nela, das relações humanas e sociais, pois, prossegue Lubich: “Diz respeito não apenas ao âmbito espiritual, mas também àquele humano, renovando cada uma de suas expressões: cultural, filosófica, política, econômica, educativa, científica, etc.” Deste trecho é possível confirmar o que dissemos anteriormente, que as ações dos membros do MF, quando motivadas pela espiritualidade da unidade, podem ser consideradas, segundo a abordagem weberiana, ações racionais axiológicas – porque motivadas por valores – e teleológicas – porque visam a um fim (Weber 2005).

De acordo com Gillet (2012: 109) já em 1964 Chiara usou a expressão “arte de saber amar”, retomando-a mais tarde, em 1981, em um escrito de seu diário e em uma palestra sobre a unidade. Em 1994 utilizou-a novamente ao falar a pessoas que não possuem uma fé religiosa. Há ainda muitos outros momentos nos quais Lubich utilizou e explicou o termo arte de amar, tanto ao falar para membros do MF quanto ao falar para públicos externos, inclusive em instituições como ONU e UNESCO. Em 2000, no discurso proferido ao receber a cidadania honorária de Roma, Lubich assim se expressou:

É uma arte que pede a superação do horizonte restrito de um amor simplesmente natural, dirigido quase unicamente à família, aos amigos. Aqui, o amor é dirigido a todos: ao simpático e ao antipático; ao belo e ao feio; àquele do meu país e ao estrangeiro; da minha ou de outra religião, da minha ou de outra cultura, amigo ou adversário ou inimigo, que seja, precisa amar a todos como faz o Pai do Céu, que manda o sol e a chuva para os bons e para os maus.

É um amor que impulsiona a amar por primeiro, sempre, sem esperar ser amado. Como fez Jesus Cristo, que quando ainda éramos “maus”, portanto não amantes, deu a vida por nós. (Lubich 2012a: 109-110)

A primeira característica desta arte de amar, portanto, é que tal amor é dirigido a **todas as pessoas**, não faz distinção, é universal:

Precisa, portanto, amar todas as pessoas com quem entramos em contato. Desde cedo, quando nos acordamos, até à noite, quando vamos deitar. Todo relacionamento com os outros deve ser vivido com este amor, com esta caridade. Em casa, na universidade, no trabalho, nas quadras de esporte, nas férias, aqui, em Santiago de Compostela, na igreja, nas ruas, devemos colher todas as várias ocasiões para amar. (Lubich 1989)

Deste convite que Lubich faz aos jovens reunidos em Santiago de Compostela, julgamos importante frisar que no MF, o universal materializa-se no local, a

humanidade é reconhecida e amada em cada pessoa com quem se encontra ou com quem se relaciona durante o dia, em situação de copresença ou não⁶⁹.

Amemos aqueles a quem costumamos dirigir a nossa atenção pelo fato de que os vemos fisicamente ao nosso lado. Amemos aqueles que, quem sabe, escapam à nossa observação; por exemplo, aqueles dos quais estamos falando ou com quem falamos, dos quais nos lembramos ou pelos quais rezamos; aqueles dos quais recebemos alguma notícia através do jornal ou da televisão, os que nos escrevem ou aos quais nós escrevemos, todos aqueles aos quais se destina o trabalho que nos ocupa no dia-a-dia. [...] Veremos então os efeitos excepcionais desse amor: luz e alegria! (Lubich 1986: 114-115)

Este amor universal se estende até mesmo ao inimigo. Afirma Lubich em um discurso proferido aos amigos muçulmanos do MF:

Amar a todos, até mesmo os inimigos. De fato é a esta medida de amor que nos impulsionou o Evangelho, que convida a rezar pelos próprios perseguidores (cf. Mt 6,44). Mas também na tradição muçulmana se encontram semelhantes solicitações, como, por exemplo, neste lindo versículo do Corão: “Porque o bem e o mal não são noções iguais, mas tu rejeitas o mal com um bem maior e verás, então, que aquele que te era inimigo, será um teu caloroso amigo” (41, 34)⁷⁰. (Lubich 2002c)

Amar o inimigo leva à superação dos conflitos de relacionamento interpessoal, como afirma este depoimento concedido em entrevista de campo, realizada em 27 de novembro de 2012, em uma empresa de EdC. O depoimento refere-se ao modo como o entrevistado superou uma dificuldade de relacionamento vivenciada na empresa:

Era um período de que eu não conseguia suportar a pessoa, não conseguia ficar do lado da pessoa, era muito difícil pra mim, tinha dias que eu chorava, tinha dias que eu ficava muito assim, mal! Mas, assim, com a P. também, a cada dia vamos recomeçar, “É Jesus!” Procurar fazer as coisas assim pra agradar a pessoa e tal e aí pra mim foi muito difícil, muito difícil! Pra dar esse passo com uma pessoa que você não tem um relacionamento muito legal, porque a gente não tinha, né, vamos dizer assim, era muito difícil, mas com o tempo assim eu fui que amando ela né, e que, vendo Jesus nela a cada dia. A cada dia que eu via ela, “Olha aqui é você! E eu também recomeço a cada minuto né!”. Cada palavra que ela falava comigo ao invés de eu reivindicar (sic) vê de dar e fazer o que essa pessoa falava e assim hoje eu e essa pessoa assim temos um relacionamento fantástico! Outro dia eu estava pensando até, “Nossa! Quem diria tudo aquilo que eu passei no começo hoje a gente tem um relacionamento fantástico!”. (Unidade de registro 4-5⁷¹)

Outro ponto da arte de amar é **tomar a iniciativa no amor**, amar primeiro, sem esperar ser amado:

⁶⁹ A questão da copresença será tratada de modo mais aprofundado no Capítulo 3 de nossa tese.

⁷⁰ Lubich utilizou este versículo do Corão extraído de BAUSANI, A. 1996. Il Corano. Milão, p. 440.

⁷¹ Ao longo de nosso trabalho ao utilizarmos trechos das entrevistas realizadas por nós em nossa pesquisa de campo, como identificação e referência usaremos o termo unidade de registro (de acordo com a análise de conteúdo) e a numeração por nós estabelecida. Não publicamos a identidade dos entrevistados em razão do compromisso assumido com eles de preservação da privacidade.

O amor de Deus tomou a iniciativa e nos amou quando nós ainda éramos tudo, menos amáveis (“mortos pelo pecado”). [...] Talvez nós, na desolação da guerra e no deserto que nos circundava, encontrávamos alguém que tomasse a iniciativa de nos amar? Não. Éramos nós que, por um dom especial de Deus, acendíamos a chama do amor em muitos corações com o desejo de que esta se alastrasse em todos. Não olhávamos se os próximos eram amáveis para poder amá-los, mas, em vez, nos atraíam os mais pobres, em quem melhor entrevíamos a figura de Cristo, e aqueles que mais precisavam da sua misericórdia. (Lubich 2005: 51).

Tomar a iniciativa no amor destaca o papel do protagonismo ao qual se dispõem os membros dos Focolares que buscam não apenas um bem-estar pessoal, mas também social, pois toda a vivência possui essas duas dimensões, a pessoal e a social, em função da realização do “Que todos sejam um” (Jo 17,21), da fraternidade universal. O depoimento que reportamos a seguir, proveniente das Filipinas, ilustra estas duas dimensões das ações dos membros do MF quando orientadas por este tipo de amor:

Sou professora da escola elementar e muitas vezes sou mandada a dar aulas em escolas de lugarejos situados nas montanhas. Nesses lugares, escondidos em territórios remotos e inacessíveis, vivem grupos de terroristas de extrema esquerda que se proclamam libertadores do povo. Já havia me deparado com suas tropas, mas havia conseguido escapar, escondendo-me no meio das pedras. Uma vez, infelizmente, não consegui me esconder em tempo. Eles me raptaram e me levaram para o esconderijo deles. Durante aqueles intermináveis dias, nos quais fiquei segregada, fui submetida várias vezes a longos interrogatórios. Apesar do medo, procurei responder com muito respeito, dizendo sempre a verdade. Um deles, de modo especial, durante horas tentou doutrinar-me na ideologia socialista. Queria me convencer a abraçar a causa deles. Quando perguntou o que eu achava, não quis comentar. No dia seguinte, quando repetiu o seu discurso, objetei dizendo que antes devemos mudar a nós mesmos se queremos transformar as estruturas de poder que nos parecem injustas. Disse que “o que nos transforma é o amor que temos uns pelos outros”. Procurei explicar-lhe, até mesmo me esforçando para sorrir. Talvez as minhas palavras tenham impressionado, talvez tenham lembrado a ele princípios nos quais havia acreditado. O fato é que depois deste interrogatório, fui liberada. A partir daquele dia, sempre rezei por ele e por seus companheiros. Recentemente, para minha surpresa, eu o reconheci na televisão, enquanto davam a notícia de um terrorista que havia entregue as armas aos militares, deixando o seu grupo. (Apud Favotti 2012: 56-57)

Ademais, este é um amor que **considera o outro como a si mesmo**, portanto, deve-se amar ao próximo como a si mesmo (Mc 13, 31):

Cada palavra de Deus é o mínimo e o máximo que Ele te pede, portanto, quando tu lês “Amarás o teu próximo como a ti mesmo (Mt 19,19), tu tens da lei fraterna a medida máxima. O próximo é um outro tu, e como tal deves amá-lo. Se ele chora, chorarás com ele; e se ri, rirás com ele, e se ignora, te farás ignorante com ele; e se perdeu o seu pai, te tornarás uma coisa só com o sofrimento dele. [...] E não procures desculpas para não amar. [...] Experimente amar quem te passa ao lado no momento presente da vida e descobrirás em ti novos rebentos de força antes não conhecida: esses darão sabor à tua vida e responderão aos teus mil porquês. (Lubich 2005: 63)

Amar o próximo como a si mesmo comporta uma profunda identificação com ele, significa que o amor é concreto, exige o que Lubich chama de **fazer-se um** – remetendo-se ao pensamento paulino: “tornei-me tudo para todos, a fim de salvar alguns a todo custo” (1 Cor 9, 22).

Fazer-se um, viver o outro, participar totalmente. E fazer-se um não com palavras ou somente com o sentimento. O fazer-se um cristão significa arregaçar as mangas, significa agir: obras, obras; fazer, fazer. Jesus demonstrou o que é o amor quando curou os doentes, ressuscitou os mortos, quando lavou os pés dos discípulos. Fatos, fatos: isto é amar. (Lubich 2005: 79)

Lubich, ao insistir na concretude do amor, pretende evitar que este se torne abstrato, somente uma intenção genérica. Mas o amor cristão não desconsidera o sentimento, o afeto, tanto que em outro trecho Lubich diz que se deve: “Dissolver os laços deste duro *lapideum cuore* [coração de pedra; I.C.] e ter um coração de carne para amar os irmãos” (Ibidem: 76).

Fazer-se um significa colocar-se no lugar do outro, mais ainda, viver o outro. Esta disposição, porém, não conduz à passividade ou a uma postura que anula a própria individualidade, mas a transcende em prol de um objetivo comum: a construção de vínculos interpessoais caracterizados pelo dom recíproco que resulta no respeito, na afirmação de cada um dos atores envolvidos, sem que haja supremacias ou domínio. É também uma forma de superar o conflito. Não é uma simples técnica de boas práticas, mas consequência da escolha de pautar a própria vida pelo amor. Afirma Lubich:

O verdadeiro comportamento, de fato, que interpreta a palavra “amor”, “amar”, é fazer-se um com o outro, isto é, buscar entender como vive o outro, quase viver o outro. Tratava-se de entrar o mais profundamente possível no coração do irmão, entender realmente os seus problemas, as suas exigências, assumir as suas necessidades bem como seus sofrimentos. Dobrar-se diante do irmão. Dissolver o nosso coração que é de pedra e ter um de carne para amar o outro. Desse modo, o próximo se sente compreendido, aliviado; então tem sentido dar de comer, de beber, dar um conselho, uma ajuda. (Lubich 2002c)

Esta arte de amar implica, ainda, **amar Jesus na pessoa amada**. Com certeza, o amor é dirigido a uma pessoa específica, que deve ser amada por si mesma, mas Jesus considera feito a ele tudo o que fizermos ao próximo: “a mim o fizeste” (Mt 25, 40).

Divisar o rosto de Jesus no rosto de cada próximo e amá-lo. Saber que quando encontramos um irmão é como se nos aproximássemos de uma mina da qual podemos extrair algumas pepitas de ouro. Porque amando aquele irmão enriquecemos a nossa alma. “A todo aquele que tem [amor] será dado” (Mt 25, 29). (Lubich 2005: 98)

Por fim, a vivência desta arte de amar leva à **reciprocidade do amor**. No cristianismo, o amor ao próximo é fundamental, de fato, no Evangelho, Jesus resume toda a lei e os profetas em dois mandamentos-chave: amar a Deus com todo o coração, com toda a alma e com todo entendimento e amar ao próximo com a si mesmo (Mt 22, 37-39). Ademais, é a base que possibilita alcançar a reciprocidade do amor, isto é, a resposta do amado que, justamente, de amado passa a amante. Lubich afirma que o ápice da arte de amar, do amor, é amar-se reciprocamente, porque assim sendo estabelece-se uma relação que pode chegar a se tornar comunhão. O amor ao próximo pressupõe o dom, o dar-se. O dom em si, embora seja amor, ainda não é comunhão. Este dom – se é amor cristão – é gratuito, não espera retribuição. No entanto, a retribuição gratuita e livre – a reciprocidade – que emerge do dom e cria relação, possibilita a comunhão, entendida como relação de amor recíproco. O amor possui em si capacidade de gerar amor: “Olha, portanto, cada irmão amando; e amar é doar. Mas dádiva chama dádiva, e serás por ele amado” (Lubich 2013a: 20).

Por ser mútuo, este amor exige uma relação, pelo menos, entre duas pessoas. Quando esta *mutualidade* envolve um número grande de pessoas, aumenta o número das relações possíveis de serem estabelecidas de acordo com esta lógica, abrindo-se, de certa forma, ao infinito. (Cruz 2009: 109)

A reciprocidade do amor pode ocorrer em inúmeros níveis e em diferentes intensidades, no entanto, se expressa em ações concretas:

Por exemplo, um dia, um cliente, ele veio e chegou na hora do cafezinho, e a funcionária veio oferecer um lanche também para ele, que estava comendo naquele dia. E no dia seguinte ele veio aqui para agradecer, porque aquele lanche... Daqui ele foi pra São Paulo, de São Paulo foi para um outro lugar, aquele lanche foi o almoço e o jantar dele, aquele lanche, ele falou que foi pra casa às 10 da noite, ele trabalha com caminhão, com essas coisas. E ele trouxe alguns bloquinhos, pra você ver! Que na empresa dele estavam parados e que a gente usava, ele viu que quando a gente fazia cheques usava aquele tipo de bloco, então ele trouxe pra... Estava parado lá, então... são pequenos gestos né. (Unidade de registro 12-3)

A reciprocidade vincula os participantes numa relação que contém cada uma das individualidades, mas que, ao mesmo tempo, as supera: “Eu em ti, tu em mim” (cf. Jo 17). Como afirma Foresi (2004: 577) na crença cristã, o amor recíproco revela a realidade íntima de Deus, que é ser Trindade, relação de amor entre Pai, Filho e Espírito Santo. Desse modo, a Trindade se torna modelo de sociabilidade, fundamento da relação entre os seres humanos.

Na base da novidade da espiritualidade coletiva, me parece, está especialmente a descoberta da Trindade não só como fonte, meta, presença e companhia da nossa vida espiritual, mas também como modelo de vida no amor recíproco entre as pessoas (e entre as comunidades, as coletividades...). (Cervera 2011: 47)

Cervera continua dizendo que embora a Trindade tenha sido considerada na nossa época modelo e imagem da Igreja e da vida dos cristãos, não chegou a ser apresentada como proposta concreta de vida espiritual de amplo alcance em função do “Que todos sejam um” como se faz na espiritualidade da Obra de Maria.

Rezar pela unidade é bom, mas não basta. É a descoberta da Trindade como dom recíproco das Pessoas que leva a passar de uma “espiritualidade do Corpo Místico” – somos como as células de um corpo unidas entre si e com a Cabeça que é Cristo – à sua dimensão mais verdadeira, que é a espiritualidade “ao modo da Trindade”, em uma relação entre pessoas, comunidades, países: um diante do outro, um com o outro, um no outro, um pelo outro e todos juntos uma só coisa... Neste altíssimo modelo está, sem dúvida, a novidade da proposta de vida, isto é, do viver concretamente, da espiritualidade coletiva do Movimento. (Cervera 2011: 47)

Portanto, a relação vivida pelas Pessoas da Trindade, que pressupõe dom recíproco, unidade e distinção, é assumida como modelo de sociabilidade, das relações sociais. Mais uma vez podemos verificar a religião que determina o indeterminado, isto é, traz para a esfera do imanente – vida social – as comunicações que se dão na esfera do transcendente – vida trinitária.

Este modo de viver socialmente não está limitado pelas fronteiras do espaço religioso, ou seja, é um modelo que pode ser seguido e concretizado em todas as relações das quais os fiéis participam, independente da crença religiosa, ideal ou índole dos parceiros. Cada pessoa que decide, portanto, adere a construir relações pautadas no amor cristão e, mais especificamente, na espiritualidade da unidade, faz com que este amor se torne vínculo social, construtor da realidade.

Outro ponto fundamental da espiritualidade da unidade é **Jesus crucificado** e abandonado, entendido por Lubich como o amor na sua máxima expressão. Um amor capaz de gerar a reciprocidade, a unidade. Durante a paixão, o seu grito “Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?” (cf Mc 15,34) se apresenta como algo a mais deste momento. Ele amou até o ponto de dar a vida, esta é a medida do amor cristão, fonte do “‘desapego exterior e, sobretudo, interior’ necessário para qualquer forma de unidade” (Lubich 2002b: 43).

No mistério da paixão e morte de Jesus está concentrado todo o amor de um Deus. Na cruz, havia já perdido a mãe e os discípulos e estava por perder a vida, depois de ter sofrido

terrível flagelo. Restava ainda a união com o Pai. E submeteu-se a perdê-la: “Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste? (Mt 27, 46) (Lubich 2002b: 43).

Na espiritualidade da Obra de Maria, Jesus abandonado é o *como* do amor pedido por Jesus no Mandamento Novo:

Jesus disse “este é o meu preceito: amai-vos uns aos outros”; mas não deixou este amor sem um modelo, porque acrescentou: “como eu vos amei”. E não deixou sem explicação, quando acrescentou ainda: “Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos”. Sim, Jesus crucificado e abandonado é o modo de amar os irmãos. (Lubich 1985: 114)

Jesus abandonado, como afirma Lubich, é o estilo de amor dos membros dos Focolares (Lubich 1985: 57), é a *kénosis* ou esvaziamento de Deus que permite a sua suprema identificação com o homem, com todos os homens (Cervera 2006:22), é a chave para a unidade, por que:

Jesus abandonado em si e vivido por nós, aceitando ser nada como ele, por amor, torna-se o caminho para a unidade, do acolhimento recíproco, válido em todas as circunstâncias da vida, em nível pessoal, eclesial, ecumênico, social, político, no diálogo entre as religiões e entre as e culturas. Torna-se, então, uma regra de ouro universal porque o Abandonado do Calvário une Deus com todo o humano, com toda a criação. (Cervera 2006: 23)

Afirma ainda Cervera (2011) que Jesus abandonado, como experiência de vida humana e divina, permite a unidade segundo o modelo trinitário, pois é o modo concreto de viver o amor “que nos permite ser um, isto é, o esvaziamento de cada um mediante o dom total de si, de tal modo que se torna dom de si no outro, para ser um no amor” (Cervera 2011:48).

Ele [Jesus Abandonado; I.C.] nos manifesta, com o próprio ser reduzido a nada, aceito por amor ao Pai a quem se reabandona (“Nas tuas mãos entrego o meu espírito” Lc 23,46), que eu sou eu não quando me fecho ao outro, mas quando dou a mim mesmo, quando me perco, por amor ao outro. Se, por exemplo, tenho uma flor e a dou, claro que me privo e ao privar-me perco alguma coisa de mim (é o não ser); na realidade, justamente porque eu dou aquela flor, cresce em mim o amor (o ser). A minha subjetividade, portanto, é quando não é por amor, quando, isto é, está totalmente transferida, por amor, no outro. [...] A consciência de si autêntica é aquela que nasce da comunhão com o ser: uma comunhão na qual a consciência parece perder a si mesma, mas, de fato, se encontra, é. (Lubich 2002a: 67)

A unidade, Jesus abandonado, o amor ao próximo, o amor recíproco são todos aspectos da vivência da fé mediada por uma espiritualidade que possui características peculiares e, simultaneamente, se entrelaçam, justificando-se e explicando-se reciprocamente. Julgamos importante frisar o fato de as relações sociais serem compreendidas de acordo com a relação que se dá na Trindade, porque a relação

intratrinitária, compreendida como modelo das relações sociais, é considerada uma relação de amor-dom de si e relação de amor-dom recíproco; uma relação que contém a individualidade (a pessoa), a sociabilidade (a relação em si, a troca, alter que é confirmado na sua alteridade a partir de ego) e a coletividade que contém os diferentes agentes sociais, porém integrados em uma unidade:

No Movimento, tínhamos entendido desde os primeiros tempos, que a fidelidade ao amor recíproco, vivido segundo o modelo de Jesus crucificado e abandonado (eis aí o como!), terminaria na unidade segundo a vida da Santíssima Trindade. [...] O dinamismo da vida intratrinitária é o dom de si mútuo e incondicional, é a total e eterna comunhão (“tudo o que é meu é teu e tudo o que é teu é meu” [Jo 17,10]) entre Pai e Filho no Espírito. (Lubich 2004b: 46-47)

Esta concisa apresentação do amor na espiritualidade da unidade leva a perceber, justamente, que o amor é estimulado e verificado frequentemente, para que a crença não se limite a uma reflexão sobre os princípios do Evangelho, mas que se materialize em situações reais, próximas, sujeitas aos limites da própria natureza humana, que por isso deve ser treinada ao amor. No entanto, trata-se de uma crença-prática que, se por um lado exige esforço, por outro, leva à plenitude da alegria, que tem a sua raiz no amor a Jesus abandonado.

No cristianismo e, portanto, também na espiritualidade da unidade, o amor a Jesus abandonado não significa viver no sofrimento, mas, por amor, superar o sofrimento, transformando cada “encontro” com a dor, com o limite, com o conflito, em possibilidade de amar, que traz, como resultado, a plenitude da alegria. Neste sentido, Jesus abandonado pode ser entendido como o super amor (Araújo 2009: 248). Diz ainda Lubich: “Efetivamente, a alegria que Deus quer de nós é uma alegria especial; é a alegria de Jesus Ressuscitado, que floresce na dor, irrompe da renúncia, acompanha o amor” (Lubich 1985:103). (Cruz 2009: 108)

2.4. Sistematização da espiritualidade da unidade em seus pontos, aspectos e instrumentos

A espiritualidade da unidade é sistematizada em 12 pontos, sete aspectos e cinco instrumentos. Os pontos da espiritualidade resumem a espiritualidade em si, oferecem o conteúdo semântico, ou seja, o sentido da própria espiritualidade enquanto modo de viver o Evangelho e o cristianismo. São 12, entre os quais: Deus Amor, o amor ao próximo, o amor recíproco, a unidade e Jesus abandonado, já referidos neste capítulo. Decidimos fazer um recorte ou, para utilizar um conceito luhmanniano, reduzir a complexidade, concentrando nossa análise nesses cinco pontos, porque julgamos

estarem mais de acordo com nossa pesquisa. No entanto consideramos igualmente importante apresentar sinteticamente os demais sete pontos, bem como os aspectos e os instrumentos, para oferecer uma visão global da espiritualidade da unidade e também porque esses elementos podem oferecer subsídios outros para a verificação da análise por nós proposta, uma vez que é possível inferir que todos eles possuem uma relação com o amor a Deus e ao próximo. Portanto, começamos por discorrer brevemente sobre os demais sete pontos da espiritualidade da unidade.

Fazer a vontade de Deus, entendida não como atitude de resignação frente aos acontecimentos e contingências da vida, mas como pérola preciosa, caminho de santidade aberto a todos (Lubich 1978), resposta de amor ao grande amor de Deus: “Amem-no! – Está escrito em uma carta de 1943 – Escutem o que ele quer de vocês em cada instante da vida. Façam-no com todo o impulso dos seus corações” (Lubich 2002b: 35).

A Palavra de Vida. Assim está descrito no Estatuto Geral da Obra de Maria:

Para cumprir a sua vontade se comprometem [os membros do MF; I.C.] a viver o Evangelho, a adquirir, alimentando-se cotidianamente da Palavra de Deus, o seu modo de pensar, de querer, de amar. Com esta finalidade, colocam periodicamente em prática uma frase da Sagrada Escritura, comunicando-se reciprocamente as experiências que dela se originam. (Opera di Maria 2007: 16)

O Evangelho, portanto, é assumido como código de vida que dá origem a uma cultura, a cultura da unidade, entendida como modo de pensar, de fazer, de perceber a realidade e estruturar as relações interpessoais e sociais. Na experiência dos Focolares podemos perceber que existe uma conexão entre fé e vida, que caracteriza a práxis de seus membros.

A **Eucaristia**, vivida como vínculo de unidade: “É a Eucaristia que nos doa aquela graça que devemos esperar quando vivemos o mandamento novo, que nos leva a experimentar a unidade, Jesus entre nós” (Lubich 2002b: 52).

Maria. Consideramos pertinente destacar – sem esgotar o argumento – que na espiritualidade do Movimento dos Focolares, o caminho de Maria se apresenta como via para se alcançar a perfeição no amor, a santidade. De fato, Lubich descreve as etapas da

vida espiritual dos membros do Movimento dos Focolares, seguindo as etapas da vida de Maria, como é possível deduzi-las do Evangelho (Vandeleene 2001: 80)⁷².

Como, às vezes, um caminho espiritual na Igreja é apresentado na forma de uma escada a ser subida, com degraus mais ou menos obrigatórios, que representam momentos especiais da vida, assim, as etapas da vida de Maria, os seus mistérios, gaudiosos, dolorosos e gloriosos, foram vistos por nós como etapas ideais, ou momentos, do caminho espiritual de cada membro do Movimento. (Lubich 2001b: 82)

A Igreja. “Pelo carisma da unidade e suas exigências, entendemos que a Igreja [...] era principalmente, no fundo do seu ser, povo de Deus; era comunhão, a Igreja-comunhão” (Lubich 2002b: 53). Viver a Igreja-comunhão significa colaborar para construir vínculos de caridade em todas as suas articulações: entre seus membros, nas suas estruturas, entre os fiéis e os responsáveis, com as outras igrejas cristãs e com as outras religiões (Ibidem: 53-54).

O Espírito Santo. Ele é considerado – diz Lubich “por aquilo que significa em Deus e para o homem. Ele é vínculo de unidade entre as divinas Pessoas, [...] é vínculo de unidade entre os cristãos” (Ibidem: 60).

Jesus entre nós, o 12º ponto da espiritualidade do MF. A unidade tem como efeito a sua presença espiritual entre os homens: “Porque onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” (Mt 18,20). Esta é para o MF “a norma de toda norma, a premissa de toda regra” (Lubich 1978). De fato, consta no Estatuto Geral da Obra de Maria:

A mútua e contínua caridade, que torna possível a unidade e traz a presença de Jesus na coletividade é, para as pessoas que fazem parte da Obra de Maria, a base da sua vida em cada um de seus aspectos, é a norma das normas, a premissa de toda outra regra. (Opera di Maria 2007: 7)

Esta breve descrição dos pontos da espiritualidade do MF não esgota o conteúdo de cada um deles que poderiam ser desenvolvidos mais profundamente e deles seria possível extrair elementos determinantes para a análise do MF nos seus aspectos místico, ascético, histórico e social, para relacionar apenas algumas das dimensões contidas no MF.

⁷² Para maiores aprofundamentos, não apenas para este aspecto, mas para a espiritualidade da unidade no seu conjunto, ver VANDELEENE, Michel (org.). 2003. *Chiara Lubich*. Ideal e Luz. Pensamento, espiritualidade, mundo unido. São Paulo: Brasiliense; Cidade Nova.

A Obra de Maria é uma entidade complexa, constituída por pessoas de todas as idades e condições sociais, que dela participam de acordo com vários tipos de pertença, inserindo-se em uma de suas ramificações. O termo ramificações engloba: duas seções, 14 setores e nove Movimentos de amplo alcance.

As duas **seções** do Movimento dos Focolares constituem a sua estrutura fundamental, formada pelos focolarinos e pelas focolarinas: leigos (as), de vida comunitária (distintamente homens e mulheres) e pessoas casadas que, vivendo nas próprias famílias, doam-se totalmente a Deus, inseridos nos respectivos focolares (masculinos ou femininos). Dedicam-se integralmente à organização do MF, bem como à atuação e difusão de seus ideais (Opera di Maria 2008).

Os setores do MF são formados por pessoas que desejam viver a espiritualidade da unidade, doando-se a Deus segundo a própria vocação, que se dedicam à Obra de Maria e a seus objetivos de forma comprometida e engajada. Os setores são: **Voluntários e voluntárias** – leigos e leigas que procuram atuar na vida privada e na esfera civil e pública os princípios do Movimento dos Focolares; **Sacerdotes e diáconos permanentes focolarinos** – procuram modelar a própria vida e o exercício do ministério de acordo com o espírito da unidade, como membros de um focolare sacerdotal, o que implica intensa vida de comunhão e de comunidade, embora nem sempre habitem na mesma casa, pois permanecem ligados às próprias dioceses; **Sacerdotes e diáconos permanentes voluntários** – aderem à espiritualidade dos Focolares permanecendo ligados às próprias dioceses no exercício do ministério que lhes cabe; os e as **Gen 2, Gen 3 e Gen 4**⁷³ (masculinos e femininos) são respectivamente os jovens, adolescentes e crianças que, de acordo com a própria idade e raio de inserção social, buscam viver a espiritualidade da unidade, atuando no próprio cotidiano os princípios do MF, também por meio de atividades de cunho social e internacional, a fim de realizar os objetivos da Obra de Maria; **Gen's**⁷⁴ – setor formado pelos seminaristas que aderem à espiritualidade do MF; **Religiosos e Religiosas**⁷⁵ – permanecendo ligados à própria congregação e comprometidos com o carisma que lhes é peculiar, aderem, simultaneamente, ao carisma da unidade e colaboram na realização

⁷³ O termo Gen significa Geração Nova.

⁷⁴ O termo Gen's significa Geração Nova sacerdotal.

⁷⁵ Para que os religiosos e as religiosas possam participar do MF é necessário que haja a autorização de seus superiores nas próprias congregações e ordens.

do “Que todos sejam um” (Jo 17,21); **Bispos**⁷⁶ - aderem à espiritualidade da unidade e participam da Obra de Maria assumindo um compromisso exclusivamente espiritual, sem que este venha a interferir nos deveres que lhes são próprios.

Os Movimentos de amplo alcance derivam dos setores, reúnem pessoas que aderem à espiritualidade da unidade, que desejam colaborar na construção da fraternidade, de acordo com o campo no qual atuam. São eles: Famílias Novas, Humanidade Nova, Jovens por um mundo unido, Movimento Juvenil pela unidade, Movimento dos religiosos e das religiosas, Movimento sacerdotal, Movimento Paroquial, Movimento Diocesano.

Embora católico, o MF atua no campo do diálogo como caminho para se alcançar a fraternidade universal, portanto, podem fazer parte das suas seções, de seus setores e movimentos de amplo alcance, toda pessoa que se comprometa a colaborar na realização dos objetivos da Obra de Maria, de acordo com a própria vocação, crença e filiação religiosa, inclusive ministros de outras igrejas cristãs e comunidades eclesiais, bem como bispos e personalidades representativas de igrejas e comunidades eclesiais de outras denominações cristãs.

Apesar de se constituir por essas várias ramificações, o MF é um único organismo que encontra a sua unidade, justamente, no seu governo, exercido conjuntamente, isto é, colegiadamente. Como órgão de direção mundial, o Conselho Geral, reúne o Centro da Obra, composto pela Presidente – que sempre será leiga e mulher⁷⁷ – pelo Copresidente, pelos responsáveis pelos aspectos gerais, pelos responsáveis das diversas regiões geográficas e pelos responsáveis das várias ramificações⁷⁸.

Ao descrever a estrutura e o Governo da Obra de Maria pretendeu-se assinalar que “os aspectos concretos da vida” fazem parte da estrutura da Obra, uma vez que ela

⁷⁶ A participação dos bispos no MF é um compromisso espiritual que não interfere nos seus deveres de bispos. O setor dos bispos amigos do MF se diferencia dos demais porque o vínculo que estabelecem com a Obra de Maria é espiritual e não constitui uma associação de fato, portanto não comporta vínculos jurídicos. Ver Opera di Maria. 2007. *Statuti Generali*. Roma, artigo 14, p. 23.

⁷⁷ Após o falecimento de Chiara Lubich, no dia 14 de março de 2008, a Assembleia Geral da Obra de Maria, reunida em julho deste mesmo ano, elegeu Maria Emmaus Voce como nova presidente do Movimento dos Focolares e para Copresidente, Giancarlo Faletti.

⁷⁸ Para maiores aprofundamentos, ver CRUZ, Iracema Andréa Arantes da. 2009. *No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann*. (Dissertação de mestrado. Pontifícia universidade Católica de São Paulo).

se articula, se organiza e se governa também por meio desses aspectos. Os conselheiros gerais, de fato, assumem como função acompanhar a concretização desses aspectos na Obra – no seu conjunto e nas regiões.

O espírito da Obra de Maria ou Movimento dos Focolares, que é caridade, manifesta-se e exprime-se nos múltiplos aspectos concretos da vida da Obra e das pessoas que dela fazem parte. Estes Estatutos Gerais contêm as ideias e as normas fundamentais, em relação aos aspectos concretos, que cada integrante do Movimento deverá assumir como base para atuar o que é previsto no regulamento da ramificação à qual pertence.

Dessa vida segundo os aspectos podem surgir obras e atividades específicas, que serão acompanhadas no Centro da Obra pelos conselheiros e pelas conselheiras aos quais os respectivos aspectos são confiados. (Opera di Maria 2007: 29)

Com base no que foi exposto até aqui, julga-se importante ressaltar que os aspectos concretos da vida da Obra de Maria e de seus membros orientam a organização estrutural do MF, a articulação e comunhão entre as seções, setores e movimentos de amplo alcance, como também a ação individual e social de seus membros no interior do MF e no seu entorno, no espaço social no qual estão inseridos.

Observando a história e desenvolvimento do MF ao longo dos anos, percebe-se que este foi se configurando a partir da prática, das vivências de sua fundadora, Lubich, e de seus membros, tanto na dimensão religiosa quanto na dimensão profana⁷⁹. Os aspectos surgiram desta experiência e como resposta à percepção de que Deus, por meio do carisma da unidade, havia não somente dado origem a uma espiritualidade, mas a uma obra que, como tal, precisava de uma organização.

A origem dos aspectos remonta os anos 50 quando, estando a espiritualidade da unidade bastante completa, Lubich⁸⁰ considerou importante que a Obra de Maria possuísse uma estrutura, uma ordem: “E se o amor era a nossa vida, o amor deveria ser a nossa regra” (Lubich 2002b: 65).

Eis que surgiram os aspectos da vida da Obra de Maria, uma estrutura construída como desdobramento e concretização do amor em todos os aspectos da vida humana e social:

⁷⁹ “Dimensão profana” aqui é utilizada como sinônimo de secular, ou seja, não religioso, e não como oposição a sagrado.

⁸⁰ A partir de agora, sempre que este trabalho citar Lubich como fonte de qualquer ideia, decisão ou inspiração, fica subentendido que o processo de configuração do MF é essencialmente coletivo, isto é, embora a figura de Lubich seja determinante por ter sido fundadora e, portanto, fonte primeira das ideias e inspirações, toda a experiência do MF pode ser verificada como resultado de experiências compartilhadas, das quais emergiram compreensões acerca do que viria a ser a Obra de Maria em todas as suas dimensões. Isto implica o protagonismo de todos os seus membros, de modo particular do primeiro grupo de focolarinas e de focolarinos que, com Lubich, deram vida à Obra de Maria.

O amor é luz, é como um raio de luz, que, ao atravessar uma gota de água, se desdobra num arco-íris, em que é possível admirar suas sete cores. São todas elas cores de luz, que, por sua vez, se desdobram em gradações infinitas.

Do mesmo modo que o arco-íris é vermelho, alaranjado, amarelo, verde, azul, anil, violeta, o amor, a vida de Jesus em nós, teria cores diversas, expressar-se-ia de vários modos, diferentes um do outro.

O amor, por exemplo, leva à comunhão, é comunhão. Jesus em nós, porque é Amor, operaria a comunhão.

O amor não é fechado em si mesmo, difunde-se por si. Jesus em nós, o Amor, seria irradiação de amor.

O amor eleva a alma. Jesus em nós elevaria a nossa alma a Deus. Eis aí a união com Deus, eis aí a oração.

O amor cura. Jesus, o amor no coração, seria a saúde de nossa alma.

O amor reúne diversas pessoas em assembleia. Jesus em nós, porque é amor, reuniria os corações.

O amor é fonte de sabedoria. Jesus em nós, o Amor, nos iluminaria.

O amor compõe em um os muitos, é unidade. Jesus em nós nos fundiria em um.

São essas as sete principais expressões do amor que teríamos de viver. Elas representam um número infinito de outras. (Lubich 2002b: 66)

Cada um dos aspectos possui uma dimensão espiritual, transcendente – enraizada na espiritualidade, em Deus – e uma dimensão concreta, imanente, materializada na vida cotidiana. Os aspectos podem ser assim sintetizados: **Comunhão de bens, economia e trabalho**: ressalta a comunhão material (dos bens, dos talentos, das competências) e comunhão espiritual (experiências da vivência religiosa) entre todos os membros do MF como consequência do amor evangélico. Trata também de como os membros da Obra de Maria vivem a pobreza, expressa na prática da comunhão dos bens (Benaglio, Venturini 1999:18; Lubich 2002b: 72) Na dimensão civil focaliza o modo de atuar na esfera da economia e do trabalho. A EdC está inserida neste aspecto da Obra de Maria.

Testemunho e irradiação: contempla a irradiação, o apostolado fundamentado no testemunho da vivência dos princípios do Evangelho: “Que sejam um a fim de que o mundo creia” (Jo 17, 21).

A ideia central deste aspecto diz que “o amor é o primeiro apostolado, o amor ao próximo como expressão do amor a Deus” (Lubich 2002b: 75). O apostolado torna-se um dom, dom do que se é, do que se vive, do que se crê. É também evangelizar, mas de modo delicado e respeitoso, mediante o diálogo, sem dar margens ao proselitismo (Cruz 2009: 41). Na esfera profana, este aspecto orienta o relacionamento entre os povos, etnias e culturas.

Espiritualidade e vida de oração: “De fato, o amor em nós, que nos faz ser Jesus, não cria apenas comunhão, não irradia somente, mas eleva. É princípio e fonte da nossa vida interior, da nossa união com Deus, da nossa verdadeira oração” (Lubich 2002b: 85).

Embora tenha uma marcante dimensão social, o Movimento dos Focolares fundamenta-se na relação com Deus, em uma crença religiosa, portanto tem por princípio e por meta – simultaneamente – alcançar a união com Deus (Cruz 2009: 42). No entanto, para se alcançar a união com Deus, como foi dito anteriormente, o caminho principal oferecido pela espiritualidade da unidade é o amor ao irmão. Desse modo, embora os membros do MF vivam momentos de oração e de recolhimento, de piedade cristã, este aspecto os convida a transformarem o dia inteiro, incluindo todas as suas ações, em oração, em oportunidade para se alcançar a união com Deus, mediante a prática do amor ao próximo, da vivência da Palavra, do amor a Jesus crucificado e abandonado.

Compreende toda a espiritualidade dos Focolares e se baseia na vivência da Palavra. O Evangelho, de fato, fora redescoberto na sua dimensão social, não tanto no sentido de suscitar obras de assistência social – o que também ocorreu – mas no sentido de se tornar elemento de coesão espiritual, com uma conseqüente coesão social, mediante a partilha das experiências concretas vividas a partir da prática da Palavra de Deus no cotidiano das pessoas. (Cruz 2009: 43).

Aplicado no campo civil, este aspecto orienta a esfera da ética social, da justiça e do direito.

Natureza e vida física. Diz respeito à vida física, à saúde, ao percurso que transcorre a vida humana, à doença, à morte, à crença na ressurreição, à criação e à natureza, portanto também à ecologia. Relações entendidas em consonância com a saúde espiritual.

No pensamento dos Focolares, a saúde, tanto física quanto espiritual, resultam do bem-estar da pessoa em todas as suas dimensões. Uma vez que tal carisma centraliza-se na atuação do amor como “norma de vida”, portanto como cultura, a base deste bem-estar pode ser identificada nos tipos de relações que se estabelecem no âmbito das comunidades, relações regidas pelo amor mútuo. (Cruz 2009: 44)

A aplicação deste aspecto na esfera profana relaciona-se à saúde da pessoa e do ambiente.

Harmonia e ambiente. Referindo-se a este aspecto, Lubich assim falou aos bispos, reunidos em Rocca di Papa, em 1981:

O amor reúne em assembleia, faz de um povo a Igreja. Esta manifestação do amor se concretiza, depois, nas casas, que são necessárias, nas igrejas e em todo o que reveste e hospeda as pessoas individualmente e o povo de Deus (Lubich apud Calliari, Cilento; Martelli 1999: 425)⁸¹.

Na sua dimensão espiritual, este aspecto é entendido como a vida do Corpo Místico que se reflete na vida externa tanto da Obra de Maria, quanto de seus membros. Portanto é *eclesia*, reunião, associação, família. Logo trata da casa, das cidades, da vestimenta. É um aspecto predominantemente social, pois entende a Obra de Maria como “uma grande família, uma sociedade nova sempre na espera de reunir-se” (Lubich apud Calliari, Cilento; Martelli 1999: 438). Um povo que tem a sua cultura que orienta inclusive seu modo de colocar-se no mundo: “é um novo carisma este da unidade que suscita não somente uma vida espiritual, que diz respeito a todos, mas também uma cultura” (Lubich 2002b: 115).

Quando vivenciado no campo civil, trata-se da harmonia social e da arte. Portanto, estão incluídas neste aspecto a urbanização, as obras sociais, a produção artística e tudo o que diz respeito à sociabilidade.

Sabedoria e estudo. “A sabedoria é o Verbo de Deus. E o Verbo de Deus é Deus. Por isso, ela ‘não tem apenas sabor intelectual, mas sacia o coração, sacia a alma: é Deus’” (Lubich apud Sgariglia; Zanghì 1999: 523). Este aspecto busca orientar tanto a Obra de Maria no seu conjunto, quanto seus membros individualmente a alcançar a sabedoria que brota da relação – união – com Deus. Como todos os aspectos, também este se concretiza na vida hodierna, antes de tudo fundamentada e alicerçada em relações interpessoais caracterizadas pelo amor mútuo, pelo amor a Jesus Abandonado, pela vivência de todos os pontos da espiritualidade coletiva, que leva a alcançar a sabedoria. Depois, por meio do estudo religioso e profano, que levam a uma maior compreensão tanto das verdades da fé, das realidades transcendentais, quanto do saber imanente, científico, visto como modo de ampliar a sabedoria.

⁸¹ As citações de Lubich extraídas do livro *Come un Arcobaleno*, por nós utilizadas neste tópico, embora sejam citações indiretas, têm o valor de citações diretas, pois são trechos originais de Lubich incluídos neste volume, que tem a função de ser um *vademecum* sobre os aspectos da Obra de Maria, organizado pelos, então, responsáveis centrais dos aspectos da Obra de Maria.

O aspecto da sabedoria é importante porque fortalece a crença e a crença está na base da organização social dos Focolares. Assim sendo, a crença não permanece apenas no campo das ideias ou da espiritualidade pessoal, mas concretiza-se em estruturas, em possibilidades de combinações (relações) sociais dentro e fora do grupo (Cruz 2009: 45).

Unidade e meios de comunicação. Este aspecto tem por finalidade fomentar e manter a unidade entre todos os membros dos Focolares, além de possibilitar a comunicação com todas as pessoas no mundo, a fim de colaborar para o “Que todos sejam um” (Jo 17, 21), objetivo da Obra de Maria. No entanto, afirma Lubich, ressaltando outra razão para utilizar os meios de comunicação social:

É o espírito do Movimento que exige os meios de comunicação. [...] E isto pelo fato de que nele se vive e se propõe uma espiritualidade não somente pessoal, mas comunitária. [...] Isto comporta: comunicar. E quando a comunicação deve acontecer entre muitos, exige os meios de comunicação. (Lubich apud Dal Ri; Clarià. 1999: 595)⁸²

A dimensão social deste aspecto é justamente a comunicação social, a informática, isto é, busca-se colaborar para que os meios de comunicação favoreçam uma maior integração dos povos e culturas no respeito recíproco e no diálogo, sempre em função da fraternidade universal (Dal Ri; Clarià. 1999: 591-695).

Os **instrumentos da espiritualidade coletiva** podem ser entendidos como práticas que colaboram na vivência e concretização dos pontos da espiritualidade e dos aspectos da vida da Obra de Maria. Pode-se inferir que os elementos da espiritualidade da unidade – os pontos, os aspectos, os instrumentos – possuem uma identidade própria e ao mesmo tempo se perdem um nos outros, sendo, simultaneamente, estímulo e resultado da concretização de cada um deles na vida dos membros e do MF na sua totalidade. Os instrumentos constam no Estatuto Geral da Obra de Maria no artigo 50, do capítulo III, que fala do aspecto da União com Deus e a Oração:

Sendo a forma de vida espiritual da Obra de Maria pessoal e coletiva ao mesmo tempo, as pessoas do Movimento avançam juntas no caminho à santidade. Praticam, portanto, como for possível, os “instrumentos” típicos para manter e aumentar a união com Deus, isto é: o pacto do amor recíproco, a “comunhão de almas”⁸³, aquela das experiências de vida da

⁸² Para maiores aprofundamentos sobre os aspectos da vida da Obra de Maria, ver: Movimento dei Focolari. 1999. *Come un arcobaleno*. Gli aspetti nel Movimento dei Focolari. Roma: Movimento dei Focolari. LUBICH, Chiara. 2004. *Um novo caminho*: a espiritualidade da unidade. São Paulo: Cidade Nova.

⁸³ É a comunhão das experiências que emergem da vida da espiritualidade coletiva (Opera di Maria 2007:42).

Palavra de Deus, a “hora da verdade”⁸⁴ e o colóquio com os próprios responsáveis. (Opera di Maria 2007: 42-43)

Portanto, comunhão das experiências espirituais⁸⁵, comunhão das experiências da Palavra, colóquio, pacto e hora da verdade: os cinco instrumentos da espiritualidade coletiva.

No caminho coletivo, embora também se valorize o silêncio, a solidão, a meditação e a oração, como meios para se alcançar a união com Deus, dá-se maior relevo à palavra, à comunicação, dado que este é um caminho que se percorre junto com o próximo. (Lubich 2002b: 21). Pelo fato de ser comunitária, tal espiritualidade não dispensa o indivíduo de uma escolha de Deus pessoal, pelo contrário, a livre escolha de Deus deve ser pessoal, como também deve ser pessoal a escolha de percorrer o caminho de santidade coletivamente, na Obra de Maria.

O pacto do amor recíproco – realizado em momentos simples, mas solenes, no interior de cada seção, setor ou movimento de amplo alcance, de acordo com a própria vocação, renova o compromisso que cada membro do MF assumiu de colocar em prática o Mandamento Novo: significa declarar e redeclarar de tanto em tanto esta disposição, como fizeram as primeiras focolarinas no início do MF: “Vocês sabem que a unidade construída por meio do amor recíproco, não se realiza de uma vez por todas. Ela deve ser renovada todos os dias, através de propósitos e de fatos”. (Lubich 1994a: 3)

Falar, comunicar, é a base da comunhão das experiências espirituais e da vivência da Palavra. Fazer meditação, por exemplo, é uma prática recorrente no cristianismo e também em outras religiões. A novidade trazida pelo MF é o fato de se comunicar, doar essas experiências. “A comunhão de almas deve ser feita entre nós para colocar em comum os bens espirituais que possuímos e contribuir dessa forma para a santidade dos outros como à própria” (Lubich 1994b: 2). O mesmo se refere à comunhão das experiências da Palavra:

A Palavra de vida, de fato, tem uma importância fundamental para nós. A nossa Obra nasceu como encarnação dela. Vivendo a Palavra com radicalismo, Cristo forma-se em nós. [...] Portanto, é essencial viver a Palavra. Mas isso não é suficiente. Somos chamados a colocar em comum as nossas experiências sobre a Palavra. (Lubich 1994c: 2)

⁸⁴ Consiste no oferecer aos irmãos, com amor, o que podemos ter observado nele de negativo e de positivo, a fim de nos corrigirmos reciprocamente e de nos encorajarmos no caminho da santidade (Opera di Maria 2007: 43).

⁸⁵ Conhecida pelo termo “comunhão de almas”.

A hora da verdade é uma expressão do amor recíproco. Por meio desta prática, os irmãos se ajudam reciprocamente no caminho de santidade. Movidos pela caridade, procura-se oferecer, por amor, em momentos particulares – geralmente em pequenos grupos e com a participação de um mediador que ajude a garantir o amor recíproco – o que é possível observar de positivo e de negativo em cada um (Lubich 1994d: 2).

É uma prática exigente, mas muito útil à Santa Viagem. Costumávamos usá-la desde os primeiros tempos do Movimento e a impressão que temos é de algo maravilhoso. O fato é que um irmão pode servir realmente ao outro assim como “uma mão lava a outra”. A propósito disso, lembro de um provérbio africano que diz que o irmão é como um olho que temos atrás. Isso quer dizer que o irmão vê o que nós não vemos. (Idem).

Ainda no âmbito da comunicação, os responsáveis pelos vários grupos colocam-se à disposição para conversas pessoais, a fim de que possa haver uma ajuda para se progredir no caminho espiritual. Em tais colóquios, ambas as partes buscam viver o vazio de si, embora tenham de doar o que pensam e o que sentem, de modo que o Espírito Santo possa sugerir as palavras certas a serem ditas, e que haja um progresso na vida espiritual (Lubich 2002b: 23).

Do que foi exposto, é possível perceber que os instrumentos da espiritualidade dos Focolares são práticas coletivas que têm a função de fortalecer a comunhão no grupo, bem como robustecer a vivência pessoal de seus membros da forma mais coerente possível com a própria espiritualidade, logo com o Evangelho, a fim de se progredir no caminho de santidade.

Como dito no primeiro capítulo, Lubich sugere a introdução tanto dos aspectos quanto dos instrumentos, na forma de se conceber as relações dentro das empresas de EdC e na organização das mesmas, a fim de suscitar novas estruturas, de modo que tais empresas possam se tornar empresas de comunhão.

Em síntese, este capítulo procurou apresentar a espiritualidade da unidade detendo-se mais profundamente no que concerne ao amor ao próximo e ao amor recíproco na relação que os vincula ao amor de Deus. Da exposição realizada é possível inferir que a espiritualidade da unidade motiva a ação dos membros da Obra de Maria tanto no âmbito pessoal, quanto no social por ser uma espiritualidade colada no cotidiano, que forja uma cultura, entendida como modo de ver, agir, sentir e perceber o mundo.

Destacamos a seguir um depoimento colhido durante pesquisa de campo em uma empresa EdC (16.11.2012) que indica como esta cultura que emerge da práxis da espiritualidade da unidade possui em si potencial para ir além do próprio MF, motivando a ação de pessoas que dele não participam.

Eu acho que o clima, assim, de família que se cria, acho que começa a influenciar sim, no modo depois de vida. Como o exemplo da V, a nossa funcionária, a *office boy* que faz o trabalho aqui, o marido sofreu um acidente e ficou com a perna imobilizada. Então eu comecei a pensar: “será que a gente tem uma cadeira de rodas ou uma cadeira de escritório?” E ela: “Nossa... eu tenho! Pensei até nela, eu tenho isso aqui”. Depois precisava de uma bota. “O meu marido, eu acho que usou”. Então ela começou a ver na casa dela o que ela tinha e trouxe tudo, tudo o que o menino precisava. Ele já está curado e veio trazer tudo pra ela e agradecer. Então começa a influenciar, ao menos a olhar ao redor, né! O que... Uma outra funcionária de uma outra empresa aqui, ela disse que então ela viu um guarda roupa que estava meio assim então disse pro marido “vamos comprar um e a gente doa esse aqui”. E o marido disse: “Mas pra quem a gente vai doar isso aqui...” “Acho que o nosso vizinho de casa está precisando!” “Não, acho que ele vai ficar chateado se a gente for oferecer”. E foram, os dois, oferecer ao vizinho e viram que ele não nem tinha guarda-roupas, estavam em caixas guardadas as coisas. Mas esse vizinho ficou tão feliz em receber o guarda-roupa! E ela e o marido mais felizes ainda de terem feito essa experiência de olhar ao redor. (Unidade de registro 12-3)

Nas narrativas que faz do início do Movimento, Lubich coloca em evidência que tudo partiu da compreensão de Deus-Amor. Em uma dessas narrativas, ela destacou o fato de que responder ao amor de Deus amando deu origem a uma “*comunidade cidadã, na qual o amor evangélico encontrava soluções para os problemas sociais e uma nova ordenação para a vida de muitos*” (Lubich 2012b: 118).

Esta percepção é muito importante, pois nos leva a entrever a dimensão social do amor, que permite encontrar soluções a problemas concretos e confere uma nova ordenação, portanto, organização social, à vida das pessoas. Gera uma comunidade cidadã, isto é, comprometida e engajada. Logo o amor pode ser inferido como elemento aglutinador, portanto, como vínculo social que cria espaços coletivos ordenados de forma específica, o que defendemos que ocorre no caso da Economia de Comunhão. De fato a EdC surgiu para encontrar soluções a um problema concreto: a desigualdade social e a pobreza, a partir do âmbito civil, por meio da iniciativa de cidadãos que, na liberdade, optaram por criar empresas cujos objetivos e atuação sejam ordenados também pelo amor.

A descrição e a análise da espiritualidade da unidade que realizamos neste capítulo nos dão a possibilidade de extrair algumas características que conferem sentido, ou seja, valor semântico ao ágape: é um amor concreto, atuado em situações reais,

atribuído a pessoas concretas; é expansivo, orienta-se a todos, não é circunscrito a um grupo unido pelo sangue (família), pela amizade, pela crença, pela nacionalidade etc. Dirige-se inclusive ao inimigo; contém e supera o sentimento, é também um ato de vontade; tende à reciprocidade, pois é capaz de gerá-la; transcende a esfera do universo religioso, é universal; ama a partir do outro, colocando-se no seu lugar, portanto a partir de suas necessidades e expectativas; o ágape na sua máxima expressão chega ao ponto de dar a vida, se necessário.

A pertinência deste capítulo está no fato de ter colocado as bases para a análise para verificar o ágape no MF como categoria social e possível fator da expansão da EdC para além de suas fronteiras.

Capítulo 3 – ÁGAPE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DE ACORDO COM LUHMANN, BOLTANSKI, SOROKIN E A ESPIRITUALIDADE DA UNIDADE

O objetivo deste capítulo é apresentar o ágape enquanto categoria de análise: a construção do seu valor semântico enquanto meio de comunicação simbolicamente generalizado (MCSG) como orientador da ação dos membros do Movimento dos Focolares, uma vez que a tese proposta por nós, neste trabalho, é, justamente, o ágape como possível propulsor da EdC para além de suas fronteiras.

Este objetivo situa a pesquisa em um terreno movediço, pois, embora o ágape⁸⁶ tenha sido objeto de estudo no âmbito das ciências sociais, a sua presença é marginal no conjunto das pesquisas que buscam compreender a ação humana em sociedade⁸⁷. Esta constatação, no entanto, remete ao pensamento pós-colonial aplicado, não tanto ao sistema mundo enquanto espaço de relações políticas e econômicas, mas ao sistema mundo enquanto espaço de produção do conhecimento. De fato, de acordo com Mignolo (2003), o sistema mundial moderno se constitui na relação entre vários saberes, o que abre a possibilidade para a emergência de pensamentos subalternos e liminares, o que ousamos supor, também acontece no campo das ciências sociais.

Portanto o capítulo será traçado da seguinte maneira: primeiramente apresentaremos o conceito geral que conferimos ao termo ágape. A seguir, abriremos um diálogo com Boltanski, Sorokin e Luhmann, no intuito de definir de maneira mais ampla e mais consistente o valor semântico de ágape. Em um terceiro momento, procuraremos problematizar a utilização do ágape enquanto categoria de análise. Por fim, procuraremos colaborar na construção do valor semântico de ágape segundo a

⁸⁶ O termo ágape é utilizado em nosso trabalho para indicar um tipo específico de amor. Portanto, o termo amor, quando por nós utilizado, pode também englobar o ágape como objeto ao qual nos referimos. Quando utilizarmos o termo amor, excluindo referência ao ágape, faremos a devida observação.

⁸⁷ Como afirmam Collasanto e Iorio (2008): “Devemos, porém, constatar, que o amor como objeto de análise se enraíza, cada vez mais, de um lado, na esfera da vida privada das pessoas, perdendo seu significado social, assumindo relevância neste âmbito somente como efeito indireto e secundário; de outro lado, o amor é entendido prevalentemente como eros, como relacionamento entre casais, como afetividade, como emoção. Mas, se de um lado, se assiste a esta nova relevância sociológica do amor como eros, que às vezes balbucia o sentido do amor como *philia*, geralmente silencia a respeito do ágape. Ver COLASANTO, Michele; IORIO, Genaro. 2008. *Sette propozioni dell'agire agapico*. Un progetto di ricerca per le scienze sociali. Palestra apresentada no Congresso Internacional Agire agápico e Scienze Sociali. Castelgandolfo, 6-8 giugno 2008.

espiritualidade do Movimento dos Focolares em diálogo com o pensamento dos três autores acima referidos. Desse modo intentamos colocar os fundamentos para a análise da probabilidade de ágape ser considerado possível propulsor da EdC para além dela mesma, enquanto meio de comunicação simbolicamente generalizado.

3.1. Ágape: conceito geral e definição do termo

Considerando a polissemia do termo ágape, julgamos de fundamental importância estabelecer o sentido conferido a este termo no presente trabalho. Sabemos da dificuldade de definir ágape, conceito que em si mesmo contém uma infinidade de possibilidades semânticas, uma vez que pode indicar uma infinidade de situações reais. Não se trata, portanto, de traçar a história da compreensão, da atribuição de sentido e uso do termo, mas delinear a concepção que fundamenta a evolução da análise aqui proposta. Somos igualmente conscientes da dificuldade ou quase impossibilidade de definir ágape: “toda definição que pretenda ser exaustiva revela-se sempre redutiva e muitas vezes contraditória em relação a outros enunciados”. (Montesperelli, 2011: 17). No entanto, julgamos necessária uma definição que reduza a complexidade do termo em termos de significado e estabeleça o valor semântico do mesmo, a fim de que possa ser compreendido como MCSG.

Partimos do pressuposto que ágape é o amor cristão, ou seja, um tipo de amor que expressa tanto o amor a Deus, quanto o amor ao próximo de acordo com os princípios do cristianismo. De fato, ágape é um termo cujo significado foi forjado pelos apóstolos João e Paulo a partir do grego.

O amor-ágape, segundo a concepção cristã, não é somente uma postura exterior nem apenas uma atitude moral, mas é a realidade que investe e encerra o homem na sua totalidade, pela qual Paulo pode ainda dizer: “Se não tivesse a caridade, nada seria” (cf. 1 Cor 13, 2). (Foresi 2004: 570)

Bento XVI, na encíclica *Deus é Amor*, ao fazer um paralelo entre eros e ágape, sem colocá-los em posições de antagonismo, mas de complementaridade, remete-se ao *Cântico dos Cânticos* – um dos livros do Antigo Testamento, para buscar a origem do termo e, conseqüentemente do seu significado cristão. Bento XVI afirma que no *Cântico dos Cânticos* se encontram duas palavras para designar amor: *dodim* – um

plural que indica um amor inseguro, vivido em uma situação de busca indeterminada; e a palavra *ahabà*, traduzida na versão grega por ágape, que veio a ser o termo que indica a concepção bíblica do amor (Bento XVI 2006: 14).

Agora, o amor torna-se cuidado do outro e pelo outro. Já não se busca a si próprio, não busca a imersão no inebriamento da felicidade; procura, ao invés, o bem do amado: torna-se renúncia, está disposto ao sacrifício, antes procura-o. (Bento XVI 2006: 14)

Assumindo o pressuposto de Luhmann, segundo o qual a religião tem por função determinar o indeterminado, isto é determinar a esfera do transcendente na esfera do imanente (Luhmann 1991), é possível induzir que ágape determina o indeterminado na esfera das relações humanas e sociais.

Ágape contém o amor ao próximo como expressão do amor a Deus. Está escrito no Novo Testamento que não se pode dizer que se ama a Deus, a quem não se vê, se não se ama o próximo, a quem se vê (cf. 1 Jo 4,19-21). Neste sentido, dentro da lógica sistêmica, o amor ao próximo determina o indeterminado, isto é, traz para a esfera do imanente a realidade que se vive na esfera do transcendente, ou seja, o amor a Deus. (Cruz 2009: 106)

Portanto, como dito anteriormente, partimos do pressuposto de que a origem de ágape está na religião e a religião, como afirma Di Nicola, assim como a ética e a filosofia “entram na sociologia como inspiradores de comportamentos e fenômenos coletivos” (Di Nicola 2008).

De fato, propomos a compreensão de ágape como categoria de análise social, com base na hipótese de que o amor-ágape é capaz de orientar a conduta humana, entendida por ação social, no sentido weberiano, isto é, uma ação humana dotada de sentido subjetivo, cuja intenção refere-se à conduta de outros, orientando-se de acordo com ela (Weber 2005:11). Assim sendo, consideramos o ágape uma categoria de análise na medida em que possui a propriedade de orientar a ação dos indivíduos em sociedade e de construir o social: “os atores sociais traduzem na concretude de suas ações as referências ideais às quais se invocam” (Boltanski 2005: 9).

3.2. Ágape em Luhmann, Boltanski e Sorokin

Ao fazer a análise de ágape como possível MCSG, na Economia de Comunhão, decidimos trabalhar de forma mais centralizada com três autores: Luhmann, Boltanski e

Sorokin. Nossa escolha é justificada porque Luhmann trabalha com o conceito de amor justamente como meio de comunicação simbolicamente generalizado, que orienta as relações íntimas, concentrando a atenção no amor paixão, sem, contudo, excluí-lo das relações pessoais de outro tipo, como as relações familiares e de amizade. Luhmann não trabalha com o conceito de ágape. Porém, o seu estudo é fundamental para a nossa pesquisa, uma vez que, anteriormente, no trabalho de dissertação, demonstramos teoricamente que é possível considerar o amor enquanto MCSG como médium da religião e, por meio da EdC, como um médium do sistema econômico⁸⁸. Boltanski trabalha com o próprio conceito de ágape na análise do amor vivido em sociedade. Ele considera o ágape uma forma de amor específica, que existe ao lado de outras formas de amor. Sorokin trabalha com a ideia de gradação do amor, que vai do não amor – ódio – à extensão máxima do amor – que pode ser compreendida como ágape. Portanto, seu trabalho nos fornece elementos chave para podermos verificar o ágape como categoria de análise social.

3.2.1 O amor em Luhmann

Luhmann trata da questão do amor compreendendo-o, basicamente, como relação íntima e pessoal entre dois *partners*, na qual inclui a sexualidade. No entanto, não exclui a relação familiar como também a relação amorosa entre amigos, sempre, contudo, no âmbito das relações pessoais, como interação entre sistemas psíquicos, compreendido como relação inter-humana. Na relação baseada no amor, o outro se torna referência para o eu, que passa a comunicar, portanto a fazer seleções, a escolher, a agir tendo diante de si a expectativa de alterar, que o estimula e o confirma em sua própria essência.

Embora a abordagem sistêmica não considere o sujeito parte do sistema social, Luhmann não deixa de considerar o indivíduo como sujeito ativo na construção dos sistemas.

A relação do indivíduo com o sistema se dá de modo peculiar. O indivíduo é considerado, também ele, um sistema, denominado psíquico. Enquanto sistema, o

⁸⁸ Para maiores aprofundamentos ver CRUZ, Iracema Andréa Arantes da. 2009. *No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann*. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

indivíduo se relaciona com os demais sistemas – psíquicos ou sociais – na forma de interpenetração. A interpenetração ocorre quando dois ou mais sistemas colocam à disposição, um do outro, reciprocamente, a própria complexidade (Luhmann 1990: 354).

O fato de os sistemas disporem reciprocamente a própria complexidade quer dizer que colocam à disposição – um do outro – suas comunicações. Assim, o sistema que recebe retroage, no sentido de modificar o que está estabelecido, influenciando na formação – ou modificação – de estruturas do sistema que nele penetra. Desse modo, contribui no processo de sua autopoiese sem impedir que o sistema continue a operar de maneira autorreferencial. Como isso pode acontecer? A complexidade recebida por cada um dos sistemas é reelaborada na forma de comunicação dentro de suas fronteiras, assimiladas como estruturas que delimitam as comunicações sucessivas de forma autopoietica e autorreferencial, isto é, os sistemas continuam a operar tendo por base seus próprios elementos. (Cruz 2009: 87)

De acordo com Luhmann, os relacionamentos íntimos colocam em interação o que cada um dos atores possui de recordações, de visão de mundo, de posturas, elementos que não podem ser totalmente apreendidos nem pelo sujeito em questão, ou seja, por ego, nem pelo sujeito com quem ego se coloca em relação, isto é por alter, o que configura um elevado grau de complexidade. Justamente para reduzir tal complexidade e possibilitar a comunicação entre os sistemas, esta operação de apreensão de si e do outro e de comunicação entre sujeitos ocorre mediada por um tipo específico de código.

Mas existe, naturalmente, um “mais ou menos” do que do outro se pode saber e dar atenção. E existem, principalmente no plano comunicativo, regras ou códigos que estabelecem que em determinadas relações sociais, deve-se ser, por princípio, abertos a tudo o que diz respeito ao outro, não se pode demonstrar desinteresse por aquilo que o outro considera importante no nível pessoal e não se pode, da sua própria parte, deixar problemas sem repostas, também e, sobretudo, quando esses se referem ao que é pessoal. (Luhmann 2006: 2-3)

O amor, em Luhmann, emerge como “um meio de comunicação simbolicamente generalizado, ao qual é conferida a função específica de tornar possível, cultivar, promover o tratamento comunicativo da individualidade” (Luhmann 2006: 4), e, conseqüentemente, da comunicação intersubjetiva.

O indivíduo, a partir da abordagem sistêmica, para reconhecer-se como indivíduo, ou para apreender a própria individualidade, o faz a partir da diferença de si mesmo em relação ao seu ambiente. O indivíduo é um sistema em relação com o seu

ambiente, que pode ser tanto o sistema social quanto outro sistema psíquico, isto é, o outro (Luhmann 2006: 5).

Para a autoidentificação como fundamento do próprio experimentar e agir, não é mais suficiente, para conhecer a existência do próprio organismo, ter um nome e estar classificado dentro de categorias sociais gerais como idade, sexo, status social, profissão. Em vez, o indivíduo deve encontrar uma confirmação no plano do próprio sistema da personalidade isto é: na diferença do seu ambiente e no modo segundo o qual encontra confirmação na diferença dos outros. (Luhmann 2006: 5-6)

Contudo, a elevada complexidade social do mundo moderno, isto é, um número infinito de possibilidades de se estabelecer relações, portanto, comunicações, conduzem, paradoxalmente, a uma maior contingência da própria “existência em relação”, que se torna aparentemente impossível. Por esta razão emerge a necessidade de um mundo próximo, compreensível, familiar, “no qual sentir-se em casa (com um sentido próximo do significado grego de *philos*), do qual ainda seja possível apossar-se” (Luhmann 2006: 6). A alteridade, o outro, emerge como relação fundamental que possibilita a afirmação e a construção da identidade do eu.

No entanto, Luhmann não compreende uma relação direta entre necessidade de individualização e de relações próximas, justamente porque o mundo próximo permite ao indivíduo uma margem de possibilidades inferior à que lhe é oferecida pelos macromecanismos encontrados no campo jurídico, econômico, político ou monetário, ou seja, nas relações de tipo impessoal. Por esta razão,

A “crescente individualização das pessoas” não é um conceito suficiente para o indivíduo enfrentar e resolver os problemas do mundo moderno. Não basta retirar-se simplesmente na própria autonomia e na implícita capacidade de adaptação. Com certeza também isso, mas deve-se acrescentar que a pessoa precisa da diferença entre mundo próximo e mundo distante, da diferença entre experiências, avaliações e modos de reagir válidos somente no nível pessoal, em relação ao mundo constituído socialmente, que vale para todos, para colher a imensa complexidade e contingência de tudo o que é indicado como possível. O indivíduo deve poder utilizar esta diferença para canalizar a informação recebida. Isto é possível somente quando, também pela elaboração da experiência vivida e pela disposição de agir em níveis absolutamente pessoais, estão à sua disposição confirmações sociais e somente quando, para se obter essas confirmações, estão disponíveis formas sociais convalidadas. O indivíduo deve poder encontrar uma ressonância não só em si mesmo; deve encontrá-la também naquilo que ele vê. (Luhmann 2006: 6)

Desse modo, Luhmann compreende que as relações intersubjetivas são constituintes do próprio eu, entendido como eu-em-relação: relação com alter – o outro – e relação com o sistema social que lhe confirmam em sua individualidade e lhe permitem, justamente, colocar-se em relação. O indivíduo deve ser ele mesmo e estar no

mundo (Luhmann 2006: 6). Neste duplo movimento o outro participa da relação como alter ego.

Assim sendo, torna-se condição para a diferenciação de um mundo privado comum o fato de que cada um possa trazer consigo o mundo do outro (embora ele mesmo viva na maneira mais individual possível), porque a ele próprio é atribuída uma particular posição: *neste mundo do outro ele aparece como aquele que é amado*. (Luhmann 2006:6-7) [o grifo é nosso]

Ressaltamos a importância da afirmação: “Neste mundo do outro ele aparece como aquele que é amado”, a fim de colocar ênfase no pressuposto de que ser amado significa estar incluído no mundo do outro. Na relação baseada no amor, o outro se torna referência para o eu. É fundamental, contudo, ressaltar que, em um determinado estágio, este tipo de relação é não gratuita e não desprovida de interesse, uma vez que é caracterizada pela mutualidade do “recíproco desejo” implícito na relação física – sexual, no caso do amor paixão – e pelo afeto, no caso da amizade, o que também inclui manifestações de afeição, proximidade física, convivência, embora de maneira diferenciada de tais manifestações no campo do amor paixão.

Ora, seguindo o raciocínio lógico, podemos verificar que o amor que inclui em si o interesse próprio mais do que o interesse pelo outro, portanto ainda não gratuito, como pressupomos que seja o amor agápico, pode ser considerado um amor que tende mais ao egocentrismo⁸⁹ do que ao altruísmo. Ainda de acordo com o pensamento de Luhmann, podemos inferir que, se ser amado significa fazer parte do mundo do outro, amar significa o movimento inverso, ou seja, assumir em si o mundo do outro. Esta dependência recíproca que caracteriza uma relação intersubjetiva mediada pelo amor está presente também em Boltanski e em Sorokin, e o mesmo se nota no amor agápico proposto pela espiritualidade da unidade.

Para que uma relação de tipo pessoal possa se desenvolver, Luhmann indica duas condições básicas:

(1) Na relação mediada pelo amor, é necessário que os sujeitos envolvidos tenham consciência da própria individualidade, isto é, sejam individualizados, e que o

⁸⁹ Utilizamos neste trabalho os termos egocêntrico e altruísta destituídos de valor moral. Os dois termos indicam o objeto do amor ao qual se refere o amante: quanto mais o amante ama a si mesmo, colocando-se no centro de suas ações, mais egocêntrico é o amor; quanto mais o amante ama o outro, mais altruísta é o amor que coloca no centro de sua atenção não o ego, mas o outro, que pode também ser concebido como alter ego.

comportamento deles seja “legível”, o que significa que eles possam ser percebidos reciprocamente, a partir da diferença entre o interesse próprio, interesse ligado aos próprios costumes, e a expectativa do outro – interesse do outro – na relação que se estabelece entre os *partners* (Luhmann 2006: 31). Logo, é necessário que cada um dos agentes envolvidos na relação seja ele mesmo para que possa, justamente, colocar-se em relação. Disso deduzimos que, embora haja uma interdependência entre os sujeitos envolvidos em uma relação amorosa, esta interdependência não anula a individualidade de cada um, mas tal individualidade é elemento constitutivo da relação.

(2) Ora, este duplo movimento de ser ele mesmo e pensar a partir do outro, o que significa colocar-se em relação, evoca dois tipos de atitude ou de posições ocupadas por cada um dos *partners*: a posição de observar e a posição de agir. A diferença entre o observar e o agir é fundamental na relação de tipo pessoal, caracterizada pela interpenetração.

Cada operação, cada ação, cada observação com a qual um sistema reproduz as suas seqüências de eventos tem lugar, então, contemporaneamente no outro. Esta deve considerar o fato de que, enquanto ação de um sistema, é, contemporaneamente, experimentar do outro, e esta não é somente uma identificação exterior, mas sim ao mesmo tempo condição da sua própria reprodução. No amor não se pode agir somente de modo que se possa continuar a experimentar justamente com o experimentar do outro. As ações devem ser inseridas no mundo experiencial de um outro e serem reproduzidas a partir deste; e todavia, não devem perder, com isso, a própria liberdade, a sua qualidade de ser o resultado de uma escolha autônoma, o seu valor expressivo de disposição duradoura daquele que age. Não devem de fato parecer submissão, rendição, condescendência ou comportamentos que evitam o conflito. De um “vai, faz por mim” nenhum amor é satisfeito. (Luhmann 2006: 233-234).

Deste trecho de Luhmann consideramos relevante o fato de que a interpenetração coloca em relação dois sistemas de consciência, portanto, duas pessoas, que, embora se mantenham distintas, se formam reciprocamente. Cada encontro, ou relação, pautado pelo amor, não deixa nenhum dos *partners* igual ao que era antes.

Agir, por amor, portanto, não se limita somente a conformar-se, não quer somente o prazer, não satisfaz somente os desejos. [...] Trata-se de encontrar um sentido no mundo de um outro. [...] No seu fundar a ação, enquanto compreensão de sentido, o amor é dirigido ao mundo de um outro sistema, muda, portanto, realizando-se, o que observa. Não pode se colocar à distância. Ele mesmo faz parte de seu objeto. O seu ‘objeto’ não fica inerte, mas assume a operação em si, transformando-se. O ser-experenciado-pelo-outro torna-se componente da reprodução operativa. Autorreprodução e heterorreprodução permanecem, segundo contextos sistêmicos, separados e vêm, todavia, feitos uno actu. (Luhmann 2006: 234).

O amor, na concepção de Luhmann é efêmero, é propenso a acabar. A dimensão temporal do amor tende a destruí-lo, bem como a subjetividade da observação:

Pelo fato de que absorve tempo, o amor se autodestrói. Dissolve também as qualidades que haviam dado asas à sua imaginação, substituindo-a com a familiaridade. Uma mulher bela, aparece, na segunda vez, menos bela e uma feia, mais aceitável. A mudança do código da natureza à imaginação expõe, em outras palavras, o amor à corrosão temporal e precisamente de modo mais rápido (!) do que o causaria a natural perda da beleza. Subjetivação e temporalização se comportam do mesmo modo. (Luhmann 2006: 92)

Portanto, a relação íntima precisa ser constantemente alimentada, isto é, os atores envolvidos na relação devem perceber que a relação continua, que o amor continua no tempo, não é restrito a um momento vivido juntos. Para tal, é necessário que se estabeleça uma ritualização do amor. “O aparecer-no-mundo-do outro e o poder-em-consequência-agir deve ser continuamente ritualizado. Isto exige que o agente se deixe observar como alguém que supera os próprios hábitos e os próprios interesses”. (Luhmann 2006: 34)

Esta ritualização (um presente, um beijo, um cumprimento) deve ser regular, ou seja, repetida, mas não pode se tornar um costume vazio de significado, precisa passar a informação de que é sempre “nova”, ou seja, não um cumprimento rotineiro, mas uma expressão de um amor presente, portanto, novo.

A intensa observação do outro aplicada a todo sinal que o outro, (com ou sem intenção) dá como aceno a uma possibilidade de dar a ele um sinal de amor, pertence a mais importante prescrição da semântica clássica do amor. (Luhmann 2006: 34)

Embora tenda a ser efêmero, o amor contém em si a capacidade de produzir amor. O amor é uma relação reflexiva, pois se mantém à medida que é correspondido.

O amor se volta a um eu e um tu, na medida em que os dois estão em relação de amor, isto é, tornam reciprocamente possível um tal relacionamento – e não porque são bons, ou são belos ou são ricos. (Luhmann 2006: 184)

A ideia central de Luhmann é que para o amor ser percebido como amor ele deve ser concreto, isto é, concretizar-se em atos.

Os comportamentos que manifestam amor devem exprimir-se no agir, dado que se trata de algo que é mais do que um mero pensamento, de um mero estar impressionado; devem ser percebidos no próprio evento da ação. (Luhmann 2006: 34)

Ademais, o amor, além, ou justamente, por ter de se apresentar duradouro, não pode ser estático, mas dinâmico.

Deve-se colocar a própria identidade como garantia de duração, o que significa não de um modo estático, mas dinâmico; não como assim-como-sempre-foi, mas como crescente-no-amor. Recorrer à própria identidade torna claro, em primeiro lugar, justamente, a independência das circunstâncias e a independência da influência de outros. Este reenvio de sentido deve ser cancelado, ou melhor, substituído pelo conceito de identidade-em-transformação. Do que deriva que justamente àquele que se ama (e que se autoconhece como constante) se atesta que o próprio Eu se desenvolve por meio dele e por meio do amor a ele. A identidade deve, então, ser tratada como conceito, ao mesmo tempo, de estabilidade e de crescimento. (Luhmann 2006: 35)

Colocar a própria identidade significa que o agente atribui à sua ação um tal sentido, que o observador percebe que o agente se “identifica” com a própria ação (Luhmann 2006: 35).

A relação entre os amantes tende, com o tempo, a suscitar pretensões recíprocas de modos de comportamento e de manifestações do amor, a partir da diferença entre perspectivas da ação e perspectivas da observação, ou seja, ego manifesta seu amor por meio de atos concretos a partir da sua própria perspectiva e é observado por alter, objeto do amor, a partir de sua própria perspectiva. O conflito surge quando tais perspectivas caminham em direções opostas ou em contradição. Alter observa ego nas suas manifestações de amor, tendo por base apenas tais manifestações, mas ego manifesta seu amor tendo em conta também a situação em si.

Pretensões e diferenças de expectativas e de observação da ação, de acordo com a perspectiva e o papel assumido – ora ego, ora alter; ora amante (agente), ora amado (observador) – tendem a ratificar a impossibilidade da duração do amor, incluindo na relação íntima a problemática da individualização dos agentes, o que influencia de maneira fundamental a observação de alter em relação à ação de ego, aumentando a expectativa de satisfação das necessidades pessoais, mediante a relação. Assim sendo, Luhmann indica que:

A empresa amor e a orientação cotidiana que, em correspondência com este se complica e se enriquece de pretensões, são sujeitos literários, modelos linguísticos de forte persuasão e imagens situacionais, em breve: em uma semântica transmitida de geração em geração. (Luhmann 2006: 37)

Esta proposição de Luhmann coloca o amor como relação intersubjetiva, entre sistemas psíquicos, portanto, relações que se dão no campo pessoal e íntimo, no âmbito

das relações sociais, em relação com o sistema social. Isto porque, em uma relação amorosa, na qual ego e alter se observam reciprocamente e decidem suas ações pautando-se nas expectativas do outro, a individualidade não é descartada, faz parte da relação e produz observações, cria expectativas que, para serem respondidas e satisfeitas, dando continuidade à relação, requerem a existência de um “terceiro” na relação. Este “terceiro” é o sistema social com seus valores, sua cultura, sua simbologia, que conferem ao amor significado, consistência semântica, portanto, plausibilidade. Luhmann coloca a questão à qual ele mesmo se refere ao descrever o pensamento de Parsons, de que: “A sociedade, antes que os indivíduos se disponham a agir, já está integrada pela moral, pelos valores e pelos símbolos normativos. Portanto, a sociedade não é possível sem estar previamente integrada sob a forma de sistema”. (Luhmann 2009: 43)

Isto significa que uma relação baseada no amor somente é possível se tal relação é socialmente definida, compreendida e legitimada. Portanto, defendemos a tese de que definir o mais possível o valor semântico de ágape como MCSG e transmitir esta concepção, de modo que possa ser assimilado por um maior número de pessoas, pode ser um caminho para a durabilidade do amor-ágape na esfera social e coletiva.

Ao longo do processo evolutivo do medium amor, a partir da inclusão de paradoxos⁹⁰ e do esforço, da fadiga, do sofrimento, inerentes a uma relação amorosa, a certo ponto acontece a diferenciação entre amor e interesse, logo entre amor e economia, entendida como sistema mediado pelo interesse pessoal.

Diversamente da esfera dos interesses, no amor não se pode fazer nenhum tipo de comparação nem calcular um custo; de fato, as coisas negativas são partilhadas e servem, justamente, para tornar consciente e a manter despertado o amor. (Luhmann 2006: 79)

Desse modo é incluída no amor paixão a questão do excesso, da não medida, caracterizados pela introdução de paradoxos, semelhante à incalculabilidade, do amor agápico, mas não igual. No amor paixão, tal excesso é dirigido apenas à pessoa amada, único *partner* e, não obstante, não deixa de incluir na relação a satisfação dos próprios desejos. O amor-paixão é uma relação que pede aos amantes certa equivalência nas

⁹⁰ A ideia de paradoxo é entendida por Luhmann como impossibilidade e possibilidade do amor diante da necessidade de satisfação das expectativas dos sujeitos envolvidos na relação, que se torna possível, justamente pela mediação do código amor; e também pela inclusão, na relação amorosa, da necessidade de experimentar o amor como “autossubmissão conquistadora, sofrimento desejado, cegueira que vê, doença preferida, prisão preferida, doce martírio” (Luhmann 2006: 79).

prestações oferecidas reciprocamente, reclama uma correspondência que se dá entre os dois sujeitos de forma fechada, ou seja, a resposta de amor deve ser dada de A para B e de B para A. O amor agápico estende esta incalculabilidade a toda e qualquer pessoa, que se torna objeto possível do amor, sempre agápico, totalmente gratuito, destituído de desejo de posse, portanto não erótico e estabelece a possibilidade de uma relação aberta, na qual podem ser incluídos vários agentes e não apenas dois. A relação agápica é caracterizada pela abertura e pela gratuidade.

Além da paixão como código do medium amor, Luhmann entende que nesta evolução da compreensão do amor, em torno de 1700, entra em cena também a amizade (philia) como constituinte do amor, restando a sexualidade fator de distinção entre essas duas categorias de relação, isto é, amor e amizade se fundem no amor paixão, mas se mantêm distintos enquanto duas categorias diversas de relação. (Luhmann 2006: 105).

Ao tratarmos da compreensão de Luhmann sobre o amor como MCSG verificamos que ele se atém ao tipo relações que se dão entre sistemas psíquicos, ou seja, relações pessoais, intersubjetivas. Consideramos importante fazer esta pontuação, uma vez que a passagem do amor como MCSG da esfera das relações inter-humanas, para as relações intersistêmicas se deu de forma teórica, na evolução da pesquisa por nós proposta, a partir do trabalho de dissertação anteriormente citado.

Consideramos possível identificar semelhanças entre o pensamento de Luhmann sobre o amor e características do amor identificadas por Sorokin e Boltanski, paralelo que será feito mais adiante. Ademais, é possível verificar nesses dois últimos autores uma dimensão social do amor, dimensão esta também proposta por nós.

3.2.2. O amor em Boltanski: ágape

A sociologia de Boltanski coloca no centro da análise social a questão da moral. Segundo Maggatti (2005), a sociologia da moral nasce da necessidade e da busca de se verificar o vínculo entre a prática dos atores sociais e a justificação de tal prática. Buscar compreender este vínculo entre prática e justificação da prática dos atores sociais se coloca ao lado do objetivo do nosso trabalho que é justamente verificar se o ágape pode ser – e como o é – categoria de análise na medida em que orienta a ação dos

agentes sociais. Afirma Boltanski: “Por sociologia moral deve-se entender o esforço para reinserir, no estudo da ação das pessoas em sociedade, as razões do seu agir e as exigências morais que elas atribuem a si mesmas ou que gostariam de se atribuir, nem que fosse a título de ‘ideais’” (Boltanski 2005: 20).

Embora a perspectiva de Boltanski seja diferente da perspectiva de Luhmann, ambos os autores buscam compreender, em última instância, o que está por trás da ação social, ou seja, as motivações que levam os atores sociais a fazerem determinadas escolhas práticas em lugar de outras igualmente possíveis. No caso do ágape, colocar em diálogo esses autores que partem de perspectivas diferentes, incluindo entre eles Sorokin, nos dará a possibilidade de identificar e construir, simultaneamente, o conteúdo semântico de ágape enquanto MCSG.

A trajetória de Boltanski nos remete a Weber (2005) e à sua sociologia compreensiva, ao afirmar que a tarefa da sociologia é interpretar a conduta humana inteligível (Weber 2005:16), buscando compreender as motivações que resultam na ação do agente social: “Trata-se de compreensão racionalmente baseada da motivação, isto é, o ato é visto como parte de uma situação inteligível” (Ibidem: 17).

Boltanski procura sistematizar o ágape enquanto teoria, partindo do conceito cristão do termo, mas alargando tal conceito a uma compreensão laicizada. Este processo de laicização de ágape é importante para que tal categoria possa ser admitida como valor possível de ser introjetado também por agentes sociais não cristãos. Boltanski, afirma que:

Na teologia cristã esta noção [de ágape; I.C.] designa em primeiro lugar a relação que Deus estabelece com os homens, embora se aplique também às relações que se dão entre eles, enquanto é viabilizada pelo dom de amor que Deus faz aos homens. Não sendo teólogos, mas sociólogos, buscaremos separar ágape da sua dimensão tipicamente sobrenatural, para nos interessar pelo modo com o qual ágape pode regular a relação entre os homens e, principalmente, buscar expor em um modelo a concepção de que, acreditamos, cada um de nós tem intuição. [...] Não temos a intenção de sugerir que os homens digam que Deus os ama para fundamentar a obrigação de se amarem reciprocamente. (Boltanski 2005: 54)

Antes, porém, de aprofundarmos o valor semântico⁹¹ de ágape em Boltanski, julgamos pertinente traçar o fio lógico da construção de tal conceito por parte deste autor.

⁹¹ O presente trabalho, ao se referir aos conceitos utilizados pelos pesquisadores com os quais se coloca em diálogo, empregará o termo valor semântico para indicar a importância dada ao sentido e significado

Boltanski chega à questão do ágape após ter observado que o comportamento das pessoas comuns é caracterizado não apenas por submissão, mas também por situações de crítica em relação ao status quo e as relações intersubjetivas. Tal contexto insere os atores em uma dinâmica regular de crítica e justificação.

Especificamente, se vê pessoas que, sem esquecer os próprios interesses – os interesses sobre os quais a sociologia colocara toda atenção –, motivam a própria ação, ativam o próprio sentido de justiça, apresentam justificações. Como todos nós, estão, quase sem cessar, inseridas em uma cadeia de críticas e justificações, dado que quem se encontra sob os holofotes da crítica busca justificar-se e pede que também o adversário justifique as críticas que lhe foram endereçadas. Justificações e críticas não podem ser isso ou aquilo, mas devem ser fundamentadas para que tenham força. (Boltanski 2005: 23)

Ora, relações sociais articuladas por situações de críticas que exigem justificações levaram à percepção de dois objetos que podem ser considerados um único, desdobrado em duas dimensões: primeiramente, analisar como os atores se comportam em situações de disputa. Em segundo lugar, compreender a competência atribuída aos atores sociais com a finalidade de legitimar suas críticas e justificações.

Com a finalidade de construir este objeto Boltanski se baseia em dois conceitos fundamentais: o de gramática e o de prova.

O conceito de gramática considera que é necessária a existência de um repertório comum, isto é, de uma base comum de compreensão do mundo, que possa orientar a comunicação entre os sujeitos, de modo que possa haver uma compreensão mínima capaz de garantir a manutenção da própria relação sem degenerar em um estado de violência.

A hipótese era a seguinte: assim como a comunicação linguística pressupõe uma gramática subjacente, compartilhada pelos interlocutores, deve existir algo (uma espécie de gramática moral) que permita que muitas pessoas que se encontram em diferentes relações, possam colocar-se de acordo ou em disputa, considerando que nos dois casos é necessário um mínimo de intercompreensão, justamente para evitar que a disputa degenerem em violência (o que sempre pode ocorrer). (Boltanski 2005: 24)

De fato, um dos objetivos do trabalho de Boltanski é o de construir modelos que possam favorecer uma representação dessa “gramática implícita” e identificar as transformações que permitem passar de um nível superficial de inter-relação, determinada por palavras verbais que não influem na estruturação do mundo, para um

que o termo incorpora e que atuam no sentido de orientar tanto a ação dos agentes sociais quanto a formação dos sistemas sociais.

outro, profundo. Neste nível mais profundo, os sujeitos estão mais bem preparados para fundamentar os próprios argumentos e para interpretar as críticas e justificações dos outros. Tais modelos funcionam como sustentação normativa; ou como ideais tácitos compartilhados, nos quais as pessoas possam se basear para colocar críticas ou justificações (Boltanski 2005).

Podemos estabelecer um paralelo entre este modelo de Boltanski e a teoria de Luhmann, ou seja, que este repertório comum, que esta gramática, pode ser, de certo modo, comparada com o tema ou com a estrutura que constitui um dado sistema. Isto é, a comunicação que se dá entre críticas e justificações, e as respostas que tais comunicações provocam, podem, de forma análoga às comunicações sistêmicas, influir na estruturação do mundo. Existe, isto é, um terreno comum, um repertório comum que confere plausibilidade e orienta as comunicações, na perspectiva sistêmica, e as argumentações, na perspectiva de Boltanski, que do mesmo modo e por esta razão orientam as ações, as tomadas de posição em uma dada relação social.

Ademais, este pensamento de Boltanski também se aproxima da visão de Luhmann no que diz respeito às relações pessoais, nas quais os atores envolvidos se movem de acordo com as expectativas que se colocam reciprocamente, além do fato de o indivíduo precisar da confirmação do outro, embasada por uma confirmação social, para construir seu próprio eu.

O conceito de prova é compreendido como o momento ou o processo no qual a pretensão de justificação dos atores é colocada em confronto com a realidade. Tal pretensão de validade se apoia em dispositivos institucionais capazes de julgá-la fundamentada ou não (Boltanski 2005: 25). Este processo de crítica e justificação é mediado pela justiça. No decorrer dos trabalhos de Boltanski, tal conceito de justiça sofreu uma generalização exacerbada. Este fato conduziu à busca de uma estratégia de correção que provocou uma evolução da busca do sentido de justiça para um modelo fundado sobre a ideia de regimes de ação. Segundo este modelo, a ação orientada para a questão do justo é um regime ao lado de outros.

Neste modelo alargado, a ação orientada para a questão do justo se constituía como um regime entre outros regimes possíveis, definido a partir de dois parâmetros essencialmente considerados.

O primeiro colocava em oposição regimes de disputa a regimes de paz. No curso da vida social não estamos, com efeito, sempre em situação de disputa. Em muitos casos, o curso

da ação se realiza de forma aparentemente pacífica. Ora, é somente quando existe uma disputa que se desenvolvem sequências de críticas e justificações. O segundo parâmetro colocava em confronto regimes nos quais eram ativados modos de equivalência com regimes nos quais era descartado o que permite colocar em equivalência. (Boltanski 2005: 27)

A partir desses parâmetros – disputa e paz –, foram identificados quatro regimes de ação: justiça, violência, rotina e ágape (Boltanski 2005: 29). O regime de ação em justiça pode ser entendido como regime de disputa no qual a solução para a contenda se dá por meio da justiça, ou seja, na busca do que é justo, mediante critérios de equivalência. O segundo regime inserido, também este, em situações de disputa, em vez de valer-se da busca do que é justo, apoia-se no poder, e degenera-se em violência, estabelecendo uma relação mediada não mais pela justiça, mas pela força.

O regime de rotina – inserido no estado de paz – pode ser entendido como um estado no qual os agentes sociais aceitam passivamente formas de equivalência tacitamente reconhecidas e legitimadas pela sociedade. Há ainda, o segundo regime que se encontra no estado de paz, o regime de ágape. A principal característica do regime de ágape é que este não admite o uso do princípio de equivalência na ordenação das relações sociais, portanto estão igualmente excluídas quaisquer formas de reciprocidades condicionantes da ação social. Do mesmo modo são descartados princípios de justiça, uma vez que a justiça se baseia na relação de equivalência.

A observação empírica leva a constatar que nem sempre a lógica da interação é orientada pelo cálculo e pelo interesse. Ágape se coloca como o regime de ação no qual os atores agem, justamente, desprovidos de cálculo e de interesse, excedendo-se na troca relacional, seja ela monetária, espiritual, afetiva, etc. Ágape é um regime fundamentado na incalculabilidade (Boltanski 2005 31): Tal regime não encontra aparentemente um lugar nas ciências sociais, que foram constituídas, em grande parte, com base na hipótese de um cálculo generalizado, tendo por fundamento, muitas vezes, um princípio geral de equivalência, chamado interesse. (Boltanski 2005: 30)

No entanto, não se observa empiricamente a existência de uma sociedade – ou grupo social – que se encontre sempre em estado de ágape; o mesmo ocorre para os demais regimes, o que indica que ágape coexiste ao lado dos outros regimes de ação (Boltanski 2005: 33).

Conscientes de que esta breve apresentação da trajetória do estudo de Boltanski não esgota o mesmo, deixaremos de lado explicações concernentes aos regimes de justiça, de violência e de rotina e passaremos a focalizar as características específicas de ágape identificadas por este autor, uma vez que o interesse da presente pesquisa é, justamente, ágape como meio de comunicação simbolicamente generalizado.

Contudo, antes de adentrarmos nas características de ágape, cabe ressaltar, mais uma vez, que o termo amor é polissêmico e que pode ser desmembrado em três tipos básicos, consagrados pela tradição grega e ocidental, utilizados pelos autores com os quais o presente trabalho se coloca em diálogo: eros, philia e, justamente, ágape.

Ao analisar relações estabelecidas segundo a philia, Boltanski acentua o vínculo construído por Aristóteles entre philia e reciprocidade. Philia, tipo de amor que caracteriza relações de amizade, é fundamentada no reconhecimento dos recíprocos méritos de cada um dos atores envolvidos na relação (Boltanski 2005: 62). Portanto, philia pressupõe reciprocidade, equivalência, igualdade e relação espaço-temporal. Os atores envolvidos em uma relação de philia devem comunicar-se reciprocamente a avaliação que um faz do outro e é necessário que haja um mútuo reconhecimento. Neste sentido a copresença é basilar para a manutenção de uma relação de amizade. A reciprocidade na amizade não acontece de modo cego:

Ela é objeto de uma antecipação da parte de cada um dos *partners* que espera do outro um retorno equivalente à própria oferta. A importância dada à reciprocidade e à expectativa de reciprocidade explica a classificação hierárquica da amizade fundada no prazer, no interesse ou na virtude. (Boltanski 2005: 64)⁹²

Boltanski utiliza neste trecho a classificação de Aristóteles que considera que a relação de amizade pode ser motivada por três elementos: prazer, utilidade e virtude⁹³: “Talvez possamos esclarecer as espécies de amizade se antes chegarmos a conhecer o objeto do amor. Nem todas as coisas parecem ser amadas, mas apenas aquelas que merecem sê-lo, e estas são o bom [virtude; I.C], o agradável [prazer; I.C.] e o útil” (Aristóteles 2001: 174).

⁹² A ideia de antecipação, de espera de um retorno, de reciprocidade e de expectativa aqui expressas se aproximam da ideia de mútua expectativa entre alter e ego nas comunicações que se dão entre sistemas de consciência, de acordo com a teoria de Luhmann.

⁹³ Ver: Bruni 2006: 80.

A amizade não se desfaz com a distância entre os atores envolvidos na relação, mas tende a diminuir e até mesmo a desaparecer se a distância vier a impedir ou a atenuar o exercício da reciprocidade entre eles. Afirma Aristóteles: “As amizades são mais duradouras quando os amigos obtêm a mesma coisa um do outro (o prazer, por exemplo) e não somente a mesma coisa, mas também da mesma fonte, como ocorre entre pessoas espirituosas” (Aristóteles 2001: 177).

A relação que Boltanski faz entre a duração da amizade e a mútua vantagem, marcada pela reciprocidade, nos remete à questão levantada por Luhmann de que o amor produz amor, e que é mantido no caso em que é correspondido, ou seja, no caso em que há uma mútua vantagem, ou seja, reciprocidade.

O importante para a pesquisa proposta por esta tese é ressaltar que a amizade pressupõe reciprocidade e igualdade, isto é, que os atores obtenham mutuo benefício, o que implica troca de equivalentes entre os mesmos no campo do afeto, do prazer, da alegria, da utilidade, dos bens materiais. *Philia* caracteriza relações que se dão em sociedade, entre agentes sociais que mantêm uma convivência próxima e estável. A distância espacial não impede a amizade, mas sim o seu exercício, portanto, a proximidade e a convivência são fatores facilitadores da manutenção temporal da amizade.

Consideramos igualmente importante traçar as características básicas de *eros*, a fim de situar, mais adiante, o valor semântico de *ágape*. Em relação a *eros*, o estudo de Boltanski coloca atenção no vínculo que se estabelece entre a onipotência do desejo e a construção da relação particular-geral (Boltanski 2005: 66). O autor enfatiza o fato de *eros* ser compreendido como desejo de algo do qual se é privado.

Se *eros*, força que faz girar o mundo, cuja primeira determinação é o desejo, é, antes de qualquer outra coisa, produto da privação e expressão do sentimento de privação e de incompletude dos seres (consequentemente desconhecido dos deuses, cuja completude exclui a possibilidade do desejo). (Boltanski 2005: 66)

Tratando-se de um amor humano, dirigido a outros seres humanos, *eros* pode desembocar em duas direções: deixar-se dominar pelo desejo das criaturas, atraído pelo belo, sobretudo pela beleza do corpo, e tomar posse do objeto do desejo, em uma espécie de *eros* terrestre; ou pode elevar-se ao *eros* celeste, renunciando à posse imediata do objeto desejado, preenchendo a lacuna da privação, não se deixando

orientar pelas sensações, passando a contemplar a perfeição no mundo das ideias, isto é, “na sua forma mais geral” (Boltanski 2005: 66).

Dado que o desejo descontrolado levaria ao caos e a não realização da vida social, o amor é compreendido como o desejo de elevar-se do inferior – eros terrestre que, não controlado, conduz ao caos de relações motivadas apenas pelo desejo de posse e pela posse do objeto a fim de satisfazer necessidades pessoais, portanto, de caráter egocêntrico – ao eros celeste, que sublima tal desejo de posse, de autossatisfação, transformando-os em uma ideia geral que passa a orientar a ação dos atores e a interação que pode haver entre eles: “Ao amor dos seres se substitui o amor por algo que estabelece uma equivalência entre eles” (Boltanski 2005: 67), o que pode ser compreendido como equivalência que regula e ordena a consecução dos próprios desejos.

Portanto, de eros, cabe ressaltar o fato de ser um tipo de amor egocêntrico, movido pelo desejo e pela posse.

De acordo com o pensamento de Boltanski, tanto eros quanto philia são amores nos quais a ideia de equivalência é um valor de medida, de atuação e de manutenção dos mesmos, o que os aproxima do conceito de justiça, inserindo-os mais em estados de justiça do que em estados de paz.

Os traços apenas ressaltados de philia e de eros e, de modo especial, a relação de cumplicidade que mantêm com a justiça – dado que essas duas formas de amor exigem – no início – uma equivalência geral para avaliar os méritos do objeto amado, para calcular a reciprocidade ou para reconduzir as sensações desordenadas ao princípio que as fundamenta, nos permitirão expor, por oposição, as propriedades de ágape que interessam à antropologia. (Boltanski 2005: 72)

A primeira e principal característica de ágape, já citada anteriormente, da qual se desdobram as demais, é que no regime de ágape “não existe possibilidade de se colocar em ação operações de equivalência” (Magatti 2005: 11). Portanto, as relações que se dão em tal regime excluem trocas de equivalentes, eliminando de tais relações pretensões de reciprocidade e inserindo nelas o conceito de gratuidade. De fato, ágape é um termo cuja referência é teológica, dado que, exprime, primeiramente, o amor que Deus tem pelas pessoas. Mas não somente. Ágape, dom gratuito, é também amor dos seres humanos a Deus, um amor que dá provas de sua realidade; e amor ao próximo, como expressão do amor a Deus (Boltanski 2005: 72). “O amor de Deus torna-se

presente no ensinamento do amor ao próximo que, por sua vez, é uma manifestação do amor a Deus” (Boltanski 2005: 73). Embora no cristianismo ágape seja um termo vinculado à fé e à inserção eclesial, este não se limita à comunidade, pois tem vocação à universalidade, isto é, deve ser dirigido a qualquer pessoa cristã ou não (Boltanski 2005: 73).

Como já referido, o trabalho de pesquisa de Boltanski concentra a própria atenção no ágape como amor ao próximo destituído do seu significado teológico, uma vez que este tipo de amor deve ser orientado a todas as pessoas, sem distinção. De fato, Boltanski compreende, a partir da observação, que o ágape também é vivido fora das fronteiras do cristianismo e também da fé, ou seja, não é necessário acreditar e fazer uma experiência religiosa do amor de Deus para amar os homens com um amor que excede, uma vez que ágape pode ser entendido como uma forma de amor que não inclui a troca de equivalentes, portanto, supera o interesse pessoal e qualquer forma de egocentrismo.

Ágape não é um conceito abstrato e universal, é concreto, dirige-a a pessoas concretas, àquelas que estão próximas e se relacionam em situação de copresença (Magatti 2005: 12): “O objeto de ágape é o homem que se vê” (ibidem: 12). Este dado não contradiz a tendência universal de ágape quanto à sua aplicação, pois universalidade significa que toda e qualquer pessoa é objeto de ágape, mas ágape, ao se concretizar o faz no momento presente, dirigido a uma pessoa real, e não se deixa transformar ou codificar em uma ideia geral como amor à humanidade, uma humanidade que jamais se vê ou com a qual jamais se relaciona de fato, que permanece intocável no mundo das ideias.

Ágape não conhece ideias destacadas de sentido, as ideias puras: o seu amor não tem nada de comum com um amor da ideia de humanidade, um amor pela humanidade em geral no sentido do altruísmo das religiões laicizadas do século XIX. No entanto, ágape não tem preferências e não conhece favoritismos. (Boltanski 2005: 75)

A relação entre universalidade, proximidade, sujeito ideal e sujeito real será discutida mais adiante, quando trataremos de questões problemáticas inerentes ao uso do ágape como categoria de análise.

Ainda de acordo com Boltanski, ágape é, acima de tudo, dom gratuito, portanto não possui desejo. Isento de desejo, não avalia o mérito do objeto amado, logo, não se orienta de acordo com o valor de tal objeto: “Esta indiferença em relação ao mérito

qualifica a gratuidade de ágape” (Boltanski 2005: 74). Porém, ágape não é indiferente à pessoa, mas não deseja possuí-la. Ágape é ativado pela presença dos atores particulares, aqueles que se encontram, que cruzam seus olhares; ágape supera os vínculos de parentesco, amizade e de nacionalidade. Relações que se dão sob o regime de ágape são isentas de pretensão de reciprocidade, não esperam um retorno nem material nem espiritual, portanto, ágape ignora retribuição:

O ágape, definido pelo dom, não espera um retorno, nem sob a forma de objetos, nem sob a veste imaterial de amor em troca. O dom de ágape ignora a retribuição. Para a pessoa em estado de ágape, o que ela recebeu não pode ser colocado em relação com o que ela doou, em primeira pessoa, em um momento precedente. Neste sentido, ágape, diferentemente de *philia*, não se apoia em um esquema interacionista. Cada um dos atores em estado de ágape, não modelando a própria conduta sobre a base da representação construída a partir da resposta do outro ao seu ato e não incorporando nos seus atos a resposta antecipada daquele a quem se orienta, não enfrenta a relação com o outro como uma sequência de movimentos e de contra-movimentos, diversamente de todas as modernas teorias da ação, seja que se refiram à psicologia, à sociologia ou à economia. (Boltanski 2005: 77)

Isso se dá porque ágape não admite equivalência e esta rejeição distancia ágape de eros e de *philia*, colocando-o fora do regime de justiça. Uma vez que ágape ignora a equivalência, não valoriza o cálculo.

Outra característica de ágape, é que se mantém obstinadamente no presente. Neste sentido ágape não tem memória, não guarda ressentimentos ou rancores, portanto, ágape é perdão incondicionado e ainda mais, é não deixar-se condicionar por esses tipos de sentimentos (Boltanski 2005: 81-82).

A concepção que Boltanski faz de ágape se distancia da concepção de amor em Luhmann, que, se comparada ao pensamento de Boltanski, estaria mais próxima de eros e de *philia*; mais próxima do regime de justiça. Distancia-se, sobretudo, porque Boltanski não vê que o sujeito que atua em estado de ágape tenha necessidade da resposta do outro e tão pouco se orienta a partir da expectativa que o outro possa ter de si. Ágape não desencadearia uma sequência de eventos, como compreenderia Luhmann.

A seguir, passaremos ao conceito de ágape em Sorokin para, depois, adentrarmos na construção do ágape a partir da espiritualidade da unidade em diálogo com essas três correntes aqui apresentadas.

3.2.3 O amor em Sorokin

Diferentemente de Boltanski, que concentra sua atenção no ágape e neste como regime de ação inserido em um estado de paz, diverso de outros regimes de ação, cujo principal eixo de referência é a questão da disputa – estado de disputa – que encontra solução na prática da justiça como mediadora simbólica e orientadora da ação social (Boltanski 2005), Sorokin trabalha com a ideia de amor, que contém em si todos os tipos de amores, como amor altruísta, isto é, capaz de colocar o outro no centro das ações de ego. Assim sendo, o amor se desmembra em vários tipos, que podem ser observados em uma linha de intensidade que varia do não amor – ódio – à intensidade máxima do amor – que compreendemos como ágape. Neste contexto, Sorokin identifica sete formas de amor: religioso, ético, ontológico, físico, biológico, psicológico e social.

O aspecto religioso do amor tem sua raiz em Deus ou em um valor absoluto. No cristianismo, Deus é identificado como amor.

“Deus é amor: quem permanece no amor, permanece em Deus, e Deus permanece nele”, diz o Novo Testamento⁹⁴, mas também o Bhagavadgita, o Dhammapada e as Escrituras de quase todas as grandes religiões: taoísmo e confucionismo, hinduísmo e budismo, gianismo e judaísmo, islamismo e outras. No momento em que se acredita que Deus é o valor absoluto, o amor participa do valor absoluto de Deus. (Sorokin 2005: 41)

De acordo com Sorokin, o amor religioso traz em si a dualidade entre eros e ágape, que se integram em uma única realidade. Isto é, o amor - eros, entendido como esforço humano, portanto, egocêntrico, para alcançar a união com Deus ou com o absoluto; e o amor-ágape, teocêntrico, que expressa o amor de Deus pelos seres humanos a quem ama sem distinção entre bons e maus, e de quem se aproxima com a graça e a salvação. No entanto, ágape é apresentado como amor tipicamente cristão⁹⁵.

O amor egocêntrico, entendido corretamente como um esforço do homem para liberar em si o próprio ser real e divino e para alcançar a união com Deus, e o amor teocêntrico entendido como graça divina que ajuda o homem neste intento, são indicados em quase todos os verdadeiros sistemas de amor, seja oriental, seja ocidental, embora alguns sistemas deem maior relevo a ágape e outros a eros. (Sorokin 2005: 45)

⁹⁴ 1 Jo 4-16.

⁹⁵ Sorokin se refere ao pensamento de Anders Nygren sobre Eros e ágape: Nygren, Anders. 1937. *Agape and Eros. Society for promoting Christian knowledge. Londres, vol 1*, pp. 165-171 Para aprofundar a compreensão dos termos eros e ágape, ver: Amaral, Maria José Caldeira do. 2008. *Eros e ágape – Minne. O cúmulo do amor na luz fluente da deidade: das fliebende licht der gottheit – de mechthild de magdeburg*. (Doutorado em Ciências da Religião PUC-SP).

Tanto Boltanski quanto Sorokin consideram a dimensão egocêntrica de eros. O primeiro, como dito anteriormente, ao enfatizar eros como desejo de algo do qual se é privado, desejo das criaturas, como expressão de um amor humano, pelo qual pode se deixar dominar – eros terrestre – ou que pode ser sublimado por uma espécie de eros celeste, na busca da satisfação dos desejos em uma dimensão mais geral, no campo das ideias, por meio da renúncia da posse do objeto amado (Boltanski 2005: 66). O segundo, ao afirmar que Eros corresponde, na forma religiosa do amor, ao esforço da pessoa humana para alcançar a união com Deus. Tanto em uma quanto em outra concepção, eros está diretamente relacionado com a satisfação pessoal do agente social, portanto, ao colocar em ação o amor eros, o objeto do amor tende a coincidir com o amante.

Podemos destacar que em Sorokin o amor na sua forma religiosa é tipicamente cristão, embora esteja presente também em outras tradições e crenças. Neste ponto há convergência entre Sorokin e Boltanski.

De acordo com a concepção de eros e ágape apresentada por Sorokin, ágape não exclui eros, mas o contém: “Ao mesmo tempo ágape não exclui, de alguma maneira, o amor eros” (Sorokin 2005: 43). No entanto, algumas formas de amor se aproximam mais de eros e outras mais de ágape (Sorokin 2005: 43). De fato, Sorokin trabalha com a ideia de gradação, a qual consideramos de fundamental importância, pois denota que não se observou, até então, em sociedade, o estado puro constante de ágape ou o estado puro constante de ódio. É empiricamente observável que tanto os atores quanto as relações sociais oscilam entre o ódio e o amor-ágape de acordo com as circunstâncias materiais, espirituais e psicológicas que se apresentam vez por vez. Consideramos importante, ao observar a ação de um indivíduo e também como se dão as relações dentro de um dado grupo social, verificar a regularidade, a extensão e a intensidade do amor que motiva as ações de sujeitos sociais.

Sorokin precisa ainda que ágape vai além da justiça, entendida como dar ao outro o que lhe pertence ou no sentido de remuneração merecida pela prestação de um dado serviço (Sorokin 2005). Também neste aspecto Sorokin diverge de Boltanski: o amor supera a justiça, mas não é algo paralelo à justiça ou ao lado da justiça ou que não contém a justiça, como compreende Boltanski.

No aspecto da ética, o amor é identificado com a bondade. Do ponto de vista ontológico, o amor é considerado uma força ou energia criativa que unifica, integra e harmoniza: “O poder do amor faz com que cada criatura não se oponha a todas as outras, não seja atacada pelas outras e, conseqüentemente não seja destruída pelas outras” (Sorokin 2005: 48). O aspecto físico do amor é visto como a força que mantém o funcionamento e a unidade do cosmo (Sorokin 2005: 49) e o aspecto biológico do amor é identificado como energia vital que produz, reproduz e mantém a vida (Sorokin 2005: 49).

Do ponto de vista psicológico, afirma Sorokin (2005: 50), “a experiência do amor é um conjunto de elementos emocionais, afetivos, desejados e intelectuais”. Interessa a este trabalho salientar que o amor leva o amante a se identificar com o amado:

Em toda experiência psicológica do amor, o ego ou o eu do indivíduo que ama tende a confundir-se, a identificar-se com o Tu, objeto do amor: quanto mais forte o amor, mais profunda a identificação. As alegrias e os sofrimentos da pessoa amada se tornam as alegrias e os sofrimentos de quem ama, do que resulta uma profunda partilha de todos os valores da vida e o sacrifício pela pessoa amada se torna um sacrifício realizado por si mesmo. Em outras palavras, o amor como experiência psicológica é ‘altruísta’ por sua própria natureza, enquanto a experiência oposta de ódio é, por si mesma, egoísta. (Sorokin 2005: 50-51)

Dentro do aspecto psicológico, Sorokin indica outras características do amor. O amor como experiência psicológica é altruísmo, a pessoa amada possui um valor de fim e não um valor de meio, o que neutraliza um amor egoísta, no qual a pessoa amada é vista como meio para satisfazer as necessidades do amante. Sendo um fim, o amante orienta suas ações a partir da interpelação do amado. Neste aspecto, Sorokin se aproxima de Luhmann.

Quem ama o faz no pleno exercício de sua liberdade, pois o amor não se sujeita a condicionamentos, não pode ser forçado, é livre e, portanto, liberta. A ação motivada pelo amor é livre em si mesma, logo é capaz de operar transformações inclusive estruturais: “Onde existe o amor, não existe coerção” (Sorokin 2005: 52). Ademais, o amor produz em quem ama uma força que liberta do medo, gerando, em vez, coragem e sentimento de potência: “O amor não teme nada e ninguém, extirpa totalmente as raízes do medo, onde existe o medo, não existe amor; onde existe amor, não existe medo” (Sorokin 2005: 53).

De fato, afirma Sorokin, um dos efeitos do amor é o poder oriundo da liberdade e da coragem por ele produzidas:

Uma pessoa que nada teme é uma pessoa potente, seja subjetivamente (na sua experiência individual) seja objetivamente: ela não pode sofrer intimidações, não pode ser corrompida nem subjugada, todas as suas energias são canalizadas no poder individual do amor ‘que tudo perdoa, tudo suporta’. (Sorokin 2005: 53).

O amor também é reconhecido por Sorokin como força vivificante enquanto vínculo interpessoal, social, e cósmico, isto é, entre a pessoa e a natureza:

Cancelando a nossa solidão e vinculando-nos aos outros com o mais nobre dos vínculos, o amor demonstra ser uma força vivificante no sentido literal do termo: os estudos sobre suicídio demonstram que a sua causa principal é justamente o vazio da solidão, e os altruístas vivem mais longamente do que os egoístas. (Sorokin 2005: 52)

Além de estabelecer-se como vínculo interpessoal, ou justamente por permitir uma relação interpessoal na qual o outro é o objeto da atenção do sujeito e a finalidade de suas ações, o amor proporciona o aumento do conhecimento partilhado. Uma vez que, por amor, o eu se coloca no lugar do outro e passa a orientar suas ações a partir da perspectiva do outro, a relação se torna partilha, intercomunicação, logo também o conhecimento é partilhado não apenas entre os atores envolvidos na relação imediata, mas o conhecimento de toda uma geração é incluído nesta partilha entre atores sociais localizados no tempo e no espaço de modos diferenciados.

Tornando-nos plenamente coprotagonistas da vida dos outros, o amor enriquece infinitamente as nossas vidas com os valores mais elevados e nobres da humanidade. Neste sentido, nos preenche de conhecimento enquanto participação e partilha da experiência de todas as gerações humanas. (Sorokin 2005: 52)

Sorokin faz ainda duas afirmações sobre o amor, de caráter subjetivo, isto é, que o amor torna bela a vida – uma vez que a experiência do amor torna belo inclusive o que é feio – e que o amor é, por natureza, bondade, isto é orientado à realização do bem (Sorokin 2005:52). Por fim, dentro do aspecto psicológico, Sorokin diz que o amor gera felicidade: “Sem amor não há nem serenidade nem algum tipo de felicidade, portanto, amar (com sabedoria, guiado pela verdade), é o melhor e mais acessível caminho para alcançar a verdadeira serenidade e a felicidade suprema” (Sorokin 2005: 54).

O último aspecto do amor identificado por Sorokin é o social, entendido como interação e relação na qual “as aspirações e os objetivos de uma pessoa são partilhados e

favorecidos na sua realização por outras pessoas” (Sorokin 2005: 55). Este aspecto é de grande interesse para o presente trabalho, junto com o psicológico. As características do amor levantadas por Sorokin se aproximam das identificadas por Luhmann, sobretudo no que diz respeito ao outro como referência para a ação do sujeito, que busca, justamente, agir em resposta às expectativas do outro e necessita da confirmação do outro para justificar suas ações. Com certeza, cada um dos autores parte de perspectivas e abordagens diferentes, no entanto, podemos identificar semelhanças entre elas.

Importante no pensamento de Sorokin é a identificação da solidariedade, da ajuda recíproca, da cooperação, do acordo amigável, das relações familiares como formas de amor que se expressam em relações sociais, porque indicam a possibilidade de o amor transcender a esfera das relações interpessoais que se dão no âmbito privado.

A classificação construída por Sorokin não se limita à identificação dos tipos ou aspectos do amor, mas também identifica cinco dimensões do amor. Tais dimensões se aplicam a todos os tipos de amor, sem possuir um vínculo de relação específica com um ou outro desses tipos. São elas: (1) intensidade, (2) extensão, (3) duração (4) pureza, (5) adequação entre a meta subjetiva e a manifestação objetiva do amor em ações externas e veículos materiais.

O amor, na sua acepção geral, pode variar em intensidade, indo do ponto zero ao ponto máximo possível. Pode, inclusive, alcançar um grau negativo, transformando-se desse modo, em ódio (Sorokin 2005: 57). É importante ressaltar a consideração feita por Sorokin, de que a intensidade do amor não se concretiza segundo uma escala linear, ascendente ou decrescente, mas varia de um polo a outro, de acordo com a posição assumida pelos atores sociais em um determinado momento ou período.

A extensão do amor, que como a intensidade pode ser, de certa forma, medida, também varia entre o ponto zero – amor exclusivo a si mesmo – e o amor por toda a humanidade, por todas as criaturas e por todo o universo (Sorokin 2005: 58).

Sorokin, ao verificar o amor como categoria social, refere-se à sua pureza como uma dimensão que:

varia entre o amor que encontra a sua própria razão unicamente no amor – sem a mancha de uma “motivação contaminadora” de utilidade, prazer, vantagens ou ganho – e o “amor contaminado”, quando o amor não passa de um meio para alcançar um fim utilitarista ou hedonista ou outro qualquer, e é apenas um pequeno afluente que se perde em uma corrente limosa de aspirações e objetivos egoístas. (Sorokin 2005: 59)

A duração do amor indica que este pode existir apenas por alguns instantes ou por uma vida inteira, independente de ser de grande ou de baixa intensidade.

Como, por exemplo, a ação de um soldado no campo de batalha que arrisca, ou até mesmo sacrifica, a própria vida para salvar um companheiro. [...] Ao contrário, atos de amor, tanto de alta quanto de baixa intensidade, podem continuar por um período longo, às vezes por toda a vida de um indivíduo ou de um grupo: uma mãe que cuida de um filho doente, uma boa pessoa que, durante anos, ajuda financeiramente ou de outro modo uma outra pessoa, grandes apóstolos do amor que cumprem a própria missão por décadas, às vezes por toda a vida, são exemplos de um amor duradouro. (Sorokin 2005: 59)

A adequação do amor, em vez, mede a coerência entre a motivação da ação (dimensão subjetiva) e o seu efeito objetivo, isto é, verifica se uma ação motivada pelo amor produz um resultado positivo, portanto, de amor, em relação à pessoa amada, por ela percebida como amor. Por exemplo, uma mãe que ama seu filho e o trata com excesso de mimo, por amor, pode obter um resultado negativo, na medida em que o filho, em razão do mimo recebido, não será capaz de relacionar-se com seu entorno de maneira responsável, mas orientado por caprichos e fraquezas (Sorokin 2005: 60-61). Com base na adequação do amor, Sorokin fala de amor subjetivo e de amor objetivo, entendendo amor subjetivo como o amor que orienta, portanto, motiva a ação e por amor objetivo, o resultado da ação.

Portanto, Sorokin identifica duas formas de inadequação do amor: um amor subjetivamente autêntico, mas objetivamente não amor⁹⁶ e um amor subjetivamente não amor, mas objetivamente amor⁹⁷.

No amor subjetivo esta relação ação/reação varia de uma discrepância extrema entre intenção e consequências objetivas a uma série de situações nas quais a discrepância é sempre menor, até alcançar o amor adequado, no qual a intenção subjetiva do amor e suas consequências objetivas coincidem. (Sorokin 2005: 61)

Uma vez definido o conceito de amor em Sorokin, ressaltamos algumas considerações fundamentais que este autor faz em relação ao amor. Sorokin considera o amor como força, como energia e que, portanto, pode ser produzido, acumulado, perdido, distribuído. Sorokin não se refere a esses termos com o intuito de fazer uma comparação, não são figuras de retórica, mas:

⁹⁶ Sorokin entende o amor também como meio para se alcançar o bem da pessoa amada.

⁹⁷ Dizer que um amor pode ser subjetivamente ou objetivamente não amor, significa que a motivação, no caso da subjetividade, e o efeito da ação, no caso da objetividade, podem não proceder e não resultar, respectivamente, do e em amor.

uma fórmula que descreve um processo social real que se desenvolve constantemente no âmbito de todos os grupos e sociedades que mantêm um nível mínimo necessário de solidariedade, cooperação, benevolência e relações pacíficas entre seus membros, isto é, a família, a comunidade, a nação, o sindicato, o partido político ou grupo religioso. (Sorokin 2005: 86)

Portanto, Sorokin afirma que o amor deve ser produzido e, se por algum momento, esta produção, no interior de um dado grupo é interrompida, e se não há uma “reserva de amor”, começam a surgir conflitos, antagonismos, lutas, guerras civis (Sorokin 2005: 86). Isso porque, de acordo com seu estudo, o amor neutraliza sentimentos e motivações negativas como o ódio. Sorokin admite o antagonismo amor/ódio, mas não os situando em dois polos fixos antagônicos, mas em um *continuum* que vai do ódio completo ao amor completo, que nós consideramos ser o amor agápico, ou seja, a medida máxima do amor, que pode levar ao altruísmo total, até o ponto dos agentes sociais estarem prontos a dar a própria vida por amor.

Esta produção de amor na sociedade se dá, de acordo com Sorokin, a partir da prática do amor. O autor defende a tese de que a interação de seres humanos, mediada pelo amor, produz amor. Se A cumpre uma ação de amor em relação a B e vice-versa, há uma produção de amor. Se A recebe uma ação grosseira de B e responde com uma ação de amor, também neste caso há produção de amor. Do mesmo modo que na interação humana pode ser produzido amor, é possível que seja produzido o ódio, caso a ação de A para B e vice-versa não seja mediada pelo amor, ou que a resposta de A a uma ação de não amor por parte de B não seja, por sua vez, uma resposta de amor.

Ainda em relação à produção de amor, Sorokin considera os grupos menores como espaço no qual tal produção se dá de forma mais eficaz, isto é, nesses espaços sociais restritos, que possibilitam uma interação mais direta e mediada pelo amor (amizade, vínculos familiares, convergência de interesses), é favorecida a produção de um amor mais puro e mais intenso (Sorokin 2005: 88). Seguindo o mesmo fio lógico, Sorokin entende que quanto maior o grupo em relação à extensão – um amor que ultrapassa os limites das relações pessoais e se abre a toda a humanidade – menor é a intensidade e a pureza do amor.

Este pressuposto pode colocar em questão a concretude e a eficiência social do amor agápico. No entanto, sustentamos a possibilidade de que podem haver dispositivos que garantam a existência, a atuação e a duração de um amor agápico, inclusive em

espaços sociais que exijam um amor de elevado grau de extensão, de acordo com a classificação de Sorokin. Para demonstrar tal possibilidade, recorreremos à abordagem sistêmica, segundo a qual se pode deduzir que quanto maior a complexidade de um dado sistema social, maior a contingência de respostas positivas na direção do amor. Neste caso, o ágape como MCSG pode garantir a produção do amor e de um amor agápico, também no interior dos sistemas sociais de elevada extensão. O ágape teria a função de reduzir a complexidade e, portanto a contingência das relações interpessoais, orientando-as, na linha de gradação sugerida por Sorokin, mais para a maior intensidade do que para a menor intensidade do amor, seja na esfera íntima, seja na esfera das relações que denominamos pessoais, mas anônimas (relações que se dão entre sujeitos “desconhecidos”, portanto de caráter impessoal, típicas das relações que se dão no interior dos sistemas sociais (mercado, política, educação, saúde, etc.).

Ora, colocando a questão nos termos de motivação ou de respostas às comunicações que se dão entre sujeitos sociais, consideramos importante a presença na sociedade do que Sorokin denomina “engenheiros da produção de amor” (Sorokin 2005:89). Alguns exemplos: os grandes apóstolos do amor e os educadores morais da humanidade, identificados nas pessoas de Cristo, Buda, Francisco de Assis, Ghandi. Além desses, todas as pessoas que agem de forma altruísta, mediante ações de amor.

Sorokin vê a religião como um espaço com grande potencial de produção de amor. Referindo-se aos educadores religiosos, ele afirmou:

Um dos valores centrais da religião deles é o código ético ou moral do amor, seja este na forma do “ama o teu inimigo” e outros preceitos morais do taoísmo, ou do “respeito, benevolência e reciprocidade” do confucionismo ou da “compaixão e amor” do hinduísmo, budismo e jainismo, ou dos Dez Mandamentos do judaísmo ou os mandamentos de “Piedade, Compaixão e Amor” do islamismo ou as sublimes normas do Sermão da Montanha do cristianismo. Todas as grandes religiões, por meio de seus fundadores e guias buscaram – e de vez em quando conseguiram – aumentar a produção de amor entre os fiéis na sua relação com Deus ou Valor Supremo, entre eles e com todas as criaturas viventes. (Sorokin 2005: 89)

Em consonância com o pensamento de Sorokin, consideramos a religião uma fonte de produção de amor dentro de seus limites e também em seu entorno. Disso deriva a importância da religião como geradora de amor, pois ao abrir-se ao seu entorno, o faz, pelo menos, em duas direções: na busca de conquistar novos fiéis e a partir da atuação do amor por parte de seus seguidores. O primeiro tipo, embora seja importante para a manutenção e evolução de uma dada crença, tem um efeito restrito à esfera

religiosa, isto é, justamente, a manutenção e evolução da própria religião. O segundo modo, em vez, provoca um efeito que vai além das fronteiras da própria religião, isto é, inclusive pessoas que não pertencem ao mesmo círculo religioso, a partir do momento em que se sentem amadas, podem responder com o amor, ou diretamente ao agente, ou seja, à pessoa de quem recebeu um ato de amor, ou a terceiros, ampliando, neste caso, a existência de atos de amor na sociedade de forma geral. Compartilhamos a tese de que, quanto mais atos de amor forem inseridos em um dado sistema social, mais as escolhas ou respostas ou ações dos atores sociais serão fundamentadas no amor.

Mas há também outros tipos de produtores de amor, são os pequenos e grandes criadores no campo da ciência, da filosofia, da tecnologia e da beleza (Sorokin 2005: 89). Podemos dizer que esta seria uma produção não religiosa do amor. Instituições como a família, escolas, associações profissionais e pequenos grupos, por exemplo, de amigos íntimos também podem atuar como produtores de amor.

Para aumentar a produção de amor seria necessário, portanto, aumentar o número dos “engenheiros do amor”, tanto dos “grandes apóstolos” quanto das pessoas comuns e dos grupos (Sorokin 2005: 91-93). Sorokin identifica uma relação entre aumento da produção de amor por parte dos atores sociais e a pertença a um grupo. Segundo o autor:

Para a grande maioria das pessoas o aumento do nível de altruísmo só é possível onde este nível é aumentado em cada um dos grupos aos quais pertencem. Com exceção de alguns indivíduos, dificilmente pode-se pretender encontrar indivíduos altruístas em grupos egoístas e, ao contrário, indivíduos egoístas em grupos altruístas. Isto significa que um incremento da produção de amor por parte da gente comum é possível somente se tal incremento acontece dentro do grupo ou instituição ao qual eles pertencem.

Normalmente, o aumento do nível de altruísmo de um indivíduo é possível somente por meio do aumento do nível de altruísmo do seu grupo ou instituição, e vice-versa o aumento do nível de altruísmo de uma instituição ou grupo é possível somente por meio do aumento do altruísmo em seus membros. (Sorokin 2005: 95)

De fato, Sorokin observa que um ambiente sociocultural altruístico tende a favorecer a transformação de indivíduos egoístas em altruístas. Afirma que quanto “mais altruístico é o ambiente sociocultural, maior é a probabilidade que sobre a população total exista um número mais alto de altruístas; quanto pior for o ambiente em seu conjunto, esta probabilidade é menor” (Sorokin 2005: 371).

Além de ser produzido, Sorokin sustenta o pressuposto de que o amor pode ser acumulado nos indivíduos, nas instituições sociais e na cultura. Pode ser acumulado nos

indivíduos se a ação e reação de amor deles for um hábito, uma constante, interiorizado e tão radicado que se torna quase uma segunda natureza. Pode ainda ser acumulado estruturalmente nas instituições e na cultura:

Fazendo penetrar nos sistemas culturais e nas instituições – nas suas estruturas e funções, nos seus entes e nos seus instrumentos – a graça da energia do amor. Estruturados e reorganizados segundo os princípios do amor, animados, principalmente por um amor ao máximo da sua eficácia, os sistemas culturais e as instituições sociais se tornariam uma multidão de gigantescas produtoras de amor que produziriam, acumulariam e difundiriam incessantemente este amor para todos os seres humanos. (Sorokin 2005: 98).

No entanto, o amor não é apenas produzido e acumulado, mas distribuído de acordo com as necessidades dos indivíduos e dos grupos (Sorokin 2005: 99). Ora, se o amor pode ser produzido, acumulado e distribuído entre as pessoas humanas, portanto pressupõe relações, ele passa a ser considerado uma forma de relação inter-humana. Sorokin o admite, colocando o amor ao lado de outras duas formas de relações humanas possíveis: coercitivas e contratuais.

Relações coercitivas podem ser identificadas naquelas do tipo patrão-escravo ou patrão-operário (quando tal relação é marcada pela exploração), carrasco-condenado à morte, entre vencedor e derrotado. Relações contratuais são mediadas pelo contrato, com base no qual cada uma das partes busca obter maior proveito, muitas vezes em detrimento umas das outras. Neste caso, na relação mediada por contrato, Sorokin confere um peso maior à busca de vantagens próprias em vez da busca de vantagem mútua. Exemplos de relações deste tipo são aquelas entre compradores e vendedores, patrão e empregado (envolvidos em relações de não exploração), produtores e fornecedores, proprietários e inquilinos, etc. (Sorokin 2005: 142-143).

Por fim, Sorokin apresenta a relação de amor cujo único objetivo é viver a relação:

Em uma relação de amor o ego dos protagonistas são livremente unidos em um único “nós”, as alegrias e as dores de um são as alegrias e as dores do outro (dos outros); o ego de uma pessoa se identifica completamente com o ego do outro (dos outros) e se são separados, as partes se tornam infelizes e tentam voltar a estarem juntas. O amor recíproco é para eles, o fim último. Cada um é feliz por fazer e dar qualquer coisa para o bem-estar do outro, não há contratação nem cálculo dos ganhos, dos prazeres e da utilidade. A relação entre uma mãe amável e seu filho, entre um marido e sua esposa que se amam verdadeiramente, entre verdadeiros amigos e entre todos aqueles que colocam em prática os ensinamentos do Sermão da Montanha são exemplos de relações de amor. (Sorokin 2005: 143)

Este tipo de amor pode ser considerado ágape, ou seja, um amor que tende ao máximo grau em intensidade, pureza, extensão, duração e adequação.

Uma vez identificadas as características do amor em Luhmann, Boltanski e Sorokin, passaremos a fazer um paralelo entre elas, com o objetivo de sistematizar tais características, a fim de avançar na construção do valor semântico de ágape a ser adotado por nós, em diálogo com a espiritualidade da unidade. Nas páginas 144 e 145 apresentamos uma tabela que sistematiza as principais características do amor e de ágape por nós inferidas nesses três autores e em Lubich.

3.3 Ágape como meio de comunicação simbolicamente generalizado a partir da espiritualidade da unidade em diálogo com Luhmann, Boltanski e Sorokin

A partir desse momento, trataremos do amor como ágape⁹⁸, sobretudo como meio de comunicação simbolicamente generalizado, entendendo por isto, que o amor-ágape motiva e orienta a ação de sujeitos sociais, nutre e cria relações interpessoais e sociais também essas motivadas e orientadas pelo seu valor semântico, ou seja, pelo seu conteúdo de significado. Conteúdo este que possui duas dimensões: a dimensão de prorromper a ação dos sujeitos individualmente, uma vez que justifica as escolhas, portanto as comunicações que se dão entre os sujeitos (de acordo com a abordagem sistêmica) e a dimensão de estabelecer um determinado tipo de relação fundamentada também no amor-ágape e não apenas em outros princípios fundadores da ação, como, por exemplo, o interesse. Portanto, defendemos a tese de que ágape é ao mesmo tempo propulsor da ação e elemento que dá substância a um dado tipo de relação. Entendemos por dar substância a um dado tipo de relação, o fato de conferir à relação um caráter, ou seja, não somente a motivação da relação é agápica, mas a relação em si é agápica. Aproximamo-nos do que diz Sorokin sobre a adequação do amor, isto é, sustentamos a

⁹⁸ Recordamos que Luhmann não trabalha o amor como ágape. A relação entre o amor agápico e o amor em Luhmann é feita por nós, a partir da compreensão de que o amor como MCSG pode funcionar também como *medium* não apenas de relações íntimas e familiares, mas também sociais; além disso, da compreensão de que o amor agápico contém em si tanto o amor eros, quanto o amor philia, portanto características do amor eros e do amor philia podem colaborar na compreensão do amor agápico. O mesmo se aplica a Sorokin. No entanto, em Sorokin o amor possui em si a dimensão agápica dentro da sua percepção da gradação do amor expresso em suas cinco dimensões: intensidade, extensão, pureza, adequação e duração.

tese de que quanto mais agápica é a relação, maior é a coerência entre a motivação da ação e o seu efeito objetivo, a sua concretização.

Ora, tomando por base os autores anteriormente citados e a espiritualidade da unidade, julgamos possível sistematizar o valor semântico de ágape e, com base neste, verificar se e como e em qual intensidade ágape pode agir como MCSG na EdC, o que será feito nos próximos capítulos.

A fim de sistematizar o valor semântico de ágape, propomos decompor tal significação a partir, justamente, da espiritualidade da unidade em diálogo com Luhmann, Boltanski e Sorokin. Retomaremos, para alcançar este objetivo, elementos da espiritualidade da unidade tratados no segundo capítulo, de modo especial a arte de amar, e pontos considerados por nós centrais nos pensamentos de Luhmann, Boltanski e Sorokin tratados nos tópicos anteriores deste terceiro capítulo.

Ora, Deus Amor está na base da espiritualidade da unidade. O amor ao outro e o amor recíproco declinam justamente da compreensão de um Deus que é amor: “Entre os vários aspectos da espiritualidade de Chiara Lubich, o amor ao irmão emerge da redescoberta do infinito amor de Deus e como resposta a este amor. Concretiza-se iniciando pelos mais pobres para, depois, alargar-se a todos” (Gillet 2012: 13).

Deste trecho de Gillet, podemos destacar algumas características do amor-ágape na espiritualidade da unidade: a concretude e a universalidade. A concretude no sentido de que é um amor que se dirige a pessoas reais, inicialmente os mais pobres, e a universalidade, porque com o tempo se compreende que é um amor dirigido a todos. Concretude expressa também em Boltanski, que não considera o ágape um conceito abstrato e universal, mas concreto, dirigido a pessoas concretas, próximas. Para o autor, o ágape é ativado pela presença dos indivíduos, não se dirige ao homem genérico, mas ao próximo (Boltanski 2005: 75): “As pessoas a quem se dirige [o ágape; I.C] são aquelas que ele encontra pelo caminho e com as quais cruza o olhar” (Boltanski 2005: 75).

A concretude também está presente em Luhmann. De fato, ele considera fundamental que o amor, para ser percebido enquanto tal deve manifestar-se de forma concreta, ou seja, ser expresso, transformar-se em atos: “Os comportamentos que manifestam amor devem exprimir-se no agir” (Luhmann 2006: 34).

Sorokin não faz referência direta à concretude do amor, mas o coloca como vínculo interpessoal, o que, por si só, pressupõe relação, presença. Mas, ao trabalhar com a ideia de gradação do amor, admite que este possa chegar a uma extensão ampla, que alcança não só o outro próximo, mas a humanidade.

Entre esses pontos mínimo e máximo, existe uma vasta escala de valores: o amor pela própria família ou por poucos amigos, o amor por todos os grupos aos quais pertence (o clã, a tribo, a nacionalidade, o país, os grupos religiosos, profissionais, políticos e outros grupos e associações). O ponto máximo da extensão do amor é o universo inteiro. (Sorokin 2005: 58)

Em Lubich, a concretude do amor se expressa na figura do objeto do amor, o próximo:

Amar a todos. E, para realizar isto, amar o próximo. Mas quem é o próximo? Nós sabemos: não devemos procurá-lo distante. O próximo é o irmão que passa ao nosso lado no momento presente da vida. Precisa, para sermos cristãos, amar este próximo agora. Portanto, não um amor platônico, não um amor ideal: amor em fatos. (Lubich 1971)

No entanto, Lubich acrescenta uma novidade ao conceito de proximidade. Estar próximo não significa apenas copresença espacial, territorial, mas uma copresença que denominamos existencial⁹⁹. Isto é, o próximo pode estar distante em termos espaciais, mas perto em termos intencionais, em termos de estar presente em mim, nos meus pensamentos, nas minhas intenções. Próximo é o outro a quem dirijo a minha atenção, a minha fala, a minha ação, independente da copresença. Lubich introduz este conceito de proximidade como característica do ágape, um amor que ama a todos sem limite de espaço.

Então, hoje, colher todas as ocasiões... [para amar; I.C] Mas quais são? Antes de tudo:

- as focolarinas com quem moro e os focolarinos que encontrarei hoje;
- as pessoas (operários, balconistas, etc. que provavelmente encontrarei)
- aqueles que me telefonarão ou a quem telefonarei; que me escrevem ou a quem escreverei;
- Todos aqueles com quem falarei ou de quem se falará;
- Todos aqueles que nomearei nas orações;
- Todos aqueles de quem se fala na imprensa, no telejornal;
- Todos aqueles que hoje passarão em minha mente;
- Etc. (Lubich 2012c: 91)

⁹⁹ Por existencial entendemos uma copresença relativa à natureza da relação de proximidade e à sua realidade. A proximidade se dá mesmo quando os sujeitos envolvidos em uma relação estão territorialmente distantes.

Neste trecho, de um diário de Lubich de 19 de julho de 1983, podemos identificar algumas características de ágape concernentes à proximidade e à extensão. Em relação à extensão, é um amor que ama a todos: da pessoa com quem se convive na esfera dos relacionamentos pessoais – em situações de copresença ou não – (as focolarinas com quem moro e os focolarinos que encontrarei); passando aos relacionamentos impessoais, em situação de copresença (operários, balconistas que encontrarei), até chegar a relacionamentos impessoais em situações de não copresença (de quem se fala na imprensa ou no telejornal).

Dentro do conceito de extensão, podemos identificar as características da proximidade anteriormente citadas. Ao referir-se como objeto do amor pessoas a quem telefonarei ou que me telefonarão; a quem escreverei ou que me escreverão, de quem falarei ou de quem se falará, que nomearei nas orações, de quem se fala na imprensa ou no telejornal, Lubich admite que o amor-ágape é dirigido a todas as pessoas em situação de copresença ou não, diminuindo a distância espacial, quase a anulando e transformando relações anônimas e impessoais (Elias 1994; Guiddens 1991) em relações próximas. O que confere caráter de proximidade é, justamente, o amor, que vê no outro – seja ele quem for, outro eu. Por esta razão, é um amor que inclui a dimensão social, pode ser atuado e mediar relações que se dão fora da esfera pessoal e íntima. Nas duas situações (copresença ou não) o amor deve ser sempre concreto, traduzido em atos.

Esta concepção da extensibilidade do ágape nos leva a superar um dos pontos problemáticos do ágape como categoria de análise, no que diz respeito à sua universalidade. O sujeito que se deixa motivar pelo ágape ama com um amor universal, ou seja, dirigido a todas as pessoas, pois ágape supera vínculos de parentesco, de amizade e de nacionalidade. No entanto, ágape pode ser, sem muitas dificuldades, proposto como amor universal no sentido de que se dirige a todas as pessoas – ama a todos, como pede a espiritualidade da unidade – sem distinção. Portanto, universal no que diz respeito ao objeto do amor. Mas quando deslocamos o discurso para o agente, para o sujeito que ama, até que ponto ágape pode ser considerado universal no sentido de conter em si força suficiente para motivar os agentes sociais fora das fronteiras do cristianismo? Como afirma Honneth (2012: 43), se ágape é circunscrito a uma compreensão religiosa, não pode ser considerado uma categoria universal, geral. Eis que indicamos esta questão como um primeiro paradoxo que emerge quando nos propomos

a utilizar o ágape como categoria de análise: ágape é de origem cristã, fundamenta o seu sentido, portanto, o seu valor semântico, na crença cristã, mas é universal.

Conscientes da dificuldade de resolver tal paradoxo que nos parece ser inerente ao ágape, recorreremos novamente a Sorokin e à sua classificação do amor em cinco dimensões. Como inferimos anteriormente, podemos considerar o amor agápico como aquele que alcança o grau mais elevado de intensidade, extensão, duração, pureza e adequação.

De acordo com a extensão do amor, este pode variar entre o amor exclusivo a si mesmo e o amor universal, por toda a humanidade (Sorokin 2005: 58). Concluimos que quanto mais próximo ao polo do amor à humanidade, mais agápico é o amor.

No entanto, Sorokin defende o pressuposto de que “A intensidade do amor tende a diminuir com o aumento da sua extensão” (Sorokin 2005:65). Esta sua proposição aponta para a contingência do amor diante da ideia de humanidade que, por exprimir um conceito abstrato, pode levar a um amor não concreto: “geralmente um amor declarado por toda a humanidade possui uma intenção muito frágil e raramente vai além de uma mera declaração verbal” (Sorokin 2005: 65). Além do que, o amor à humanidade pode oferecer uma infinidade de possibilidades de relações, dado que a humanidade como extensão reuniria todas as pessoas existentes na terra, ou seja, um sistema altamente complexo. Tanto para a questão de se considerar a humanidade uma ideia abstrata, quanto para a questão de se considerar a humanidade um sistema complexo, o ágape pode atuar como MCSG ao orientar as comunicações e, portanto, as ações dos sujeitos sociais para a direção da concretude – ágape, como enfatiza Lubich, é um amor que leva a reconhecer a humanidade em cada pessoa concreta, com quem os agentes sociais se colocam em relação, concretiza-se em atos, no momento presente e é dirigido a pessoas reais. Falando aos muçulmanos amigos do MF, Lubich ressaltou que Jesus, durante a última ceia deu o exemplo de um amor concreto, real, não abstrato, ao lavar os pés de seus discípulos:

Um serviço, portanto, concreto, amar “com os músculos”, que no Movimento fez com que brotassem, espontaneamente, cerca de mil obras e atividades sociais, algumas muito consistentes, com a finalidade de dar ao próximo pão e casa, conselhos e cuidados médicos, instrução e trabalho. (Lubich 2002c)

No entanto, julgamos ainda necessário compreender a questão da universalidade de ágape como MCSG além das fronteiras do cristianismo. A experiência do MF nos

atesta que existe esta possibilidade. Lubich, em um discurso pronunciado na VII Assembléia da Conferência Mundial das Religiões para a Paz, evidenciou, justamente, que a espiritualidade da unidade, e nela o ágape, pode ser vivenciada por pessoas de todas as crenças: “Procurei partilhar com vocês os pontos centrais de uma espiritualidade que, se nasceu em uma Igreja, em uma religião particular, é, de algum modo, universal e pode ser vivida por todas as pessoas” (Lubich 1999).

Lubich continua o discurso justificando esta sua afirmação com o fato de que a espiritualidade da unidade é vivenciada por cristãos não católicos, fiéis de religiões não cristãs e por pessoas que não possuem um referencial religioso, colaboradores do MF.

No entanto, para os que possuem uma religião não cristã, o amor pode ser denominado benevolência e expresso pela regra de ouro – faça aos outros o que gostaria que fosse feito a você – para quem não possui uma fé religiosa, o amor pode ser considerado filantropia, solidariedade, não violência (Lubich 1997b). Paradoxalmente, em outro discurso, proferido aos jovens em Santiago de Compostela, em 1989, Lubich afirma que o amor de Jesus, portanto o ágape: “Não é, por exemplo, filantropia, nem simplesmente solidariedade, ou benevolência, nem mesmo pura amizade ou afeto (como pode ter no coração um jovem por uma jovem ou a mãe pelo filho); e não é nem mesmo não violência” (Lubich 1989).

Esta contradição pode ser explicada pelo fato de Lubich querer enfatizar no primeiro discurso, justamente o caráter universal do amor e, no segundo, que o amor cristão, portanto, ágape, é um amor que, como diz Boltanski (2005), excede, vai à direção da máxima intensidade, pureza, extensão, adequação e duração (Sorokin 2005). Ao utilizar, no primeiro discurso, as expressões benevolência, filantropia, solidariedade e não violência, Lubich transitou em um repertório comum a fim de possibilitar a comunicação. Mas ela o fez logo após apresentar o amor que, para quem segue Cristo, consiste no ágape (Lubich 1997b).

A este ponto nos referimos à crítica feita por Honnet (2011: 40) ao uso do ágape como categoria de análise. Ele levanta a questão de que ágape não introduz uma novidade identitária, ou seja, ele pergunta se ágape é capaz de trazer uma novidade analítica, uma vez que, como diz Mora¹⁰⁰:

¹⁰⁰ Trabalhamos com Emanuela Mora e Axel Honneth porque colocamos a nossa discussão no contexto da discussão desenvolvida por *Social one*, um grupo de estudos internacional que reúne sociólogos e

No estágio atual do trabalho de conceituação, ágape não identifica nenhum tipo de ação ou de interação social que não possa ser estudado com outras categorias já elaboradas e afinadas no curso do tempo e no campo da reflexão sociológica e antropológica dos últimos 30 anos. (Mora 2011: 21)

Honneth (2011) questiona, justamente se ágape pode ser considerado como forma específica de vínculo social (Honneth 2011: 40). O autor, ao analisar comportamentos altruístas prefere utilizar o conceito de solidariedade, cujo termo significa reconhecimento recíproco:

Quando penso na solidariedade, o que tenho diante de mim como paradigma é o grupo político, digamos, o grupo solidário que luta por um mesmo fim. Depois, a pergunta tende a compreender exatamente o tipo de solidariedade, e penso que o melhor modo para entendê-lo é dizer que se funda na estima de ação que contribui a alcançar, cumprir, o fim comum partilhado, juntos. (Honneth 2011: 40)

Solidariedade também é um termo polissêmico. O senso comum o identifica à compaixão, ao sentimento de piedade, que impulsiona o sujeito a uma ação de ajuda a quem se encontra em situação desvantajosa, muito comumente dirigida a quem vive na pobreza e na carência de recursos materiais e sociais.

De acordo com os significados oferecidos por dicionários da língua portuguesa¹⁰¹, solidariedade pode ser entendida como dependência mútua, corresponsabilidade, isto é, quando duas ou mais pessoas assumem a responsabilidade tanto pelo êxito quanto pelo insucesso de uma dada atividade; como mutualidade de interesses e deveres, como sentimento que leva os homens a se auxiliarem mutuamente. A abordagem sociológica entende a solidariedade como vínculo social, mediante o qual os sujeitos sociais colaboram entre si, a fim de poderem alcançar um objetivo comum, isto é, a manutenção da própria sociedade (Durkheim 1999). Na *Divisão Social do Trabalho*, Durkheim (1999), afirma que a solidariedade, coesão social, seria garantida pela interdependência das várias funções sociais.

pesquisadores em Serviço Social. A metodologia de trabalho de *Social one* se baseia na troca de experiências, na pesquisa e no debate por meio de uma dinâmica dialógica. Entre as linhas de pesquisa de *Social one*, está, justamente, a construção do conceito de ágape como categoria interpretativa para as ciências sociais. Mora e Honneth participaram de um diálogo promovido por *Social one*, publicado na Revista Sociologia, ano XLV, n.3, 2011, totalmente dedicado à apresentação e ao debate sobre a questão do ágape nas ciências sociais.

¹⁰¹ Consultas feitas aos seguintes dicionários: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa - <http://www.priberam.pt/dlpo/>; consultado em 20 de março de 2013; Dicionário on line www.dicio.com.br/solidariedade - Dicionário on line - Dicionários Michaelis - UOL - <http://michaelis.uol.com.br/>, consulta feita em 20 de março de 2013; Dicionário Aurélio on line - <http://www.dicionarioaurelio.com/Solidariedade.html>, consulta realizada em 20 de março de 2013.

Na doutrina social da Igreja Católica, solidariedade é entendida como “determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos” (João Paulo II 1987: nº38).

Esses significados não atribuem necessariamente ao termo solidariedade o mesmo valor semântico de ágape, ou seja, um amor totalmente gratuito, que excede, que é universal. Em resposta a Honneth, defendemos a possibilidade de ágape conferir à solidariedade um acréscimo de sentido, impulsionando a solidariedade para o polo máximo do amor no continuum apresentado por Sorokin, isto é, para o polo que nós consideramos agápico.

Assim sendo, consideramos que ágape possa ampliar o sentido, portanto, o valor semântico, inclusive do termo solidariedade. O fato de existirem termos que expressem sentidos semelhantes aos expressos por ágape não impede a utilização deste termo como categoria de análise, mas de certo modo facilita tal utilização, uma vez que é possível identificar uma região semântica comum, uma zona de intercessão semântica que facilita a comunicação em vez de impedi-la. Isto é, para que haja comunicação é necessária a existência de um repertório mínimo comum, o que possibilita o entendimento entre os sujeitos envolvidos na relação. Solidariedade, no caso, pode ser uma expressão de amor, mas não necessariamente de amor agápico. De fato, defendemos o pressuposto de que ágape impulsiona todas as formas de relações interpessoais e sociais para o polo máximo do amor, incluindo neste outras formas de amor, como eros e philia.

Podemos inferir que para os cristãos é relativamente fácil aceitar que ágape possa maximizar agapicamente essas outras expressões do amor. Para quem possui outra fé religiosa, porém, torna-se necessário identificar em seus princípios, justificativas para a prática de ágape, como a regra de ouro, por exemplo, ou em máximas outras de suas crenças:

Esta mesma fé que Deus traz às suas criaturas, nós a encontramos em muitos irmãos e irmãs de outras religiões, começando por aquelas abramícas, que afirmam a unidade do gênero humano, o cuidado que Deus tem por toda a humanidade e o dever de toda criatura humana de agir como o Criador com grande misericórdia em relação a todos.

Um dito muçulmano afirma: “Deus perdoa cem vezes, mas reserva a sua suprema misericórdia para aquele cuja piedade terá poupado a menor de suas criaturas”¹⁰².

¹⁰² Lubich extraiu este pensamento de G.M. Guzzetti, *Islan in preghiera*, Roma 1991, p. 136.

E o que dizer da ilimitada compaixão por cada ser vivente ensinada por Buda, que diz aos seus primeiros discípulos: “Oh, monges, deveríeis operar para o bem estar e muitos, pela felicidade de muitos, movidos pela compaixão pelo mundo, pelo bem estar (...) dos homens”¹⁰³. (Lubich 1999)

Para quem não possui uma crença religiosa, a justificativa pode ser encontrada no amor à humanidade fundamentado em valores, a partir do próprio ágape como MCSG – para se manter, o amor deve estar inserido em tradições culturais que confirmam o seu valor semântico – (Luhmann 2006: 37).

Se ágape é introduzido nas relações sistêmicas – seja entre sistemas psíquicos, seja entre sistemas de consciência e sistemas sociais, seja entre sistemas sociais – como MCSG, passará a orientar as respostas às comunicações na direção do altruísmo no lugar do egoísmo e do egocentrismo; na direção da gratuidade no lugar do interesse próprio e assim por diante. A questão da universalidade permanece um paradoxo, mas isto não impossibilita que ágape possua tendência à universalidade, isto é, que possa ser vivenciado fora das fronteiras do cristianismo. Podem ilustrar esta possibilidade os depoimentos de duas pessoas que não possuem um referencial religioso, que participam do MF, no grupo do diálogo¹⁰⁴. Um primeiro depoimento sobre o relacionamento do depoente com Lubich, outro, sobre a questão do ágape. O primeiro depoimento, extraído de uma publicação, o segundo, da pesquisa de campo, por meio de entrevista semiaberta:

Com Chiara não nos sentíamos hóspedes tolerados, mas presenças aceitas com respeito e solicitadas com amor, podemos dizer, e não constrangidas. Pudemos dialogar como verdadeiros irmãos, com grande liberdade e limpidez. Não falamos com alguém que tinha todas as respostas verdadeiras a todos os problemas do mundo; e embora possuísse as suas respostas, aceitou dialogar conosco, com fundamental recíproco respeito e escuta. Percebemos cada vez mais que inclusive a possibilidade de diálogo foi vivida por Chiara não fora, mas dentro da sua observância radical à Palavra, na qual muitos que não professam a mesma fé se sentiam expressos. Participamos de algum modo, sem sincretismos tolos, de uma igreja mais ampla, que contém potencialmente toda a humanidade, sem confins geográficos, religiosos e culturas diferentes. (Taiti apud Voce 2012)

E o segundo:

¹⁰³ Lubich extraiu este pensamento de Mahagga, 19.

¹⁰⁴ Ao utilizar a expressão grupo do diálogo nos referimos aos participantes do quarto diálogo desenvolvido pelo Movimento os Focolares: o diálogo com pessoas que não possuem um referencial religioso

Eu sou uma pessoa que desde jovem li muitos livros e alguns autores eu amei. Um deles é um psicanalista ateu, que morreu já, mas foi Prêmio Nobel, porque ele escreveu o livro “A Arte de amar”. Que provavelmente Chiara Lubich deve ter lido ele, porque ela muitas das coisas que ela fala, que eu vi, que eu tive oportunidade de ler, eu vejo que ela tirou da pessoa do Eric Fromm. E o Eric Fromm, na minha opinião, é o cara que eu comecei a perceber que o que vale na vida é o ser e não o ter. Então, é essa a questão, o ser é o que vale nesse mundo: ser. É o que eu tava falando pras meninas aqui, nós nascemos, na minha opinião, também eu não tenho nada a ver com religião, até o contrário, a gente nasce puro! Limpinho! Nós vamos ser contaminados durante a vida. Pras coisas boas e pras coisas ruins. A gente nasce com algumas tendências biologicamente já definidas pelo DNA, pelos nossos antepassados e tudo o mais. Mas a nossa mente, ela vai ser povoada de coisas boas ou ruins dependendo de como a gente for levado nesse, nesse... Como a gente crescer! Como a gente for evoluindo, como a gente for alimentando o nosso cérebro. Então eu acho que na minha vida eu fui alimentada por gente muito ética, com princípios muito éticos, independente de religião! Então nunca houve essa coisa de falar ah! Religião papapa... Não! Eu nunca fui obrigada! Ser um pensador livre! Mas com uma proposta ética na vida. Então, e, e, eu acabei conhecendo essas pessoas, como eu te falei, essas que me influenciaram, o Eric Fromm, por exemplo, é um indivíduo que eu amo até hoje, eu tenho todos os livros dele. Eu li todos eles na minha época de adolescência que era pra... Che Guevara que era um revolucionário, mas que tinha essa visão igual de ser capaz de dar a própria vida em prol de uma ideia de uma coisa boa pra todos, né! Então, isso afinal de contas que eu acho que é a ideia do ágape! Você fazer tudo por todos, sem nenhum interesse próprio, só a, o prazer de você ter feito! Ser feliz por isso. (Unidade de registro 13-2)

Outra característica de ágape, apontada por Boltanski, é o fato de ser um amor que não considera o cálculo e o interesse, portanto não admite o uso do princípio de equivalência, é um amor que excede (Boltanski 2005: 77). Em Luhmann, embora, como já referido, ele não trabalhe com o conceito de ágape, mas de amor entendido como código que orienta relações íntimas e pessoais, podemos intuir esta característica do amor desprovido de cálculo quando ele afirma que a partir de um determinado momento houve uma distinção – na esfera das relações amorosas, entre amor e interesse. O interesse foi deslocado mais para o campo da economia e o amor incluiu em si a capacidade de sacrifício, de esforço (Luhmann 2005: 79). Em Sorokin, este conceito do não interesse e da rejeição do uso do princípio de equivalência, é inferido no que ele considera a pureza do amor. O amor puro é totalmente destituído de calculo, não contaminado pelo interesse, pelo desejo de prazer, mas encontra sua razão em si mesmo, portanto, na escala gradual do amor, quanto mais puro – na direção do altruísmo – mais agápico é o amor (Sorokin 2005: 59).

O amor que não concebe o princípio de equivalência, que descarta o interesse próprio nos remete à ideia de gratuidade. Ágape é também um amor gratuito. Em Lubich, e na espiritualidade da unidade, a gratuidade do amor é central, uma vez que o amor de Deus é dom total, gratuidade.

No amor humano, em geral, se ama porque se é amado: e quando o amor é belo, se ama no outro algo de si. Há sempre alguma coisa de egoísmo no amor humano, ou então procura-se amar quando o interesse nos leva a amar. O amor divino, sobrenatural, em vez, é gratuito, ama primeiro¹⁰⁵. (Lubich 2005: 53)

Amar por primeiro, ou tomar a iniciativa do amor, um dos pontos da arte de amar, expressa a gratuidade do ágape, desprovido de interesse e de cálculo, não se baseia no princípio da equivalência, ama por amor, sem esperar retorno.

Uma característica de ágape que declina do amor a todos, portanto universal, e do amor gratuito, é o amor ao inimigo, um dos imperativos cristãos. No segundo capítulo tratamos desta dimensão do amor dentro dos pontos da arte de amar. Dimensão esta de caráter agápico. Diz Lubich:

“Amai os vossos inimigos” (Mt 5, 44). Isto sim transforma o nosso modo de pensar e nos leva a mudar a direção do timão da nossa vida! Porque, não precisa esconder, algum inimigo... Pequeno ou grande, todos temos. Ele está ali, na porta do apartamento ao lado, naquela senhora que parece tão antipática e intrigante, que procura sempre escapar toda vez que poderia entrar conosco no elevador. É aquele parente que 30 anos atrás aprontou com nosso pai e deixamos de falar com ele... Senta-se atrás da minha carteira, na escola, e nunca mais quis olhá-lo no rosto, desde que nos acusou ao professor... [...] ¹⁰⁶ Pois bem, todos esses e uma infinidade de outros, que chamamos de inimigos, devem ser amados! (Lubich 2005: 39-40)

Também Boltanski considera o perdão um atributo de ágape, um amor que, como já referido, não utiliza o cálculo, a equivalência, portanto suprime até mesmo o débito (Boltanski 2005: 80).

Como não nutre expectativas, a pessoa em estado de ágape não retém a lembrança das ofensas sofridas, nem dos benefícios provocados e, justamente, a faculdade de perdoar é, junto com a de dar gratuitamente, a propriedade mais geralmente associada à noção de ágape. (Boltanski 2005: 80)

No entanto, para Boltanski, o perdão não é tanto uma operação racionalizada, motivada por um valor, mas uma característica inerente ao estado de ágape, no qual a pessoa “não tem memória”, é destituída de interesse, portanto não retém a ofensa, como também não retém o benefício, simplesmente não calcula.

¹⁰⁵ Neste trecho de Lubich, amor humano é o tipo de amor que se aproxima mais de *eros* e de *philia*. E o amor sobrenatural, de ágape.

¹⁰⁶ Lubich continua relacionando possíveis inimigos cotidianos, com quem rompemos relacionamentos ou a quem não amaríamos, se não motivados por um amor que “tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta” (1Cor, 13), ou seja, um amor agápico.

É este deixar correr, este desinteresse, esta falta de coerência lógica, em suma, esta capacidade de esquecimento que caracteriza a postura de ágape em relação a ofensas passadas. Benefícios e malfeitos são dispensados, porque não há nada que leve a retê-los, não há instrumentos necessários para calculá-los e memorizá-los. (Boltanski 2005: 81)

Em Lubich¹⁰⁷ o perdão é uma expressão do amor incondicionado, total, que acolhe. Percebemos que há uma relação entre perdão e esquecimento, mas em uma perspectiva diferente. Quem ama – com amor agápico – também chega ao esquecimento, não porque é desprovido de memória, portanto não há sequer necessidade do perdão, mas, porque ama, perdoa e esquece. Tanto que Lubich convida constantemente a uma purificação da memória, experiência esta colocada em prática desde os primórdios do Movimento dos Focolares. Diante das imperfeições e das dificuldades que surgiam naquele primeiro grupo do Movimento, em Trento, elas decidiram selar um pacto:

Para reagir a esta situação, um dia pensamos de selar um pacto entre nós e o chamamos “pacto de misericórdia”. Decidimos ver, a cada manhã, o próximo que encontrávamos – no focolare, na escola, no trabalho, etc. – novo, novíssimo, não nos lembrando dos seus erros, dos seus defeitos, mas tudo cobrindo com o amor. Significava nos aproximarmos de todos com esta anistia completa em nosso coração, com este perdão universal. Era um compromisso forte, assumido por todos nós, juntos, que nos ajudava a sermos os primeiros a amar, imitando Deus misericordioso, que perdoa e esquece. (Lubich 2005: 55)

Portanto, em Lubich, o ágape contém a memória, mas a purifica. Podemos entender tal purificação, com o conceito de Sorokin, da pureza do amor (Sorokin 2005: 59-60), no sentido de considerar o ágape como um amor que purifica, ou seja, arrasta para o ponto máximo do amor, expressões humanas que podem ser agápicas ou não, que podem transitar entre os polos máximo e mínimo do amor, ora mais egocêntrico, ora mais altruísta, ora mais próximo do não amor, ora mais próximo do amor máximo, agápico.

Os sujeitos envolvidos em uma relação mediada pelo ágape estabelecem entre si um vínculo que denominamos dependência interativa, isto é, o amante ama o amado que é objeto de sua atenção orientando suas ações a partir da interpelação do amado, de alter. O amante, como diz Luhmann (2006), pensa a partir do outro, entra no mundo do outro e neste mundo encontra um sentido. A espiritualidade da unidade interpela os

¹⁰⁷ Como referido em nota anterior, o pensamento de Lubich e conseqüentemente a espiritualidade da unidade fundamenta-se nos princípios do cristianismo, é cristianismo. Um modo, porém, específico de viver a fé cristã, justamente por meio de uma espiritualidade própria.

agentes sociais a se relacionarem, justamente, tendo por base o ágape. Parte dos princípios do amor expressos nos Evangelhos, que colocam em relação tanto o eu quanto o outro – alter e ego – um amor que ama como a si mesmo e um amor recíproco – “amai-vos uns aos outros como eu vos ameí”. Um amor que convida o sujeito a amar “fazendo-se um”, isto é colocando-se no lugar do outro, assumindo em si suas necessidades, seus sofrimentos, suas alegrias, suas conquistas. Este pressuposto se coloca em consonância com o pensar a partir do outro de Luhmann. Com certeza tais máximas partem de referências diversas. Luhmann, ao afirmar que a relação amorosa compreende este situar-se no mundo do outro, não o faz fundamentando-se em princípios religiosos, o faz após análise funcional das relações que se dão na sociedade. No entanto, afirma Luhmann: “Este pensar a partir do outro [Vom-andern-her-Denken] em situações mais simples, poderia ser simbolizado com o “amor”, e se poderia tentar compreender o amor, de modo tal, quase fundindo-o com a religião” (Luhmann 1991: 60).

Como vimos, é possível encontrar pontos de convergência entre as várias reflexões e análises feitas sobre o amor vivenciado na sociedade nos autores por nós trabalhados, o que lhe confere um caráter de fenômeno universal. Ágape impulsiona os vários tipos de amor para uma medida sem medida, para uma relação na qual os agentes envolvidos se doam com um amor que excede, que coloca o outro no centro de sua atenção sem cancelar a própria individualidade. De fato, como dito anteriormente, para Luhmann, ser amado significa estar incluído no mundo de outro, do amante. Contudo, para Luhmann, este pensar a partir do outro é resultado da relação funcional entre os sistemas, no caso entre sistemas de consciência. As comunicações entre os sujeitos envolvidos numa relação de amor se desencadeiam a partir do momento em que as expectativas de alter são satisfeitas pelas ações de ego. É o outro – alter -que confirma em ego que o seu é, de fato, amor. Num primeiro momento, como já mencionado, este amor é mais do tipo erótico e da amizade (*philia*) do que de ágape, uma vez que é colocado em ação e confirmado na medida em que responde a uma expectativa, portanto é condicionado por esta expectativa. Aproxima-se de ágape na medida em que coloca o outro como referência.

O mesmo ocorre com Boltanski ao considerar o amor-*philia* como um tipo de amor no qual o amante deve ser confirmado em seu amor pelo amado. Neste caso, o amor precisa de reconhecimento, portanto de uma confirmação, para que tenha

continuidade. No entanto, para Boltanski, ágape é totalmente gratuito, destituído de interesse, isento de cálculo e, conseqüentemente, não pauta as trocas – dons – em princípios de equivalência. Assim sendo, Boltanski estabelece uma fronteira definida entre ágape e relações do tipo erótico e de amizade, considerados mais de acordo com o regime de justiça do que com o regime de ágape.

Já em Sorokin, o amor é altruísmo, portanto o amante está projetado no outro, concebido como fim e não como meio. Assim sendo, o amante se orienta a partir do amado que é objeto do amor em si. De um lado, aproxima-se de Luhmann com o pensar a partir do outro; mas o ultrapassa, na medida em que o outro é um fim em si mesmo, incluindo na relação amorosa a possibilidade de avançar na escala gradual na direção de ágape, sem excluir eros e philia.

O conceito de fazer-se um é fundamental em Lubich e na espiritualidade da unidade. Podemos considerá-lo mais do que altruísmo - porque é um pensar no outro, é um cuidar do outro, mas é também assumir em si o outro, colocar-se no lugar do outro, entendido como outro eu. Embora consideremos que a resposta do outro – independente da perspectiva analítica assumida – possui caráter de confirmação, como acima mencionado, o fazer-se um é gratuito, não contém em si expectativas de resposta. Fazer-se um é considerado por Lubich um dos modos de amar na medida do amor agápico.

Devemos ser um com o irmão, não de maneira ideal, mas real. Não de modo futuro, mas presente. Ser um, isto é, sentir em nós os sentimentos dos irmãos. Resolvê-los como se fossem nossos, assumidos como nossos por meio da caridade. Ser eles. E isto por amor de... Jesus no irmão. (Lubich 2012c: 76)

Neste trecho de Lubich emerge outro conceito da arte de amar: ver, ou amar, Jesus no outro. Este é um dos pontos fundamentais. Ver Jesus no outro indica a visão da pessoa que o carisma da unidade proporciona: o outro é “outro eu” porque é igual a mim em essência, em substância, é outro Jesus, imagem de Deus: é amor.

Este é um conceito que surgiu da compreensão do Evangelho, de uma espiritualidade que leva à concretude das palavras do Evangelho vivenciadas no cotidiano:

E quais as palavras que mais nos impressionaram em um primeiro momento? Aquelas que diziam respeito ao amor: “Ama o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 19, 19), “Tudo o que vocês desejam que os outros façam a vocês, façam vocês também a eles” (Mt 7, 12). Depois, tendo ao fundo o grande afresco do Juízo, as frases de Jesus: “Pois eu estava com fome, e vocês me deram de comer; eu estava com sede, e me deram de beber...” (Mt 25,

35). [...] Que impressão profunda aquelas palavras naqueles primeiros dias! Que impulso forte a vivê-las com radicalismo e imediatamente! (Lubich: 2012d: 23)

Neste trecho de Lubich ressaltamos o impulso a viver uma das palavras do Evangelho de modo concreto: Jesus disse que considera feito a si o que se faz ao outro. Logo, Ele está presente em cada pessoa e é amado na pessoa do outro. Uma das objeções feitas a este modo de amar é que se pode instrumentalizar o outro, visto simplesmente como meio para amar a Deus. Consideramos ser um risco. Mas esta interpretação parece não estar de acordo com o pensamento de Lubich. Inferimos que, de acordo com a espiritualidade da unidade, a presença de Deus (Jesus) no outro, em mim, na coletividade – “Porque onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” (Mt 18, 20) – confere à pessoa – e às relações sociais um caráter ontológico, que reflete a natureza divina: ser o amor e relacionar-se no amor – Deus é amor: “Aquele que não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor” (1 Jo 4, 8). Não cancela a individualidade dos sujeitos, mas a eleva, em um movimento transcendente, a ser o amor, como na dinâmica trinitária. O amor se torna, desse modo, caráter identitário, ser pessoa significa ser amor, ser-em-relação. No amor todas as diferenças – individualidades – se encontram, se reconhecem e se relacionam.

Isto porque ágape é um tipo específico de amor que encontra a sua fundamentação no cristianismo e, neste, no tipo de relação que se dá entre as pessoas da Trindade, modelo de relações interpessoais e sociais. Este tipo de relação trinitária se caracteriza, sobretudo, como dom total, recíproco e gratuito. A espiritualidade da unidade traz em si a novidade de propor e atuar a Trindade como modelo de vida individual e coletiva.

De fato, Lubich entende que a vida trinitária pode concretizar-se nas relações interpessoais e sociais. É um modo de determinar o indeterminado, de acordo com a perspectiva sistêmica, isto é, realizar na esfera imanente um estilo de vida que se dá na esfera transcendente. Diz Lubich: “É a vida da Santíssima Trindade que nós devemos tentar imitar, amando-nos entre nós, com a graça de Deus, como as Pessoas da Santíssima Trindade se amam entre si” (Lubich 2013b: 52). O fato de ter como modelo a dinâmica trinitária nos remete a outro ponto da arte de amar: a reciprocidade do amor.

Desse modo, o amor é amar e ser amado: é a Trindade. [...] Olha, portanto, cada irmão, doando-se a ele para doar-se a Jesus e Jesus se doará a ti. É a lei do amor: “Daí e vos será dado”. [...] No amor fraterno está o cumprimento de todo desejo de Deus que é comando: “Dou-vos um novo mandamento: Amai-vos uns aos outros”. (Lubich 2013a: 21)

Compreender o amor como sendo de tipo trinitário significa compreender o amor como relação agápica. Toda relação exige a participação de pelo menos dois atores, portanto, não é uma relação unilateral, mas é, em si mesma, recíproca. Portanto podemos considerar a reciprocidade inerente à relação agápica.

Este aspecto difere da compreensão do ágape em Boltanski, para quem o estado de ágape não admite reciprocidade entendida como obrigatoriedade de resposta. O dom em ágape não espera retorno, sendo este, o retorno, característico do amor *philia*. Boltanski atribui esta ausência de expectativa de retorno à gratuidade de ágape (Boltanski 2005: 72). “Ágape, definida pelo dom, não espera retorno, nem sob a forma de objetos, nem sob a veste imaterial do amor em troca. O dom em ágape ignora o contra dom” (Boltanski 2005: 77).

A este ponto surge um segundo paradoxo, que denominamos paradoxo da reciprocidade, uma das questões mais complexas que encontramos ao nos debruçarmos sobre a questão do amor agápico: se ágape, como afirma Boltanski, é um amor que não se deixa condicionar pela resposta do outro, ou seja, não exige retribuição, é dom total e gratuito, como considerar a questão da reciprocidade tão central no cristianismo e na espiritualidade da unidade? Da análise feita por nós, podemos inferir que Lubich responde a esta questão distinguindo o amor ao próximo do amor recíproco, embora esses dois conceitos sejam interdependentes. Esta distinção pode ser incluída em outra distinção: entre o amor agápico e a relação agápica. A ação agápica pode ser unilateral, ou seja, o amante ama independentemente de obter ou não uma resposta ou uma retribuição ao amor doado. Na relação agápica, em vez, a resposta é intrínseca à relação, isto é, é uma relação fundada no amor recíproco.

De acordo com Lubich, ademais, o amor recíproco é uma das consequências do amor agápico. De fato, a espiritualidade da unidade entende a reciprocidade – portanto o retorno ou contra dom – como resultado do amor de ego dirigido a alter destituído da pretensão de retorno, ou seja, como resultado de um amor gratuito.

Um amor que palpita no íntimo de cada coração humano. Que, para os seguidores de Cristo, pode consistir no assim chamado ágape, que é participação no amor que vive em Deus: amor forte, amor capaz de amar também quem não retribui, mas ataca, como o inimigo, amor capaz de perdoar. (Lubich 1997b)

Pode-se, desse modo, verificar que quando um sujeito ama, muito regularmente é, por sua vez, amado (Lubich 1989). O amor ao outro produz a reciprocidade do amor.

No amor o que vale é amar, é ter um amor gratuito, verdadeiro, sincero, que não pretende. Porém, é justamente este amor que atrairá o amor do outro. É com este amor que será amado de volta. Se você ama com interesse, lhe distanciam, sentem em você um peso. Se amamos com um amor desinteressado, encontraremos amor, também onde não existe o amor. (Lubich 2013c: 84)

Como todos os tipos de amor (o amor paixão – eros e o amor amizade – philia), ágape é reflexivo, ou seja, tem a potencialidade de gerar amor e, uma vez retribuído, nutre-se a si mesmo do amor recebido. Isso significa que, embora quem atue movido pelo ágape o faça livremente e sem pretensão de resposta, a resposta, quando ocorre, retroalimenta o amor, fortalecendo-o e mantendo-o no tempo.

Contudo, a retribuição – ou a resposta – não é, para o amor agápico, condição para amar. O amor não se deixa condicionar e não é nem mesmo uma técnica:

Tudo isso, se compreendemos bem, não é somente gentileza, compreensão; não é uma técnica de relações humanas, uma tática para obter consenso, para vender as próprias ideias. O amor possui um único objetivo: doar-se totalmente e sem algum interesse. (Lubich 1999)

Resta o problema relativo à ação agápica. Pois mesmo se o amante ama sem pretensão de retorno, toda ação social, mesmo se unilateral, isto é, que parte do sujeito na direção de outro sem pretensão de resposta, é, em última instância, um tipo de relação, pois pressupomos que nenhum agente passivo de uma ação (aquele que sofre a ação de outro) permaneça alheio a tal ação. Há sempre uma resposta. O que pode ocorrer, seguindo a abordagem sistêmica, é que esta resposta seja negativa, isto é, de não aceitação da comunicação emitida pelo amante, o que não daria continuidade ao processo comunicativo e, portanto à relação social.

Sorokin afirma que um possível não retorno ao dispêndio de amor pode levar à diminuição do mesmo ao longo do tempo:

A intensidade do amor tende a diminuir com o aumento da sua duração, quando o dispêndio de amor de uma dada pessoa não é compensado, na mesma medida, por um fluxo proveniente de outras pessoas ou de outras fontes, empíricas ou transcendentais. Isso acontece, principalmente, [diminuição do amor, I.C.] quando a intensidade do amor das pessoas não é retribuída ou não é compensada por uma espécie de reconhecimento público, por um fluxo de amor compensativo recebido de seus semelhantes ou por meio de atos de amor provenientes de outras fontes empíricas ou transcendentais. (Sorokin 2005: 70)

Afirmamos anteriormente que a reciprocidade, em ágape, não condiciona a ação, ou seja, os atores sociais não colocam o fato de serem retribuídos como condição para

amar. No entanto, se com o tempo, a retribuição não acontece, o amor tende a perder força, os atores tendem a deixar de amar. Isto poderia acontecer no amor não agápico. O amor agápico encontra sua motivação fora da relação em si, na esfera transcendente, comprovando o que Sorokin diz em sua máxima acima reportada: “um fluxo proveniente de outras pessoas ou de outras fontes, empíricas ou transcendententes”. Neste caso, a fonte que fornece a capacidade de continuar a amar mesmo quando não se é retribuído, é transcendente. Isto nos remete à compreensão de Luhmann quando afirma que a função da religião é determinar o indeterminado, isto é, concretizar na vida cotidiana as ideias que surgem no universo religioso (Luhmann 1991). A religião se apresenta como fonte geradora de sentido e propulsora da ação. Mas não apenas a religião. Como já referido, valores e ideais não religiosos, mas que considerem a pessoa humana e a humanidade como expressão de cada individualidade e, portanto, como um valor em si, podem igualmente, provocar, gerar um amor agápico, isto é, capaz de transcender a individualidade (embora a contenha) e chegar a um amor que excede, que tende ao mais elevado grau de dom de si.

Entendemos, no caso de pessoas sem um referencial religioso, que o amor pode ser nutrido por fontes empíricas não transcendententes no sentido religioso, mas transcendente no sentido humano, isto é, um amor capaz de fazer com que a pessoa transcenda a si mesma, em favor do outro. Para quem não possui uma fé religiosa, segundo Durkheim, o que transcende o indivíduo é a noção de humanidade que expressa o vínculo de coesão da sociedade, que representa o indivíduo na sua identidade social (Durkheim 1975: 235-249).

Além de encontrar sua força de continuidade fora da relação de amor direta, que se dá entre sujeitos postos em relação, o amor pode ser gerado pela relação em si, de acordo com o pressuposto de que o amor é reflexivo.

Sorokin estabelece também uma relação entre intensidade e pureza do amor. Quanto mais puro o amor, mais altruísta ele é, como também mais capaz de sacrifício. O sacrifício nos remete novamente à fonte transcendente para a capacidade de amar com um amor que não se deixa condicionar pela constância da reciprocidade.

Ao falar na UNESCO, quando recebeu o Prêmio Educação para a Paz, Lubich, referindo-se ao amor recíproco, ressaltou que este, resultado do amor gratuito, exige esforço, treinamento, capacidade de sacrifício (Lubich 1996). Ora, o modelo do amor

que alcança o grau máximo de pureza, de intensidade e de extensão é Jesus crucificado e abandonado, que na cruz foi capaz de dar a vida, justamente por amor: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15, 12-13). Porém, na espiritualidade da unidade, amar como Jesus abandonado não significa viver no sofrimento, mas, por amor, superar o sofrimento, transformando cada “encontro” com a dor, com o limite, com o conflito em possibilidade de amar, tendo por resultado a plenitude da alegria: “Efetivamente, a alegria que Deus quer de nós é uma alegria especial; é a alegria de Jesus Ressuscitado, que floresce na dor, irrompe da renúncia, acompanha o amor” (Lubich 1985: 103).

Jesus abandonado apresenta, portanto, a medida do amor, conferindo valor semântico ao amor-ágape, entendido como amor gratuito que tem por medida a não medida, isto é, a capacidade de amar até o ponto de dar a vida¹⁰⁸, portanto, um amor que excede. Sorokin também inclui o aspecto do sofrimento como inerente ao amor (Sorokin 2005: 50-51), como também o faz Luhmann, quando verificou a inclusão de paradoxos na relação amorosa, com a separação entre interesse e amor, mediante a introdução do esforço, da fadiga, do sofrimento (Luhmann 2006: 37).

O fato de ágape não se deixar condicionar pela reciprocidade não significa que o retorno não tenha a função de nutrir o amor, promovendo a sua manutenção, portanto, durabilidade, e também o seu crescimento, comprovando o que tanto Luhmann quanto Sorokin afirmam, isto é, que o amor produz amor. Lubich alega, justamente, que um dos efeitos do amor é gerar amor:

Este modo de amar, de fato, tem consequências imprevistas e importantes. Ao redor de quem ama deste modo nasce algo novo. Este amor impressiona e atrai os outros que, sentindo-se amados, geralmente perguntam o porquê do nosso comportamento e, não raramente, desejam partilhá-lo, e também eles começam a amar. (Lubich 1989).

Diante do exposto, podemos entender que embora haja o que denominamos paradoxo da reciprocidade, não há contradição entre a gratuidade do amor e a necessidade de retribuição, de reciprocidade. Lubich diz que a reciprocidade, o amor recíproco, não é somente um resultado do amor ao outro, mas um estágio superior do amor que, quando atuado por muitos, se torna recíproco.

¹⁰⁸ A questão do sofrimento e de como a espiritualidade da unidade o compreende e procura vivê-lo na relação com Jesus abandonado-ressuscitado é demasiadamente complexa. Para um aprofundamento acerca deste tema, indica-se a leitura de: Lubich, Chiara. 1985. *A unidade e Jesus abandonado*. São Paulo: Cidade Nova. (Cruz 2009: 108)

Se depois, o amor ao outro é recíproco, se é vivido por muitos, eis o amor mútuo. Jesus deixou para a humanidade esta norma tipicamente sua como síntese de sua doutrina, ao dizer: “Este é o meu mandamento, que vos ameis uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15,12). Ele sabia que isto era necessário para compor a unidade no mundo, para que se formasse uma única família. (Lubich 2002c)

Este trecho de Lubich ainda coloca em relevo que o amor agápico, ao se tornar recíproco, constrói a unidade, a comunidade fundada na fraternidade, respeitando as diversidades, portanto evidencia a dimensão social do amor.

A seguir apresentamos a tabela na qual são sistematizadas as principais categorias do amor e de ágape por nós inferidas a partir de Luhmann, Boltanski, Sorokin e Lubich, base conceitual que fundamenta o valor semântico de ágape por nós adotada neste trabalho.

Tabela 3 – categorização de ágape - em Luhmann, Boltanski, Sorokin e Lubich

		Luhmann	Boltanski	Sorokin	Lubich
Construção do valor semântico de ágape		amor	ágape	amor	Amor-ágape
Uso do termo		MCSG	Amor cristão – ultrapassa fronteiras do cristianismo	Altruista Contém significado cristão mas não apenas	Significado cristão – ultrapassa fronteiras do cristianismo
	Significado básico	Contém eros e philia – não chega ao ágape cristão	Exclui eros e philia – coloca-se ao lado deles	Contém eros e philia e alcança o ágape cristão	Ágape cristão – inclui eros e philia
	Conteúdo semântico básico	Concretiza-se em atos	Concretiza-se em atos	Concretiza-se em atos	Concretiza-se em atos
		Livre e não submisso	Livre de condicionamentos	Livre de condicionamentos	Livre de condicionamentos
	modalidade	Verificável na vida em sociedade	Pouco verificável em estado puro na vida em sociedade	Verificável na vida em sociedade – segundo a escala gradual de Sorokin	Verificável na vida em sociedade – segundo a escala gradual de Sorokin. Tende a conferir aos outros tipos de amor a intensidade agápica
Extensão*	Esfera de atuação	Específico de relacionamentos pessoais e íntimos	Inclui todo tipo de relação Esfera pessoal e social	Inclui todo tipo de relação Esfera pessoal e social Relação entre extensão-intensidade-pureza quanto >extensão, <intensidade-pureza	Inclui todo tipo de relação Esfera pessoal e social
	Esfera espacial	Proximidade - pessoalidade	Proximidade – co-presença	Vínculo interpessoal	Proximidade –pessoalidade e impessoalidade – co-presença ou não
Temporalidade		Atuado no momento presente	Atuado no momento presente	Momentâneo ou duradouro	Atuado no momento presente/regular (presente contínuo)
Localização no tempo		Restrito a relações pessoais	Dirigido a todas as pessoas Possível de ser atuado por todas as pessoas	Dirigido a todas as pessoas Possível de ser atuado por todas as pessoas	Dirigido a todas as pessoas Possível de ser atuado por todas as pessoas
Universalidade	Perspectiva de ego e alter				

Construção do valor semântico de ágape		Luhmann	Boltanski	Sorokin	Lubich
Gratuidade	motivacional	Diferenciação entre amor e interesse Inclui satisfação de desejo, mas o transcende	Ausência de interesse Isento de desejo Não admite cálculo nem uso do princípio de equivalência gratuito	Ausência de interesse Busca o bem do outro não admite cálculo nem equivalência-gratuito	Ausência de interesse Busca o bem do outro Não admite cálculo nem equivalência-gratuito
	Intensidade*	Não admite cálculo	Descartados princípios de justiça Não reflexivo (não precisa ser correspondido)	Contém a justiça e a supera; Não condicionado pela correspondência, mas alimentado por ela	Contém a justiça e a supera Não condicionado pela correspondência, mas alimentado por ela
Duração* (causa)	reflexibilidade	Precisa ser correspondido Amor produz amor		Amor produz amor	Amor produz amor
	Condição de durabilidade	Deve ser nutrido		Deve ser produzido, acumulado e distribuído	Fonte transcendente
Reciprocidade	Expectativa de resposta (perspectiva de ego)	Suscita pretensões recíprocas	Isento de pretensões recíprocas	Orienta-se pela interpeleção do outro, mas não se condiciona à resposta recebida. A relação há valor em si.	Orienta-se pela interpeleção do outro, mas não se condiciona à resposta recebida
	Resultado de resposta	Positiva = correspondência Negativa = conflito	Ignora retribuição	Positiva = colabora para o crescimento do amor em suas dimensões. Amor recíproco. Negativa = busca de motivação em fontes transcendentes	Positiva = leva ao amor recíproco entendido como cume do amor Negativa = busca de motivação em fontes transcendentes
Alteridade	Relação ego → alter	Outro como referência - pensa a partir do outro		Outro como fim da ação e não como meio	Outro como referência - Fazer-se um
Efeito		Podem transformar o mundo do amado com a sua presença nele	É expansivo - transforma a realidade	É expansivo - transforma a realidade	É expansivo - transforma a realidade

*Os termos extensão, intensidade e duração aqui utilizados não se referem às categorias extensão, intensidade e duração de Sorokin.

Concluimos, portanto, este capítulo, reafirmando a nossa hipótese de que o amor-ágape pode ser utilizado como categoria de análise, bem como meio de comunicação simbolicamente generalizado na construção de relações interpessoais e sociais.

No entanto, admitimos também que não se encontram empiricamente relações que se dão sempre e continuamente em estado de ágape, como afirmam Boltanski e Sorokin. Para este último, o amor pode variar em relação à pureza, ou seja, o amor pode se deixar contaminar por elementos motivados pelo egoísmo, pelo interesse próprio, mais erótico do que agápico. A pureza do amor, portanto, pode influir na intensidade do mesmo.

Com o aumento da sua pureza, o amor aumenta também em intensidade e vice-versa. Só o amor mais puro é capaz do sacrifício maior, aquele muito intenso, porque do ponto de vista de um amor impuro, guiado por cálculos utilitaristas e hedonistas, tal sacrifício é antiutilitarista e anti-hedonista, portanto, quase impossível. (Sorokin 2005: 75)

O fato de que é empiricamente improvável verificar a existência de um amor agapicamente constante nos leva a reforçar a hipótese de que o ágape pode atuar como meio de comunicação simbolicamente generalizado à medida que fornece às comunicações que se dão entre sujeitos sociais o conteúdo semântico de um amor que excede, que impulsiona os sujeitos na direção de respostas orientadas ao polo máximo do amor (segundo a escala de Sorokin), isto é ao amor agápico, capaz de fornecer a todos os tipos de relações, sejam elas mais de caráter erótico ou de amizade, a dimensão do ágape. Defendemos a possibilidade de que relações mediadas pelo ágape possam introduzir no sistema social outputs que introduzam nas demais relações o próprio ágape como MCSG, de modo que aumentariam as prestações de output, seja no nível do sistema social, seja no nível da interpenetração inter-humana, isto é, entre as consciências, o que levaria a um aumento da possibilidade da criação de novas estruturas, que orientariam as respostas às comunicações na direção positiva, considerando positiva a motivação de caráter agápico em detrimento da motivação de caráter utilitário.

Este processo de inserção do ágape como MCSG nas relações interpessoais e sistêmicas será demonstrado na nossa análise do ágape como possível MCSG na Economia de Comunhão e como possível propulsor da EdC para além de suas fronteiras.

O próximo capítulo tem por objetivo justamente verificar tal possibilidade. Nele, apresentamos a nossa pesquisa de campo, a partir da qual procuramos identificar ações e relações agápicas que se dão no âmbito da EdC, inferindo-as nas falas dos entrevistados. Neste processo de verificação, utilizaremos o ágape como categoria geral que se declina em outras várias categorias que possuem em si o valor semântico de ágape por nós construído neste terceiro capítulo.

Capítulo 4 – NO “CHÃO DE FÁBRICA”: A EDC NO CADINHO DA HISTÓRIA

A partir da Teoria dos Sistemas Sociais, este capítulo intenta colocar as bases para que seja possível verificar se o ágape atua como meio de comunicação simbolicamente generalizado (MCSG) na EdC e se pode ser considerado elemento propulsor da EdC para além dela própria.

Antes de apresentarmos o processo e os resultados da pesquisa de campo, julgamos importante retomar alguns conceitos básicos da Teoria dos Sistemas Sociais, que orientam a nossa pesquisa. Com esta finalidade, resgatamos a reflexão feita na nossa dissertação, já citada anteriormente¹⁰⁹, principalmente no que diz respeito à delimitação e ao desempenho da EdC de acordo com a perspectiva sistêmica.

Ora, a delimitação de um sistema, ou seja, a demarcação de suas fronteiras, logo a sua constituição enquanto sistema se dá a partir da diferença sistema/ambiente, mas também por meio de suas estruturas. Como referimos no capítulo segundo desta tese¹¹⁰, as estruturas de um sistema definem quais comunicações constituem o sistema, conferindo-lhe identidade. Ainda de acordo com o percurso teórico realizado precedentemente no trabalho de dissertação e retomado no segundo capítulo desta tese, julgamos pertinente considerar, ainda que como hipótese preliminar (sujeita a teste empírico) o ágape como MCSG, que expressa, na qualidade de medium, o valor semântico do amor presente na estrutura do Movimento dos Focolares, considerada por nós a espiritualidade da unidade, que tem por centro, justamente, o amor agápico.

Por desempenho entendemos o modo mediante o qual a EdC exerce o seu papel como prestação (serviço)¹¹¹ do sistema MF (religioso) ao sistema econômico, como demonstrado na nossa dissertação de mestrado. Prestação (serviço) refere-se à atuação de um dado sistema em outro, quando este não consegue resolver problemas gerados por ele próprio em seu interior. “Exemplos desses problemas são a pobreza econômica, a opressão política ou as desavenças em família ou problemas do meio-ambiente.

¹⁰⁹ CRUZ, Iracema Andréa Arantes da. 2009. *No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann*. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

¹¹⁰ Cf. Capítulo 2: 63-64.

¹¹¹ Para Luhmann, prestação, serviço e diaconia são termos que indicam o mesmo conceito: a ação de um sistema em outro, quando este último gera problemas que ele mesmo não resolve.

Através do desempenho, a religião estabelece a sua importância para os aspectos ‘profanos da vida’” (Beyer 1999: 401).

Neste caso específico, o MF atua como prestação, ou diaconia, por meio da EdC, na busca de solucionar problemas gerados pelo sistema econômico, não resolvidos por ele mesmo; mais especificamente colaborar na erradicação da pobreza por meio da produção e partilha dos bens (lucro) e no modo como esses bens são produzidos, provocando rupturas na lógica econômica hegemônica, a partir do modo de ser empresa e contribuindo para a edificação de sociedades mais justas. Por ser um sistema parcial do MF, esta prestação se dá mediante comunicações do tipo religioso introduzidas no sistema econômico, uma vez que a EdC utiliza-se de comunicações estabelecidas no MF, mediante uma relação de interpenetração¹¹², processo segundo o qual dois sistemas colocam à disposição, reciprocamente, a própria complexidade. A interpenetração acontece sob a forma de comunicação (Luhmann 1990: 359) e um dos principais tipos de interpenetração é o que há entre os sistemas psíquicos¹¹³ e os sistemas sociais, pois um não pode existir sem o outro. Quando o sistema psíquico se comunica com o sistema social, o faz na qualidade de pessoa que “não indica nem a consciência nem o corpo dos indivíduos” (Corsi et al 1996: 92):

Este se coloca no nível do sistema de comunicação: com *pessoa* indica-se uma estrutura social que permite à sociedade encontrar uma direção para a produção das comunicações. Portanto, as pessoas permitem atribuir as responsabilidades das comunicações (a emissão) e localizar as possibilidades de compreensão: neste sentido, as pessoas não são sistemas, como o são as consciências e os corpos, mas artefatos comunicativos. (ibidem)

De acordo com Luhmann, conceber a relação entre o homem e a sociedade como interpenetração abre maiores possibilidades para que tal relação possa ser compreendida de forma ainda mais profunda (Luhmann 1990: 355).

Ora, partimos do pressuposto (sujeito a testes empíricos) de que ágape, como MCSG, atua como fator que motiva as seleções no processo de comunicação intra e intersistêmica (tanto entre sistemas parciais da sociedade mediante operações de

¹¹² A interação que pode existir entre as consciências individuais e os sistemas sociais, o que Luhmann conceitua como interpenetração. A interpenetração também é possível entre sistemas sociais. Para retomar de forma mais abrangente o conceito de interpenetração, voltar à página 19 desta tese, quando se apresenta o referencial teórico.

¹¹³ Por sistema psíquico (consciência) Luhmann entende o ser humano como sistema em si que se coloca em relação com a sociedade por meio da troca de *inputs/outputs* e, principalmente, por meio da interpenetração. (Luhmann 1990).

input/output, quanto entre sistemas psíquicos e sistemas sociais) orientando, desse modo, as tomadas de decisões e, conseqüentemente, as ações dos agentes sociais¹¹⁴. Assim sendo, ágape produz sempre uma escolha, é um ato de vontade (Araújo 2009: 246), não apenas um sentimento, mas uma decisão que se dá em todas as vezes que se apresenta uma comunicação que exige uma seleção, uma resposta, uma decisão, cumprindo, como já referido, a função de MCSG (Cruz 2009: 105).

4.1. Apresentação introdutória do método de pesquisa e o ágape

O conteúdo semântico de ágape, como vem sendo construído ao longo deste nosso trabalho, tem por base o amor cristão: o amor a Deus, o amor ao próximo e um amor que tende à reciprocidade, contém eros e *philia* e inclui em si a gratuidade. É um amor ativo, que leva a pessoa a projetar-se para fora de si mesma, na direção do outro (Foresi 2004: 569). Afirma Cataldi (2009): “O agir agápico apresenta características emergentes que ao mesmo tempo admitem e transcendem o amor compreendido como *philia* e eros, alargando a própria esfera de ação à concretude, à gratuidade, à criatividade e à reciprocidade típicas do ágape evangélico” (Cataldi 2009: 243-244).

Retomando a análise feita no capítulo precedente, propomos que ágape tem força suficiente para ultrapassar as fronteiras do cristianismo e que tende à universalidade.

No início deste capítulo, nos propusemos colocar as bases para que seja possível verificar se o ágape atua como MCSG na EdC e se pode ser considerado elemento propulsor da EdC para além dela própria. Colocar as bases significa ir a campo, lá no espaço social em que as relações pautadas pelos princípios da EdC acontecem e, de certa forma, criam a realidade, a EdC compreendida como sistema. É o chão de fábrica, o cadinho da história, da história cotidiana dos atores sociais que interagem na rede de relações que constitui o campo, o espaço social composto por empresas, empresários, funcionários, fornecedores, clientes¹¹⁵ e o mercado, entendido como lugar das relações

¹¹⁴ Quando utilizamos o termo agente social, compreendemos o homem, sistema psíquico (ou de consciência) em comunicação com o sistema social, mediante interpenetração, na qualidade de pessoa.

¹¹⁵ Como dito anteriormente, o nosso trabalho não analisa o corpo social constituído pelas pessoas ajudadas, “o pobre” e o efeito da ajuda a eles proporcionada, da comunhão realizada com eles por meio da EdC. Entendemos ser esta um limite do presente trabalho, pois os pobres são parte integrante da EdC. No

econômicas e nestas, as relações de trabalho. Enfim, a Economia de Comunhão compreendida como sistema parcial do sistema econômico.

Trata-se, portanto, da pesquisa de campo e da análise dos dados coletados. O método por nós empregado baseia-se na análise de conteúdo, no sentido de que, por meio da interpretação das falas dos entrevistados procuramos entender “o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (Gomes 1999: 74).

A análise de conteúdo, como afirma Bardin, busca: “Uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados” (Bardin 1979: 36).

Fomos, de fato, a campo, com um objetivo primordial: captar, por meio de entrevistas semiabertas e da observação os elementos que emergem da experiência dos agentes envolvidos, remetendo-nos à definição do termo experiência apresentada no segundo capítulo, de acordo com o pensamento de Beto et al. (1974), segundo o qual fazer uma experiência significa sair de si e ir ao encontro do seu próprio entorno e, da relação que se estabelece entre o sujeito e o seu meio, obter conhecimento¹¹⁶. Esta proposição se encontra em consonância com a teoria sistêmica, com o processo de interpenetração entre sistemas psíquicos e sistema social, que permite obter e construir conhecimento por meio de um processo comunicativo e, justamente por esta razão, dá a possibilidade de se fazer seleções, escolhas, que resultam em tomadas de posição, em ação.

Um dos objetivos da análise de conteúdo acima mencionado – buscar uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados, uma vez colocado no contexto sistêmico, nos ajudará (da perspectiva sociológica e não psicológica) a observar e a perceber o processo comunicacional, as relações entre os agentes sociais entre si e com o sistema, de modo a extrair as motivações ou, melhor ainda, o sentido de suas escolhas, decisões e ações.

entanto, somos conscientes de que debruçarmo-nos sobre esta questão exigiria uma pesquisa em si e outra tese, o que não cabe no presente momento. Decidimo-nos tratar da EdC analisando o seu eixo de sustentação – as empresas e as relações que se dão no mercado – sem as quais não haveria possibilidade de comunhão com pessoas em situação de pobreza.

¹¹⁶ Cf. Capítulo 2: 61-62.

Optamos, portanto, pelo método qualitativo, uma vez que este nos permite captar, por meio da interpretação dos dados coletados, a rede de significados e as motivações que conferem consistência à ação social e à formação dos espaços sociais constituídos de acordo com a racionalidade agápica.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo 1999: 22)

Por interpretação entendemos o ato de analisar – uma vez que a análise contém a interpretação (Gomes 1999: 68) – os dados coletados na pesquisa e decifrar o seu significado ou significados, a partir dos quais estabelecer uma relação entre os pressupostos teóricos levantados pelo estudo e as categorias¹¹⁷ que emergem da análise.

Trabalhamos com uma categoria geral: o ágape entendido como MCSG, de acordo com a Teoria dos Sistemas Sociais. Esta categoria geral fundamenta o pressuposto defendido pela hipótese por nós apresentada de que o ágape motiva a ação dos agentes que atuam na EdC, uma vez que reduz a contingência, impulsionando, no processo de comunicação, a resposta para a direção positiva, ou seja, para a direção agápica. Portanto, trabalhar o ágape como MCSG significa que propomos tal categoria como medium, ou seja, como expressão semântica cujo significado orienta as seleções, portanto as ações que se dão no âmbito da Economia de Comunhão e que, por meio da EdC, são inseridas no sistema econômico.

A fim de verificar a pertinência de tal hipótese, escolhemos trabalhar, como já referido, com entrevistas semiabertas e buscar na fala dos entrevistados o conteúdo agápico de suas escolhas, valores e decisões.

Considerando que a análise de conteúdo tem por objetivo “conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (Bardin 1979: 38), e, no nosso caso, inferir o processo comunicativo, com base na interpenetração entre sistemas psíquicos e sistema social, nos propusemos a conhecer o que está por trás ou dentro das falas dos agentes EdC entrevistados. Assim sendo, procuramos inferir nas mensagens particulares – que são as entrevistas realizadas – indicadores que possam identificar o ágape como

¹¹⁷ Neste capítulo usamos ambos os termos categorias e subcategorias para indicar o desdobramento ou as declinações do significado semântico de ágape, considerado como categoria primária.

categoria de análise e como MCSG. Optamos por fazer uma análise temática, dado que o ágape é considerado tema central a ser descoberto mediante a análise das falas. Para realizar a análise temática procuramos identificar palavras ou frases relevantes de valor semântico agápico inseridas em um processo comunicativo, que possam expressar o tema da comunicação. Logo, ágape foi por nós considerado como categoria geral da qual declinam outras tantas categorias (também denominadas subcategorias ou categorias secundárias), por nós inferidas e identificadas durante a análise, que serão apresentadas ao longo deste capítulo. Todas essas subcategorias podem ser incluídas na categoria geral ágape.

Portanto, uma vez concluída a pesquisa de campo, pretendemos, com base nos dados recolhidos, verificar a presença do medium ágape nas relações que se dão na EdC e até que ponto ágape pode agir como MCSG, sendo considerado ou não propulsor da generalização da EdC para além de suas próprias fronteiras.

4.2 As entrevistas e o universo dos sujeitos entrevistados

As entrevistas foram acontecendo de forma aleatória, de acordo com as possibilidades que se apresentaram passo a passo, embora pautadas em um planejamento prévio. Fizemos, portanto, entrevistas com três tipos de grupos de sujeitos: (1) empresários da EdC; (2) funcionários de empresas de EdC, (3) outros – grupo composto por fornecedores que trabalham com empresas de EdC, com membros do Movimento dos Focolares que tiveram e/ou mantém uma relação direta com a EdC e colaboradores. Justificamos unificar esses três tipos de sujeitos em um único grupo por considerar que este reúne pessoas que não estão nas empresas EdC, mas que mantém com o projeto uma relação relevante¹¹⁸.

No total foram realizadas 50 entrevistas assim subdivididas: grupo 1 – empresários (15); grupo 2 – funcionários (27) e grupo 3 – outros (8). As tabelas abaixo demonstram o tipo dos atores entrevistados de acordo com o grupo, gênero, idade,

¹¹⁸ Como dissemos no corpo do texto, a escolha dos entrevistados foi aleatória; respeitamos somente o fato de estarem vinculados a empresas EdC que atuam no Polo Spartaco ou próximo a este, nas cidades de Vargem Grande Paulista e São Paulo. Tal escolha se justifica por ser este o espaço geográfico no qual a EdC foi inicialmente implantada. Nos primeiros anos, o Polo Spartaco, por meio de sua diretoria, a ESPRI, atuou como coordenador nacional da EdC.

pertença ao Movimento dos Focolares, religião e nível de instrução¹¹⁹. Esta classificação nos ajudou na análise dos dados coletados, pois situa o contexto dos entrevistados.

¹¹⁹ Classificamos o nível de instrução em três estágios considerando grau de instrução, atividade profissional desenvolvida e capacidade de expressão por nós observada.

Tabela 4 – Grupo 1: empresários

Empresários				
Gênero		feminino	masculino	total
Idade	18-35	0	0	0
	36-59	10	5	15
	60 -	0	0	0
Pertença MF	sim	10	5	15
	não	0	0	0
Religião	católica	10	5	15
	evangélica	0	0	0
	ateu	0	0	0
	outra	0	0	0
Nível de instrução	básico	0	0	0
	médio	0	0	0
	superior	10	5	15
Total entrevistados		10	5	15

Tabela 5 – Grupo 2: funcionários

Funcionários				
Gênero		Feminino	Masculino	Total
Idade	18-35	8	3	11
	36-59	6	10	16
	60 -	0	0	0
Pertença ao MF	sim	6	0	6
	não	8	13	21
Religião	católica	12	7	19
	evangélica	2	4	6
	ateu	0	2	2
	outra	0	0	0
Nível de instrução	básico	0	6	6
	médio	4	2	6
	superior	10	5	15
Total		14	13	27

Tabela 6 – Grupo 3: outros

Outros				
Gênero		Feminino	Masculino	Total
Idade	18-35	0	0	0
	36-59	2	3	5
	60-	2	1	3
Pertença MF	S	1	1	2
	N	3	3	6
Religião	católica	3	4	7
	evangélica	0	0	0
	ateu	1	0	1
	outra	0	0	0
Nível de instrução	básico	0	0	0
	médio	0	2	2
	superior	4	2	6
Total		4	4	8

Tabela 7 – Quadro geral

Entrevistados				
Gênero		Feminino	Masculino	Total
Idade	18-35	8	3	11
	36-59	18	18	36
	60-	2	1	3
Pertença MF	S	17	6	23
	N	11	16	27
Religião	católica	25	16	41
	evangélica	2	4	6
	ateu	1	2	3
	outra	0	0	0
Nível de instrução	básico	0	6	6
	médio	4	4	8
	superior	24	12	36
Total		28	22	50

Uma análise contextual dos entrevistados nos leva a inferir que entre os empresários há uma maioria católica, o que se explica pelo fato de o Movimento dos Focolares ser um movimento eclesial católico. Ademais, todos possuem nível de instrução superior, são membros do Movimento dos Focolares e a maior parte deles possui idade entre 36 e 59 anos, ou seja, fazem parte da população adulta.

Também entre os funcionários há uma maioria católica, embora tenham surgido seis evangélicos e dois ateus. Em relação à idade nota-se a presença de jovens – 40,74% dos entrevistados – ao lado dos adultos – 59,26%. Em relação à pertença ou não ao Movimento dos Focolares, o quadro se inverte: 22,22% são membros do Movimento dos Focolares, enquanto 77,78% não o são. Em relação à instrução, a maior parte

também se encontra dentro da categoria superior – 55,56%, e há um equilíbrio entre as categorias básica e média, 22,22% cada uma delas.

O grupo denominado “outros” é formado por pessoas adultas – 75% - e idosas – 25%. A maioria não pertence ao Movimento dos Focolares: 75%. No que diz respeito à crença religiosa, também neste grupo o catolicismo se apresenta majoritário: 87,5%. A pessoa não católica, porém, declara-se atea, o que confere grau elevado de importância na verificação da possibilidade de ágape ser vivido independente da pertença ao cristianismo. Em relação ao nível de instrução, 75% estão no nível superior e 25%, no nível médio.

Uma verificação geral aponta os seguintes dados: (1) há uma ligeira maioria entre os gêneros: 56% feminino e 44% masculino; (2) prevalece a idade adulta (entre 36 e 59 anos) 74%, seguido dos jovens (entre 18 e 35 anos) 22%. A presença de idosos é minoria, com 4%; (3) em relação ao nível de instrução, prevalece o nível superior, com 72%, sendo 16% de nível médio e 12% de nível básico; (4) em relação à pertença ao MF, 54% dos entrevistados não são membros do Movimento, enquanto 46% o são; (5) em relação à filiação religiosa, a grande maioria é católica: 82%, 12% se declararam evangélicos e 6% ateus.

Este quadro reflete ao menos duas situações de contexto. Uma ligada à origem da EdC, que, de fato, surgiu no interior de um movimento eclesial católico. Contudo, indica que não católicos podem aderir à EdC e aos seus princípios, o que é demonstrado pela fala dos evangélicos e dos não cristãos. Julgamos importante frisar, nesta perspectiva, que a maioria católica se dá principalmente entre os empresários e membros do MF, indicador que confirma o que acabamos de referir acima.

O contexto de filiação religiosa reflete também a composição da sociedade brasileira, como demonstra o Censo 2010¹²⁰, que indica a maioria católica no país, 64,6% da população (embora em situação de redução de adeptos) e a ascensão dos evangélicos: 22,22%, e dos ateus, agnósticos e sem religião, 8%. Fiéis de religiões afro-brasileiras mantêm-se constantes, como minoria: 0,3% da população brasileira. Os espíritas cresceram de 1,3% da população em 2000, para 2,0% em 2010.

¹²⁰ <http://censo2010.ibge.gov.br/> consulta realizada em 22 de dezembro de 2013.

Esta breve contextualização do universo dos sujeitos entrevistados coloca em relevo, justamente, a nossa unidade de contexto, ou seja, a documentação que serve de base para a análise de conteúdo.

4.3 Esmiuçando o percurso metodológico, considerações acerca da pesquisa e primeiras análises

Com base no método da análise de conteúdo, consideramos como **unidade de contexto**, ou corpus da pesquisa, o conjunto das entrevistas realizadas. De cada uma das entrevistas extraímos nossas **unidades de registro** – frases ou trechos de falas que indicam a presença do tema pesquisado, no caso o ágape, ou expressões agápicas, isto é, expressões que indicam a presença do valor semântico de ágape nas seleções/escolhas/decisões/ações dos sujeitos entrevistados. Portanto, optamos por uma análise do tipo temática, ou seja, procuramos inferir o conteúdo agápico nas decisões e ações dos agentes EdC a partir dos temas presentes nas falas. Por **tema** entendemos recortes em nível semântico. De fato, de acordo com Bardin, o tema é uma afirmação acerca de um assunto: “O texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significação isoláveis” (Bardin 2011: 135). Continua ele: “O tema geralmente é utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.” (ibidem). Na perspectiva sistêmica, os temas das comunicações atuam como estrutura do processo de comunicação: “A comunicação se configura, tipicamente, embora não necessariamente, como um processo orientado por temas. Contemporaneamente, os temas são reduções da complexidade possibilitadas pela linguagem” (Luhmann 1990: 273).

Com base no princípio de que a análise temática consiste em um desmembramento do texto em unidades, categorias, segundo reagrupamentos analógicos (Bardim 2011: 201), em consonância com a hipótese por nós elaborada e fundamentando-nos na perspectiva da Teoria dos Sistemas Sociais, adotamos como categoria geral o ágape. Ora, neste trabalho de desmembramento semântico do nosso corpus, isto é, das entrevistas realizadas, trabalhamos com **índices e indicadores**. Por índice, entendemos a menção explícita de um tema numa mensagem (Bardin 2011: 130)

e por indicadores, adotamos a presença de expressões relacionadas com o valor semântico do tema central ágape expressos diretamente ou indiretamente (Bardin 2011: 130).

As subcategorias ou categorias derivadas de ágape foram inferidas a partir da reflexão teórica e intentam expressar a variedade de significados (valor semântico) de ágape sem a pretensão de exaurir todas as possibilidades. Recorrendo à lógica sistêmica, também neste caso, podemos considerar tal operação como redução de complexidade das possibilidades semânticas expressas pelos termos ágape e/ou amor. Recorremos ainda à determinação de **referentes** – “**temas-eixo**, em redor dos quais o discurso se organiza” (Bardin 2011: 136) – estabelecidos de acordo com as perguntas feitas aos entrevistados. Esses temas-eixo (referentes) foram considerados por nós territórios semânticos que expressam as qualidades possíveis de cada uma das subcategorias. Por exemplo, a gratuidade pode ser vista como característica de uma empresa EdC ou como benefício ou ainda com o potencial de exercer influência fora do âmbito da empresa ou de encontrar soluções para situações adversas. Portanto, existe uma primeira relação: entre as subcategorias e os temas-eixo determinados a partir da reflexão teórica e das perguntas elaboradas para as entrevistas. As subcategorias e temas-eixo orientam a análise das entrevistas – unidades de contexto – decompostas em temas inferidos, aqui entendidos como unidade de registro, por meio de índices e indicadores. Há, portanto relação também entre temas inferidos, temas-eixo e categorias.

Fazer esta relação não foi tarefa simples. Encontramos uma primeira dificuldade relativa, justamente, ao tema central da análise, o ágape. Ao decompor a categoria geral ágape em subcategorias, nos tornamos ainda mais conscientes de que entre as várias subcategorias existem áreas de intercessão semântica que expressam dimensões ou declinações da única categoria geral ágape. Esta constatação confirma o pressuposto de que ágape possui em si a capacidade de permear, portanto, de acrescentar significado a expressões que em si mesmas já possuem significado, mantendo-o e potencializando-o na direção de um tipo de amor que tende à medida máxima, como pressupõe o ágape cristão, em conformidade com o pensamento de Sorokin (2005).

Concordamos que não se verificam ações agápicas em estado puro de forma constante na vida em sociedade, como afirma Boltanski (2005: 33). Concordamos igualmente que em certos casos este amor agápico motiva a seleção/escolha/ação dos sujeitos como quando num campo de batalha um soldado arrisca a vida para salvar um

companheiro ou quando alguém sacrifica seus planos e projetos para cuidar momentaneamente ou regularmente de outra pessoa com limitações físicas ou psíquicas (Sorokin 2005: 59). Mas, da análise por nós efetuada, concluímos que a ação agápica, que tende ao estado puro, pode ser considerada regular, uma vez que a ideia de ágape, de um amor sem medidas, altruísta, gratuito, pode conferir sentido e motivar seleções/escolhas/ações simples, cotidianas, e até mesmo habituais, levando os agentes envolvidos na relação a responderem na direção positiva de ágape, como MCSG. Ora, nos capítulos anteriores procuramos demonstrar que o ágape é um tipo de amor cuja medida é a ausência de medida, totalmente gratuito e que, portanto pode levar até mesmo ao sacrifício de si, ao dar a vida por amor. Lubich centraliza a espiritualidade da unidade neste tipo de amor e faz com que esta medida sem medida, um amor total, seja trazido ao cotidiano, na dinâmica do fazer-um com o outro, do amar ao próximo como a si mesmo:

Nem sempre nos é pedido para morrer fisicamente pelo irmão, mas espiritualmente, sim, e o fazemos esquecendo-nos de nós mesmos, renegando-nos para nos fazermos um com ele – como costumamos dizer – para “viver o outro”, a vida dele, para poder servi-lo adequadamente. (Lubich 2013a: 32)

Colocar-se no lugar do outro, amar como a si mesmo, agir por amor, confere significado agápico à ação. Em outro trecho, afirma Lubich: “É preciso progredir de perfeição em perfeição no amor ao próximo, ao qual nos dedicamos durante o dia. Preparar bem, por exemplo, o almoço que devemos fazer, a aula que devemos dar, a palestra que devemos fazer, os assuntos que devemos resolver” (Lubich 1986: 110).

Resende, no livro *Estudos das Religiões* (2004: 19-35), fala das transcendências horizontais. Citando Lucy Ferry¹²¹, diz que é possível encontrar na esfera do imanente algo que está fora dela, que a transcende, mas num sentido horizontal (não religioso). Afirma ainda que “a força motriz da transcendência horizontal é o amor, que leva os sujeitos a ultrapassar sua interioridade monádica, para alcançar o Outro” (Resende 2004: 29). Ainda com base em Ferry, Resende afirma:

O amor moderno, não como Eros – que se extingue com a gratificação do desejo na suposição da falta do objeto amado – mas como Philia, no sentido aristotélico, como afeição, que exige a presença viva e constante do ser amado, remete a outro tipo de amor, o Ágape cristão, sentimento que nos liga mesmo aos que nos são indiferentes, mesmo aos inimigos, e como horizonte virtual à humanidade inteira. Ferry o denomina *humanismo transcendental*, porque instaurador de valores, que excedem definição puramente

¹²¹ FERRY, Luc. 1996. *O homem-Deus ou o sentido da vida*. Paris. Grasset ey Fasquelle.

immanentista do humano. Esse humanismo transcendental aponta não para Prometeu, que roubou o fogo do Olimpo, nem para Lúcifer, que usurpou o trono de Deus, mas para alguém que quer completar a *Philia* com o *Ágape*. Esses valores seriam religiosos no sentido etimológico de *religare*, de criar vínculo. (Resende 2004: 29)¹²²

Ressaltamos neste trecho de Resende a consideração: “completar a *Philia* com o *Ágape*”, que vem ao encontro da tese apresentada por nós de que *ágape* contém em si tanto *eros* quanto *philia*, e confere ao amor – ou aos vários tipos de amor – um conteúdo de valor semântico que transcende a particularidade de cada um deles, contendo-a, bem como a individualidade do agente social, projetando-o para fora de si, na direção do outro.

De modo geral, a conclusão de nossa pesquisa empírica nos levou a perceber a presença do *ágape*, como MCSG – cuja função é motivar as seleções/escolhas/ações dos participantes nos processos comunicativos constituintes dos sistemas – no âmbito da EdC, por exemplo:

É... Os entregadores é que são uns amores, né! Eles chegam... imagine, se você pensar, o entregador da Coca Cola ele tem 70 entregas, ele chega aqui não quer nem saber se você está na hora de almoço ou não, eles não, tem de entregar. Aí a um certo momento a gente “na hora de almoço não dá pra receber, né”. Até que ele chegou ali, entregou tudo, estava assim quase chorando, e eu fui lá explicar que na hora de almoço a gente não tava recebendo e tudo, mas foi uma experiência tão forte pra gente entender o outro né, que ele disse “Olha eu só entrego porque eu tenho metas pra cumprir, se eu não cumprir, eles brigam conosco”. E aí quase chora “eu tenho 5 filhos pra criar e não sei o quê, não sei o que mais”. Daquele dia pra frente cada entregador que chega pra mim eu penso é aquela família, talvez, que precisa ser acolhida, né, então procuro... só se eu realmente não tiver ou se alguma coisa acontecer e a gente não puder receber... se não todas as vezes que tiver ausente da empresa, se não a gente faz tudo pra receber, por quê? Porque ali a gente tá fazendo um ato de amor pra pessoa que vai chegar em casa com tranquilidade e não com a tensão de que vai perder o emprego porque não entregou e não sei o quê e não sei o que mais né! (Unidade de registro 4.2)

Receber um entregador de refrigerantes na hora do almoço não seria em si uma falta. São relações possíveis e previsíveis no âmbito do comércio. Mas o *ágape* como MCSG, ou seja, a ideia de *ágape* que está por trás das decisões cotidianas do agente social, endereçam a ação para o polo *agápico*, isto é, produz uma ruptura na regra do comércio e, apesar de exigir esforço e renúncias: “se não a gente faz tudo pra receber, por quê? Porque ali a gente tá fazendo um ato de amor pra pessoa que vai chegar em

¹²² Este conceito corrobora o pressuposto de que *ágape* pode ser universal não somente em relação ao objeto do amor – o outro – como também na perspectiva do agente – o sujeito que ama.

casa com tranquilidade e não com a tensão de que vai perder o emprego porque não entregou e não sei o quê e não sei o que mais né! ”.

De acordo com a lógica sistêmica, poderíamos considerar:

A como entregador de mercadorias. B como comerciante que recebe a mercadoria. C como sistema em relação com B (empresa de B) e entorno da A, que se relaciona com sua própria empresa tendo-a como seu entorno.

As duas empresas, aquela que fornece mercadorias e a que recebe mercadorias podem ser consideradas sistemas parciais do sistema econômico, postos em relação. Da lógica vigente do sistema econômico, podemos inferir que o medium adequado a orientar as comunicações entre A e B seria o interesse próprio de cada um dos participantes na comunicação que orientaria as seleções/escolhas/ações dos participantes na direção de uma transação comercial harmoniosa, ou seja, uma entrega/recebimento sem conflito. Tal relação é perturbada pelo problema do horário da entrega: “ele chega aqui não quer nem saber se você está na hora de almoço ou não, eles não, tem de entregar”. A, na sua relação de satisfação de expectativas em relação ao seu entorno (empresa na qual trabalha) deixa-se orientar pela necessidade da entrega sem levar em consideração as necessidades de C, o seu segundo entorno, a empresa à qual deve entregar a mercadoria.

Como a relação entre as duas empresas (sistemas) é mediada pela relação inter-humana (entre dois sistemas psíquicos) passemos a verificar o processo comunicativo entre esses dois participantes na comunicação.

A partir do momento em que as respectivas expectativas não se apresentam como passíveis de satisfação (horário de entrega inapropriado) surge o conflito. B, diz: “Aí a um certo momento a gente “na hora de almoço não dá pra receber, né”. No decorrer da relação, segundo relato de B, A, diz: “Olha eu só entrego porque eu tenho metas pra cumprir, se eu não cumprir, eles brigam conosco”.

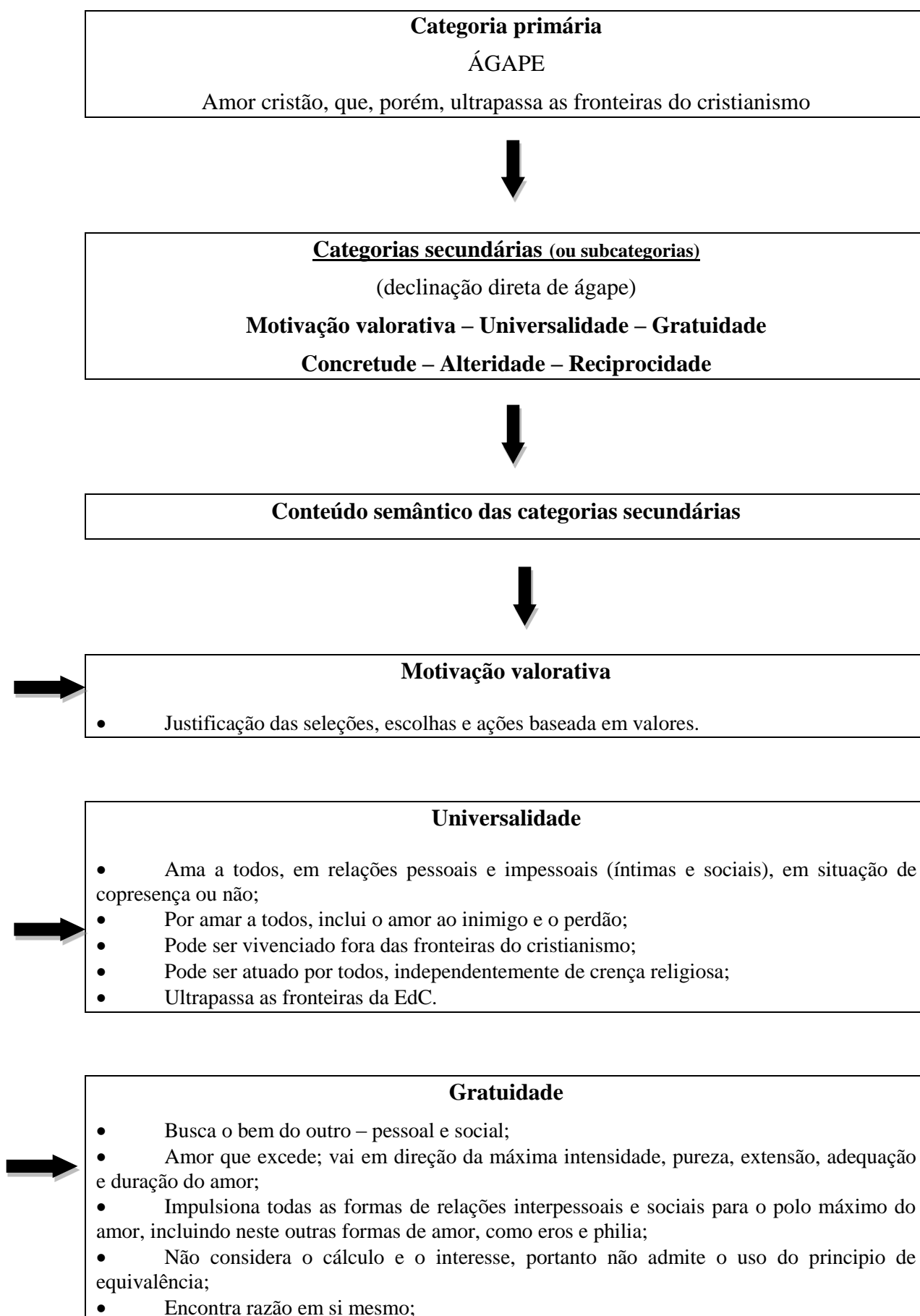
Como B reage a esta comunicação? “foi uma experiência tão forte pra gente entender o outro né”. Como será apresentado a seguir, uma das categorias derivadas de ágape é justamente a alteridade, que em Luhmann sobressai como “pensar a partir do outro”, em Lubich, este pensar a partir do outro é potencializado com a dinâmica do fazer-se um, colocar-se no lugar do outro, viver o outro. Que resposta, portanto, qual seleção/escolha/decisão toma B neste processo comunicativo? “Daquele dia pra frente

cada entregador que chega pra mim eu penso é aquela família, talvez, que precisa ser acolhida, né, então procuro... só se eu realmente não tiver ou se alguma coisa acontecer e a gente não puder receber... se não todas as vezes que tiver ausente da empresa, se não a gente faz tudo pra receber, por quê? Porque ali a gente tá fazendo um ato de amor pra pessoa que vai chegar em casa com tranquilidade e não com a tensão de que vai perder o emprego porque não entregou e não sei o quê e não sei o que mais né!”. Desta análise nos parece possível verificar o ágape como MCSG atuando na solução de conflitos, introduzindo a lógica agápica nas relações comerciais.

Como já referido, a categoria geral por nós adotada na análise é o ágape cujo valor semântico foi construído a partir da espiritualidade da unidade, do pensamento de Lubich, em diálogo com Sorokin, Boltanski e Luhmann. Consideramos importante salientar que o valor semântico de ágape foi construído a partir do pensamento de Lubich em diálogo com Sorokin, Boltanski e Luhmann por entendermos que tal construção contém elementos das reflexões desses quatro autores, mas cuja síntese foi realizada tendo por referência basilar a espiritualidade da unidade, uma vez que o ponto de partida da nossa reflexão, portanto do problema levantado por nosso trabalho e das hipóteses por nós defendidas, é o fato de a EdC ser considerada um possível modo de a religião influir em âmbitos não religiosos na sociedade secularizada e fragmentada, como demonstramos na dissertação de mestrado, à qual nos referimos na introdução de nossa tese. A partir deste pressuposto, nos propomos a verificar a possibilidade de ágape colaborar na expansão da EdC para além dela mesma ou se a EdC tende a ser um nicho, um grupo circunscrito.

Inicialmente, apresentamos de forma esquemática o conteúdo semântico de ágape como categoria geral, bem como de suas categorias derivadas, tendo por referência a reflexão teórica que fizemos no Capítulo 3.

Esquema 1 – Conteúdo semântico de ágape



- Encontra sua motivação fora da relação em si, na esfera transcendente, no dom de si em favor do outro;
- Capacidade de sacrifício – dom total;
- Não contém em si expectativas de resposta; não se deixa condicionar;
- Não espera retribuição;
- Contém a justiça e a supera.

Concretude

- Ama o próximo no momento presente; conceito de humanidade não abstrato, mas reconhecido em cada pessoa concreta;
- Unilateral, parte do amante em direção ao amado: concretiza-se em atos;
- Ação agápica;
- É extensivo; produz amor; leva a amar;
- Transforma a realidade.

Alteridade

- O outro é “outro eu” porque é igual a mim em essência e em substância;
- Transforma relações impessoais e anônimas em relações próximas;
- Ser o amor e relacionar-se no amor – caráter identitário – ser-em-relação;
- Viver o outro; dependência interativa; “pensar a partir do outro”; fazer-se um;
- Ter o outro como referência: fim da ação e não meio para alcançar algo.

Reciprocidade

- Cria relação agápica;
- Gera comunhão – reciprocidade do amor;
- Cria vínculos sociais;
- Relação agápica – reciprocidade é intrínseca à relação. Amante e amado se alternam no papel: ora amante, ora amado, contemporaneamente;
- Colabora na manutenção do amor e da relação agápica – amor gera amor – nutre-se a si mesmo;
- Positiva (existe retribuição) gera amor (reciprocidade) / Negativa (quando não existe retribuição) pode gerar conflito (efeito).

Ao longo da análise, verificamos que há uma interdependência entre as categorias, porque se ágape é um tipo de amor que produz motivações com conteúdo valorativo, é universal e gratuito, se expressa de forma concreta (concretude); os participantes da relação reconhecem o outro como um “outro eu”, fazem suas escolhas/seleções/ações tendo por referência não apenas a si mesmos, mas o outro (alteridade) e tem por resultado a reciprocidade, (embora não possua pretensão de resposta), o amor gera amor, é capaz de gerar uma resposta de amor.

Portanto, a classificação categorial que apresentamos, de certa forma, reduz a complexidade do ágape como MCSG, mas não a supera. Ágape é por si só uma categoria complexa, da qual, com a nossa pesquisa, nos aproximamos com a consciência de que não é possível exaurir o ágape em todos os seus significados – “O amor é como um iceberg: só uma mínima parte é visível e também esta pouco conhecida” (Sorokin 2005: 41). Concluimos, no entanto, que todas as atribuições possíveis de serem feitas ao ágape tendem a possuir áreas de interseção semântica. Porém, tais co-ocorrências semânticas possuem, de acordo com cada uma das categorias por nós classificadas, uma perspectiva diversa, que pode ser inferida a partir da ênfase dada nas falas a uma ou mais subcategorias de ágape. No entanto, ratificamos que em cada uma das classificações efetuadas, ou seja, em cada uma das partes de ágape, podemos verificar o ágape inteiro. É o que procuramos demonstrar por meio de um cruzamento semântico entre categorias, temas-eixo, temas inferidos e grupos.

Neste processo de análise, destacamos as co-ocorrências, ou seja, as áreas de interseção semânticas acima mencionadas. Por exemplo: a gratuidade de ágape pode ser identificada com o fato de a pessoa ser colocada no centro da atividade econômica (centralidade da pessoa); pode ser percebida ora como característica da EdC, ora como um benefício da EdC, ora como fator de influência externa e ora como ajuda na solução de situações adversas. Esta percepção pode variar de acordo com o grupo de entrevistados (funcionários, empresários, outros).

4.4 Dificuldades, limites e possibilidades de continuidade encontradas na pesquisa

O material resultante de nossa enquete é demasiadamente extenso, o que abre margem a uma gama imensa de possibilidades de cruzamentos e inferências em diversas perspectivas: do prisma individual e social, de gênero, de função dentro do universo pesquisado (funcionário, empresário), classe social e outras. De um lado, este fato pode ser entendido como limite do nosso trabalho, uma vez que o material de pesquisa – unidade de contexto – considerado excessivamente extenso, nos impede de esgotar todas as possibilidades de análise por ele oferecidas no presente trabalho. Por outro lado, nos permite centralizar a atenção, também desta vez, num processo de redução de complexidade, na dinâmica comunicativa que se dá entre os agentes EdC entre si e com

o sistema social, inferindo a presença do ágape como MCSG, tendo por base uma vasta e variada gama de exemplos, portanto, de possibilidades. Tal inferência, com certeza, possui um grau de subjetividade do observador, mas tal subjetividade é incluída na análise e amortizada pelo fato de que a análise não se propõe a fazer um juízo de valor das motivações e ações dos agentes EdC, mas sim, identificar o processo comunicativo que se dá entre os participantes na comunicação e os seus efeitos – rupturas ou manutenção do status quo do sistema social, no caso a EdC como sistema parcial da economia, bem como a possibilidade de sua expansão – ou não – dentro do mesmo.

4.5 A pesquisa de campo: análise e resultados

Embora nos tenhamos baseado na análise de conteúdo como método de pesquisa e de análise dos dados coletados em entrevistas semiabertas, nos encontramos diante da necessidade de criar um critério próprio, adequado à nossa pesquisa que, como referimos anteriormente, emergiu em toda a sua complexidade. Para verificarmos nossas hipóteses – presença do ágape como MCSG na EdC e o ágape como possível propulsor da expansão da EdC para além de suas fronteiras – percebemos a necessidade de efetuar um cruzamento de dados classificados em três eixos: categorias e subcategorias, temas-eixo e temas inferidos.

As categorias e subcategorias dizem respeito ao ágape e suas declinações enquanto categoria de análise e como valor semântico presente nas comunicações, ou seja, nas nossas unidades de registro¹²³. Os temas-eixo foram inferidos das perguntas feitas nas entrevistas e funcionam como referentes, ou seja, como temas-base ao redor do qual o discurso se organizou. Os temas inferidos são, justamente, a presença de comunicações com valor agápico identificados em nossas unidades de registro (em frases ou em trechos das entrevistas). Os temas inferidos, assim como o ágape, possuem declinações, ou seja, a partir da inferência de enunciados agápicos, reunimos temas semelhantes em um único tema inferido. Identificamos por exemplo, centralidade da pessoa como um dos temas inferidos e neste estão incluídos: formação, desenvolvimento, qualificação, resgate, serviço, vulnerabilidade, valor em si (da

¹²³ A classificação do ágape e de suas declinações enquanto categorias foi demonstrada por nós, acima (p. 149-153). Ver também Esquema 1 (p. 166-167).

pessoa). Damos, portanto, início à demonstração de nossa pesquisa apresentando um quadro categorial que indica os temas inferidos em relação com as categorias declinadas de ágape. A seguir, apresentamos os temas-eixo¹²⁴.

Quadro 1 – Correspondências entre temas e subcategorias

Temas inferidos	Subcategorias
Centralidade da pessoa Formação-desenvolvimento-qualificação-resgate-serviço-vulnerabilidade-valor em si	Motivação valorativa
	Universalidade
	Gratuidade
	Concretude
	Alteridade
	Reciprocidade
Relacionamentos Vínculos sociais Felicidade-satisfação dos funcionários-relações de amizade-relação agápica-confiança-diálogo-retorno não comercial-relacionamento entre sócios, com funcionários e concorrência – valores relacionais	Motivação valorativa
	Universalidade
	Gratuidade
	Alteridade
	Reciprocidade
Realização pessoal Resposta a uma expectativa pessoal	Motivação valorativa
Proximidade Com padrões-copresença ou não; diálogo-relações pessoais/impessoais	Universalidade
	Alteridade
Padrão de comportamento Normatização-partilha-transmissão de conhecimento (Know-how)-legalidade-ética-fiscal-justiça-honestidade-idade - testemunho do amor cristão-equilíbrio-cuidado com	Motivação valorativa
	Universalidade
	Gratuidade
	Concretude
	Reciprocidade

¹²⁴ Dado o extenso volume de material coletado e da consequente possibilidade de extrairmos um elevado número de modelos (unidades de registro), não inserimos todos eles no corpo da nossa tese. No entanto, ressaltamos que nossas conclusões se baseiam no conjunto dos dados coletados e não apenas nos modelos aqui demonstrados. Parte deste conjunto de material e as etapas da pesquisa estão demonstradas nos anexos. Ademais, trabalhamos com análise temática qualitativa e não quantitativa, o que funda a inferência na presença do índice (tema, palavra) e não na frequência de aparição do mesmo (Bardin 1979: 105)

Temas inferidos	Subcategorias
ambiente-princípios da EdC	Gratuidade
	Concretude
	Alteridade
	Concretude
Performance administrativa Funcionário-qualidade-cliente- melhorias	Concretude
Espiritualidade Comunhão-carisma da unidade- relacionamento com Deus- formação-perdão-recomeçar- partilha-o outro como referência- respeito-hierarquia valoriza o outro-fazer-se um-perseverança	Motivação valorativa
	Universalidade
	Gratuidade
	Concretude
	Alteridade
	Reciprocidade
Amor (que excede) Exclui o princípio de equivalência - concreto-gerativo- motivação-pessoal-ao irmão [outro]-dom	Gratuidade
	Concretude
	Alteridade
	Reciprocidade
Alternativa econômica Nova visão/proposta- influir no social-solução para disparidade social-lucro (fim não absoluto- social)	Motivação valorativa
	Gratuidade
	Concretude
Atuação universal Possibilidade-dirigido a todos- vivido por todos; independente da crença religiosa	Universalidade
Extensivo Transmissão dos valores EdC- difusão cultural-transforma realidade Influência visão de mundo-influência cultural	Motivação valorativa
	Concretude
	Reciprocidade

Os temas-eixo, por nós utilizados e extraídos das perguntas feitas durante as entrevistas são:

- Adesão à EdC

- Características de uma empresa EdC
- Benefícios (proporcionados pela adesão à EdC)
- Influência externa
- Situações adversas (soluções de dificuldades e situações de conflito)
- Prioridades em situação de crise
- Lacunas (da EdC na sua concretização)

Há ainda a subdivisão por grupos: empresários, funcionários, outros, subdivisão que colaborou na execução da análise e na verificação dos resultados.

Passamos então, a partir de modelos (unidades de registro) a demonstrar a presença de temas das comunicações que refletem o ágape como MCSG em relação com os temas inferidos, categorias e temas-eixo. Conforme dito anteriormente, oferecemos modelos, exemplos, sem exaurir todas as possibilidades de cruzamento possíveis, bem como não utilizando todo o material selecionado e classificado durante o trabalho de análise¹²⁵. Ademais, dividimos a apresentação dos modelos segundo duas perspectivas: a primeira, e mais extensa, nos levou a inferir e a demonstrar a presença de indicadores e índices com valor agápico; a segunda nos levou a inferir, por meio de registros mais longos, o processo comunicativo identificado em algumas das falas, como possível comprovação de nossa tese.

Uma primeira observação importante é que no grupo empresários todos são membros do Movimento dos Focolares, portanto, aderiram à espiritualidade da unidade antes do surgimento da EdC ou antes da adesão à EdC. Este elemento é essencial, pois vai ao encontro do pressuposto de que a EdC é um meio de a religião influir em âmbitos não religiosos, na sociedade secularizada, e que o ágape atua como MCSG a partir do momento em que se dá a adesão ao MF e à EdC com a consequente atuação social pautada nos princípios (ou nas comunicações) típicos da espiritualidade. Por esta razão, na perspectiva dos empresários, o ágape como meio de comunicação simbolicamente generalizado pode ser visto mais como elemento propulsor da EdC, de sua concretização e difusão, uma vez que ao aderir à espiritualidade da unidade, procuram pautar suas seleções/escolhas/ações fundamentalmente na prática do amor e do amor agápico. Na perspectiva dos funcionários, cuja maioria não é membro do Movimento dos Focolares, podemos verificar que o ágape como MCSG é percebido mais como comunicação de alter (empresários ou da EdC enquanto sistema), que provoca

¹²⁵ Uma amostra deste material de trabalho se encontra nos Anexos A, B, C, D e E.

determinado tipo de resposta. Para os empresários, podemos estabelecer uma inferência nítida e confiável para eles, ágape como MCSG resulta da relação entre Movimento dos Focolares (sistema religioso) e empresários (sistema psíquico), introduzido na EdC mediante dois tipos de relação: entre empresários e demais participantes das comunicações que se estabelecem (funcionários, clientes, fornecedores, etc.) e entre empresários e a EdC entendida como sistema. Todas essas relações se dão como interpenetração. Resta compreender se esta relação intrasistêmica possui força de expansão, isto é, como se dá a relação entre a EdC e o sistema econômico – a EdC entendida como sistema parcial da economia.

Nos modelos apresentados, os índices e/ou indicadores estão marcados em itálico em cada uma das unidades de registro. A expressão entre colchetes colocada ao lado dos índices e indicadores correspondem ao tema (ou temas) inferido(s) separados por hífen acompanhados pelo significado atribuído ao tema inferido, na forma de subtema, indicado entre parênteses. A seguir vem a categoria. Eventuais co-ocorrências de categorias são indicadas logo após, também separadas por hífen. Ao lado das categorias, entre parênteses, vem colocado o valor semântico atribuído à categoria. Após a categoria vem indicado o tema-eixo e, a seguir, o grupo do entrevistado. Todas essas tipificações são separadas pelo sinal /, segundo a fórmula: [tema inferido (subtema)/categoria (valor semântico inferido)/tema-eixo/grupo]. Consideramos fundamental ratificar que todos os temas inferidos e categorias são expressões ou derivações da categoria geral ágape, portanto, do amor, inclusive o tema inferido amor, que foi por nós individualizado por ter sido localizado como termo pronunciado pelos entrevistados. Os números entre parênteses no final de trecho (frase ou expressão) identificam o entrevistado de acordo com numeração estabelecida arbitrária e aleatoriamente por nós. Exemplo de classificação:

Modelo: vou começar a trabalhar isso também, *vou começar a ajudar, servir primeiro em vez de ser servida*. [**extensivo (difusão cultural)/concretude (extensivo: leva o outro a amar)/característica empresa EdC/funcionários**] (12-2)

Quadro 2 – Explicação detalhada do modelo

“vou começar a ajudar, servir primeiro em vez de ser servida”.	<i>Índices e/ou indicadores</i>
Extensivo (difusão cultural)	Tema inferido (subtema)
/	Divisão entre eixos de análise
Concretude (extensivo: leva o outro a amar)	Categoria (valor semântico inferido)
/	Divisão entre eixos de análise
Característica empresa EdC	Tema-eixo
/	Divisão entre eixos de análise
Funcionários	Grupo de entrevistados
(12-2)	Identificação do entrevistado

Os textos foram transcritos com fidelidade ao modo de falar dos entrevistados, portanto, mantendo eventuais erros gramaticais e de ortografia. Optamos por não utilizar o símbolo “(sic)” para identificar tais incorreções para não incluir outra informação dentro dos trechos selecionados, uma vez que esta é de caráter geral.

4.5.1 Primeira perspectiva de análise: inferência e demonstração da presença de indicadores e índices - unidades de registro - com valor agápico

Como ponto de partida para análise, optamos por utilizar os temas-eixo, justamente por cumprirem a função de referentes. Como afirmamos anteriormente, os temas-eixo foram inferidos a partir das perguntas feitas nas entrevistas. Ora, as perguntas tiveram por objetivo colher a presença do ágape na percepção tanto dos empresários quanto dos funcionários das empresas EdC, a fim de confirmar ou refutar a possibilidade de o ágape atuar como MCSG.

A fim de alcançar este objetivo, fizemos perguntas indiretas. No que diz respeito às características, por exemplo, aos empresários, fizemos perguntas relacionadas à

missão da empresa, quais seriam os princípios da EdC que orientam a atuação da empresa, como se dá a relação com a concorrência, com os fornecedores, quais seriam as diferenças entre uma empresa EdC e uma que não é de EdC. Aos funcionários, perguntamos, sobretudo, o que é para eles trabalhar em uma empresa EdC, se percebem diferença entre uma empresa EdC e uma outra que não é EdC, como é a relação entre proprietários, dirigentes e funcionários, como é o ambiente de trabalho.

4.5.2 Grupo de modelos 1: adesão à EDC

Começamos por analisar a presença de indicadores e índices com valor semântico de ágape no que tange à adesão à EdC, que diz respeito somente aos empresários¹²⁶.

Como demonstramos em nossa dissertação (Cruz 2009), é possível considerar o surgimento da EdC como resultado da relação intersistêmica MF (enquanto sistema religioso) e o sistema econômico. Neste caso, levantamos o pressuposto de que o sistema econômico enviou uma perturbação (*output*) ao sistema MF, ou seja, a sinalização do problema da desigualdade social provocada e não resolvida pelo sistema econômico, o que exigia uma resposta. “A resposta começou a ser buscada no sistema religioso, isto é no interior do MF (logo a partir de suas próprias comunicações): *falta o amor ao irmão; que caricatura o mundo sem Jesus*” (Cruz 2009: 97).

Deu-se início a um processo comunicativo no interior do MF fundamentado nos elementos da espiritualidade da unidade como tema das comunicações. Deste sistema de interações, é possível verificar o surgimento da EdC.

A inovação – EdC – surgiu no interior do MF, dentro de um sistema de interações, extrapolando-o, fixando-se primeiramente no sistema MF, comprovando a tese de Luhmann, segundo a qual é no nível da interação que acontece uma pré-seleção, uma primeira confirmação de que a inovação é possível. (Cruz 2009: 102)

¹²⁶ Para facilitar a compreensão da análise e dos modelos por nós apresentados, sintetizamos alguns dos conceitos por nós utilizados como instrumentos de análise: índice-menção explícita de um tema numa mensagem; indicadores-presença de expressões relacionadas com o valor semântico do tema central ágape expressos diretamente ou indiretamente; unidade de contexto, ou corpus da pesquisa- conjunto das entrevistas realizadas; unidades de registro – frases ou trechos de falas que indicam a presença do tema pesquisado, no caso o ágape, ou expressões agápicas; tema-recortes em nível semântico, utilizados como unidades de registro.

Portanto, historicamente, a adesão à EdC está vinculada à adesão ao MF, uma vez que os primeiros empresários que deram início à Economia de Comunhão eram membros do MF. Portanto, neste primeiro grupo de modelos percebemos, justamente, que a adesão à EdC pode ser entendida como resposta a um *input* recebido no sistema MF, resultado de uma relação intrasistêmica: diante da situação de desigualdade social e do fato de haver inclusive entre os membros do MF pessoas em situação de pobreza, o carisma da unidade, ou seja a sua espiritualidade que, entre outros aspectos, comportava a comunhão dos bens em nível pessoal, impulsionou e impulsiona a resposta para a direção da adesão à EdC:

- A motivação a gente tem dentro da gente dentro *das coisas do ideal*¹²⁷, os valores **[espiritualidade (carisma da unidade)/motivação valorativa (justificativa das escolhas)/adesão à EdC/empresário]**, né. (5)
- Mas sabe quando você sente que você tem *uma missão!* **[espiritualidade (carisma da unidade)/motivação valorativa (justificativa das escolhas)/adesão à EdC/empresário]** (1-1)
- Né, a *minha escolha de Deus* **[espiritualidade (relacionamento com Deus)/motivação valorativa (justificativa das escolhas)/adesão à EdC/empresário]**, sabe? Senão não faria! (6-2)

No entanto, embora a grande maioria dos empresários sejam membros do MF, sobretudo no Brasil, contexto cultural, social e religioso no qual a EdC surgiu, há quem aderiu à EdC sem ser membro do MF. Nesta próxima fala percebemos que a adesão foi feita à EdC e não ao MF, embora a EdC seja uma expressão do MF:

- Porque a gente vê um capitalismo muito ainda, aqui, na realidade de hoje, um capitalismo muito acirrado, assim e a EdC é aquilo que vem ... *é a economia do dar e não do ter* **[alternativa econômica(nova proposta)/motivação valorativa (justificação das escolhas)/adesão à EdC/empresário]**, então *quando eu conheci a EdC* eu era recém-formada e vim trabalhar em uma empresa de EdC e aí foi tudo novo pra mim e eu me encantei logo de início. (11-2)

Ademais a resposta comunicativa do agente social se deu não somente a um *input* recebido diretamente da espiritualidade – uma economia do dar – mas também do sistema econômico: “Porque a gente vê um capitalismo muito ainda, aqui, na realidade de hoje, um capitalismo muito acirrado, assim e a EdC é aquilo que vem ... é a economia do dar e não do ter”.

¹²⁷ Ideal. Termo utilizado pelos membros do MF para indicar a espiritualidade. Este uso tem origem no fato de o carisma ter surgido de uma primeira compreensão de Deus como Amor e como único ideal pelo qual vale a pena viver: “Existirá um ideal que não morre, que nenhuma bomba pode destruir, ao qual possamos nos dedicar por completo?”. Existe sim. É Deus” (Lubich 2003c: 42-43).

Também para aqueles que receberam o *input* do MF, portanto do sistema religioso, vale a inferência de que houve um *input* do sistema econômico contemporaneamente, cuja resposta foi a adesão à EdC.

- Quando surgiu a Economia de Comunhão, foi *é redescobrir a forma de estar ajudando os pobres*. [**alternativa econômica (nova visão)/concretude (unilateral, parte do amante em direção ao amado: concretiza-se em atos)/adesão à EdC/empresário**] (6-1)
- Que tinha essa *ânsia pra ser uma resposta a esta disparidade do Brasil*. [**alternativa econômica (solução para disparidade social)/concretude (unilateral, parte do amante em direção ao amado: concretiza-se em atos)/adesão à EdC/empresário**] (9-2)
- *Levar à economia ao aspecto da comunhão*. [**extensivo (difusão cultural)/concretude (ação agápica-transforma a realidade)/adesão à EdC/empresário**] (10)
- Fiquei encantada com a possibilidade de *através do trabalho incidir no social*. [**extensivo (transmissão dos valores EdC)/concretude (ação agápica-transforma a realidade)/adesão à EdC/empresário**](1-1)

Partindo do princípio de que ágape é a categoria geral de nossa análise e que atua como MCSG ao orientar as seleções/escolhas/ações dos agentes sociais na EdC, as seguintes falas nos apresentam indicadores e índices que expressam, com maior definição, esta presença semântica de ágape como propulsora da adesão à EdC e confirmam esse princípio:

- Descobrimos, pai! Nós *podemos, né, por amor, com o amor!*¹²⁸, [**amor que excede (motivação pessoal)/gratuidade (busca o bem do outro pessoal e social)/adesão à EdC/empresário**] (11-1)
- E nesse daí *é essa visão nova* [**alternativa econômica (nova visão)/motivação valorativa (justificação das escolhas)/adesão à EdC/empresário**] que a EdC apresenta para nós empresários é o que, *é o motor principal* pra você tocar uma empresa se você vive *os princípios da EdC* [**padrão de comportamento(princípios de EdC)/motivação valorativa (justificação das escolhas)/adesão à EdC/empresários**] você consegue se *realizar como empresário* [**realização pessoal/resposta a uma expectativa pessoal/motivação valorativa/adesão à EdC/empresário**], como pessoa humana, e *realiza os que estão trabalhando com você* [**amor que excede (o outro)/gratuidade (busca o bem do outro social e pessoal)/adesão à EdC/empresário**] (1-2)
- Não só pelos pobres, *mas esse amor pelo irmão, né!* Eu acho, né! Pelos pobres nasceu, pelos mais necessitados, no dia-a-dia, mas eu acho que *tudo pelo amor ao irmão!* [**amor que excede (o outro)/gratuidade (encontra razão em si mesmo)/adesão à EdC/empresário**]. *Nunca esperar o retorno!!!* [**amor que excede (exclui o princípio de equivalência)/gratuidade**

¹²⁸ Considerando a unidade de contexto, esta expressão se refere à descoberta de que era possível colaborar na solução dos problemas sociais mediante a prática do amor: “E a gente via com muita tristeza minha família passar, via com muita tristeza toda essa diferença social! E quando Chiara... quando conheci o Ideal em 1971, 1970, se eu não me engano, o que é que mais me tocou o coração foi o lema “Que todos sejam um”. Aquilo veio pra mim assim fabulosamente... Eu cheguei em casa e falei assim pra meu pai: “Descobrimos, pai! Nós podemos, né, por amor, com o amor!” Não como eu fazia, eu faia de uma outra forma, vamos dizer, com a minha rebeldia contra aquele sistema eu agia de uma forma quase que agredindo, agredindo mesmo! E quando Chiara lançou, depois, em 91 a EdC eu falei: “É agora! É aqui, né!” (Unidade de registro 11-1)

(exclui o princípio de equivalência)/adesão à EdC/empresário]É. Eu Nunca espero! Quando vem é o cêntuplo!¹²⁹ Né! Mas normalmente vem! (6-2)

- Olha, é essa coisa, essa realidade que a gente sempre viveu como cristão engajado que nos levava a amar o próximo, então fazia com que eu tivesse a solidariedade para com os outros. Então sempre me moveu desde jovem a isso, né?, *Esse partilhar, esse distribuir, esse estar ao lado, né*. Então quando Chiara lançou essa novidade então imediatamente a gente... eu já comecei a pensar: "o que é que eu posso fazer?" **[amor que excede (motivação)/concretude (concretiza-se em atos)-gratuidade(encontra razão em si mesmo)/adesão à EdC/empresário]** (6-1)

Desta última fala, consideramos pertinente destacar a relação entre o cristianismo que leva a amar o próximo, o amor (cristão) que leva à solidariedade. Isto porque coloca o amor e a solidariedade em duas posições distintas, porém considerando a solidariedade como oriunda do amor, portanto uma sua expressão. Esta percepção do agente social colabora na confirmação de que o amor (ágape) pode ser considerado uma categoria de análise ao lado da solidariedade, ou seja, como categorias que não se excluem e não se substituem, mais ainda, que o ágape pode acrescentar sentido (valor semântico agápico) à própria solidariedade, como procuramos demonstrar no terceiro capítulo de nossa tese.

Retomando o percurso histórico da EdC podemos, metodologicamente, definir algumas etapas. Primeiramente a elaboração, o lançamento da proposta¹³⁰, e a adesão dos primeiros empresários EdC, seguida de sua concretização e da sua difusão como cultura e prática.

Os próximos modelos que apresentamos referem-se, justamente à concretização da EdC e à sua difusão. Dentro do amplo espectro da concretização da EdC tratamos das características de uma empresa EdC de um modo geral, dos benefícios, das situações adversas e das prioridades assumidas em uma situação de crise.

¹²⁹ Referência ao cêntuplo prometido por Jesus no Evangelho: “E todo aquele que por minha causa deixar irmãos, irmãs, pai, mãe, mulher, filhos, terras ou casa receberá o cêntuplo e possuirá a vida eterna”. (Mt 19, 29)

¹³⁰ Tal processo, analisado de acordo com a Teoria dos Sistemas Sociais, pode ser aprofundado na dissertação de mestrado CRUZ, Iracema Andréa Arantes da. 2009. *No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann*. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

4.5.3 Grupo de modelos relativos à concretização da EdC

Como resultado de nossa análise, concluímos que a concretização da EdC possui uma relação direta com quase todos os temas-eixo por nós identificados. Deixamos à parte o tema-eixo adesão à EdC, porque entendemos a adesão como decisão que antecede à concretização por parte do empresário que, primeiro decide aderir e, somente depois da adesão passa a colaborar na concretização da EdC. Ou seja, consideramos a adesão um ato pessoal, enquanto que consideramos a concretização um ato coletivo. Neste sentido, a adesão acontece antes da concretização, embora já exista a EdC, enquanto concretização coletiva (sistêmica) na qual o empresário se insere a partir do momento em que decide aderir à proposta. Além do tema-eixo adesão, localizamos fora do âmbito da concretização da EdC o tema-eixo lacunas, porque as lacunas que emergiram indicam situações de desvio em relação às unidades de registro apresentadas como modelos que demonstram a possibilidade da presença do *ágape* como MCSG na EdC, portanto julgamos pertinente analisá-lo separadamente. Os temas-eixo por nós colocados dentro do espectro concretização da EdC são: (1) características de uma empresa EdC, que indicam o modo de atuação de uma empresa EdC; (2) benefícios (proporcionados pelo fato de uma empresa atuar de acordo com os cânones da EdC); (3) influência externa; (4) situações adversas, que indicam o modo como situações de dificuldades e de conflitos são enfrentados; (5) prioridades em situação de crise.

Ao verificarmos a concretização da EdC, retomamos o pressuposto de que a religião como prestação consiste, justamente, na tomada de posição da mesma ao resolver problemas gerados em outros sistemas que não foram solucionados por eles, por meio da *diaconia*, ou seja, quando um determinado sistema se coloca a serviço de um outro para colaborar na solução de um problema que ele mesmo não consegue resolver. Como já referido, este é o prisma por meio do qual procuramos fazer uma leitura da concretização da EdC. Afirma Luhmann: “Nos termos conceituais que propusemos isso significa que diminui a orientação à função¹³¹ e aumenta aquela relativa

¹³¹ O termo função refere-se à classificação elaborada por Luhmann (1991: 57-58) ao tratar dos tipos e relações que um sistema pode estabelecer: Quando o sistema interage com o sistema social global (a sociedade), o faz na forma de função. Quando interage com o ambiente social interno (com um sistema específico), o faz na forma de prestação (serviço ou *diaconia*), e quando interage consigo, o faz na forma de reflexão.

à prestação. [...] Este deslocamento de acentuação representa, com certeza, a mais importante consequência específica da secularização” (Luhmann 1991: 247).

Na relação da religião com o ambiente social interno, as prestações subsistem somente se são assumidas e reelaboradas por esses outros sistemas (Luhmann 1991: 60). Esta observação de Luhmann é basilar, pois, ainda de acordo com a Teoria dos Sistemas Sociais, a religião, ao prestar um serviço, deve conformar-se às estruturas normativas e aos limites de capacidade dos sistemas que assumem tal serviço (ibidem: 60), mas este conformar-se pode não significar obrigatoriamente que ao “pensar a partir do outro” (Luhmann 1991: 60), isto é, ao “perder-se” na lógica do sistema ao qual se presta a diaconia, a religião não produza, mediante o mecanismo de *input* e *output*, transformações, inclusive no sistema que recebe a prestação. Defendemos a tese de que, no caso da EdC, essas transformações podem ocorrer mediante a transmissão e criação de novos meios de comunicação simbolicamente generalizados vinculados, de alguma forma, ao sistema religioso, no caso, o ágape, introduzido no sistema econômico. Bruni afirma que a EdC, e outras empresas que podem ser consideradas civis¹³² (Bruni 2005: 36-38), “introduzem no mercado a reciprocidade não-instrumental, a equidade, a dádiva e a cooperação” (Bruni 2005: 23), categorias que compreendemos como possíveis declinações de ágape.

Damos, portanto, continuidade à nossa verificação de indicadores e índices agápicos em nossas unidades de registro, de acordo com os temas-eixo relacionados à concretização da EdC.

4.5.3.1 Grupo de modelos 2: características de uma empresa EdC

O tema-eixo característica de uma empresa EdC foi o que ofereceu um maior volume de unidades de registro com valor agápico, tanto que, com o intuito de facilitar a compreensão, apresentamos tais modelos subdivididos de acordo com os temas

¹³² Falaremos sobre economia civil no próximo capítulo, no entanto, adiantamos que se trata de um modo de pensar a economia que tem suas raízes no período medieval cristão e no humanismo civil italiano, especialmente do século XVIII. O centro deste pensamento é “olhar a experiência da sociabilidade humana e da reciprocidade *dentro* da vida econômica normal; nem ao lado, nem antes, nem depois. Ela afirma que os princípios *outros*, que não o lucro e a troca instrumental, podem – querendo – encontrar espaço *dentro* da atividade econômica” (Bruni 2005: 19-20).

inferidos, diversamente do modo como apresentamos os outros modelos relacionados aos temas-eixo: adesão à EdC, benefícios, influência externa, situações adversas, prioridades em situação de crise.

O fato de o tema eixo características de uma empresa EdC ter sido o que mais ofereceu elementos é compreensível, dado que é das relações que se dão na cotidianidade que podemos inferir com maior clareza como acontecem as seleções/escolhas/decisões/ações dos agentes sociais.

Ainda no âmbito das características de uma empresa EdC, inferimos os seguintes temas: espiritualidade, centralidade da pessoa, cooperação, proximidade, padrão de comportamento, extensivo, amor que excede, atuação universal, alternativa econômica. Reiteramos que ao longo de nossa análise nos deparamos com a dificuldade de mensurar e identificar o que é ágápio, dado que o amor possui um elevado grau de subjetividade. No entanto, tal subjetividade torna-se fatural, concretiza-se, justamente em escolhas, em decisões e em percepções. Portanto, a nossa análise de caráter temático se propôs justamente a inferir a atuação do ágape como MCSG capaz de tornar o amor fatural. Confirmamos empiricamente que o ágape pode conferir a outros tipos de percepções ou categorias como, por exemplo, a cooperação, um valor adjunto, pois admitimos que é possível haver cooperação em um ambiente de trabalho motivada apenas pelo interesse comum de se alcançar um objetivo válido e útil para todos. Ora, nas empresas EdC, este interesse comum não está ausente, mas a este se acrescenta o fato de que, por deixar-se orientar pelo ágape, esta cooperação pode alcançar um grau de alteridade, de gratuidade, de universalidade, de reciprocidade mais elevado, de acordo com a escala de Sorokin, segundo a qual o amor pode variar do não amor à medida máxima do amor¹³³. Este pressuposto vale para o conjunto de nossa análise no que diz respeito ao ágape como categoria de análise e suas categorias secundárias, aos temas inferidos e aos temas-eixo.

O tema inferido **espiritualidade** é recorrente na fala dos entrevistados também no que diz respeito à concretização da EdC e não somente em relação à adesão. Este fator confirma um dos aspectos da espiritualidade da unidade que procuramos demonstrar no capítulo segundo, ou seja, que a espiritualidade da unidade faz com que a crença, a fé, se concretize no dia a dia, transformando-se em atos, em decisões. Uma

¹³³ Cf. Capítulo 3.

espiritualidade que orienta a ação – de quem a ela adere e busca vivenciá-la – não somente no campo religioso, mas em todas as esferas da sociedade e, no caso específico de nossa pesquisa, no sistema econômico¹³⁴.

- Eu sinto assim, ó, é possível, é possível *construir uma empresa com os valores da Economia de Comunhão*, que se apega na Economia de Comunhão, *que seriam os valores do MF. Que a gente poderia sintetizar na arte de amar.* [**espiritualidade (carisma da unidade)/motivação valorativa (ações baseadas em valores)/características empresa EdC/funcionário**] (3.1)
- Então, eu diria que essa missão se resumiria... é uma missão... De ser uma prestadora de serviço, a gente é sempre uma prestadora de serviço, porque fornece pão, faz com que as pessoas passem e possam ter uma alimentação saudável, gostosa, farto, tudo isso. *Mas esta missão de dar eu diria esperança, uma palavra de amor* [**espiritualidade (carisma da unidade)/concretude (ama o próximo no momento presente-humanidade concreta**¹³⁵/característica empresa EdC/empresário] (4-1)
- Humm... É.. Às vezes as pessoas, esse amor, assim, fala, amor, deturpa um pouco né, mas *é, essa escolha que você, todos os dias levanta e... Vê uma oportunidade a mais, né, é, pode ser, mas a palavra puro, amor puro! Pode ser colocado! Não só sentimento!* [**espiritualidade (perseverança/amor que excede (dom)/gratuidade (encontra razão em si mesmo)/característica empresa EdC/empresário**] Aquilo que vem lá do fundo, *que realmente custa! Não é fácil!* [**amor que excede (dom)/gratuidade (capacidade de sacrifício)/característica empresa EdC/empresário**] Mas quando você consegue, *vem o retorno!* Sem que você espere! *Você não faz pra ter o retorno, mas é, é, automático!! Existe o retorno!* [**amor que excede (dom)-relacionamentos (retorno)/gratuidade (não se deixa condicionar)-reciprocidade (cria relação agápica)/característica empresa EdC/empresário**] (6-2)

Nesses modelos apresentados ressaltamos a presença da espiritualidade nas seguintes unidades de registro:

- *Construir uma empresa com os valores da Economia de Comunhão.[...] que seriam os valores do MF. Que a gente poderia sintetizar na arte de amar*¹³⁶.

¹³⁴ Cf. Capítulo 2: 77-92.

¹³⁵ Para resumir o conceito de humanidade não abstrato, mas reconhecido em cada pessoa concreta, categoria derivada de concretude, utilizamos nos modelos a expressão humanidade concreta.

¹³⁶ A busca de orientar a atividade empresarial de acordo com os pontos da arte de amar provocou a realização de um curso ministrado por membros da EdC em empresas que não aderem à EdC, mas cujos empresários se interessaram e decidiram orientar a própria atividade empresarial de acordo com os princípios da arte de amar: “Então nós já fizemos duas experiências, não é, onde apresentamos a arte de amar em sete pontos e mais uma introdução, ao todo oito aulas. E à medida que fizemos isso daqui, fizemos com dois empresários do interior, que possuem supermercado e uma loja de roupas para crianças, infantis, então ao todo fizemos uma primeira experiência pra 70 funcionários, não é! E foi muito bem recebida, essa experiência! [...]Um dos pontos que nós apresentamos é era assim, não é, amar ao outro como a si mesmo. Este é um ponto da arte de amar, ou seja, não fazer aos outros aquilo que você não gostaria que fizesse com você, ou fazer ao outro o que você gostaria... É a chamada regra de ouro! Bom. Muito bem, No mês seguinte, voltando para um novo curso, quando abrimos para o momento, não é, para este momento de comunhão e tal, uma menina se levantou vermelha, tremia, não é, e disse assim, olha: ‘Eu gostaria, em público, de pedir desculpas’ – e falou o nome da outra menina que estava ali presente, não é – ‘Você não está sabendo de nada, mas eu quero pedir desculpas! Porque quando eu via. Né, nesse mês, que eu falei mal de você para uma outra colega. Depois me senti muito mal, porque me lembrei que eu não gostaria que ninguém fizesse isso comigo! Então agora eu quero pedir desculpas publicamente pra você’ – e se abraçaram, pediram desculpas! Um outro ponto da arte de amar e é aquele que vira assim de ponta cabeça qualquer critério, entendeu, qualquer compreensão, qualquer lógica, é amar o inimigo. E então uma, um, uma funcionária, também assim com muita dificuldade, veio dizer, ‘Olha, eu tive, me

- *Mas esta missão de dar eu diria esperança, uma palavra de amor.*
- *É, essa escolha que você, todos os dias levanta e... Vê uma oportunidade a mais, né, é, pode ser, mas a palavra puro, amor puro! Pode ser colocado! Não só sentimento!*

Ademais, com base nesses modelos, nos remetemos ao fato de que por meio do trabalho se pode vivenciar o ágape e, simultaneamente, o ágape pode orientar as seleções/escolhas/decisões/ações no campo do trabalho, conferindo sentido agregado ao ato de trabalhar. Outra inferência possível é a de observar o ágape na sua característica de tornar relações impessoais e anônimas – como as que geralmente se dão no mercado – em relações próximas, nas quais o outro possui um rosto, um nome, valor em si¹³⁷.

A centralidade da pessoa, segundo tema-inferido do qual apresentamos modelos, nos remete à questão da alteridade, na qual enfatizamos o fato de que o outro se torna referência, um fim em si e não um meio para se alcançar um dado objetivo, portanto ressalta o valor da pessoa nas relações econômicas como valor preponderante.

- Então, por exemplo, teve um cliente que fez uma compra, fechamos a compra, estava tudo pago. Quando eu fui acertar e eu fui pagar o fornecedor, o meu fornecedor, ele falou: "ah, você teve aqui um desconto, porque você pagou nesse período enquanto você fez o pedido e fez o pagamento final entrou uma promoção, então você tem direito aqui a um desconto especial." Eu peguei aquele desconto e dei... Devolvi para o cliente. Porque não era... Era uma compra que eu tinha feito, podia ter ficado comigo. Então assim, coisas desse tipo, né? É uma forma de a gente também... É uma coisa ética, mas poderia ter ficado muito bem comigo, né? Então *também é uma forma de tratar com respeito, com amor o meu cliente* [**centralidade da pessoa/amor que excede (dom)/gratuidade (busca o bem do outro pessoal-social)-concretude (concretiza-se em atos)/característica empresa EdC/empresário**] (6-1)
- É diferente, é diferente! Eu vim de um mercado muito arrojado, bem arrojado, onde na verdade se visa muito o financeiro, né, você está ali pra ganhar, pra ganhar, pra ganhar... Em vez aqui não, aqui tem um algo mais. [...] Aqui na E¹³⁸ é super diferente, desde o início, porque vim de um o mercado super arrojado onde trabalhava com taxas e se visa o financeiro. Aqui não, *o que a gente quer é o bem-estar do outro, o crescimento do outro, não que ele fique na nossa dependência.* [**centralidade da pessoa (desenvolvimento)/gratuidade (tensão ao amor**

inspirei nessa proposta e resolvi dar um passo: fui visitar um irmão meu que está preso em uma penitenciária, o qual que eu não queria mais ver, porque causou muitos problemas para nossa família, muito sofrimento! E até mesmo, ainda bem que está preso! Mas é um irmão meu! E além do mais ele estava sofrendo muito porque desejava ver a sua filhinha que mora conosco em casa. Então... Eu ainda a levei, para que ele pudesse matar saudades da filha...'. Então, são fatos assim, coisas simples, entendeu, mas que é, então, essa nossa proposta é para desenvolver relacionamentos que é a forma, é a qualidade da nossa comunhão depende da forma como nós nos relacionamos!" (Unidade de registro 5-2). Consideramos importante incluir esta narrativa por acreditarmos que esta comprove a dimensão expansiva do ágape bem como a sua concretude.

¹³⁷ Cf. Capítulo 2: 71-72, e Capítulo 3: 111-112.

¹³⁸ Com o intuito de manter sigilo sobre a identidade dos entrevistados, todas as vezes em que nomes foram citados na falas, os substituímos pela letra P (se houve citação de mais um nome em um único trecho, utilizamos P2, P3...). Quando houve citação do nome da empresa, substituímos por E. e quando houve citação de cidade, em casos que tal citação leva à identificação do estabelecimento comercial, substituímos por C.

agápico total¹³⁹)-concretude (ama o próximo no momento presente)/característica empresa EdC/funcionário] (12-2)

- Não!! Ou você entra no esquema... Mas não nos esquemas... Dentro do positivo! Porque tem algumas coisas que não são viáveis, aí não é o caso, não é! Mas você pode exigir! *O ser humano...* a gente sempre pode dar mais, sempre pode produzir mais. E produzindo pra redimensão da pessoa, porque ela também se realiza quando ela vê que consegue. Não é só pela produção! Pela produção, mas também para a realização! *Esse é o ponto: a produção, mas a realização do ser humano, da pessoa que está ali na minha frente!! Não é um funcionário, é um ser humano! Entende... Tem que ser respeitado, tem que ser visto no um no todo, né, não só como alguém que pode produzir! Isso é bacana!! [centralidade da pessoa (valor em si)/concretude (ama o próximo no momento presente-concretiza-se em atos)/característica empresa EdC/empresário] (1-2)*

Nesses modelos, ressaltamos a centralidade da pessoa nas seguintes unidades de registro:

- *Também é uma forma de tratar com respeito, com amor o meu cliente*
- *Vim de um o mercado superarrojado onde trabalhava com taxas e se visa o financeiro. Aqui não, o que a gente quer é o bem-estar do outro, o crescimento do outro, não que ele fique na nossa dependência.*
- *Esse é o ponto: a produção, mas a realização do ser humano, da pessoa que está ali na minha frente!! Não é um funcionário, é um ser humano! Entende... Tem que ser respeitado, tem que ser visto no um no todo, né, não só como alguém que pode produzir!*

Passamos ao terceiro tema inferido, **cooperação**, termo que indica relação constituída em função de um fim comum, portanto, a cooperação nos leva a inferir que as empresas de EdC buscam ser uma construção coletiva, começam a criar formas de governança compartilhada, isto é, que consideram a participação ativa dos colaboradores como protagonistas, mentores e não apenas executores. Ademais, a cooperação gera a reciprocidade, portanto é expansiva, desde que, motivada pelo ágape e não pela satisfação de interesses privados, pois o ágape orienta ao bem comum, busca o bem do outro e o bem coletivo, é desprovido do princípio da utilidade instrumental¹⁴⁰.

- *Um ajuda... O que ajuda hoje amanhã vai ser o ajudado. E é gratuito, não é no sentido de vou fazer pra aparecer ou porque é bonito. É o sentimento do coletivo! [cooperação (construção coletiva)/gratuidade (encontra razão em si mesmo)/características empresa EdC/funcionário] Cada um de nós tem qualidades e defeitos! Qualidades! Cada um de nós contribui com as qualidades para o coletivo e o coletivo contribui pra tentar diminuir os nossos defeitos! Acho que essa é a nossa marca, não tem jeito, como escola! Eu trabalho há 22 anos já, aqui é único! Já tive experiências ótimas, escola pública, escola privada, aqui é diferenciado. (2-2)*

¹³⁹ Para resumir o conteúdo semântico de gratuidade em relação à subcategoria: impulsiona todas as formas de relações interpessoais e sociais para o pólo máximo do amor, incluindo neste outras formas de amor como eros e philia, utilizamos a expressão tensão ao amor agápico total.

¹⁴⁰ Discorremos sobre a utilidade instrumental no Capítulo 5.

- Eles nos permitem acordar nossas opiniões na montagem de um roteiro, montagem de um vôlei, nossa! *A gente pede sempre um conselho um pro outro.* Aqui pelo menos como eu falei, ninguém é melhor do que ninguém. *Todos sempre auxiliam e aconselham a melhor forma para o nosso cliente.* Então todo mundo no mesmo nível, seja o mais experiente que o menos experiente. Eles dividem, pedem nossa opinião, perguntam o que a gente acha e a gente acaba participando né, dessa questão de que vai ser feito, do que pode ser feito, *se nós temos ideias, nós damos nossas ideias, isso tudo a gente vai colocando e vamos filtrando também até que todos chegam num denominador comum e tomamos nossas decisões.* [**cooperação (processo decisório compartilhado) / alteridade (viver o outro-dependência interativa) / características empresa EdC/funcionário**] Então a gente participa das decisões da empresa. (6-3)
- Colaboração! Ah! *Se um precisa de ajuda, se faz qualquer que seja a situação, né! Se comunicar e oferecer ajuda e...* [**cooperação (trabalho em conjunto)/alteridade (viver o outro-dependência interativa)/características empresa EdC/funcionário**] (7.5)

Nesses trechos ressaltados observamos que a cooperação acontece inclusive quando o resultado do trabalho oferece comissão (1); cria e fortalece o sentimento de pertença, e relações caracterizadas pela gratuidade (2) e (4); facilita tomada de decisões compartilhadas (3).

- *Todos sempre auxiliam e aconselham a melhor forma para o nosso cliente.*
- *É gratuito, não é no sentido de vou fazer pra aparecer ou porque é bonito. É o sentimento do coletivo!*
- *Até que todos chegam num denominador comum e tomamos nossas decisões.*
- *Se um precisa de ajuda, se faz qualquer que seja a situação, né!*

O quarto tema inferido é o da **proximidade**, presente também em outros temas, como acabamos de demonstrar ao falarmos da centralidade da pessoa. Ao longo do nosso trabalho, afirmamos repetidamente – e nos parece importante fazê-lo – que julgamos necessário considerar todos os nossos pressupostos, todas as nossas considerações e todas as nossas conclusões parciais demonstradas em cada um dos capítulos, para podermos chegar a uma comprovação de nossas hipóteses. Isto porque consideramos que cada um desses elementos isoladamente não dá conta do nosso objeto de pesquisa, além do fato de serem interdependentes, ou seja, há uma estreita relação entre eles que se explicam e se justificam reciprocamente. O mesmo ocorre com os temas inferidos aqui apresentados. Por esta razão nos detemos em uma análise qualitativa e temática que considera a presença dos índices e indicadores e não em uma análise quantitativa que buscaria verificar uma maior ou menor ocorrência (frequência) de alguns dos dados coletados sejam eles temas-eixo, temas inferidos ou categorias agápicas. Portanto, nossos quadros indicam sempre a presença, mas não a frequência de tais elementos. Fizemos esta digressão, justamente porque encontramos a questão da

proximidade dentro do tema-eixo centralidade da pessoa. No entanto dada a presença de indicadores e índices que deram relevo a este tema, o incluímos em nossa classificação também de modo distinto.

A questão da proximidade foi amplamente discutida anteriormente, portanto não nos repetiremos, destacamos somente que uma das características de uma empresa EdC é tecer relacionamentos próximos, mesmo nos casos em que seriam normalmente desprovidos da necessidade de uma tal proximidade.

- Então eu acho que o que cativa na empresa é este diferencial, apesar de todas as outras coisas como o sorriso, como as comidas, a finalidade delas é, logicamente, servir bem o que a gente gosta, então *elas procuram, assim, eu acho, uma novidade! Elas vêm, oferecem, qual é a sua opinião? Fazem questão de saber a sua opinião sobre aquele produto...* [**proximidade (confere personalidade a relacionamentos impessoais)/alteridade (viver o outro-dependência interativa)/características empresa EdC/outros-cliente**] (13-4)
- Ela tem uma característica diferente, porque apesar de ser uma padaria, vamos dizer assim, mas *ela traz o cliente mais pra dentro, não é só balcão, aquela venda dos pães e tal, então ela traz o cliente* [**proximidade (confere personalidade a relacionamentos impessoais)/alteridade (transforma relações impessoais e anônimas em relações próximas)/características empresa EdC/outros-fornecedor**] (13-7)
- Eu acho assim... *que tem um carinho maior, tem um jeito de lhe dar com as pessoas. [...] O amor, né, você tá vendendo um café, mas não é só pelo dinheiro, é o amor mesmo de estar acolhendo o cliente.* A P. também a P2. sempre me fala isso, é esse carinho, *não pensar que a gente está vendendo pão, que a gente tem que tratar a pessoa – tratar bem – só porque ela tá comprando, né, e também pode ser um dia essa que pessoa quer comprar só um pão e quer conversar. Já atendi cliente que entra aqui já teve caso de nem comprar nada, de só vir, pedir um copo d’água da torneira e ficar conversando, precisava daquele momento...* E várias pessoas vêm aqui e que dizem eles falam assim: “olha aqui eu me sinto acolhido, eu sinto um amor muito grande aqui das pessoas, de todas vocês às vezes eu venho aqui só pra ficar sentado pra ter a minha paz” *Eles falam que buscam a paz e que aqui eles encontram* . [**proximidade (confere personalidade a relacionamentos impessoais)/alteridade (transforma relações impessoais e anônimas em relações próximas) - gratuidade(não contém em si expectativas de resposta, não se deixa condicionar)/características empresa EdC/funcionários**] (4-3)

A proximidade contém também a gratuidade, a alteridade, a universalidade:

- *Fazem questão de saber a sua opinião sobre aquele produto...*
- *Ela traz o cliente mais pra dentro, não é só balcão, aquela venda dos pães e tal, então ela traz o cliente*
- *O amor, né, você tá vendendo um café, mas não é só pelo dinheiro, é o amor mesmo de estar acolhendo o cliente.*
- *Não pensar que a gente está vendendo pão, que a gente tem que tratar a pessoa – tratar bem – só porque ela tá comprando, né,*

Pelas razões acima apresentadas, o tema inferido **padrão de comportamento** também foi identificado de modo isolado, embora possamos perceber que todos os temas inferidos podem de um modo ou de outro serem interpretados como

comportamento. No entanto entendemos por padrão, comportamentos que tendem a se tornar norma de atuação dentro da empresa, como demonstram os modelos a seguir:

- Porque é assim: a gente não tem como... Somente financeiro, o dinheiro; a gente vê o lado - como digo - *a gente vê o humano da pessoa, né?* A gente vai mais pelo sentimento, não só pelo fato do dinheiro. Porque tem empresas que é só pensando no poder aquisitivo! Se tem muito a gente dá, cobra muito, se tem pouco cobra do mesmo jeito. Aqui não! *A gente vai pelo que a gente observa. Então vê, chega um paciente que agora já foi... A gente não tem condições nenhuma. Conversa com ela, ela pode até mesmo ter o, como se diz, não de graça, não é a palavra de graça que ela usa, é... no social. No social!* [**padrão de comportamento (partilha)-centralidade da pessoa (serviço)/concretude (ama o próximo no momento presente)-gratuidade (não admite o uso do princípio de equivalência)/características empresa EdC/funcionário**] A gente vai... pelo coração! A gente vê os dois lados também. O que eu posso dizer?... Eu vejo a diferença por causa do... porque eu já fui em outros lugares, né! Eles não estão nem aí! A gente vai lá eles nem olham pra gente! (11-3)
- Posso *dizer este modo de cobrar*. Porque se eu cobro de um modo eu recebo a resposta de um modo, se cobro de outro, com certeza vou ter outro tipo de resposta. *Então o esforço pra que não seja uma cobrança por cobrar, mas também de ver o lado do outro*, se tem... Porque às vezes não tem a possibilidade de pagar. Acontece! Então, entender também o outro lado! *Oferecer outro modo* [**padrão de comportamento (princípios da EdC)-espiritualidade (fazer-se um)/alteridade (viver o outro-dependência interativa) /características empresa EdC /funcionário**] (12-1)

Nesses modelos, podemos inferir como normas de atuação o fato de cobrar por um serviço fundamental (na área da saúde) de acordo com as possibilidades do paciente, continuando a ser empresa pelo fato de não oferecer o serviço sem cobrar nada (1); e no segundo caso, norma de como tratar com um cliente que possui um débito e deve ser cobrado, oferecer ao cliente um modo de pagamento que lhe é possível, ou seja, ir ao encontro do outro (2).

- *A gente vai pelo que a gente observa. Então vê, chega um paciente que agora já foi... A gente não tem condições nenhuma. Conversa com ela, ela pode até mesmo ter o, como se diz, não de graça, não é a palavra de graça que ela usa, é... no social. No social!*
- Posso *dizer este modo de cobrar [...]Então o esforço pra que não seja uma cobrança por cobrar, mas também de ver o lado do outro. [...] Oferecer outro modo.*

O próximo modelo nos remete à EdC como **alternativa econômica** porque indica que o lucro, embora deva ser perseguido, não é o fim absoluto da atividade. Portanto este modo diferenciado de conceber o lucro traz em si a centralidade da pessoa, a gratuidade, a universalidade do ágape e a concretude, pois embora focalize o homem de forma abstrata, este homem se materializa em cada pessoa com quem se cruza durante as relações econômicas.

- Os relacionamentos, os relacionamentos, os bens relacionais né, que se fala tanto hoje, que não são contáveis, que não dá pra mensurar, mas tem uma têm uma resposta, então pra nós *o lucro não é o mais importante, o importante é esse relacionamento*, [**Alternativa econômica (lucro fim não absoluto)/gratuidade (busca o bem do outro-pessoal e social)/característica**

empresa EdC/empresário] o lucro é uma consequência desse relacionar-se, não só com o cliente “O cliente é tudo pra mim”. Não! *Para nós é o homem que é tudo pra nós.* [**centralidade da pessoa (valor em si)/gratuidade (encontra razão em si mesmo)-concretude (humanidade concreta)/característica empresa EdC/empresário]** E que homem é esse? O homem *funcionário*, aquele que ajuda você. O homem *fornecedor* também, né, que muita gente às vezes trata o fornecedor de uma maneira mais inferior, *o cliente*, lógico! A relação com o Governo, com o sindicato, com o meio-ambiente também! [**atuação universal (dirigido a todos)/universalidade(dirigido a todos) /características empresa EdC /empresário]** (9-1)

Apesar de o ágape ser uma categoria que expressa em si um **amor que excede**, ou seja, um amor cuja medida é a ausência de medida, nas falas dos nossos entrevistados emergiram narrativas que expressam este tipo de amor. Por esta razão, incluímos o amor que excede como tema inferido.

- Uma vez chegou um senhor, ele foi pagar e o cartão não passava, tal, tinha um problema na máquina, e eu falei assim pra ele, mas tudo bem, *o senhor paga depois, né. E ele disse “mas depois, quando? Não tem que dia, não sei se passo amanhã, se passo depois...”* “Eu digo *“Tranquilamente! Fique tranquilo! Vá pro seu trabalho, quando der o senhor passa, né!”* Na semana seguinte *chegou com a esposa e os dois filhos”!* Ele disse: *“Olha, eu vim aqui trazer a minha esposa pra mostrar que lugar [ruído na gravação] lá em São Paulo que me diz que eu pago quando der!”* Quer dizer, *a confiança foi talmente tanta que levou ele contar pra família e trazer a família pra ver que local é esse.* [**relacionamentos (relação agápica-confiança)/reciprocidade (cria vínculos sociais) características empresa EdC /empresário]** (4-2)
- O que está atrás disso? *O amor! O amor. O amor. Porque não é só pelo fato do dinheiro, envolve toda aquela questão do amor, de ajudar o próximo, não só querer ter a você mesmo e sim aos outros. O amor. Eu acho que é o amor que está por trás. Ah, eu procuro ver todo o mundo... Tratar todo o mundo bem. É... Ah, não sei!... Sem o amor a gente não ia conseguir ir para a frente, mas eu procuro ver todo mundo, amar todo o mundo, amar o próximo como se fosse a mim mesma.* [**extensivo (transmissão dos valores EdC-difusão cultural)/concretude (produz amor)-universalidade dirigido a todos) /características empresa EdC /funcionários]** (11-3)

Índices que ressaltam a presença de um amor que excede, que transcende o nível de motivações legítimas e legitimadas em uma relação de cunho econômico:

- *o senhor paga depois, né. [...]a confiança foi talmente tanta que levou ele contar pra família e trazer a família pra ver que local é esse*
- *Porque não é só pelo fato do dinheiro, envolve toda aquela questão do amor, de ajudar o próximo, não só querer ter a você mesmo e sim aos outros. O amor. Eu acho que é o amor que está por trás. Amar o próximo como se fosse a mim mesma*

Um amor sem medidas que gera a confiança (1) e faz com que ego se coloque no lugar de alter, amor como força que sustenta a atividade econômica e os relacionamentos vivenciados de forma diferenciada (2).

Um amor que excede – o ágape – tem a característica de ser **extensivo**. Remetemo-nos á suposição de que amor gera amor¹⁴¹ o que reforça o pressuposto de que quanto mais forte for a ação do ágape como MCSG, maior será o volume de relações pautadas pelo ágape, logo, maior será o potencial de se estruturar um sistema – portanto as seleções que se dão no seu interior – de forma agápica. Verificar empiricamente que o ágape é extensivo reforça a possibilidade de comprovação de nossas hipóteses. Por esta razão apresentamos um número maior de modelos cujo tema-inferido é, justamente, capacidade de expansão do ágape.

- Sim! Eu acho que vem da parte administrativa, não tanto da religião. *Eles criaram uma ética dentro da empresa e os funcionários que entram acabam seguindo essa ética, né, acho que vem da parte da administração da empresa.* **[extensivo (difusão cultural)/motivação valorativa (justificação das escolhas)-universal (pode ser atuado por todos) /características empresa EdC /funcionário]** (6-3)
- *Então, depois, com o tempo, a minha experiência profissional, com o que eu adquiri aqui, o conhecimento das pessoas, os valores da família, graças à Deus eu consegui, né, depois me tornei cristão¹⁴² também... [...]Então a experiência do que eu aprendi aqui, do amor ao próximo, eu consigo ver os valores na minha família e poder valorizar cada vez mais e procurar estar cada vez mais presente na vida deles. Essa é uma experiência que eu vivi e que aprendi também aqui.* **[extensivo (influencia visão de mundo)/universalidade (pode ser atuado por todos)/características empresa EdC /funcionários]** (3-2)
- Primeiro no crescimento, né, *no amadurecimento* porque como a gente é mais jovem e quando a gente é mais jovem a gente é muito mais egocêntrico, né, prevalece o eu, o pra mim! *E eu senti, com toda experiência que eu vivi, mesmo nesse relacionamento com o outro, de ajuda, de troca, de estar à disposição do outro, de se doar, de ou mesmo trabalhando com as crianças, no final do ano a gente faz a campanha do brinquedo pra doar pros mais carentes ou na hora do lanche “ah! eu quero jogar isso aqui” então sempre retomando “mas aquelas crianças que não têm o que comer...” e tudo, então, todos esses ensinamentos que a gente passa pras crianças é que realmente a gente vai vivenciando e vai acreditando né, não é só pra formar as crianças mas é que eu acabei também sendo formada! Nesse sentido de acreditar num mundo melhor!* **[extensivo (influencia visão de mundo)/concretude (produz amor)-universalidade (atuado por todos) /características empresa EdC /funcionários]** (2-3)
- Na medida em que eu acho que sim, como posso te dizer? É a... de novo, não é... diferente de outros ambientes aqui a filosofia da escola *é algo que porta em ação* e isso, volta de novo o tema anterior, entre aspas, *contamina as nossas ações né!* O profissional e a pessoa, eles são... eles têm uma ligação! Então, não... saiu. Daqui não tem... As minhas filhas estudam aqui... *chegando em casa você percebe que essa força, esse hábito, essa concepção das virtudes, ela, ela vai se tornando um hábito, ela vai se tornando natural.* Não é uma... é uma consequência natural das coisas, eu penso! **[extensivo (influencia visão de mundo)-concretude (produz amor) – universalidade (pode ser atuado por todos) /características empresa EdC /funcionário¹⁴³]** (2-2)
- Muito, muito, muito!! *Eu não conhecia o Movimento dos Focolares, eu não conhecia a EdC, então eu conhecia mais a parte... Como vou dizer, a parte global né, que vender, vender, vender... Porque a minha área sempre foi comercial! Então sempre, sempre, essa parte de vender com lucro! É agora, depois que eu entrei aqui até, as minhas vendas, acredito têm aumentado por isso, é tratar assim. Ver que do outro lado também tem o mesmo... Se a gente analisando um cliente, é um pai de família também, é uma pessoa que tem caráter diferente, é começar muito assim, eu tenho um jeito, outro de outra forma, mas na verdade todo mundo brigando por uma coisa só, então assim, é o que eu sempre falo: eu não tenho que ser do time dele e ele vir pro meu time,*

¹⁴¹ Ver Capítulo 3.

¹⁴² Converteu-se não ao catolicismo, mas à Igreja Adventista do Sétimo Dia.

¹⁴³ Esta fala é de uma pessoa que não possui uma crença religiosa e se autodenomina atea.

mas o importante é um time apenas, então eu acredito que isso seja um jeito de ver o mundo diferente, né! [**extensivo (influencia visão de mundo)-proximidade (confere personalidade a relacionamentos impessoais)/alteridade (viver o outro-dependência interativa)-universalidade(dirigido a todos)/ características empresa EdC/funcionário**] (3-6)

- Eu comecei a arrumar [os armários], não pedindo pra eles, né, fazendo aquilo que você podia pedir, mandar pro funcionário fazer. Tirei todas as caixas, queria arejar um pouco, aí eu fui e comecei a limpar esse lado do P., né, e ele sempre espirrando né. “Ah! Vou começar!”. Aí, mas eu fazia o que conseguia no dia, aí na semana passada eu deixei várias pastas em cima da mesa, *de repente eu voltei pra atender um telefone, aí um funcionário levantou e continuou o que eu tava fazendo, sem eu mandar! Sabe?! Continuou e concluiu!* Sabe, então aquilo que você... *Esse amor ao irmão, você começa a fazer uma coisa... Não precisa falar: “Vamos agora todo mundo agora amar o irmão, não! É alguma coisa que você faz e vai contagiando!* [**extensivo (difusão cultural)/concretude(leva a amar) /características empresa EdC /empresário**](6-2)

Nesses modelos emergem, justamente o potencial de “contágio” do ágape:

- *E os funcionários que entram acabam seguindo essa ética*
- *[...]Então a experiência do que eu aprendi aqui, do amor ao próximo, eu consigo ver os valores na minha família e poder valorizar cada vez mais e procurar estar cada vez mais presente na vida deles.*
- *Quando a gente é mais jovem a gente é muito mais egocêntrico, né, prevalece o eu, o pra mim! E eu senti, com toda experiência que eu vivi, mesmo nesse relacionamento com o outro, de ajuda, de troca, de estar à disposição do outro, de se doar,[...] eu acabei também sendo formada! Nesse sentido de acreditar num mundo melhor!*
- *A filosofia da escola é algo que porta em ação e isso, volta de novo o tema anterior, entre aspas, contamina as nossas ações né![...] chegando em casa você percebe que essa força, esse hábito, essa concepção das virtudes, ela, ela vai se tornando um hábito, ela vai se tornando natural.*
- *Esse amor ao irmão, você começa a fazer uma coisa... Não precisa falar: “Vamos agora todo mundo agora amar o irmão, não!” É alguma coisa que você faz e vai contagiando!*

Nossa pesquisa inferiu e confirma que justamente por ser extensivo, o ágape é também **universal**, tanto na perspectiva do agente quando na perspectiva do objeto, argumento tratado por nós no terceiro capítulo.

- *Sinto que as pessoas, independentemente de crenças, de valores, de cultura com que as pessoas chegam na empresa, todas são sensíveis e correspondem, tá, isso aqui muito bem [**atuação universal (vivido por todos)/universalidade (atuado por todos) /características empresa EdC /funcionário**]. (3.1)*
- *Nunca mencionaram nada disso, que devido à minha religião eu não trabalho em dia de sábado, né, e a empresa me deixa livre, embora eu me coloque à disposição da empresa de domingo à quinta, a qualquer hora que a empresa precisar eu estaria disponível, mas a questão do sábado eu não trabalharia, a empresa concordou, tanto é que quando precisam de mim do domingo à quinta-feira eu estou à disposição [**atuação universal (dirigido a todos)/universalidade (atuado por todos, independente de crença religiosa)/gratuidade (encontra razão em si mesmo) /características empresa EdC /funcionário**]. (3-2)*

De fato nesses dois modelos podemos inferir o ágape que impulsiona (1) o objeto do amor (alter) na perspectiva do empresário que ama, responder, aderindo aos princípios da EdC independente de crenças e valores; e da perspectiva do objeto (alter) que percebe o ágape que impulsiona a seleção/escolha/decisão de ego (empresário) a

respeitá-lo e incluí-lo na empresa considerando a sua diversidade – por motivos religiosos não trabalha em dia de sexta-feira (2).

4.5.3.2 Grupo de modelos 5: influência externa

Embora a influência externa também possa ser considerada decorrente do potencial de expansão do ágape, nós consideramos um tema-eixo em si, ou seja, fora do âmbito das características de uma empresa EdC, justamente porque os temas-eixo foram construídos a partir das perguntas feitas nas entrevistas e os temas inferidos a partir das respostas. Este fato pode reforçar ainda mais o caráter expansivo do ágape, pois aparece também nas falas relativas a perguntas não vinculadas à questão da influência externa de ágape, mas como características de uma empresa EdC. Não deixa de ser uma redundância, mas a nosso ver, esta é uma redundância positiva, no sentido de colaborar na comprovação de nossas hipóteses.

- Então a gente tem que tá sempre se atualizando na cultura local, vamos dizer assim, pra saber a forma de realmente passar esse conceito, sabe. E como eu disse pra você, *é não só uma cultura de partilha né, mas uma cultura nova de viver honestamente e também de você se posicionar diante dessas pessoas, diante do fornecedor, diante do seu, do seu, aquele seu concorrente*, ou mesmo em relação à própria sociedade, sabe, a gente recebeu até prêmio, na Câmara, pela reciclagem, *pelo meio-ambiente, porque a gente se preocupa com o meio-ambiente e temos algumas escolas que foram nos visitar justamente não é, então é uma oportunidade para você estar passando esse conhecimento para essas escolas, compartilhando daquele projeto de C., não é P? Também ali... Também reciclando nas escolas com as próprias crianças, traziam material e a gente comprava...* [**extensivo (transmissão dos valores EdC)/motivação valorativa (extensivo)/influência externa/empresário**] (9-2)
- Particularmente, procuro fazer a minha parte, cumprir com a parte que me corresponde pra não dar motivos, mas *às vezes alguma coisa acontece e nós somos muito compreendidos nisso. E isso nos ajuda a fazer a nossa parte de convivência, o que leva, o que a gente aprende aqui, a questão do amor ao próximo, a gente leva pra nossa vida pessoal, pra nossa família, pra nossos filhos, então isso é um verdadeiro aprendizado, essa coisa do amor ao próximo.* [**extensivo (difusão cultural)/concretude (produz amor)-reciprocidade (cria relação agápica) /influência externa /funcionário**] (3-2)
- Com o passar dos anos eu fui entendendo isso um pouco melhor, a divisão dos lucros, o realmente ver quem é esse necessitado, *como ajudar e até ver o que eu mesma posso fazer mesmo não estando tão ligada o que eu posso fazer nesse propósito também, né!* [...] Sim, em primeiro lugar eu vejo com os indivíduos aqui da escola mesmo, né, que a gente recebe aqui, como uma empresa da EdC, *então como posso fazer que os valores valerem aqui dentro, então na minha atuação, numa conversa com os pais, numa situação com um professor diretamente, mas também fora, no trabalho, como posso dizer, no trabalho não coletivo... mas um trabalho... não queria usar a palavra doação! Não sei como dizer, mas como um trabalho mais voluntário mesmo, se colocar a favor do outro, ajudar nas suas necessidades, então, foi uma visão que eu fui mudando com o que eu fui aprendendo em relação à Economia de Comunhão. Até porque o modo de vida da minha família sempre foi muito parecido nesse sentido, mas não tinha nada mais muito concreto!* [**extensivo (influencia visão de mundo)/concretude (concretiza-se em**

atos)-reciprocidade (gera comunhão-reciprocidade do amor) /influência externa /funcionário] (2-3)

Nesses modelos ressaltamos, a difusão dos valores e das práticas orientadas pelo ágape, como resultado de um aprendizado, da convivência, logo da capacidade expansiva do próprio ágape que cria, que é também concreto, chega aos fatos.

- *É não só uma cultura de partilha né, mas uma cultura nova de viver honestamente e também de você se posicionar diante dessas pessoas, diante do fornecedor, diante do seu, do seu, aquele seu concorrente, ou mesmo em relação à própria sociedade*
- *Mas às vezes alguma coisa acontece e nós somos muito compreendidos nisso. E isso nos ajuda a fazer a nossa parte de convivência, o que leva, o que a gente aprende aqui, a questão do amor ao próximo, a gente leva pra nossa vida pessoal,*
- *Como ajudar e até ver o que eu mesma posso fazer mesmo não estando tão ligada o que eu posso fazer nesse propósito também, né! [...]então como posso fazer que os valores valerem aqui dentro, então na minha atuação, numa conversa com os pais, numa situação com um professor diretamente, mas também fora, no trabalho, como posso dizer, no trabalho não coletivo... mas um trabalho... não queria usar a palavra doação!*

4.5.3.3 Grupo de modelos relativos aos benefícios

Não há muito que discorrer sobre o tema-eixo benefícios. Das falas dos nossos entrevistados procuramos inferir quais benefícios são percebidos como oriundos da aplicação dos princípios da EdC fundamentados, como por nós pressuposto, no ágape.

- *Ela, ela vive no mercado, né! Então eu vejo assim, às vezes *ela te dá um equilíbrio... Equilíbrio de não fazer coisas erradas, procurar estar sempre com a gestão direcionada com os princípios da EdC* e toda vez que você sai fora disso por um motivo ou outro você tenta corrigir, porque tem já um parâmetro pra você se guiar, não é! [**padrão de comportamento (princípios da EdC)/motivação valorativa (justificação das escolhas/benefícios/empresário)**] (7-1)*
- *Acho que tem muitas vantagens, né, porque eu acho que elas podem... Por mim, né, falando por mim, *se elas querem sair, se elas precisarem fazer alguma coisa fora, elas podem ficar tranquilas porque não vai ter um funcionário querendo sabotar a empresa* [**cooperação (senso de pertencimento)/reciprocidade (gera comunhão-reciprocidade do amor)/benefícios/funcionários**] (4-3)*
- *As pessoas que estão aqui são pessoas do bem, então, quando você pensa no futuro, não pensa em um futuro monetário, você pensa em um futuro com qualidade de vida. [...]Aqui, de alguma maneira eu to ajudando, então eu acho que... *Esse é o diferencial, não tem aquela cobrança acirrado só pelo financeiro, tem que a gente tem de fazer melhor, tem que tá sempre atendendo, tem que tá ajudando, sempre tem algum acontecimento onde você percebe o amor mesmo, um gesto humanitário que prevalece.* [**amor (exclui o princípio de equivalência)/gratuidade (não contém em si expectativas de resposta)-concretude (ama o próximo no momento presente-humanidade concreta)/benefícios/funcionários**] (12-2)*

Com relação aos benefícios e às vantagens, emergiram a qualidade de vida, dos relacionamentos, a possibilidade de, por meio do trabalho, colaborar na construção de uma sociedade mais fraterna, e, da parte dos empresários, o equilíbrio, o fato de terem,

nos princípios da EdC um parâmetro que os auxilia a atuarem de forma coerente com os princípios que eles mesmos adotaram livremente. Este fato sinaliza para a possibilidade de que tais princípios constituem o início de um processo de institucionalização da EdC enquanto norma e padrão de comportamento e de práticas de gestão econômicas. Interessante que em uma das falas um funcionário apontou como vantagem a fidelidade aos empresários, portanto a confiança que os empresários podem depositar em seus funcionários como vantagem. Isto indica que quando alter sente que é amado, retribui colocando-se ao lado de ego, como parceiro. Emerge, desse modo, relações de confiança.

- *Equilíbrio de não fazer coisas erradas,[...] porque tem já um parâmetro pra você se guiar, não é!*
- *Elas podem ficar tranquilas porque não vai ter um funcionário querendo sabotar a empresa.*
- *Não tem aquela cobrança acirrado só pelo financeiro, tem que a gente tem de fazer melhor, tem que tá sempre atendendo, tem que tá ajudando, sempre tem algum acontecimento onde você percebe o amor mesmo, um gesto humanitário que prevalece.*

4.5.3.4 Grupo de modelos: situações adversas

Esse grupo de modelos nos leva a inferir como que os agentes sociais atuam diante de dificuldades e conflitos, deixando-se orientar pelo ágape como MCSG.

- *Aquela pessoa, assim, mais digamos revolucionária, digamos assim que não adere! **Tem que ser amada!** [amor que excede (o outro)/universalidade (dirigido a todos-perdão)/situações adversas/empresário] Mas acho que tem que ter os dois: *administração de conflitos, através do resgate e tal, mas a norma!![...]* O que eu falo aqui é antecipar!! É observar o meio, observar os comportamentos pra gente corrigir, tem que corrigir! Em último caso, mas... Desde que eu estou aqui não houve punição, se fosse em outras empresas, já haveria tido punição e muito séria! *Mas o que a gente tenta consertar, resgatar através do relacionamento!* [centralidade da pessoa (resgate)-amor que excede (exclui princípio de equivalência)/universalidade (dirigido a todos) /situações adversas /empresário](10-1)*
- Quer dizer, a maneira de agir, a maneira de comportar, então às vezes você está diante de uma situação no mercado e você tem que reverter, e como é que você reverte isso? *Amando o irmão!! Não tem outro jeito!! Não é que você tem uma varinha mágica, que vai lá, né... O que é amar o irmão? É você ouvi-lo é você conversar com ele, você fazer um com ele, entendeu? Na maioria das vezes é se fazer um com as pessoas!* [amor que excede (o outro)-(fazer-se um) – espiritualidade (fazer-se um)/ situações adversas /empresário] Isso é um dos segredos nossos, né! Então, você se faz um com as pessoas... Hoje, por exemplo, eu fui a Santos... uma coisa que... vamos dizer em 10 minutos eu resolveria! Por telefone! *Mas, eu tô lhe dando com uma pessoa de idade!* [amor que excede (o outro) – espiritualidade (fazer-se um)/alteridade (ter o outro como referência)/gratuidade (dom de si) /situações adversas / empresário] É um engenheiro... Então, é depois de várias tentativas por e-mail, por... Eu tive que ir lá e lá tive que mostrar pra ele tudo aquilo que falei pra ele por e-mail, por telefone... O croqui que mandei pra ele, o desenho que mandei pra ele, “olha é assim, é assado”. E ele ficou feliz e vai começar a obra quarta-feira! (7-1)
- *Se não fosse o amor, a gente no primeiro ponto negativo você ia desistir, mas não está certo. [...]* Então, eu procuro sempre ver os pontos positivos da pessoa, mas acontece de ter, mas assim eu

procuro de focar mais um dos pontos positivos e não ficar vendo só os negativos: Ah! Ela só chega atrasada! Eu fico tentando ver os pontos positivos, ela chega atrasada, mas ela atende bem os pacientes! Ela pode chegar atrasada, mas também cobre quando eu precisar sair e ficam me chamando. Ver só os pontos positivos. **[amor que excede (exclui o princípio de equivalência)/alteridade viver o outro-dependência interativa)-concretude (ama o próximo no momento presente-humanidade concreta) /situações adversas /funcionários]** (11-3)

Nesses modelos ressaltamos que o amor emerge como modo de resolver os problemas e as dificuldades, mas um amor operativo, concreto, que, de fato, busca encontrar soluções.

- Aquela pessoa, assim, mais digamos revolucionária, digamos assim que não adere! *Tem que ser amada! [...] Mas acho que tem que ter os dois: administração de conflitos, através do resgate e tal, mas a norma!!*
- *Então às vezes você está diante de uma situação no mercado e você tem que reverter, e como é que você reverte isso? Amando o irmão!! Não tem outro jeito!!*
- *Se não fosse o amor, a gente no primeiro ponto negativo você ia desistir*

4.5.3.5 Grupo de modelos 6: prioridades em situação de crise

Em situações de crise, assim como nas situações de dificuldade e de conflito, o amor emerge como meio para solucionar os problemas. Também neste caso um amor operativo, caracterizado pela alteridade, pela centralidade da pessoa, seja ela o cliente ou o funcionário.

- *O cliente!* Por exemplo, nesse período a gente constatou que as vendas caíram. Então, isso gera uma crise financeira. Porque se as vendas caíram, as contas devem ser pagas, e aí a gente se reuniu e disse, *vamos priorizar a venda*, **[performance administrativa (o cliente)/concretude (concretiza-se em atos)/prioridade em situação de crise/empresário]** ou seja, *estar mais presente, esse estar presente no oferecer o produto e a atenção grande de este produto ser de primeira, de primeira, bem feito, bom...* Bem apresentado, mas, mais do que isso, produto fresco, bom, bem feito, **[performance administrativa (qualidade)/concretude (concretiza-se em atos)/prioridade em situações de crise/empresário]** mas que quem esteja ali na venda saiba apresentar. Estar nesse contato face a face com o cliente. Essa é a impressão de que a gente tem que *o que tira de qualquer crise é o contato com o cliente, é o relacionar-se*. **[relacionamentos (retorno comercial)/alteridade (viver o outro-dependência interativa)/prioridade em situação de crise/empresário]** (4-1)
- Então para nós *a coisa importante é manter os funcionários* **[amor que excede (motivação)/gratuidade (busca o bem do outro)/prioridade em situação de crise/empresário]** mesmo se às vezes a gente percebe que passa por algumas dificuldades, mas a gente procura fazer, porque nós investimos, a gente dá formação, a gente oferece a possibilidade de treinamento... (6-1)
- A prioridade, por exemplo, somos quatro funcionários, né, *a prioridade é sempre o salário dos funcionários*, **[centralidade da pessoa (valor em si)/concretude (ama o próximo no momento presente-humanidade concreta)/prioridade em situação de crise/funcionários]** né. (5-3)

Podemos perceber que o ágape impulsiona as seleções/escolhas/decisões na direção do outro: relacionamentos, bem-estar dos clientes e dos funcionários como

prioridade em uma situação de crise. Não emergiu, por exemplo, diminuição de custos, o que talvez significasse perda de qualidade dos produtos ou serviços, nem mesmo a redução da folha de pagamento, o que significaria demissões.

- *O cliente! [...] vamos priorizar a venda [...]estar mais presente [...]oferecer o produto e a atenção grande de este produto ser de primeira [...]*Essa é a impressão de que a gente tem que o que tira de qualquer crise é o contato com o cliente, é o relacionar-se.
- Para nós a coisa importante é manter os funcionários.
- A prioridade é sempre o salário dos funcionários.

4.6 Considerações intermediárias

Como dissemos anteriormente, dividimos a apresentação dos modelos segundo duas perspectivas. Concluímos a primeira delas: demonstrar, por meio de modelos, a presença de indicadores e índices com valor agápico. Cabe ressaltar um aspecto peculiar da classificação, já referido anteriormente, quando falamos das categorias, ou seja, também os temas-inferidos foram decompostos em subtemas que, por sua vez, possuem áreas de intercessão semântica possíveis de serem aplicadas a um ou mais temas-inferidos, a uma ou mais características e a um ou mais temas-eixos. Ao selecionarmos o tema inferido e o subtema colocado em relação com a categoria e tema-eixo, o fizemos baseando-nos na unidade de contexto, ou seja, na expressão isolada em relação com o parágrafo, com o trecho ou com o discurso mais amplo do falante. Como também consideramos o aspecto que mais se mostrava saliente em cada fala. Da experiência de classificação que fizemos, concluímos que não se pode codificar o ágape-amor em categorias e temas fechados, pois o ágape é em si uma categoria aberta, que possui infinitas declinações e possibilidades, com inúmeras áreas de intercessão semântica. No entanto é um fato: existe. E da pesquisa empreendida, podemos concluir que o amor-ágape é capaz de orientar e, portanto, motivar, as seleções/escolhas/ações dos agentes sociais e que pode colaborar na constituição de um dado sistema atuando como MCSG e como tema das comunicações. A nossa classificação resulta como um processo de redução de complexidade do valor semântico do ágape, localizando-o, sem excluir todas as demais possibilidades de sua presença, em casos concretos.

No conjunto dos modelos constatamos a presença de todos os temas inferidos, embora de forma variada, maior ou menor presença de acordo com cada um dos temas-

eixo. O mesmo podemos afirmar em relação às categorias secundárias (derivadas) de ágape que, porém, não foram verificadas sempre em todos os tema-eixo.

A seguir apresentamos uma tabela que traz a relação dos temas-inferidos, temas-eixo e categorias secundárias de ágape localizados nas nossas unidades de registro:

Tabela 8 – Temas inferidos-temas-eixo e categorias secundárias de ágape

Temas eixo – Temas inferidos¹⁴⁴	Categorias secundárias de ágape
Grupo 1 – adesão à EdC 1. espiritualidade 2. alternativa econômica 3. extensivo 4. amor que excede 5. padrão de comportamento 6. realização pessoal	Grupo 1 – adesão à EdC 1. motivação valorativa 2. gratuidade 3. concretude
Grupo 2 – características da empresa EdC 1. espiritualidade 2. centralidade da pessoa 3. cooperação 4. proximidade 5. padrão de comportamento 6. extensivo 7. amor 8. atuação universal 9. alternativa econômica	Grupo 2 – características empresa EdC 1. motivação valorativa 2. universalidade 3. gratuidade 4. concretude 5. alteridade 6. reciprocidade
Grupo 3 – benefícios 1. padrão de comportamento 2. amor que excede 3. espiritualidade 4. relacionamentos 5. centralidade da pessoa 6. proximidade 7. cooperação	Grupo 3 – benefícios 1. motivação valorativa 2. universalidade 3. gratuidade 4. concretude 5. alteridade 6. reciprocidade
Grupo 4 – situações adversas 1. espiritualidade 2. padrão de comportamento 3. amor que excede 4. centralidade da pessoa 5. relacionamentos	Grupo 4 – situações adversas 1. motivação valorativa 2. universalidade 3. gratuidade 4. concretude 5. alteridade 6. reciprocidade
Grupo 5 – influência externa 1. extensivo	Grupo 5 – influência externa 1. motivação valorativa 2. concretude 3. reciprocidade
Grupo 6 – Prioridade em situação de crise 1. performance administrativa 2. relacionamentos 3. amor que excede 4. centralidade da pessoa	Grupo 6 – prioridade em situação de crise 1. gratuidade 2. concretude 3. alteridade

Em relação à adesão à EdC, notamos a presença das seguintes categorias secundárias: motivação valorativa, concretude e gratuidade. Entendemos esta relação

¹⁴⁴ Os temas inferidos foram relacionados de acordo com a ordem de aparição nos modelos apresentados.

entre tema-eixo e categorias por considerarmos que aderir à EdC é, primeiramente, uma decisão, uma escolha, uma seleção, portanto mais causal. Aderir à EdC pressupõe, portanto, um amor que ama o outro de modo real, no presente, pessoas concretas (concretude). É unilateral, parte do amante em direção ao amado de forma livre e gratuita (gratuidade). Ademais, tal adesão pode ser considerada uma resposta a um *input* recebido do MF a fim de se resolver um problema gerado no sistema econômico (pobreza e desigualdade social), portanto tem como estrutura (tema das comunicações na perspectiva sistêmica) delimitada pela espiritualidade da unidade, entendida por nós como motivação valorativa.

Nos temas-eixo características de uma empresa EdC e benefícios, inferimos a presença de todas as categorias secundárias de ágape. Tal presença pode ser compreendida pelo amplo espectro que esses dois temas-eixo englobam. De fato, tanto as características de uma empresa EdC quanto os benefícios decorrentes de se atuar dentro dos princípios EdC (que também podem ser considerados como características de uma empresa EdC) referem-se à concretização da EdC, à sua realização histórica, à constituição do sistema EdC como sistema parcial da economia. Assim sendo, podemos concluir que ágape, em suas declinações, pode atuar como MCSG na concretização da EdC, bem como pode ser considerado o centro de sua estrutura, a espiritualidade da unidade.

Também faz parte da concretização da EdC os temas-eixo situações adversas e prioridades em situações de crise. Ora, no que diz respeito a situações adversas e às prioridades em situação de crise, o caminho percorrido pelos agentes EdC, percebido e atuado não somente pelos empresários, mas também pelos funcionários, é igualmente pautado pelo ágape como MCSG. Todas as seis categorias secundárias foram passíveis de inferência de acordo com alguns dos temas inferidos que colocam em relevo a centralidade da pessoa, no que diz respeito ao tema-eixo situações adversas. Já no tema-eixo prioridades em situação de crise, não foram inferidas as categorias motivação valorativa, universalidade e reciprocidade. Talvez porque nesses casos, os *inputs* recebidos, solicitam respostas mais de tipo concreto, localizado, administrativo, econômico. O amor leva a salvaguardar a empresa como serviço à pessoa e o funcionário. O lucro é importante, mas a prioridade é salvar o bem estar da pessoa, seja ela funcionário ou cliente.

Ao verificar as falas, emergiu uma questão: o lucro. Se a base da EdC é a tríplice repartição do lucro, por que razão este tema aparece quase que de forma transversal nas falas, considerado importante, mas não central? Concluímos que seja porque a adesão à EdC comporta em si a adesão à tríplice repartição do lucro e a ajuda aos mais necessitados, como inferimos a partir dos modelos relacionados ao tema-eixo adesão à EdC.

- *Redescobrir a forma de estar ajudando os pobres*
- *Pra ser uma resposta a esta disparidade do Brasil*
- *Através do trabalho incidir no social*
- *Fazia com que eu tivesse a solidariedade*
- *É uma prática que envolve a partilha, né. A divisão!*
- *O lucro é uma consequência desse relacionar-se*
- *Eu fui entendendo isso um pouco melhor, a divisão dos lucros, o realmente ver quem é esse necessitado, como ajudar e até ver o que eu mesma posso fazer mesmo não estando tão ligada o que eu posso fazer nesse propósito também, né!*

Outra questão que nos chamou a atenção foi a ausência do tema da cruz, do amor a Jesus abandonado, ponto central da espiritualidade da unidade, como referimos no segundo capítulo. Também neste caso, inferimos que este seja um tema que permeia todas as seleções/escolhas/decisões, sobretudo dos empresários ou dos agentes EdC que aderem à espiritualidade da unidade, incluído no valor semântico de ágape. Para aqueles que não conhecem ou não aderem à espiritualidade da unidade, permanece, justamente, a ideia do amor como MCSG. Afinal, Jesus abandonado é entendido na espiritualidade da unidade, dentro do contexto do cristianismo, como a expressão máxima do amor, portanto, como ágape na sua máxima realização, uma vez que o amor agápico pressupõe dom total de si, amor incondicional e incondicionado, universal, concreto, gratuito, como podemos inferir nos trechos dos seguintes modelos anteriormente apresentados:

- *Que seriam os valores do MF. Que a gente poderia sintetizar na arte de amar.*
- *Aquilo que vem lá do fundo, que realmente custa! Não é fácil!*
- *Que não é uma coisa assim tão simples, existe um procedimento e um recomeçar diário sabe, dessa escolha pessoal de cada um de nós.*
- *Se não fosse o amor, a gente no primeiro ponto negativo você ia desistir.*
- *Olha os conflitos existem, sim e aparecem a todos os momentos, né. Eu não sinto, nunca senti essa coisa da competição entre um e outro, porque o nosso trabalho é muito coletivo, realmente, a gente forma as equipes, trabalha em conjunto, sempre numa relação de ajuda, de troca com o outro. Tem o conflito, mas é sempre resolvido na base do diálogo!*

Em relação ao tema-eixo influência externa, um único tema-inferido foi identificado: extensivo. Como também apenas três categorias foram inferidas:

concretude, motivação valorativa e reciprocidade. O fato de termos apenas um tema inferido é perfeitamente compreensível, pois se trata da difusão da ideia e da prática, ou seja da cultura EdC, por meio do ágape como medium comunicativo. Concreto, porque a concretude de ágape contém o fato de que ele leva a amar. O mesmo se aplica à categoria reciprocidade, que contém a declinação semântica de gerar comunhão. A motivação valorativa se justifica pelo fato de levar o agente social a tomar posição diante de situações concretas, que, por si só, insere nas comunicações o ágape como MCSG, gerando *inputs/outputs*, e possíveis outras respostas comunicativas que seguem na mesma direção:

- *A gente contou como procuramos fazer na nossa empresa, o trabalho, os relacionamentos e tudo, chegando na... De volta na empresa dele ele começou a perceber que os funcionários estavam transformados.*
- *A questão do amor ao próximo, a gente leva pra nossa vida pessoal, pra nossa família, pra nossos filhos.*
- *Não sei como dizer, mas como um trabalho mais voluntário mesmo, se colocar a favor do outro, ajudar nas suas necessidades, então, foi uma visão que eu fui mudando com o que eu fui aprendendo em relação à Economia de Comunhão.*

4.7 Segunda perspectiva de análise: processos comunicativos em unidades de registro

A segunda perspectiva de análise por nós proposta é a de verificar processos comunicativos em unidades de registros mais longas e adequadas à verificação, como possível comprovação de nossa tese. Em cada um dos casos abaixo apresentados e analisados, buscamos verificar possíveis rupturas da lógica econômica-comercial vigente, justamente pela introdução do ágape como MCSG nos processos comunicativos. A análise dos modelos feita sob a primeira perspectiva colocou em relevo a relação sistema psíquico-sistema social. Esta segunda perspectiva coloca em relevo a relação inter-humana, mediante interpenetração, embora esta sempre se dê dentro e em relação com o sistema social. Cabe ratificar que inferir o ágape como MCSG faz parte de um processo de redução de complexidade, mediante o qual fazemos um recorte na comunicação e buscamos extrair dela o que há de agápico, conscientes de que, muito provavelmente, as respostas sejam orientadas simultaneamente por outros códigos comunicativos, como, por exemplo, oriundos de valores, cultura, história pessoal e dos meios de comunicação simbólicos do próprio sistema econômico.

4.7.1 Unidade de registro 1

Sabe aquela experiência daquela cliente que veio comprar coisas presentes de Natal pros amigos. Era panetone. Só que aquele era um panetone de quatro queijos e ela disse que ia levar todos! E comprou aquilo, comprou outras coisas... Quando a cliente estava saindo,



a funcionária, que estava ali me disse: *“Olha, ela vai dar de presente pros amigos que moram no Chile!”* **[comunicação um entre funcionária e diretora da empresa]**



Quando ela me disse isso eu disse: UAU! **[diretora da empresa transforma a comunicação em informação: “a cliente não pode levar esses panetones”]. Reage, dando continuidade à comunicação, orientando-se na direção que podemos considerar agápica (que contém a ética, a honestidade, a verdade...): um amor concreto, que reconhece a humanidade em cada pessoa concreta, universal, porque considera quem vai receber o panetone no Chile, princípio de proximidade e de alteridade, pois “pensa a partir do outro”].**



Corra, corra atrás dela porque esses panetones não têm uma durabilidade de um mês, têm de uma semana! Se vai dar pra alguém que e está no Chile, não vai dar tempo!

[A funcionária dá continuidade à comunicação, agindo]:



E aí a ela correu, foi lá no carro, a pessoa saiu do carro, voltou



E eu já pensei: *“pronto, vai devolver todos os panetones!”* **[a diretora cria uma expectativa de resposta que não era vantajosa para si, mas]** Foi isso que a gente se propôs! **[faz uma seleção/escolha/ação baseada no ágape, isto é, mesmo se não é vantajoso, faço.]**



E ela: *“Não, não, pode deixar! Eu fico com esses, mas compro outros presentes pras pessoas do Chile.* **[a resposta à comunicação não satisfaz a expectativa negativa da diretora. Podemos inferir que o fato de a diretora ter rompido com a lógica do interesse próprio contenha um valor comunicativo, que provocou na cliente uma resposta vantajosa à empresa (amor gera amor)].**



Conclusão: a nossa honestidade, a nossa coerência de trabalho, como se diz, a nossa bom, honestidade fez com que, não só, a principio eu pensei que a gente ia perder o clien... o produto, né, aquela venda, não! Vendemos dobrado! (Unidade de registro 4-1)

4.7.2 Unidade de registro 2

Uma vez, inclusive, chegou um concorrente, uma pessoa que queria montar uma empresa pra ele semelhante à nossa e aí ficou sabendo que a gente tinha um método eficiente e barato de lavar o plástico. Aí, conversou com outro fornecedor de máquinas que fazia um trabalho pra mim pra ele intermediar uma visita dele. Aí, essa pessoa intermediou, ficou meio assim



“olha essa pessoa lá quer visitar você, quer visitar sua empresa, ele vai ser seu concorrente, ele espera uma resposta até negativa”. **[o fornecedor emitiu uma comunicação com uma expectativa de resposta negativa]**



“Não! Ele pode vir sim!”. **[o diretor da empresa dá continuidade à comunicação, portanto às ações, rompendo a lógica vigente de “fechamento ao concorrente”. Podemos inferir que a resposta vai na direção agápica de acolher todos, de amar todos, inclusive o concorrente - universalidade]**



Marcamos lá a visita e ele foi. Aí no fim visitou, *mostrei pra ele inclusive o que ele deveria melhorar da máquina que eu tinha, quer dizer, mostrei tudo.*

Aí no fim ele diz assim, **[continuação do processo comunicativo]**



“Mas por que você faz isso, sabendo que vou ser seu concorrente?”. **[o concorrente transforma a comunicação em informação, reelabora seus pensamentos e expressa dúvida dando continuidade à comunicação. Impossível inferir a expectativa do concorrente]**



Eu disse: “Ó, primeiro porque eu te quero bem eu não te quero mal, te quero bem. **[com certeza a resposta do empresário foi desconcertante, fora dos padrões normais do sistema econômico-comercial, sinal de ruptura. Resposta que vai na direção agápica, orientada pelo ágape como MCSG]**



E também porque é uma *maneira inteligente de fazer as coisas.*



Aí ele pensou: “como assim, inteligente?”.

Eu disse assim: “Primeiro, eu vou te fazer uma pergunta agora:



‘por exemplo, se você sabe que tem um determinado fornecedor que fornece pra mim a matéria-prima, ou tem um determinado cliente que eu vendo, você teria hoje, coragem de ir atrás desse fornecedor e desse cliente pra tirar de mim?’ **[o empresário dá continuidade à comunicação colocando uma pergunta cuja expectativa de resposta, pode-se inferir, é positiva (no sentido de resposta agápica a uma ação agápica), mas contingente, poderia ser negativa].**



Eu não! Seria muito sacana, *com tudo o que você mostrou!* Eu seria muito sacana se eu tirasse seu cliente ou seu fornecedor”! **[resposta positiva. Podemos inferir que uma ação agápica tende a produzir reciprocidade, uma resposta agápica].** (Unidade de registro 9-1)

4.7.3 Unidade de registro 3

Então, uma vez eles bloquearam o nosso sistema de resgate. Que a gente faz passagens aéreas né! E aí a gente ficou assim sem entender. E aí eles disseram que *a gente não tinha pago uma fatura!* Aí eles mandaram essa fatura pra gente e era *um dos funcionários que tinha esquecido de me mandar essa fatura* né. Aí eles me mandaram essa fatura já corrigida com juros e correção e era um valor alto. Assim, por exemplo, de 1.500,00 foi pra 2.100,00! *O valor dos juros era muito alto!*



Aí eu liguei pra nossa promotora dizendo, né, assustada, porque não avisaram, foram cortar o sistema, né! Mas quando eu tava ligando pra ela, tocou a campainha e era ela que estava chegando. Né, despedir da gente porque estava saindo de férias, naquele mês, né. Não veio aqui pra resolver problema, né. Mas na hora ela foi, foi, aí ela tentou e viu que o valor não era todo aquele, era um pouquinho menos! Né! Aí acertou, eu fiz o cheque, né, mas aí quando, *mas ao mesmo tempo eu tinha ficado muito chateada com esse funcionário, muito chateada!* **[reação ao input recebido do problema, mas a empresária ainda não agiu, não respondeu]** Porque causou um... Né! É um dia que você paga! Não faz nada, fica só correndo em volta daquilo! Mas como a gente está aqui no Centro, era aqui pertinho! Eu fui levar o cheque!



Mas... Quando eu cheguei lá, eu falei assim:



“Mas será que *realmente eu estou ainda brava com esse funcionário? Porque senão não adianta, né!* **[percebemos o raciocínio (elaboração das comunicações recebidas e das respostas dadas orientando-se pelo ágape como MCSG)]** Eu consegui resolver, olha, baixou, né!”. Aí eu fui pensando!



Quando chegou lá eles foram rever e falaram assim: “Não! O valor não é esse! O valor é mais baixo! Não eu não posso aceitar esse cheque!” O valor não é o juros! Eles tiraram, era só o que estava devendo! Aí eu voltei, falei... Voltei contente! Feliz, né, fui trocar o cheque! Aí quando eu tava atravessando a praça, falei assim,



“Mas nossa, *será que realmente eu perdoei esse funcionário ou ainda to com aquela... Né!* Aí vim chegando, quando cheguei aqui fiz o cheque, refiz, contei pra ele, “Olha que legal, né!” Refiz o cheque, aí eu fui... Porque às vezes você fica pen... *Esperando que o funcionário te peça desculpa, né! Então é uma coisa que você pretende, né!* **[expectativa de resposta por parte do empresário em relação ao funcionário, não satisfeita – o ágape busca motivação fora da relação em si, na esfera transcendente o empresário superou a dificuldade sem condenar o funcionário]**



Aí eu fui voltando, quando voltei com o cheque lá eles falaram assim ó: “Sabe que a gente foi puxar aqui o relatório e teve um erro, *vocês não estão devendo nada!*”. “Você tem certeza?”. “Não! Tirei o relatório, está zerado! Vocês não estão devendo nada!”.



Talvez seja alguma *coisa pra gente mudar, sabe, se amar mais, né*, aí todo mundo participou dessa alegria, sabe, de... **[a situação gera um input no empresário que reelabora seus conceitos, na direção do ágape]** (Unidade de registro 6.2)

4.7.4 Unidade de registro 4

F1¹⁴⁵. Ele era responsável, esse médico, uma clínica grande em C., era responsável por 70% do faturamento da E.. E aí ele pedia muito exame, muito exame! Era assim 70% do faturamento da E. e da clínica dele ele era responsável por 80% do faturamento. [...] Pedia exame de todo mundo! Então era assim. Mesmo com tudo isso, eu não sei como, ele estava falindo sabe a empresa! Então ele precisava de arrumar dinheiro de alguma forma!



Então ele não tava passando o preço dos nossos exames e tudo, estava difícil de pagar! Ele atrasava e aí ele me chamou um dia, me ligou pedindo pra eu ir ao consultório dele. **[convocação]**



E eu fui. **[resposta]**

E aí ele falou *assim que tinha uma proposta pra me fazer que nós íamos ficar ricos!* **[comunicação]**

Você sabe que esses exames que eu peço quase, 90%, as pessoas são tudo normais! Não têm, nada! Eu peço mesmo pra fazer faturamento! E eu queria que você colocasse os resultados todos normais e não fizesse nenhum e me mandasse. Você não ia gastar nada, você ia só colher o sangue deles, não ia gastar nada, você põe todos os resultados porque eu preciso dos resultados impressos, pra faturar nos convênios

¹⁴⁵ Este trecho corresponde a uma entrevista respondida por duas pessoas, cujas falas são identificadas por F1 e F2.

[...] *E aí eu continuo te pagando*¹⁴⁶ *e aí você não vai ter custo nenhum! Nem funcionário você precisa ter! E você vai ficar rica, nós vamos ficar ricos juntos!* [**expectativa de resposta do proponente: positiva-se empresário se deixasse conduzir pela lógica do interesse próprio, da falta de ética e de honestidade em detrimento da pessoa**]

⇩

Aí eu voltei, falei com a P., não! Falei com o P1 daí nós fomos lá na sala dela, tinha outros funcionários e tudo né e falei

“P. então acho que *com esse médico agora chega!* [**resposta não satisfaz expectativa da comunicação feita pelo médico**]

⇩

F2. Foi muito forte, sabe! Porque o P1 é homem, entrou com a P3 na minha sala, abriu a porta assim e falou assim:

⇩

Mãe ou você encerra tudo ou nós vamos fechar o laboratório! [comunicação]

⇩

F1. Ela não sabia ainda o que tinha acontecido!

⇩

F2. “Eu vou mostrar pra vocês a planilha de contas que nós temos pra pagar”, né! Entrei no computador “ó, tem tudo isso aqui pra pagar e esses funcionários aí”. [**resposta elaborada sem conhecimento da comunicação anterior, tendo como input a situação de dependência financeira da dita clínica**]

⇩

F2. Aí a P3 contou a proposta né, e eu falei assim: [**recebe a comunicação da proposta**]

⇩

F2. A gente *vende carro, vende não sei o quê, acerta com todo mundo e vamos começar tudo do zero de novo!* [**resposta que não satisfaz expectativa do proponente e vai em direção agápica, com a prontidão a perder tudo, mas não se deixar condicionar por uma lógica não agápica**]

⇩

F2. Isso foi na quinta-feira! *Na sexta, às 9 horas da manhã, nós fomos lá encerrar o serviço com ele.* [**resposta negativa à expectativa do proponente que reage à comunicação sem se deixar condicionar por uma comunicação agápica, o que demonstra a contingência das comunicações inclusive de caráter agápico**].

⇩

Na mesma hora ele pegou o telefone, ligou pra outro laboratório e pronto! “*Não precisa mais. O outro laboratório vem buscar hoje!*”

⇩

F2. Às cinco horas da tarde, do mesmo dia, *o hospital nos ligou...*

F1. *Pra convidar a gente pra trabalhar no hospital!!!!*

F2. Para contratar os nossos serviços!

F1. E aí *nós tivemos que contratar funcionários*, detalhe!! Queriam que a gente começasse no domingo!

F2. *Não demitimos ninguém, contratamos mais pessoas...* (Unidades de registro 11-1 e 2) [**o amor agápico encontra motivação fora da relação em si, na esfera do transcendente, no caso na fé religiosa e na relação com Deus. Este relato coloca em relevo outro aspecto da transcendência (o**

¹⁴⁶ Um valor subfaturado.

indeterminado que é determinado por meio da religião (Luhmann 1991) que é a providência, ou seja a resposta de Deus a um ato de fé, a uma necessidade, a um pedido, segundo a lógica do Evangelho: “Dai e vos será dado”¹⁴⁷ (Lc 6,38)].

4.7.5 Unidade de registro 5

Outro cliente que veio, ... *Foi mal atendido, culpa nossa mesmo, a gente deu o suco errado, a gente ele pediu um pão de batata com catupiry quando fui ver era de frango, [input recebido pelo cliente significando falta de atenção, ação distante do polo agápico]* naquele dia a gente só errou com ela.



E a pessoa que atendeu quando se deu conta que fez tudo isso, [input recebido pelo funcionário]



a gente foi lá na mesa e pediu desculpa “Olha, quero lhe pedir desculpa, eu lhe dei o suco errado, o pão errado... eu me atrapalhei, desculpa!”. [resposta orientada pelo ágape]



E ele: “Por esta sua atitude eu devolvo o que eu peguei”. [resposta positiva a uma ação agápica, ágape é capaz de gerar relações agápicas] *Ele tinha ficado com tanta raiva que ele tinha pego pacotes de catchup de açúcar de... e colocado no bolso.* [resposta não agápica a uma comunicação não agápica. Podemos inferir, como Sorokin (2005) que se amor gera amor, não amor gera não amor] Ele queria si vin... com essas palavras ele disse: “Eu queria me vingar disso! E agora eu não posso mais!” E devolveu tudo! (Unidade de registro 4-1)

Considerando que nossas observações, portanto nossa análise, foi realizada dentro de nossas unidades de registro, concluímos esta perspectiva propondo que nossas hipóteses são passíveis de serem demonstradas e comprovadas mediante verificação empírica.

4.8 Lacunas na concretização da EdC

Por fim apresentamos um último tema-eixo, que denominamos **lacunas** percebidas na EdC. Decidimos tratar deste tema-eixo à parte, porque indica possíveis desvios em relação às unidades de registros utilizadas anteriormente. Por desvios entendemos a presença em nossas unidades de contexto de inferências temáticas com

¹⁴⁷ Afirma Lubich: “Mas o que é essa cultura do dar? É a cultura do Evangelho, é o Evangelho, porque dar nós aprendemos no Evangelho. ‘Dai’ – está escrito no Evangelho – ‘e vos será dado’. (LUBICH 2004a: 64).

valor semântico que indicam um distanciamento do valor semântico agápico, logo inferências que apontam para possíveis limites do ágape como MCSG na EdC.

Em relação às categorias secundárias de ágape, encontramos lacunas no que diz respeito à motivação valorativa, universalidade, gratuidade, alteridade e reciprocidade. As subcategorias de ágape: motivação valorativa, universalidade e gratuidade foram inferidas nas lacunas apresentadas tanto pelos empresários quanto pelos funcionários. Não identificamos lacunas percebidas no que diz respeito à concretude. Observamos que a percepção dos empresários difere da percepção dos funcionários, o que é compreensível a partir do momento que cada um desses grupos faz uma leitura e vivencia a EdC de posições diversas.

A seguir apresentamos um quadro sintético das lacunas inferidas e alguns modelos (unidades de registro) que não esgotam as inferências por nós assinaladas como lacunas, porque, seguindo o mesmo critério anterior, as nossas deduções, demonstrações e avaliações são resultado da pesquisa na sua totalidade, que não foi integralmente inserida no texto da tese em razão do grande volume de informações obtidas.

Julgamos que os quadros e os modelos apresentados a seguir oferecem informações pertinentes. Tecer comentários após cada um desses blocos poderia resultar em redundância. A fim de evitá-la, optamos por, diversamente do método empregado anteriormente, fazermos nossas considerações acerca das lacunas inferidas após termos apresentado a nossa classificação por meio, justamente, dos quadros e modelos.

4.8.1 Apresentação dos quadros e modelos relativos a lacunas inferidas na EdC

Quadro 3 – Categoria: motivação valorativa

Subcategorias de ágape	Empresários Lacunas inferidas	Funcionários Lacunas inferidas
Motivação valorativa	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência na prática da comunhão • Formação à cultura de comunhão • Identidade pouco sistematizada • Sucessão – mudança geracional na propriedade da empresa • Limite de conhecimento participativo dentro do MF 	<ul style="list-style-type: none"> • Postura diante das situações • Visão nova baseada no carisma • Não adequação à EdC • Normatização

Modelos:

- Então nesses 20 anos eu vi assim momentos altos e baixos, sem dúvidas que dependiam do mercado externo, mas muitos momentos que nós vivemos assim no risco, em alto risco, eu vi assim que, pra nós, eu falo da experiência da E. que *faltava preparo nosso. Preparo. [tema inferido: padrão de comportamento – lacuna inferida: postura diante das situações - grupo: funcionários]* (3.1)
- *Hoje eu não posso explicar na verdade o que seria Economia de Comunhão! Se a gente tá dentro do padrão, se não tá. Então a gente pode dizer que mudou bastante. [...] Hoje tem bem menos! Antigamente não sei se é porque os outros patr.. os patrões tinham o [ruído na gravação] mais focado nisso, né. Então eu acho que mudou bastante. tema inferido: padrão de comportamento-lacuna inferida: não adequação à EdC – grupo: funcionários]* (7.3)
- Uma empresa EdC é... às vezes, é... *Havia uma confusão, né, na E., administração de conflitos, né, quando tem né, quando você vê que tem um conflito, aí é só conversa? É só no relacionamento, sentar e conversar? É! Também! Mas não existe norma! [tema inferido: padrão de comportamento – lacuna inferida: normatização-grupo: funcionários]* (10-2)
- A impressão que eu tenho é que nós *estamos precisando de novos empresários, novos empreendedores, não é, novos assim, gente que bebeu a ideia da Economia de Comunhão quando era garoto, jovem, entendeu! Diferentemente dos atuais empresários que nós temos que estão se adaptando ao projeto de Economia de Comunhão. Não é! Que tem assim contribuições monumentais, mas que trazem uma experiência que de comunhão não tem nada! [tema inferido: espiritualidade – lacuna inferida: deficiência na prática da comunhão - grupo: empresários]* (5-2)
- Começa o *problema da sucessão*, como é que faz a sucessão de uma empresa da Economia de Comunhão? Se eles têm herdeiros, herdeiros que estão dispostos a dar continuidade ao negócio, já é um fato monumental! *Agora, estarem dispostos dar... Estarem dispostos a continuar o negócio e ainda dentro do projeto de Economia de Comunhão, é um algo a mais!!! É algo ainda mais difícil! Não é! Então, temos hoje empresários que não lhes resta outra alternativa senão vender o seu negócio! Não é! E acabou-se! [tema inferido: alternativa econômica – lacuna inferida: continuidade – grupo: empresários]* (5-2)

Quadro 4 – Categoria: universalidade

Subcategorias de ágape	Empresários Temas inferidos	Funcionários Temas inferidos
Universalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação • Pouca rotatividade das lideranças 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação aos princípios da EdC

Modelos:

- Algumas que eu vejo é essa *é encontrar uma forma de como fazer esta divulgação* de uma maneira mais eficaz. Como ampliar, como divulgar, *como fazer com que as pessoas conheçam mais né essa alternativa dessa economia nova*, não que seja a única é uma alternativa. Eu vejo não como dificuldade mas como desafio [**tema inferido: extensivo – lacuna inferida: divulgação – grupo: empresário**]. (5-1)
- *De sermos poucos as lideranças se tornam sempre as mesmas né*. [**tema inferido: extensivo – lacuna inferida: pouca rotatividade das lideranças- grupo: empresários**]. (5-1)
- *Olha, é, a gente sentia assim que podia ser melhor, né, essa parte. Por quê? A maioria dos funcionários do Polo não conhecem o Movimento...* [**tema inferido: extensivo – lacuna inferida: formação – grupo: funcionários**]. (5-3)

Quadro 5 – Categoria: gratuidade

Subcategorias de ágape	Empresários Temas inferidos	Funcionários Temas inferidos
Gratuidade	<ul style="list-style-type: none"> • Partilha do lucro • Maior interação entre os empresários 	<ul style="list-style-type: none"> • Paternalismo

- O que a gente não consegue fazer por circunstâncias dentro daquela realidade lá das três partes... *Às vezes a gente não consegue fazer participação, né, de lucro e tal, né, mas as outras atividades...* [**tema inferido: padrão de comportamento – lacuna inferida: partilha – grupo: empresários**]. (5-2)
- Tentamos no início não eu diretamente, mas como empresa, mas como empresa sou eu também né! Nós queríamos assim ir ao encontro dos funcionários! Só que o funcionário não estava preparado pra receber essa ajuda, *então caía no abuso, nós vivemos vários abusos aqui dentro e até pessoas que depois posteriormente tiveram de ser dispensadas, porque não sabiam até onde ia os limites deles!* [**tema inferido: amor (que excede) – lacuna inferida: paternalismo – grupo funcionários**] (3-1)

Quadro 6 – Categoria: alteridade

Subcategorias de ágape	Empresários Temas inferidos	Funcionários Temas inferidos
Alteridade		<ul style="list-style-type: none"> • Confiança • Participação nas decisões, mas pouca, limitada

- Elas chamam né, uma vez por mês, né, pra contar, mas assim umas certas mudanças, né, mas é mais pra contar as mais experiências também, né, aí além de contar as experiências *daí a gente já fala né o que tem que mudar, o que... como tem que fazer né, então assim são poucas, não é muito não, são poucas, poucas vezes*. [**tema inferido: cooperação – lacuna inferida: participação nas decisões – grupo: funcionários**]. (4-7)
- Me pegou, hein? [...] Assim, tem aquele ditado, *a gente confia desconfiando!* Eu confio no trabalho que eu faço! [**tema inferido: relacionamentos/vínculos sociais – lacuna inferida: confiança – grupo: funcionários**] (3-3)

Quadro 7 – Categoria: reciprocidade

Subcategorias de ágape	Empresários Temas inferidos	Funcionários Temas inferidos
Reciprocidade		<ul style="list-style-type: none"> • Individualidade • Maior comunhão entre os empresários • Menor colaboração • Maior comunhão das dificuldades

Modelos:

- Hoje na verdade a gente tem uma certa diferença com os mais novos em relação aos mais velhos, um faz uma coisa, outro já faz outra coisa, então a gente já não tá focado tudo num trabalho só. [...] Diminuiu. *Na verdade eu acho mais que é a união né, diminuiu*. [**tema inferido: cooperação – lacuna inferida: menor colaboração-grupo: funcionários**]. (7-3)
- Que as empresas da EdC fizessem mais! Que não sofressem sozinhas, *que dividissem mais!* Mas não só o lado bom! O lado ruim! O lado ruim, a experiência ruim às vezes é uma coisa que traz benefícios pra todos! Então é isso que falta, a gente sente! *É essa comunhão, né!* Se ela tá ruim, sofre lá sozinha... Então não é Economia de Comunhão? *A comunhão tem que ter o lado bom e o lado ruim, né!* [**tema inferido: espiritualidade – lacuna inferida: comunhão – grupo: funcionários**]. (10-2)

Os temas centrais inferidos como lacunas são: sucessão de propriedade e, portanto, continuidade da empresa dentro da EdC; pouca rotatividade das lideranças e pouca comunhão entre empresários, além da necessidade de uma maior formação aos princípios da EdC, de colaboração e de normatização e ainda falta de preparo técnico.

Da observação e da interpretação das falas no seu conjunto, apresentadas nos diversos modelos, mais do que pouca comunhão entre os empresários, percebemos a exigência de uma maior comunhão entre os principais agentes da Economia de Comunhão.

Percebemos também que os empresários de modo geral não apontaram lacunas que foram identificadas apenas por empresários que atuam na empresa por nós

identificada pelo número 5. Por motivos de privacidade, não podemos revelar a identidade da empresa, mas podemos dizer que se trata de uma administradora, portanto, trabalha a serviço das demais empresas. A localização desses empresários, isto é, o fato de olharem de fora, como prestadores de serviços administrativos, pode favorecer a percepção de lacunas nas empresas EdC. Os demais empresários, em vez, perceberam possíveis lacunas na perspectiva do tema-eixo situações adversas.

Em relação à lacuna “paternalismo”, remetemos ao conceito de adequação do amor de Sorokin¹⁴⁸, ou seja, uma das lacunas da EdC pode ser a de colocar em ação um amor forte na intenção, mas fraco no resultado, ou seja, uma ajuda inadequada. Estas lacunas – e outras não ditas – podem comprometer ou dificultar o desenvolvimento do projeto, bem como a sua difusão. No entanto, como afirma Bruni:

A EdC vive na fragilidade e nas contradições da economia e da sociedade de hoje, compartilha suas tentações e esperanças, e não se cansa de recomeçar, a cada dia, com todas as pessoas de boa-vontade, a aprender a arte mais difícil, mas a mais importante, da existência humana, a arte de doar-se dentro e fora dos mercados. (Bruni 2005: 39)

No entanto, acreditamos que todo processo histórico percorre um caminho, se constrói e se aprimora ao longo do tempo, justamente por meio de sucessos e de fracassos. De fato, dentro da lógica sistêmica, consideramos que o fato de existirem lacunas percebidas e verificadas na EdC não compromete a atuação do ágape como MCSG, pelo contrário, reforça a sua necessidade e função para manter a EdC enquanto sistema parcial da economia, que introduz nas comunicações econômicas, justamente, o medium ágape.

Tais lacunas são inerentes à formação do sistema EdC, como de qualquer outro sistema, e funcionam como perturbações sistêmicas, *inputs* ou *outputs* recebidos/emitados pelo próprio sistema ou pelo entorno, que, como comunicações, exigem respostas, respostas estas orientadas pelos mediuns da economia, da administração, do sistema familiar, mas também, no caso específico da EdC, pelo medium ágape.

¹⁴⁸ Ver Capítulo 3: 119, quando afirmamos: “A adequação do amor, em vez, mede a coerência entre a motivação da ação (dimensão subjetiva) e o seu efeito objetivo, isto é, verifica se uma ação motivada pelo amor produz um resultado positivo, portanto, de amor, em relação à pessoa amada, por ela percebida como amor”.

De fato, os MCSG têm a função de reduzir os efeitos da contingência, garantindo o êxito da comunicação, isto é, a aceitação da comunicação. Por esta razão, eles são fundamentais para a constituição dos sistemas sociais, porque se a contingência não fosse controlada, ou seja, reduzida mediante a diminuição de possibilidades de seleção, os sistemas se desintegrariam, uma vez que os sistemas são constituídos por um número elevado de elementos em relação (comunicações) demarcados por uma fronteira, um limite, justamente um limite que determina os tipos de comunicações possíveis de serem estabelecidas em seu interior, a partir da redução da complexidade, que compreende a redução da contingência.

A possibilidade de se obter uma resposta positiva à expectativa da comunicação pode ser condicionada pelos MCSG, que têm a tarefa de garantir o sucesso da comunicação, uma vez que condicionam a seleção/escolha da própria comunicação, motivando e garantindo a aceitação de uma determinada proposta seletiva. Os meios de comunicação simbolicamente generalizados “utilizam-se de generalizações para simbolizar o nexos existente entre seleção e motivação, e para representá-lo como unidade” (Luhmann 1990: 278). Alguns exemplos apresentados por Luhmann (ibidem) são a verdade, o amor, a fé religiosa, a arte, bem como valores fundamentais generalizados, isto é, fixados como geralmente aceitos pela civilização. Eles condicionam a seleção, a resposta à comunicação, pois atuam como motivação para se orientar em uma determinada direção. “Trata-se [...] de condicionar a seleção da comunicação de modo que esta possa agir também como instrumento de motivação, garantindo, portanto, a aceitação de uma determinada proposta seletiva”. (Luhmann 1990: 278).

Desse modo, as lacunas podem funcionar, como dito anteriormente, como perturbações, como comunicações dentro do próprio sistema e provocar transformações. Diante de uma informação – elemento novo – o receptor da comunicação não é mais igual ao que era antes, contém em si a nova informação.

No momento em que lemos que o cigarro, o álcool, a manteiga, a carne congelada, etc. fazem mal à saúde, estamos – quer acreditemos ou não – mudados (como pessoas que poderiam ter conhecimento disso e tomar cuidado). [...] Seja qual for a escolha, a comunicação fixa um estado do destinatário que não existiria sem que ela houvesse ocorrido. (Luhmann 1990: 262)

Na evolução da EdC enquanto sistema, é possível verificar respostas seletivas a estas e outras lacunas entendidas como *inputs*: o surgimento de associações de

empresários por uma EdC em nível nacional e mundial, o projeto de se integrar de forma mais ativa as atividades dos vários Polos EdC, cursos internacionais de formação para jovens, denominados *Summer school* EdC, nos quais teoria e prática são colocadas em confronto e em sintonia, além do avio de um programa de médio prazo, que objetiva a implantação de novas empresas EdC, em nível mundial, com o reforço das estruturas locais de coordenação do projeto, visando também à criação de postos de trabalho, como outra modalidade de cooperar com a superação da pobreza. Em 2012, no continente africano, como referido no primeiro capítulo, o censo indica que houve um aumento significativo de empresas e atividades produtivas no âmbito da EdC.

A seguir, apresentamos um quadro demonstrativo dos Polos e das Associações EdC existentes no mundo:

Quadro 8 – Associações e Polos EdC

As associações e os polos EdC no mundo:

PAIS	NOME	TIPO	E-MAIL	PAGINA WEB
Internacional	AIEC	Associação de EdC	info@edc-online.org	www.edc-online.org
Argentina	AEAEC	Associação de EdC	ramon.cervi@gmail.com	www.aedec.org.ar
	UNIDESA	Polo Solidaridad	unidesa@mariaopolis.org.ar	www.mariapolis.org.ar/polo-solidaridad/
América do Norte	EOCASSOC	Associação de EdC	eocassoc@gmail.com	
Bélgica	SOLIDAR	Polo Solidar	info@solidar.be	www.solidar.be
Brasil	ANPEC	Associação de EdC	anpec@anpec-edc.com.br	www.anpec-edc.com.br
	ESPRI	Polo Spartaco	espri@espri.com.br	www.espri.com.br
	EDC NORDESTE	Polo Ginetta	edc@pologinetta.com.br	www.pologinetta.com.br
R.D. Congo	AECOM	Associação de EdC	aecomprojet@yahoo.fr	
Croácia	UEZ	Polo Faro	udruga.ez@kc.t-com.hr	
Espanha	AEDC	Associação de EdC	edc@idealmail.net	
França	AUORE EdcC	Associação de EdC	edc@focolari.fr	www.economie-de-communion.org
Itália	EDIC spa	Polo L. Bonfanti	info@edicspa.com	www.edicspa.it - www.pololionellobonfanti.it
	L. BONFANTI	Associação de EdC	associazionelionello@loppiano.it	
Portugal	AIPEC	Associação de EdC	aipec.info@gmail.com	
	ECNAL	Polo Giosi Guella	raposo.jm@gmail.com	
	AEDC	Associação de EdC	geral@aedc-portugal.org	www.aedc-portugal.org

Fonte *Report EdC 2011-2012*. Inseto redazionale. AIEC-Associazione Internazionale Economia di Comunione. Tradução disponível no site www.edc-online.org.

Concluimos nossa análise retomando os objetivos iniciais da mesma: verificar se o ágape funciona como MCSG na EdC e se pode ser considerado elemento propulsor da EdC para além dela própria.

Pelos resultados obtidos consideramos pertinente afirmar que o ágape funciona como MCSG na EdC, sempre ressaltando a complexidade do amor-ágape, que não pode

ser, como inferimos por meio da interpretação das falas e da análise teórica, encerrado em uma ou poucas categorias independentes entre si, que se excluem reciprocamente enquanto significado. Pelo contrário, percebemos que ágape possui uma grande variedade de possibilidades semânticas, com áreas de interseção, pois se declina em inúmeras categorias, que se completam como ágape. De fato, as correlações entre as várias declinações colaboram na construção do valor semântico de ágape. Isso porque, podemos inferir, que ágape é ao mesmo tempo concreto, universal e gratuito; tem o outro por referência, produz amor, portanto também reciprocidade, e motiva as seleções/escolhas/ações dos agentes sociais.

Portanto, como já referido anteriormente, ágape como MCSG produz uma dinâmica de tensão, ou seja, impulsiona, dentro de uma escala gradativa, de acordo com a ideia de gradação do amor de Sorokin (2005), as comunicações que se dão no interior e entre os sistemas, sejam eles psíquicos (pessoais) ou sociais, para o polo máximo do amor, podendo variar entre o não amor – que seria o ódio – ao amor total, que seria o ágape como expressão máxima do amor. Dentro deste contexto, concluímos que ágape pode conferir às seleções/escolhas/ações, portanto às comunicações cotidianas e até mesmo habituais, que resultam nas ações dos agentes sociais, um valor agregado, justamente o valor agápico, sempre que em tais ações se possa verificar declinações ou características secundárias de ágape, que lhe conferem valor semântico. Portanto, consideramos possível afirmar que esta presença de ágape como MCSG foi por nós inferida na EdC. Assim sendo, a primeira verificação resulta positiva.

Em relação à segunda verificação, se ágape pode atuar como propulsor da EdC para além de suas fronteiras, com base nos resultados por nós obtidos, entendemos que ágape confere à EdC força de expansão, porque o amor-ágape é, como demonstrado, extensivo, cria padrões de comportamento, reforça a ideia de proximidade, transformando relações impessoais em pessoais, e relações distantes, em próximas. Provoca, assim, uma ruptura no modo de ser empresa e de a empresa se relacionar com seu entorno, portanto dentro do sistema econômico como sistema parcial do mesmo. O fato de existir e de atuar dentro do sistema econômico e não ao lado dele, faz com que a EdC envie *outputs* ao sistema econômico por meio das relações inter-humanas e intrasistêmicas, sendo a EdC um sistema parcial da economia. A intensidade desses *outputs* e a conseqüente recepção dos *inputs* no sistema econômico ainda podem ser

consideradas iniciais. No entanto, julgamos plausível afirmar que a EdC provoca rupturas no modo de ser empresa e de se atuar no sistema econômico.

Consideramos igualmente possível que o ágape, enquanto MCSG, uma vez introduzido na lógica econômica pela EdC, introduz neste campo uma racionalidade de ruptura, o que podemos chamar de racionalidade de comunhão. Levantamos a hipótese de que esta racionalidade se constitui como sistema de conhecimento da realidade estruturado pelos meios de comunicação simbólicos da economia, acrescidos de valor semântico, portanto modificados, por meio do ágape como MCSG.

No quinto capítulo, procuramos, justamente, compreender a EdC como possível produtora de conhecimento e o quanto o aspecto epistemológico da EdC pode colaborar na generalização das transformações provocadas pela prática da EdC, fundamentadas no ágape como MCSG.

Capítulo 5 - A ECONOMIA DE COMUNHÃO E SUAS INTER-RELAÇÕES: CONSTRUINDO UMA TEIA DE SIGNIFICADOS

Concluimos o capítulo anterior admitindo a hipótese de que o ágape, uma vez introduzido no sistema econômico, por meio da EdC, provoca uma ruptura na lógica econômica vigente, que se compreende a si mesma como hegemônica. Denominamos esta racionalidade de ruptura com uma racionalidade de comunhão.

Ademais, consideramos possível que esta racionalidade de comunhão ou agápica¹⁴⁹ tenha emergido do conhecimento da realidade entendido por nós como sendo a rede, ou teia de significados apreendidos e reelaborados pelas consciências, por meio dos processos comunicativos entre sistemas, sejam eles pessoais ou sociais. Retomamos mais uma vez o conceito de experiência trazido por Beto et al. (1974) que, da perspectiva do agente social, consiste em sair para fora – sair de si – e ir para o seu entorno – meio – e nele e do contato com ele adquirir conhecimento. Para estar mais de acordo com a nossa perspectiva sistêmica, diríamos: do processo de interpenetração sistêmica, adquirir informações que são reelaboradas em forma de conhecimento e expressas em pensamentos e ações. Ao expressar-se em pensamentos, o conhecimento proporciona a construção de um sistema de pensamento organizado e sistematizado acerca de um determinado tema, no caso a EdC. Julgamos que este sistema de pensamento seja estruturado pelos meios de comunicação simbólicos da economia, acrescidos de valor semântico por meio do ágape – como MCSG introduzido na economia – e o próprio ágape declinado em sua múltiplas categorias, como demonstramos no quarto capítulo.

Logo, este capítulo tem por objetivos: (1) estabelecer uma relação entre o sistema de ideais constituído por meio dos processos comunicativos que se dão na e por meio da EdC e o ágape como MCSG; (2) verificar uma possível interação entre este sistema de pensamento e o sistema econômico, de modo a investigar se há ou não possibilidade de a EdC ultrapassar suas próprias fronteiras ou permanecer um nicho. Em outras palavras, se a EdC possui em si potencial de generalização ou não.

¹⁴⁹ Usaremos racionalidade de comunhão e racionalidade agápica como sinônimos.

Como dissemos no terceiro capítulo, nossa pesquisa continua a transitar em um terreno movediço, primeiramente por considerar o ágape um MCSG com possibilidade de promover rupturas na prática econômica e na compreensão do sistema econômico vigente. Em segundo lugar por colocar a questão de que o ágape não só influencia a prática, mas colabora na construção de um sistema de pensamento com base na compreensão da realidade (conhecimento), ou seja, um sistema de pensamento que emerge da prática, da experiência dos agentes sociais, com potencial de generalização.

Julgamos importante ressaltar que consideramos toda elaboração teórica um processo de redução da complexidade, isto é, admitimos que seja improvável que uma única teoria tenha a possibilidade de exaurir a totalidade do real, pois é sempre possível buscar a compreensão da realidade de outro modo, portanto, toda elaboração teórica sofre os efeitos da contingência. Logo se efetuam recortes, e ao fazê-lo, selecionam-se elementos, abstraindo-se de outros. Por esta razão, julgamos profícuo utilizarmos da visão pluritópica, proposta por Mignolo (2003: 42), que, ao buscar compreender a realidade, considera vários saberes, colocando-os em diálogo (idem).

Situamo-nos, portanto, ao lado e na esteira de quem busca compreender o mundo como um sistema capaz de conter uma multiplicidade de saberes que se confrontam e dialogam, originando novas possibilidades de conhecimento. Afirma Santos:

Sendo infinita, a pluralidade de saberes existentes no mundo é inatingível enquanto tal, já que cada saber só dá conta dela parcialmente, a partir da sua específica perspectiva. Mas, por outro lado, como cada saber só existe nessa pluralidade infinita de saberes, nenhum deles se pode compreender a si próprio sem se referir a outros saberes. O saber só existe como pluralidade de saberes tal como a ignorância só existe como pluralidade de ignorâncias. As possibilidades e os limites de compreensão e de ação de cada saber só podem ser conhecidas na medida em que cada saber se propuser uma comparação com outros saberes. Essa comparação é sempre uma versão contraída da diversidade epistemológica do mundo, já que esta é infinita. É pois, uma comparação limitada, mas é também o modo de pressionar ao extremo os limites e, de algum modo, de os ultrapassar ou deslocar. Nessa comparação consiste o que designo por ecologia dos saberes. (Santos 2010: 543)

Partimos, portanto, com uma breve apresentação do pensamento pós-colonial, situando a EdC como pensamento liminar, logo, dentro das fronteiras de tal corrente de pensamento. A seguir, inserimos a EdC no âmbito da economia civil, também esta entendida como pensamento liminar. E, para concluir, buscamos estabelecer uma inter-relação entre a EdC, o ágape e a Teoria dos sistemas sociais, tendo por estrutura de

plausibilidade o pensamento pós-colonial, a fim de estabelecer um nexo de sentido entre a prática, verificada na pesquisa de campo, e a teoria que busca teorizar a EdC¹⁵⁰.

5.1 A EdC como sistema de pensamento

Com base no que dissemos anteriormente, para podermos compreender a EdC como sistema de pensamento, devemos primeiramente reafirmar que tal sistema se baseia tanto no ágape como MCSG, que elabora uma síntese da espiritualidade da unidade, quanto nos temas próprios das comunicações econômicas e em seus meios simbólicos, a saber: o dinheiro, como MCSG; a formação de capital, o crédito, o cálculo econômico racional, a propriedade, a satisfação das necessidades mediante a superação da escassez (Luhmann 1998: 115-116).

Um dos resultados mais importantes desta interação sistêmica pode ser compreendido com o fato dado de que a EdC existe e atua dentro, e não ao lado, do sistema econômico e, que não obstante, introduz no sistema econômico uma lógica de ruptura em relação a lógica vigente. A EdC comunica sobre o econômico tendo como meio simbólico também o ágape.

A EdC não se coloca, portanto, fora dos mercados; ela nasce do fracasso do mercado (o escândalo das favelas brasileiras), critica com decisão e indignação as injustiças que frequentemente o mercado produz e alimenta, mas não propõe uma economia que retorne às estruturas pré-modernas ou precedentes ao mercado, ou a economias alternativas reparadas dos mercados “normais”. (Bruni 2005: 37-38)

Logo, julgamos que a EdC atue como sistema parcial da economia, inserindo no sistema econômico – mais amplo – perturbações (sinais) que, na sequência do processo, se transformam em informações, podendo resultar em transformações no interior do próprio sistema econômico. Tais sinais e transformações podem, de acordo com nossa análise, ter as seguintes origens: relação *input/output* entre EdC e sistema econômico;

¹⁵⁰ Este jogo de palavras – teoria que busca teorizar – é proposital. Emerge da compreensão que temos acerca da EdC e da teoria que a partir da observação da EdC se pode elaborar. Acreditamos ser um processo circular, autorreferencial e heterorreferencial simultaneamente. Autorreferencial porque tal teorização busca seus fundamentos na prática da EdC ancorada à espiritualidade que lhe deu origem. Heterorreferencial, porque se utiliza igualmente de teorias construídas independentemente da prática da EdC, pré-existentes ou não, mas que, contudo, colaboram na elaboração de uma teoria que busca teorizar a EdC. Processo de construção em curso, mas considerado por nós ainda incipiente.

relações de interpenetração entre EdC e sistema econômico; entre EdC e sistemas de consciência; entre sistemas de consciência¹⁵¹.

Sustentamos o pressuposto de que o surgimento de um possível sistema de pensamento estruturado com princípios que estabelecem uma ruptura com a lógica vigente e dominante da economia contribui neste processo intersistêmico entre a EdC como sistema parcial da economia e o sistema econômico.

5.2 A EdC e a lógica econômica vigente e dominante

Consideramos que na lógica vigente, o sistema econômico não considera o amor¹⁵², portanto o ágape, como um de seus elementos constituintes. Tal ausência, fortalecida ao longo dos séculos¹⁵³ pelo pensamento econômico, tem sua origem em um dos fundadores da economia política, Adam Smith. De fato é conhecida a sua ideia expressa em sua obra *Riqueza das Nações* de que a cooperação entre os indivíduos floresce da necessidade de assistência mútua¹⁵⁴ mediada pelo interesse e não pela benevolência ou pela amizade. Ao retirar das relações econômicas a possibilidade de estas serem efetuadas tendo por motivação básica a benevolência, Smith descarta por si só a possibilidade da inclusão do amor, uma vez que o amor contém a amizade e a benevolência. Afirma Smith:

O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda de seus semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer se conseguir interessar a seu favor a autoestima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio à outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer – esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. (Smith 1983 [1776]: 50)

¹⁵¹ Recordamos que na Teoria dos Sistemas Sociais de Luhmann, os termos sistema psíquico, sistema pessoal (ou de personalidade) e sistema de consciência são sinônimos.

¹⁵² Ressaltamos que a partir do terceiro capítulo, utilizamos os termos ágape e amor como sinônimos, ou seja, ao utilizarmos o termo amor consideramos que este inclua eros e philia, chegando ao ágape, isto é, ao amor na sua máxima dimensão de pureza, intensidade e extensão.

¹⁵³ Para percorrer a história da Economia Civil e seus fundamentos, em diálogo com o percurso evolutivo das ciências econômicas, ver: BRUNI, Luigino; ZAMAGNI, Stefano. 2010. *Economia civil*. Eficiência, equidade, felicidade pública. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova.

¹⁵⁴ Aqui, o termo assistência mútua não possui o mesmo significado do termo assistência mútua utilizado na Economia Civil. Para Smith, tal assistência é endereçada à satisfação do interesse próprio, vantagem, que para alcançar ou obter, é necessária a cooperação e a ajuda recíproca. Na Economia Civil, a mútua assistência orienta-se não apenas à satisfação dos interesses próprios, mas também dos interesses alheios (Smith 1983 [1776]: 50; Bruni; Zamagni 2010: 85-92).

De fato, Smith considera as relações de mercado em uma esfera diversa das relações de amizade (Bruni 2008: 30), mesmo porque, dada a complexidade das relações que se dão no mercado, complexidade entendida também como elevado número de relações indispensáveis para a satisfação das necessidades (interesses) dos indivíduos, seria improvável que relações de amizade pudessem operar com esta finalidade¹⁵⁵: “Numa sociedade civilizada, o homem a todo momento necessita da ajuda e cooperação de grandes multidões, e sua vida inteira mal seria suficiente para conquistar a amizade de algumas pessoas” (Smith 1983 [1776]: 49-50).

Ora, não cabe em nosso trabalho percorrer a história do pensamento econômico, mas colocar a atenção no fato de que na sociedade ocidental contemporânea – e, a partir dela, na sociedade em geral, sobretudo após o fenômeno da globalização – houve uma radicalização do pensamento segundo o qual a economia se fundamenta nos princípios do individualismo, da utilidade, do interesse, da eficiência e da competição¹⁵⁶. Um

¹⁵⁵ Bruni lança o olhar para uma releitura de Smith, considerando que a visão da economia como o reino das relações unicamente instrumentais é um desdobramento do pensamento smithiniano visto de forma parcial e distorcido. Bruni remete-se ao conceito smithiniano de *sympathy* (elaborado no livro *Teoria dos sentimentos morais*, de Smith) como “capacidade que o homem possui de se identificar com o outro, de ficar na sua pele, de sentir com ele” (Bruni; Zamagni 2010: 89). De fato, Kliksberg (2011: 19) ao analisar a crise econômica mundial de 2008, evoca Smith, ao afirmar: “Já Adam Smith, o pai da economia clássica, havia advertido vários séculos atrás que os mercados deveriam ser regidos por valores éticos como a honra, a prudência, a transparência e a confiança mútua. Do contrário, poderiam funcionar muito mal”.

¹⁵⁶ De acordo com Bruni e Zamagni (2010) os fundadores da economia moderna, incluindo entre eles Smith, Genovesi e Galiani, foram, com muita probabilidade, influenciados pelo pensamento de Hobbes, Maquiavel e Mandeville. No entanto, afirmam Bruni e Zamagni: “O que os fundadores da economia buscaram fazer, aproximando as várias escolas clássicas, foi ir além de Maquiavel, Hobbes e Mandeville, aproveitando algumas de suas críticas, mas levando a discussão a um plano superior; mostraram que a sociedade civil é justamente o conjunto de ações, regras e instituições que leva a natureza ambivalente do ser humano, sua insociável-sociabilidade, a poder-se orientar para o bem comum. Reconheceram também que na ‘grande sociedade’, a sociedade comercial moderna, não é possível confiar demasiadamente na benevolência, pois o homem ‘real’ é conduzido, sobretudo, pelo interesse pessoal (estando, nisso, do lado dos críticos). Mas o interesse pessoal, dentro da vida civil não é considerado por esses economistas um ‘vício’, pois é visto imediatamente unido ao interesse dos outros, ao interesse público. [...] A economia moderna, política (anglo-saxã) ou civil (italiana), nasceu, portanto, no interior de antropologias ricas e complexas, que expressaram a busca do interesse pessoal como uma paixão compatível com o interesse alheio, em forte continuidade com a tradição que considerava a reciprocidade a base do civil”. (Bruni; Zamagni 2010: 63). A teoria econômica contemporânea, ainda de acordo com esses dois autores, parte de Smith, radicalizando o seu pensamento na direção da impessoalidade, do anonimato, da busca do interesse pessoal, excluindo a busca intencional do bem comum. Afirmam ainda Bruni e Zamagni (2010): “os herdeiros diretos ou indiretos de Smith ficaram com o componente menos civil de seu pensamento, construindo a economia política como o reino das relações *unicamente* instrumentais. (Bruni; Zamagni 2010:92). Na análise desses dois autores por nós utilizados, o progressivo afastamento da tradição da Economia Civil (incluindo a economia política de Smith, na dimensão em que se aproxima da Economia Civil), é resultado também do pensamento de Hegel – para quem o civil transformou-se em econômico, entendido como espaço dos interesses privados dos indivíduos e das relações instrumentais. A categoria do egoísmo como chave de leitura das relações econômicas é fortalecida. Outro pensador que influenciou a teoria econômica contemporânea foi Bentham, que introduziu o conceito do utilitarismo: “O termo utilidade designa aquela propriedade existente em qualquer coisa, propriedade em virtude da qual o objeto

espaço de relações anônimas, instrumentais e impessoais (Bruni; Zamagni: 2010: 116).

Afirma Bruni (2008):

A partir da primeira teoria de Smith, no século XVIII e depois no século XX, desenvolveu-se uma verdadeira e própria ideologia liberal (que, em parte, esqueceu os valores perceptíveis de Smith), segundo a qual os mercados atuam *sempre e em todo modo* em favor do bem comum, são a mais elevada forma de sociedade civil, e qualquer intervenção, até mesmo com objetivos solidários, são vistos como obstáculos, portanto, danosos e imorais. (Bruni 2008: 33)

Bruni localiza esta mudança de rota já no final do século XVIII, quando a mão invisível de Smith passou a ser interpretada:

Gratuitamente como se significasse que, em dadas circunstâncias, o bem comum pode surgir da interação livre de indivíduos cujas motivações não incluam de modo algum a inclinação específica para o bem comum (Bruni; Zamagni 2010: 73).

Assmann (1994) faz uma análise análoga a de Bruni, ao ressaltar que o interesse é a motivação primeira das relações que se dão no mercado:

A paixão “mais produtiva” é o interesse próprio; o interesse governa o mundo; os interesses competitivos se ajustam espontaneamente entre si; surgem, assim, frutíferos mecanismos de ajuste que funcionam autonomamente; seu automatismo não requer intenções subjetivas de fazer o bem; não fazem falta intenções solidárias porque basta o respeito à propriedade e aos contratos de mercado; por dinamismo intrínseco, os mecanismos do mercado se orientam ao melhor bem comum. (Assmann 1994: 89)

Neste processo de transformações sociais¹⁵⁷, dotado de grande complexidade, portanto de inumeráveis perspectivas de análise possíveis, a nós interessa o fato de que o sistema econômico que entende a si mesmo como centralizado no interesse e na utilidade, expulsando para outras fronteiras princípios éticos e morais, como também relações baseadas na amizade e no amor, não alcança o seu próprio objetivo, que seria satisfazer as necessidades, produzir bens e serviços e garantir o crescimento do próprio

tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade” (Bentham apud Bruni; Zamagni 2010: 95). “Na obra de Bentham realizou-se a identificação entre felicidade e utilidade e, com essa identificação, a ciência econômica neoclássica, ao longo do século XX, afastou-se progressivamente do tema da felicidade, para dedicar-se apenas à utilidade individual e às preferências” (Bruni, Zamagni 2010:95). Um terceiro economista citado como fonte de inspiração ao atual pensamento econômico é Wicksteed, que com a sua “teoria da sociabilidade desempenhou um papel importante na definição da economia como espaço das realizações anônimas e impessoais” (Bruni; Zamagni 2010: 96). Para maiores aprofundamentos ver: BRUNI, Luigino; ZAMAGNI, Stefano. 2010. *Economia civil*. Eficiência, equidade, felicidade pública. Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova.

¹⁵⁷ Aqui utilizamos o termo sociais porque entendemos que este incluía todas as transformações que se dão na sociedade em geral, como, por exemplo: transformações econômicas, políticas, culturais e científicas.

sistema econômico, entendido como desenvolvimento (Luhmann 1998: 81). Especificamos: desenvolvimento para todos.

De fato, o Relatório sobre os objetivos de desenvolvimento de milênio 2013 elaborado pela ONU (UNRIC: 2013)¹⁵⁸ apresenta progressos significativos e substanciais para o cumprimento das metas de desenvolvimento global de todos os povos da terra a ser alcançada até 2015. Tal Relatório indica uma redução de 50% do número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, bem como uma acentuada melhora no acesso à água potável, à educação e à saúde. Não obstante todo esse progresso, o mesmo documento apresenta os limites de desenvolvimento ainda bastante acentuados:

Por exemplo, a nível mundial, uma em cada oito pessoas continua a passar fome. Morrem demasiadas mulheres durante o parto quando dispomos dos meios para as salvar. Mais de 2,5 mil milhões de pessoas não têm acesso a instalações sanitárias melhoradas, das quais um milhão continua a praticar a defecação a céu aberto, o que constitui um grave risco para a saúde e para o ambiente. A nossa base de recursos está em grave declínio, com perdas contínuas de florestas, espécies e reservas de peixe, num mundo que já está a sentir o impacto das alterações climáticas. (UNRIC 2013: 3)

Portanto, se de um lado a economia mundial, como parte de um processo mais amplo, ou seja, em uma dinâmica de interação com outros sistemas da sociedade (por exemplo, com os sistemas político, educacional, sanitário, jurídico, científico) – produziu riqueza e progresso beneficiando parte considerável da população mundial, de outro lado, deixou às margens de tais benefícios outra parcela relevante da população. Centralizamos a atenção de nossa análise em um dos problemas fundamentais gerado pelo sistema econômico e não resolvido por ele, isto é, no fato de que o sistema econômico tenha produzido riqueza, mas que esta riqueza não seja partilhada de forma benéfica¹⁵⁹ entre todos os habitantes da terra. Disso deriva o fato de que o sistema

¹⁵⁸ Em nosso trabalho utilizamos a versão portuguesa do Relatório sobre objetivos de desenvolvimento de milênio 2013 publicado pela UNRIC (Centro Regional de Informações das Nações Unidas) de Lisboa: <http://www.unric.org/html/portuguese/mdg/MDG-PT-2013.pdf> (consulta realizada em 10 de mar. 2014).

¹⁵⁹ Preferimos utilizar o termo *benéfico* e não *igual* ou *de forma igualitária* por acreditarmos que seja improvável uma distribuição dos bens e riqueza produzidos de forma igual entre todos os habitantes do planeta. Acreditamos, porém, que todos os habitantes da terra tenham o direito de participar dos bens e da riqueza produzida de modo a serem incluídos no processo de desenvolvimento que contém a dimensão econômica, mas ao mesmo tempo a transcende. Seguimos a linha da noção de desenvolvimento integral da pessoa, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento 2013 (ONU) <http://www.un.org/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf> (consulta realizada em 10 de março de 2014), que afirma: “A mensagem essencial neste e em anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano é a de que o crescimento econômico não se traduz, por si só e automaticamente, em progressos no desenvolvimento humano. A opção por políticas em prol dos mais desfavorecidos e por investimentos significativos no reforço das capacidades dos indivíduos – com ênfase na alimentação, educação, saúde e

econômico com a sua dinâmica se configura como um sistema que provoca a exclusão de milhões de pessoas, tanto do processo produtivo quanto do processo distributivo da riqueza. Como afirma Sen:

O capitalismo global está muito mais centrado em ampliar o domínio das relações de mercado do que, para dar um exemplo, em estabelecer a democracia, a expansão da educação primária ou em melhorar as oportunidades sociais e dos menos favorecidos da sociedade. (Sen 2011: 13)

A EdC surge, como disse Bruni (2005:37) do fracasso do sistema econômico, do escândalo das favelas, ou seja, surge na, da e para a desigualdade. Emerge como resposta a um imperativo econômico-social: Lubich, em 1991, como demonstramos no primeiro capítulo, afirmou à época:

Quanto pode fazer o capital nas mãos de poucos e como resultado da exploração de muitos. Mas, por que, nos perguntamos, tanta potência não se direciona para solucionar os graves problemas do Brasil? Porque falta o amor ao irmão, domina o cálculo, o egoísmo. (Lubich 1991a: 17)

Esta afirmação de Lubich trata de alguns pontos chave da problemática econômico-social à qual nos remetemos anteriormente: *o capital nas mãos de poucos* (desigualdade na distribuição da riqueza produzida); *resultado da exploração de muitos* (riqueza acumulada mediante situações de exploração); *por que tanta potência não se direciona para solucionar os graves problemas do Brasil* (falta de interesse, e não de possibilidade, de se resolver o problema da miséria); *falta o amor ao irmão, domina o cálculo, o egoísmo* (base do pensamento econômico hegemônico, alicerçado no cálculo, no individualismo, no interesse privado, na impessoalidade; na crença de que, a busca da satisfação dos interesses privados, em uma combinação intrínseca às relações de mercado e econômicas, por si só, garantiriam o bem estar de todos, da coletividade). Ressaltamos o fato de que a EdC surge como caminho viável para colaborar na erradicação não somente da pobreza, mas, sobretudo das desigualdades econômicas e sociais.

qualificações para o emprego – pode melhorar o acesso a um trabalho digno e proporcionar um progresso duradouro”. O relatório de 2013 identifica quatro domínios específicos, com vistas à manutenção da dinâmica de desenvolvimento: melhorar a equidade, incluindo a dimensão do gênero; proporcionar uma maior representação e participação dos cidadãos, incluindo a dos jovens; enfrentar as pressões ambientais e gerir as alterações demográficas. (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2013: IV)

5.3 A EdC como pensamento liminar

Com o objetivo de traçarmos o fio lógico da presente análise, retomamos o trabalho realizado em nossa dissertação (Cruz: 2009) mediante o qual verificamos a EdC como possível modo de a religião continuar a influir na sociedade secularizada e diferenciada, como tende a ser cada vez mais a sociedade global deste nosso século.

Ora, sobretudo na sociedade Ocidental contemporânea, a secularização se apresenta como perspectiva dominante, como forma hegemônica de conceber a realidade, baseada, sobretudo, na diferenciação entre modos cognitivos fundamentados em visões religiosas e modos cognitivos fundamentados em lógicas racionais, admitindo-se que cosmovisões religiosas se localizem na esfera da irracionalidade. Como também, entende-se que cosmovisões religiosas exerçam um papel preponderante na esfera privada, tendo de ser descoladas sempre mais a este âmbito, subtraindo-as da esfera pública. De fato, as mudanças sociais que fundaram a sociedade contemporânea levavam a crer que a religião perderia a sua relevância no entrelaçamento de relações que se constituíram entre os vários âmbitos da sociedade colocados lado a lado, em oposição à organização tradicional, na qual as esferas se integravam, porém com um baixo nível de diferenciação, e a religião cristã, hegemônica. Marx acreditava que a religião desapareceria junto com a alienação, na sociedade socialista; e Weber pensava que a religião, na sociedade desencantada e racionalizada, presa em uma gaiola de ferro, teria sido colocada para fora dela, talvez para sempre (Martelli 1995: 30-31).

Para compreendermos melhor a EdC como pensamento liminar acreditamos fundamental retomar a questão da secularização abstraindo-nos da vastidão de conteúdo de significado que engloba incontáveis teorias a respeito deste fenômeno, para expressar, justamente, a dinâmica que deslocou a religião para fora do centro da sociedade, que passou a ser estruturada de forma autônoma em relação à religião, prescindindo de toda e qualquer justificação transcendente. Afirma Martelli: “Na sociedade moderna os processos sociais se fundam sobre uma racionalidade instrumental que não requer nenhuma legitimação transcendente” (Martelli 1995: 165).

Berger segue a mesma direção, entendendo a secularização como “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos” (Berger; Luckmann 1985: 119), tendo sido forjada na área

econômica, de modo especial nos setores da economia formados pelos processos capitalistas industriais.

Em outras palavras, a moderna sociedade industrial produziu um setor “localizado” no centro que é algo assim como um “território livre” com relação à religião. A secularização partiu daí “para fora” na direção das outras áreas da sociedade. (Berger; Luckmann 1985: 141)

No entanto, nas mesmas sociedades ocidentais contemporâneas, embora não possamos objetar o elevado grau de laicismo, entendido como separação radical entre a esfera religiosa e as esferas civis e como atribuição de validade universal à lógica não religiosa como ordenadora do sistema social, não podemos deixar de considerar que a religião, sobretudo cristã, manteve-se na tensão de continuar a exercer influência, inclusive na esfera pública.

Ora, se de um lado é verificável que a religião tenha perdido a sua hegemonia, e com ela a sua força de influência social, de outro, é igualmente verificável que ela não perdeu a sua capacidade de influenciar o âmbito público e civil, portanto âmbitos não religiosos. Este é um dos vários paradoxos produzidos pela modernidade.

De um lado índices recentes apontam, em todos os sentidos, que a religião está perdendo cada vez mais espaço dentro da sociedade. Por outro, o número de igrejas, templos, centros e “espaços místicos” aumenta a olhos vistos. Há uma relação dialética entre religião e modernidade que escapa a qualquer análise redutora. (Souza 2004: 7)

O que se pode atestar é que a religião precisou encontrar novos caminhos para se manter presente na sociedade secularizada. Continua Souza:

Ao mesmo tempo em que a sociedade rapidamente perdia os referenciais exclusivamente religiosos, a própria religião encontrava novas maneiras de sobreviver – muitas vezes adaptando e legitimando práticas laicas, com eventuais prejuízos para o sentido propriamente religioso da questão. (Souza 2004: 9)

A antinomia entre tradição e modernidade, frequentemente aplicada como antinomia entre religião e sociedade, contém em si o risco de se deixar envolver por um dualismo simplista, que não percebe:

o caráter ambivalente – ou polivalente – de tais fenômenos. Longe de ser sempre contraditórias, a modernidade e a tradição são muitas vezes articuladas, associadas e combinadas de uma maneira complementar – um processo no qual os componentes tradicionais não são um peso morto (reliquias do passado) e sim constituintes ativos de renovação cultural. (Löwy 2000: 87).

Pierucci (2004: 19) identifica nesta tensão entre secularização e presença ativa e dinâmica da religião um dos desafios impostos às ciências sociais: “pensar os dois fenômenos ao mesmo tempo” (idem).

Recolocamos em nosso discurso a questão do lugar da religião nas sociedades ocidentais contemporâneas para indicar que o pensamento religioso, que outrora era dominante, atualmente pode ser considerado pensamento liminar.

Passamos a nos situar na esteira do pensamento de Walter Mignolo, expressão do pensamento pós-colonial, que busca compreender o atual sistema mundial/colonial moderno a partir das margens, das culturas e formas de conhecimento que foram subjulgados pelo pensamento ocidental, que se autocolocou no centro da história, como pensamento hegemônico, dominante e expansivo, portanto universal (Mignolo 2003)¹⁶⁰: “A expansão ocidental posterior ao século 16 não foi apenas econômica e religiosa, mas também a expansão de formas hegemônicas de conhecimento que moldaram a própria concepção de economia e de religião¹⁶¹ (Mignolo 2003: 48).

¹⁶⁰ Para maiores aprofundamentos ver: Dussel, Enrique. 2005. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). 2005. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, pp. 55-70. Neste artigo, Dussel trata justamente da modernidade como construção histórica fundada na concepção da Europa como centro do mundo e da história universal: “Chamamos a esta visão de “eurocêntrica” porque indica como pontos de partida da “Modernidade” fenômenos intraeuropeus, e seu desenvolvimento posterior necessita unicamente da Europa para explicar o processo” (Dussel 2005 - <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf> - visita feita em agosto de 2011). Dussel demonstra como se deu, historicamente, a construção da visão eurocêntrica – a partir do descobrimento da América – e propõe um paradigma diferenciado, por ele indicado como transmodernidade, que supera a visão da Europa (e do Ocidente europeu) como centro e dos demais povos e culturas como periferia inferior. Dussel propõe uma visão de mundo que não massifica as identidades particulares nem as anula, um sistema mundo no qual a alteridade existe e é fonte de construção coletiva: “A “realização” seria agora a passagem transcendente, na qual a Modernidade e sua Alteridade negada (as vítimas) se correalizariam por mútua fecundidade criadora. O projeto transmoderno é uma correalização do impossível para a Modernidade; ou seja, é correalização de solidariedade, que chamamos de analéptica, de: Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc.; não por pura negação, mas por incorporação partindo da Alteridade”. (Dussel 2005 - <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf> - visita feita em agosto de 2011).

¹⁶¹ Neste trecho de Mignolo, a religião – cristã ocidental – é compreendida dentro do contexto histórico (século XVI), como parte constitutiva da expansão ocidental (cultural, econômica e religiosa), com pretensões de universalidade e, conseqüentemente, autocompreendendo-se hegemônica. Nós defendemos a posição de que na atualidade a religião, especialmente a religião cristã, pode ser considerada liminar, na medida em que sofre o processo da secularização, perdendo a posição hegemônica na ordenação da sociedade, embora continue a exercer influência na esfera pública.

Por pensamento liminar entendemos formas de conhecimento do mundo – sistema de pensamento – que coloca em questão saberes hegemônicos. No entanto, o pensamento liminar é concebido por Mignolo como possibilidade de se construir novos saberes numa relação dialógica, não mais entre atrasados e desenvolvidos, mas entre centros, periferias e semiperiferias que se articulam como partes integrantes de um único sistema mundo, na concepção de Wallerstein (Ariente; Filomeno 2007: 103). A emergência de pensamentos liminares se dá em espaços intermediários localizados entre o centro e a periferia ou em periferias dos próprios centros, abrindo uma fenda, uma ruptura no modo de se pensar o mundo e as relações que se dão em sociedade (Mignolo 2003). Esses espaços intermediários são expressos por Mignolo com o conceito de diferença colonial, que considera o encontro de diferentes saberes que buscam legitimação, um deles considerando-se universal, outro ou outros, locais, visando o que há de particular. Esses saberes locais, quando emergem da subalternidade, tornam-se capazes de abrir fendas e transformar saberes considerados universais e hegemônicos:

A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. (Mignolo 2003: 10)

Ora, entendemos que a EdC pode ser considerada um pensamento liminar em duas dimensões. Primeiramente por ter se originado de uma experiência religiosa, portanto pelo fato de ser um modo de a religião influir em âmbitos não religiosos na sociedade global. Em segundo lugar, pelo fato de introduzir o ágape nas relações econômicas como MCSG, assim sendo, a EdC se encontra em condições de abrir fendas na prática e no pensamento econômico dominante. Em terceiro lugar porque surgiu no Brasil, portanto fora do centro hegemônico mundial.

Como propusemos anteriormente, além de ser uma prática, ou seja, um modo de atuar dentro do sistema econômico, a EdC pode ser considerada um sistema de pensamento, ou seja, um sistema de ideias que fundamenta seus princípios tanto em pressupostos oriundos de uma crença religiosa, no caso o cristianismo, quanto nos pressupostos da própria teoria econômica. De acordo com a abordagem sistêmica, a EdC comunica sobre o econômico, tendo introduzido no sistema econômico, por meio da relação de interpenetração entre ela mesma, a EdC, como sistema parcial da economia, e a economia, comunicações oriundas do sistema religioso, mais

precisamente do ágape como MCSG, entendido como síntese dos princípios cristãos e como declinação destes, da espiritualidade da unidade.

No quarto capítulo, procuramos demonstrar o ágape como MCSG nas comunicações que se dão na EdC. Ademais, verificamos que o ágape contém em si subcategorias como a gratuidade, a reciprocidade, a alteridade, a universalidade. Portanto, mediante processo de desdobramento, tais categorias são igualmente introduzidas no sistema econômico. Uma vez introduzido no sistema EdC, e por meio deste, no sistema econômico, o ágape e suas subcategorias deixam de comunicar sobre o religioso e passam a comunicar sobre o econômico, isto é, a EdC não funda uma outra religião, muito menos abre igrejas ou paróquias ou qualquer outro tipo de manifestação religiosa. A EdC funda empresas que funcionam no mercado de modo análogo a qualquer outra empresa. Participa das relações econômicas como qualquer outra empresa. A diferença está, justamente, no fato de que a EdC introduz nas comunicações que se dão no sistema econômico, o ágape e suas subcategorias. A EdC insere novamente na economia, e portanto no saber econômico, na teoria econômica, de modo preponderante, os princípios da gratuidade e da reciprocidade agápicas.

Nesta dinâmica de interação sistêmica, para comunicar economicamente tendo por fundamento princípios agápicos – portanto comunicações agápicas –, a EdC colocou-se em interação com um outro tipo de pensamento que, com a emergência da economia política, seus desdobramentos e digressões, acabou se tornando um pensamento silenciado dentro do próprio centro de produção dos saberes considerados hegemônicos, a Europa. Trata-se da Economia Civil, também considerada por nós pensamento liminar. Utilizando-nos do arcabouço teórico de Mignolo, podemos identificar este processo de interação EdC – economia – Economia Civil – como o que ele entende por semiose colonial.

A história universal contada por Hegel é *uma* história universal na qual a maioria dos *atores* não teve a oportunidade de ser também *narradores*. A semiose colonial visa identificar momentos precisos de tensão no conflito entre duas histórias e saberes locais, uma reagindo no sentido de avançar para um projeto global planejado para se impor, e outros visando às histórias e saberes locais forçados a se acomodar a essas novas realidades. Assim a semiose colonial exige uma hermenêutica pluritópica pois, no conflito, nas fendas e fissuras onde se origina o conflito, é inaceitável uma descrição unilateral. (Mignolo 2003:41-42)¹⁶²

¹⁶² O nosso trabalho tem por referência teórica de base a Teoria dos Sistemas Sociais, desenvolvida por Niklas Luhmann. No entanto, nos colocamos em diálogo, sem contrapormo-nos à visão sistêmica, algumas das categorias trabalhadas por Walter Mignolo no âmbito do pensamento pós-colonial. O pensamento pós-colonial busca compreender o mundo a partir da crítica à imposição de um pensamento

De fato, consideramos semiose colonial o processo mediante o qual histórias locais colocadas frente a frente produzem conhecimento. Outro conceito de Mignolo que nos oferece suporte para a nossa análise, justamente em relação ao processo de produção de conhecimento pluritópico, é o de dupla crítica, que busca elaborar um pensamento, não a partir de uma perspectiva que se coloca na posição de hegemônica, mas a partir de dois pensamentos confrontados e criticados simultaneamente e reciprocamente, dos quais se poderá extrair uma nova compreensão da realidade. Assim Mignolo se refere à dupla crítica ao falar da relação entre o pensamento Ocidental e o Islâmico: “Nessa interseção, uma dupla crítica torna-se um pensamento liminar, já que criticar ambos, ao fundamentalismo ocidental e ao islâmico, implica em pensar a partir de ambas as tradições, e, ao mesmo tempo, de nenhuma delas (Mignolo 2003: 102). No nosso caso, colocamos em interseção tanto o pensamento econômico hegemônico, quanto a EdC e a Economia Civil. Analisarmos a construção do pensamento econômico sob a perspectiva da EdC numa relação dialógica com a teoria econômica dominante e a Economia Civil lançando mão de conceitos do pós colonialismo, não nos coloca em contraposição com a perspectiva sistêmica, mas reforça o nosso pressuposto de que as relações que se dão na sociedade podem, independentemente de qualquer referencial adotado, serem vistas como relações sistêmicas. Nesse caso específico, este processo de interação aponta para o fato de que esses três sistemas de pensamento se cruzam, se perturbam reciprocamente, e cada um deles pode, ao longo deste processo, produzir novas informações chegando a operar transformações dentro do próprio sistema. Neste

hegemônico ocidental, que teve sua origem com a expansão marítima e os processos de colonização. Desse modo, procura resgatar e identificar processos de produção de conhecimento baseados numa relação dialógica entre tal pensamento hegemônico e saberes subalternos, isto é, saberes produzidos em áreas que, mesmo depois do processo de descolonização, continuaram a se autoconceber e a serem concebidas à margem do sistema mundial. Para aprofundar o pensamento pós-colonial, ver: MIGNOLO, Walter. 2003. *Histórias locais/projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG; SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. 2010. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez; LANDER, Edgardo (org.). 2005. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLASCO; ARRIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. 2007. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n.1 (jul.): 99-126; DUSSEL, Enrique. 1993. *1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade*. Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes. Ao utilizar o conceito de semiose colonial, Mignolo pressupõe uma relação deste com outros conceitos por ele utilizados como: diferença colonial, espaço no qual “histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais [pensamento hegemônico com pretensão de universalidade; I.C.] encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados” (Mignolo 2003: 10); e hermenêutica pluritópica, mediante a qual se dá atenção a todos os saberes e não a apenas um deles (Mignolo 2003: 42).

nosso trabalho nos propomos a verificar de modo mais próximo, o que ocorre na Economia de Comunhão e a partir dela possíveis transformações no sistema econômico.

Portanto, retomamos a afirmação anterior de que a EdC para comunicar sobre o econômico colocou-se em interação com a Economia Civil, mas afirmamos igualmente que, por ser um sistema parcial da economia, tal interação se dá simultaneamente com o pensamento econômico hegemônico.

Ora, a partir deste momento nos referiremos ao sistema econômico, à EdC e à Economia Civil como sistemas de pensamento, ou seja, como sistemas de ideias que estruturam o funcionamento do sistema econômico e da EdC. Nesta perspectiva, partimos do princípio de que a EdC e a Economia Civil podem ser entendidas como subsistemas do sistema econômico. Assim sendo, deslocamos o nosso olhar para os temas das comunicações que se dão na EdC, retomando o conceito de estrutura que utilizamos no segundo capítulo, quando afirmamos que um sistema também é demarcado por meio de suas estruturas. Definimos por estrutura, de acordo com a Teoria dos Sistemas Sociais de Luhmann (1990) um tipo de arcabouço que compreende os temas das comunicações que se dão em um dado sistema, portanto uma espécie de território semântico que determina as suas fronteiras. Neste caso, o território semântico é compreendido por nós como sendo, justamente, o conjunto de ideias, logo, um sistema de pensamento que dá plausibilidade e possibilita as comunicações que se dão na EdC conferindo-lhe qualidade de sistema.

Ressaltamos que para nós, o centro dos problemas gerados pelo sistema econômico é o seu caráter impessoal e anônimo, qualidade herdada da primitiva teoria econômica, como afirma Bruni:

A ideia de troca econômica como recíproca indiferença e aquela de mercado como lugar de relações anônimas e impessoais ainda domina o inteiro aparato da economia contemporânea que, deste ponto de vista, é legítima herdeira do “Adão” [Adam Smith; I.C.] da ciência econômica. (Bruni 2010a: 120)

Consideramos importante o fato de que a EdC funciona dentro dos mercados, portanto, possui por estrutura o pensamento econômico vigente, porém, colocado em relação com outros meios semânticos e temas de comunicação, que lhe conferem peculiaridade, o sistema religioso e a Economia Civil. Portanto, sobre o pensamento

econômico hegemônico nos interessa o fato de que tenha colocado fora de suas fronteiras philia e ágape, a amizade, a benevolência, a ética. Para o bom funcionamento dos mercados – e da economia – bastam os contratos e a busca da satisfação dos interesses privados, na crença de que tal processo levaria quase automaticamente ao bem comum. Remetendo-se ainda a Smith, afirma Bruni (2010 b):

As relações de mercado permitem-nos obter aquilo que precisamos sem ter de depender do amor dos outros, uma vez que dependendo todos de forma impessoal e anônima da “mão invisível” do Mercado (com M maiúsculo), não dependemos *pessoalmente* de ninguém, nem temos de nos encontrar de forma pessoal (e potencialmente dolorosa) com ninguém. (Bruni 2010 b: 40)

Passamos agora a verificar a relação entre a EdC e a Economia Civil.

5.4 A Economia Civil

Levantamos o problema se e em qual medida a impessoalidade, o anonimato, o contrato e os demais princípios da atual teoria econômica e das relações de mercado garantem a liberdade e a igualdade entre os agentes sociais.

Uma observação até mesmo superficial da realidade social na qual vivemos, confirmada, contudo, pelos dados oficiais das análises de conjuntura publicados pela ONU, como o *Relatório de desenvolvimento humano 2013* e o *Relatório sobre os objetivos do milênio 2013*, nos leva a concluir que no jogo das relações sociais e econômicas alguns são incluídos nos benefícios produzidos, outros tantos permanecem excluídos, portanto, liberdade e igualdade sim, mas não para todos.

Concebemos a possibilidade de que a Economia de Comunhão introduza nas relações sociais e econômicas o ágape, visto por nós como meio de comunicação simbolicamente generalizado. Desse modo introduz um elemento novo, seja na prática, seja no pensamento econômico. Para comunicar sobre o econômico, tendo o ágape como MCSG e também como base de sua estrutura, isto é, como delimitação da fronteira semântica, portanto como tipo de comunicações que se dão no sistema, a EdC não cancela outros elementos constitutivos das comunicações que se dão no sistema econômico, como o dinheiro, a propriedade, o contrato, o interesse. No entanto, lhes confere um significado adicional que, de certa forma, modifica o valor semântico de tais

meios comunicativos como são compreendidos pela teoria econômica contemporânea, que se auto-observa como hegemônica. Dessa forma a EdC comunica sobre o econômico introduzindo no sistema econômico inovações.

Como dito anteriormente, a fim de comunicar sobre o econômico, a partir de *inputs* oriundos do sistema religioso, transformados em informações de cunho econômico pela EdC, enquanto sistema parcial da economia, a própria EdC colocou-se em diálogo, de modo especial, com a Economia Civil.

Ora a Economia Civil é uma corrente de pensamento que se solidifica no século XVIII, mas que funda suas raízes na Idade Média e no Humanismo Civil dos séculos XV e XVI¹⁶³: “A economia civil que se afirma no século XVIII deve ser vista, portanto, como a expressão da tradição civil iniciada na Idade Média” (Bruni; Zamagni 2010:15; 68). Uma das principais características da Economia Civil¹⁶⁴ é o fato de conceber o mercado regido pelo princípio da reciprocidade e admitir que a *philia* pode determinar as relações que se dão no seu interior. (Bruni, Zamagni 2010).

A visão da relação mercado-sociedade típica da EdC está em consonância com a tradição da assim chamada economia civil, uma tradição que coloca suas raízes no pensamento clássico, na idade média cristã e humanismo civil mediterrâneo (em particular na escola napolitana do séc. XVIII, de Vico e Genovesi). [...] A ideia central desta tradição, como já acenamos, consiste em conceber a experiência da sociabilidade humana como uma realidade unitária. A amizade e a reciprocidade genuína são consideradas dimensões a serem exercitadas dentro de uma vida econômica normal, nem ao lado, nem antes nem depois. (Bruni 2008: 36)

Assim sendo, consideramos a Economia Civil um pensamento liminar, silenciado pela evolução do pensamento econômico que retirou de suas fronteiras a amizade e a benevolência, o caráter pessoal e não anônimo das relações de mercado.

¹⁶³ Ao analisar o surgimento da Economia Civil, Bruni busca suas raízes já na Idade Média, na cultura monástica.

¹⁶⁴ Bruni e Zamagni estão entre os atuais economistas que orientam suas pesquisas no âmbito da Economia Civil, tendo se tornado ponto de referência para o aprofundamento desta corrente de pensamento. Bruni publicou vários volumes nos quais trata, justamente, da Economia Civil (origem, fundamentos, percurso histórico) e da relação entre a Economia Civil e a Economia de Comunhão. Para maiores aprofundamentos ver: BRUNI, Luigino. 2005. *Comunhão e as novas palavras em economia*. São Paulo:Cidade Nova; BRUNI, Luigino. 2006. *Reciprocità*. Dinamiche di cooperazione economica e società civile. Milano: Mondadori; BRUNI, Luigino. 2008. *Il prezzo della gratuità*. Roma:Città Nuova; ZAMAGNI, Stefano. 2008. *L'economia del bene comune*. Roma: Città Nuova; BRUNI, Luigino. 2010. *L'ethos del mercato*. Un'introduzione ai fondamenti antropologici e relazionale dell'economia. Milano: Mondadori; BRUNI, Luigino; ZAMAGNI, Stefano. 2010. *Economia Civil*. Eficiência, equidade, felicidade pública. São Paulo: Cidade Nova.

De fato, a visão hegemônica não subjogou apenas saberes fora da Europa, o fez também dentro do espaço europeu, por exemplo, quando o imaginário do sistema mundial colonial moderno foi redefinido de maneira compatível com o novo poder imperial exercido pela Holanda, Grã-Bretanha e França, no século XVIII, apagando a importância vital da Renascença e da Reforma (Mignolo 2003: 96). Neste contexto, pode-se considerar também o eclipse da Economia Civil, que permaneceu como saber silenciado, pensamento liminar, segundo o qual o mercado pode conter os princípios da reciprocidade e das virtudes civis, abstendo-se da lógica apenas instrumental. Afirma Bruni; Zamagni (2010):

Depois de 1850, o pensamento econômico italiano (também em razão da mediação cultural de Francesco Ferrara, principal economista italiano da segunda metade do século XIX) distanciou-se de sua tradição clássica, considerada, naquele clima cultural influenciado pelo positivismo, muito pouco científica e analítica. Todos os olhares se voltavam para a França e a Inglaterra, determinando, assim, um eclipse da tradição italiana, que só hoje está chegando ao fim. (Bruni; Zamagni 2010: 83-84)

Inserir em nossa análise a categoria de pensamento liminar nos parece importante, porque este referencial teórico se apresenta como chave de leitura para se compreender a EdC como expressão que resgata elementos da Economia Civil, tendo sido forjada, a EdC, a partir de uma relação dialógica entre o pensamento econômico hegemônico e pensamentos liminares colocados à margem¹⁶⁵, que, contudo, emergem como busca de solução para o fracasso contemporâneo do mercado e da economia em garantir à população mundial acesso a um nível de vida capaz de suprir as necessidades básicas de cada indivíduo que, de acordo com o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013*, além do crescimento econômico, considera alimentação, educação, saúde, qualificação para o emprego, equidade – inclusive entre os gêneros – maior representação e participação política dos cidadãos, preservação ambiental como índices de desenvolvimento humano e social (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2013: IV).

¹⁶⁵ Por pensamentos liminares entendemos a Economia Civil, a economia solidária, o cooperativismo – todas as formas de se conceber as relações econômicas de maneira diferente e alternativa ao pensamento hegemônico liberal – e a própria religião cristã, relegada, também esta, à esfera privada nas sociedades ocidentais secularizadas.

Uma das categorias fundamentais da Economia Civil é a reciprocidade, presente também nas relações de mercado de acordo com a economia tradicional¹⁶⁶. De fato a Economia Civil contempla os mercados e todas as suas relações: não exclui o contrato, o interesse, a utilidade, o sistema de preços e de valores, o trabalho. No entanto conjuga esses elementos e os compreende a partir de uma perspectiva diversa da perspectiva da economia tradicional. A Economia Civil possui um conceito de reciprocidade que lhe é próprio, confere às relações de reciprocidade um valor semântico que incorpora o valor semântico de *philia*, mantém no mercado a ideia de proximidade, de relações não anônimas: o outro, com quem comercializo possui um rosto. A Economia Civil contempla a busca do interesse, inclusive do interesse pessoal, mas sem prescindir ou opor-se ao interesse do outro, ao bem do outro, como também sem prescindir ou opor-se ao bem coletivo, ao bem comum, antes, perseguindo-o.

Um dos principais fundadores da Economia Civil, Antonio Genovesi reforça a ideia das relações de mercado como relações de mútua assistência, portanto nem impessoais nem anônimas (Bruni 2008:32). Smith, por sua vez, fala de mútua vantagem, conceito muito radicado na ciência econômica moderna, que rege todo o sistema liberal da economia de mercado (Bruni 2010a: 207). Ora, enquanto a mútua vantagem prevê que cada um dos participantes de uma transação comercial, se efetuada sem engano, obtenha vantagens em si mesma, sem precisar que haja entre eles uma relação de interesse pelo bem do outro ou de amizade ou de benevolência: vale a regra do contrato, que em si mesma é duplamente vantajosa, a mútua assistência prevê que a relação entre os dela participam seja dada de acordo com um sincero interesse recíproco, de uma parte pela outra e vice-versa (Bruni 2010a: 207). A mútua assistência – que tem por base o interesse pelo bem do outro – considera a *philia* dentro das relações de mercado e da economia, sem anular a importância do contrato, nem tampouco a importância do interesse pessoal dos sujeitos envolvidos na relação. Na Economia Civil, o bem comum é perseguido e tal objetivo é compreendido como virtude, sem que haja contraposição entre bem comum e interesse privado (Bruni 2010a: 198): A visão geral que Genovesi, e a sua escola, têm da vida civil e do mercado possui,

¹⁶⁶ A partir desse momento usaremos o termo *economia tradicional* como tipo de economia baseada nos princípios da economia moderna, visão e teorias consideradas hegemônicas; incluída a perspectiva neoliberal. Portanto o termo tradicional usado nesta acepção nada tem a ver com o termo tradicional que indica oposição a moderno ou pré-moderno.

como paradigma, a *philia*, porque o inteiro discurso se move sobre o registro da amizade, da mútua assistência e da reciprocidade (Bruni 2010a: 138).

5.5 A EdC e a Economia Civil: similitudes e avanços na direção do ágape

Continuamos nossa análise colocando mais estritamente em paralelo a Economia de Comunhão e a Economia Civil, buscando extrair desta relação componentes semelhantes, no sentido de verificar se e como a EdC incorpora elementos da Economia Civil e como, ao mesmo tempo, vai além desta, pois consideramos possível que a EdC enfatize a categoria do ágape na teoria e na prática econômica, diversamente da Economia Civil, que enfatiza a *philia*.

Ao logo de nosso trabalho introduzimos o termo racionalidade de comunhão. Por comunhão entendemos um tipo de relação entre dois ou mais participantes, fundamentada no amor, que compreende dom recíproco, gratuito e desinteressado. No segundo capítulo nos referimos ao pensamento de Lubich, que considera a reciprocidade do amor o ápice da arte de amar. Entendemos a arte de amar como sendo a concretização do amor, tanto na dimensão interpessoal quanto na dimensão social. Ainda de acordo com Lubich, é da reciprocidade do amor que emerge a comunhão, entendida, justamente, como relação de amor recíproco. Como o amor pressupõe dom, doar-se, por sua vez, a comunhão pressupõe dom recíproco. Referindo-se ao ágape no contexto da primeira carta de João, capítulo 4, versículo 12: “Ninguém jamais viu a Deus. Se nos amarmos mutuamente, Deus permanece em nós e o seu amor em nós é perfeito”, Coda (2011) ressalta o ágape (amor) como “movimento de comunicação endereçada à comunhão”. Nesta sua consideração, nos parece importante frisar dois conceitos: (1) ágape entendido como movimento de comunicação. A ideia de movimento e de comunicação nos remete à perspectiva sistêmica por nós adotada, por meio da qual consideramos o ágape MCSG. O ágape é comunicação, primeiro porque pressupõe o dinamismo (movimento) de uma relação entre dois ou mais agentes que se doam reciprocamente, relação não estática, mas renovada ou transformada mediante a continuidade do processo comunicativo. De fato, afirma Luhmann, que o amor ao fundar a ação – como discorreremos no terceiro capítulo – se dirige ao mundo de outro, mas não fica distante, antes o assume em si e faz parte de seu objeto que, por sua vez,

não permanece inerte, mas se transforma (Luhmann 2006: 234). Disso, inferimos que uma relação mediada pelo amor tem o potencial de transformar cada um dos participantes, justamente como resultado da interpenetração, o que inclui, acreditamos, contingência, pois toda mudança é em si contingente. Daí a importância funcional dos MCSG, de orientar as respostas, portanto o processo comunicativo, em uma dada direção, garantindo a continuidade da comunicação e a estruturação do sistema. (2) Esta relação de dom recíproco se faz mediante a comunicação entre os participantes da relação, que tendo por orientação semântica o ágape, conduzem suas respostas na direção positiva do amor, isto é, na direção de responder às expectativas de alter, pensando a partir dele, colocando o outro no centro de suas seleções/ações. Como o ágape tende a suscitar a reciprocidade, quando esta se concretiza, ou seja, quando a continuidade da comunicação se mantém orientada pelo ágape, eis que se estabelece a reciprocidade do amor, a comunhão entendida como relação de amor recíproco.

O ágape tende a suscitar a reciprocidade, porque somente assim a sua universalidade se torna eficaz: todas as vezes em que se acende uma resposta a uma iniciativa gratuita de ágape, se alarga o raio da sua efetiva universalidade e o mundo das relações humanas alcança o seu destino de se tornar *spatium verae fraternitas* (GS 47a). (Coda 2011: 51)

Retomamos o conceito da comunhão como relação de amor recíproco, para colocar as bases da nossa construção analítica a fim de verificar a veracidade da nossa proposta, segundo a qual a EdC pode ser entendida também como sistema de pensamento. Para alcançarmos este fim, partimos de um pressuposto: a EdC, sem excluir fundamentos teóricos e práticos da teoria econômica contemporânea predominante, reintroduz no sistema econômico – considerado também este um sistema de pensamento – o ágape e, com ele, a benevolência, a *philia* e a mútua assistência, o cuidado do outro, elementos base da Economia Civil, como afirmamos anteriormente ao longo deste capítulo. Afirma Martins (2013), referindo-se à Economia Civil:

Naquele contexto, ainda que não existisse um Estado italiano, havia sim um mercado, baseado na reciprocidade e nas virtudes civis. O mercado e a prática econômica eram entidades civilizatórias, que brotavam de relações de confiança mútua e de reciprocidade, e impulsionavam seu desenvolvimento e expansão, em um círculo virtuoso. Nesse processo, os mercantes foram os principais protagonistas da abertura cultural e das inovações organizacionais no campo empresarial e as relações mercantis deveriam se dar entre pessoas que guardassem relações de confiança, respeito e estima mútuos, típica da cristandade de então. (Martins 2013: 33)

No entanto, lançamos o pressuposto de que a EdC, de uma certa forma, supera a Economia Civil originária ao introduzir o ágape, pois entendemos que a Economia Civil, não obstante fale de amor, coloca ênfase na *philia* e não no ágape. De acordo com a lógica sistêmica por nós adotada e de acordo com as categorias de semiose cultural e de dupla crítica, podemos inferir que de um lado, a EdC assume da Economia Civil o fato de o mercado e, portanto, a economia, serem espaços de sociabilidade, de civilidade, a partir do momento em que se deixam construir tendo por base a reciprocidade e as virtudes civis, ao ponto de considerar – a EdC – a si mesma uma expressão da Economia Civil na atualidade. E, de outro lado, a introdução do ágape como categoria e como tema de comunicação das relações que se dão na economia por meio da EdC, que se reconhece Economia Civil, expande a teoria proposta por esta escola – a Economia Civil – para além de si mesma: da *philia* ao ágape. Nos próximos parágrafos buscaremos fazer uma análise introdutória¹⁶⁷ da EdC como sistema de pensamento a partir da interação entre EdC e Economia Civil.

Para realizar esta análise, retomamos algumas das categorias secundárias – derivadas – do ágape, como inferimos no quarto capítulo: alteridade, gratuidade, reciprocidade e universalidade. Consideramos as subcategorias motivação valorativa e concretude inerentes ao ágape como base, ou seja, estão contidas tanto na alteridade quanto na gratuidade, na reciprocidade e na universalidade. Ágape é em si um tipo de amor que tende à concretizar-se na ação, portanto, é também em si motivação. Da Economia Civil, consideramos como ponto central as categorias da mútua assistência e da reciprocidade.

Mais uma vez, evidenciamos que a separação categorial que propomos é uma questão de método, ou seja, tais categorias se entrelaçam, se completam, se distinguem e não esgotam, isoladamente, o significado semântico de ágape.

A seguir, em várias passagens da nossa análise, utilizaremos unidades de registro selecionadas na nossa pesquisa de campo com o intuito de justificar e localizar empiricamente nossos pressupostos.

¹⁶⁷ Introdutória, porque somos conscientes da complexidade do tema por nós analisado e, conseqüentemente, de seus limites, que o enquadram dentro de um recorte analítico, bem como de suas possibilidades, que alargam suas fronteiras para além do presente estudo, indicando alternativas analíticas como pesquisas subsequentes, o que buscaremos demonstrar na conclusão de nossa tese.

Começamos por verificar a alteridade como categoria derivada de ágape, como foi por nós definida no quarto capítulo, isto é, categoria cujo valor semântico compreende: (1) o outro, como igual a ego em essência e substância, porque pessoa humana. Ao mesmo tempo diferente de ego, “outro” na sua individualidade. (2) Por ser outro-pessoa, é um ser-em-relação, relação de amor de acordo com a gradação proposta por Sorokin que varia em intensidade, extensão, duração, adequação e pureza, direcionada à gradação máxima de ágape; (3) embora “indivíduo” cada pessoa é dependente do outro. O ágape “pensa a partir do outro”, coloca-se no lugar do outro, é o fazer-se um; (4) tem o outro como referência, um fim e não um meio para se alcançar algo. Retomamos o trecho de Bento XVI, quando afirma que, com o ágape: “O amor torna-se cuidado do outro e pelo outro” (Bento XVI 2006:14).

Esta ideia de cuidado do outro nos parece estar em consonância com a mútua assistência da Economia Civil; mútua assistência que significa, nas relações econômicas e de mercado, ter a intenção de favorecer o outro (Bruni 2010a: 181-182). Portanto, sob este aspecto, a Economia Civil tende a “ligar as pessoas em ações conjuntas nas quais cada um cresce com e graças aos outros. Esta é a economia civil” (Bruni 2010a: 188). Crescer junto e graças ao outro foi um dos temas encontrados em nossas unidades de registro:

Depois também tem essa pessoa que presta serviço pra gente de bordado, foi uma experiência bacana com eles também, porque eles começaram como a gente, bem pequenininos! Eles continuam pequenos, mas já cresceram! E a gente sempre teve essa parceria de trabalhar juntos, de dizer, eu sempre falava, compre mais uma máquina! E ele falava, mas compro mais uma máquina e como eu pago? Compra mais uma máquina que eu vou te dar serviço,né! Eu achei, isso é uma coisa bacana que eu sinto, tem um laço que vai além do laço comercial, essa confiança, que ele também cresceu e nós também. (Unidade de registro 1-2)

Entendemos que negar a exterioridade corresponde a anular a alteridade, o outro. Ora o conceito de *ligar as pessoas em ações conjuntas nas quais cada um cresce com e graças aos outros* vai justamente em direção inversa à exclusão do outro, vai em direção à inclusão. Uma das perspectivas possíveis para entendermos a inclusão é considerar a ação econômica como ação coletiva mediada pelo contrato, aqui entendido também como acordo entre as partes, independentemente de sua institucionalização legal, ou seja, contrato como acordo tácito, posicional (como me posiciono diante do outro). De fato Bruni propõe que a mútua assistência em relações de mercado é possível nos casos em que a relação entre os participantes da troca seja considerada uma ação

coletiva. Por coletiva entendemos uma relação que supera a busca de vantagens pessoais que poderiam ser obtidas em detrimento das vantagens do outro, ou seja, uma relação na qual cada um dos participantes considera o ganho coletivo, isto é, o que é bom, útil e vantajoso para todos (Bruni 2010a: 181).

Ora, também a mútua vantagem de Smith prevê que a transação econômica deve ser vantajosa para todos, caso contrário não ocorreria, uma vez que ninguém entraria em uma relação de troca se tal relação não trouxesse vantagens a todos os participantes da relação.

Esta ideia de mútua vantagem é muito radicada na ciência econômica moderna, que rege toda a estrutura liberal da economia de mercado. Deste ponto de vista, então, as relações de mercado são enquanto tal objetivamente combinações de ações por meio das quais as partes são *úteis umas às outras*, porque se uma das partes percebesse que daquele contrato não obtém melhorias, não haveria razão para entrar naquela dada transação econômica. (Bruni 2010a: 207).

A este ponto, qual seria a diferença entre a mútua vantagem e a mútua assistência? Acreditamos que a alteridade como subcategoria do ágape pode colaborar para que se trace uma linha divisória entre essas duas concepções. A EdC não exclui que nas relações de mercado deva existir a mútua vantagem, porém esta mútua vantagem não é reconhecida somente como resultado da relação, mas também como motivação¹⁶⁸. Na perspectiva sistêmica, a mútua vantagem, entendida como mútua assistência, orienta a seleção/ação dos participantes na direção do bem coletivo, do bem comum. Ademais, a EdC defende o princípio de que somente a busca da mútua vantagem, na ausência do ágape e da fraternidade, como resultado da seleção/ação não garante nem a liberdade nem a igualdade, portanto não cria por si mesma a justa distribuição da riqueza. Isto porque, como procuramos demonstrar anteriormente, a mútua vantagem está intrinsecamente vinculada à busca da satisfação dos interesses pessoais de cada um dos participantes de uma dada relação econômica o que, em muitos casos, resulta em relações econômicas não entre iguais, mas relações assimétricas, nas quais há vantagens para todos os participantes da relação, mas não vantagens equivalentes. Ou seja, é possível que alguém entre em uma relação econômica, mesmo se tal relação não seja igualmente vantajosa para todas as partes nela envolvidas, porque

¹⁶⁸ Na mútua vantagem, está presente a ideia de que a busca dos interesses pessoais, da vantagem pessoal, buscada por todos os agentes envolvidos em uma dada relação, garante, inclusive sem que haja intenção, vantagem para todos, o bem comum. Ver: Bruni, Zamagni (2010).

é melhor participar de tal relação do que não participar. É o caso, por exemplo, de trabalhadores que recebem salários que não lhes permitem satisfazer suas necessidades básicas, porque é melhor receber pouco do que ficar desempregado. Ou quando se paga por uma dada mercadoria ou serviço um preço superfaturado, porque, por exemplo, existe uma situação de monopólio ou de escassez do bem desejado.

A mútua assistência, ao incluir nas relações econômicas o cuidado com o outro, portanto a busca sincera de uma utilidade válida, isto é, que cada um cresça com e graças aos outros, tenderia a diminuir as assimetrias marcadas por relações de poder econômico (propriedade dos bens de produção, monopólio, escassez).

É neste ponto que a abordagem de Genovesi parece ser muito diversa, [da visão smithiana; I.C.] porque exige que as partes de uma transação de mercado tenham um sentido de mútua vantagem mais “internalizada” e intencional. Em um certo sentido, a compreensão que cada participante tem do papel que cumpre em uma relação de mercado (por exemplo, vender o pão, comprá-lo...) deve incluir também a intenção de que aquela dada ação seja mutuamente vantajosa. (Bruni 2010a: 209)

Ao mesmo tempo, o ágape pode impulsionar respostas comunicativas no sentido de, inclusive nas relações econômicas, efetuar trocas não equivalentes em valores financeiros, mas cujo retorno é percebido justamente no alcance do bem do outro, entendido como bem coletivo, como cuidado do outro, crescer junto.

Primeira coisa é... a confiança, é um valor ajunto que ... Conto uma experiência pra você saber. Estou passando para um novo cliente. O novo cliente trouxe alguns papéis pra gente negociar, estou negociando... a um certo ponto ele trouxe um outro papel que pesquisamos, confirmamos e que no final esse papel era, é... é... falso. Né? Então chamamos o cliente aqui para conversar com ele. Olha só, nós fizemos e nós notamos isso, isso, todas as falhas que tiveram no processo, né. O cliente veio, mas com lágrimas nos olhos, “quero pedir desculpa a vocês” Tinha realmente feito algo errado. Então, depois nós precisamos dizer pra ele, “olha você é jovem ainda, a palavra é uma coisa muito importante, então você tem a vida pela frente”. Ele disse “isso não vai mais acontecer” e realmente de lá para frente... Esse caso ainda não está resolvido, porque ele está numa dificuldade financeira, para nós também está causando um prejuízo financeiro, mas ele me liga todo dia pra me dizer como está a situação, como estão resolvendo e está propondo, algumas propostas para a solução do problema. Então isso aqui, por exemplo, são valores que no mercado não existem, né, ou então, por exemplo, esta ajuda a empresas que estão em dificuldade econômica, mas precisariam só de uma ajuda financeira para conseguir comprar matéria prima pra conseguir prosseguir. Então é... Que não tem crédito no mercado... Então sabe essa confiança mesmo de dar esse adiantamento desses valores sem ter nota fiscal ainda, dentro da *factoring* existe essa possibilidade, mas é essa confiança maior na pessoa que, aos poucos, a empresa dando a volta sabe, vem aqui agradecendo assim, como posso dizer, precisa mais experiências... Uma outra empresa pequena que está com dívida aqui com a gente, não conseguiu quitar algumas pendências que tinha e precisava ainda de dinheiro porque tinham pedidos e ... Se não iam comprar matéria-prima como é que ele vai... Então não obstante a pendência que eles tinham, fazer mais um adiantamento com ele e ele aos poucos, está conseguindo quitar as dívidas. (Unidade de registro12-3)

Diante do exposto, defendemos a hipótese de que o ágape, como MCSG, atue no sentido de orientar as comunicações que se dão nas relações de mercado, para a direção da mútua assistência, uma vez que o ágape, como alteridade, transforma relações impessoais e anônimas em relações próximas e não anônimas, nas quais o outro não é um meio (que me fornece vantagens) mas um fim em si, ou seja, cada um dos participantes de uma relação econômica orientada pelo ágape, além de perseguir o próprio interesse entendido como bem pessoal, busca o interesse do outro, entendido como bem do outro. O resultado de tais relações pode ser considerado como bem coletivo e como bem comum (Bruni 2010a).

Então... No fundo todo mundo quer quitar, a parte financeira.. [...] Então, todo negócio tem de ser bom pras duas partes, não pode só você querer ganhar, tudo deve ser bom pras duas partes se é um bom negócio, né... Tivemos um cliente que teve um problema sério aqui com um valor que nós descontamos na duplicata e o cliente deles pagou direto pra eles – deveria ter pago para nós – e eles estavam com dívida em banco e não conseguiram suprir... Então nós tentamos várias vezes e não conseguimos fazer o cancelamento com eles. O que estava acontecendo no período antes do acordo? Eles não conseguiam... Eles fugiam da gente. Sabe, um devedor é uma situação difícil, né, então, não conseguiam nos encarar. Então, conversando, dialogando, a gente conseguiu entrar em um acordo, então é... Restitui a dignidade da pessoa. Ela começa a te olhar nos olhos, a ... Demorou dois anos e meio, mas ela conseguiu quitar tudo! Então, existe essa liberdade tão grande que, o acordo, e as pessoas no fundo querem fazer os pagamentos, ninguém quer ficar devendo de verdade, então dá essa possibilidade... O que no banco, às vezes não dava, aqui na EdC dá pra fazer acordos, dá possibilidade da pessoa... De ir ao encontro da necessidade dela e como ela pode pagar por mês, então fazer esse acordo. (Unidade de registro 12-3)

Buscar o bem do outro nas relações econômicas evoca a categoria da gratuidade, como discorremos no quarto capítulo. Um dos aspectos da gratuidade é, justamente, colocar-se em relação com o outro se interessando por ele não como instrumento de autossatisfação, mas como fim em si mesmo. Este fim em si mesmo é entendido por nós como realização do outro, a sua felicidade, o seu bem, responder às suas expectativas de modo positivo. Porém, responder às suas expectativas de modo a garantir a adequação do amor proposta por Sorokin (2005:60-61), segundo a qual, deve haver coerência entre a motivação da ação (dimensão subjetiva) e o seu efeito objetivo (dimensão objetiva). De fato, Sorokin fala de amor subjetivo e de amor objetivo, entendendo amor subjetivo como o amor que orienta, portanto, motiva a ação e, por amor objetivo, o resultado da ação. Continuar a vender bebida alcoólica a quem já está embriagado, de acordo com o conceito de adequação, pode resultar em uma resposta positiva à expectativa do cliente que deseja continuar a beber, mas nesse caso não seria um amor cuja adequação possa ser considerada positiva, pois, o pensar a partir do outro proposto pelo ágape, buscaria

responder a uma expectativa primeira, não imediata, talvez não propriamente clara para o interlocutor, mas socialmente legitimada: não deixar que o cliente precipite no alcoolismo. A adequação do amor pode, como neste caso, suscitar relações de gratuidade no interior de relações comerciais, pois quem vende a bebida perde a venda para ganhar o bem estar do cliente.

Primeiro, a nossa venda... não é uma venda só... que a gente quer... A gente precisa é claro a gente precisa vender! Mas do outro lado tem o ser humano! Mesmo se a gente não o conhecendo pessoalmente, mas a gente tá fazendo o bem! A gente quer criar uma condição de melhoria de qualidade de vida, né, tanto que é um produto bom! [...] Às vezes elas questionam assim “Ah! O cliente é chato!”. É às vezes é o momento que passa! Então a gente aprendeu a não julgar! Por mais que você... Alguns momentos são difíceis, mas a gente não julga! É o ser humano!! Da mesma forma que um dia a gente acorda mal, ele acorda mal também!! Ou algum problema mais grave, né! A gente tenta entender! (Unidade de registro 10-2)

A gratuidade como subcategoria de ágape, de fato, contém como valor semântico um tipo de amor que busca antes de tudo o bem do outro, portanto, um amor também capaz de sacrifício. Consideramos a possibilidade de que esta parcela de sacrifício que o amor agápico contém, quando aplicada às relações econômicas como gratuidade, possa conferir valor semântico diferenciado às próprias relações econômicas. Em que sentido? Podemos inferir que o fato de que alter se torna em si mesmo importante para ego, faz com que alter, mediante o símbolo comunicativo da alteridade agápica, se torne ele próprio um código simbólico. O outro, mesmo se desconhecido, passa a ter um rosto, é outro eu, igual a mim e ao mesmo tempo diferente de mim. De acordo com Bruni (2010b) o homem moderno fechou-se na sua individualidade, aproximando-se do outro, enquanto tu, com uma postura de proteção, de medo, de negação, porque entende que o diferente (alter), ao mesmo tempo em que confere identidade a ego, o nega.

No mesmo momento em que o homem moderno diz “eu”, pronuncia o “tu” com medo, como se o “tu” estivesse a negar o “eu”. E quando é obrigado a pronunciar o “tu”, faz tudo para não o reconhecer como alguém igual a si, nem sequer o considera como fonte indispensável para a sua felicidade. (Bruni 2010b: 33)

Este princípio de exclusão do outro, está presente, segundo Ramose (2010) na lógica da globalização econômica contemporânea. Para reforçar o pressuposto de que pensamentos liminares, que vão em direção contrária do pensamento ocidental dominante, estão por toda parte buscando dialogar justamente com o pensamento ocidental hegemônico, julgamos pertinente trazer para o nosso texto Ramose e a

filosofia Ubuntu, dos povos africanos de língua banto. Para contrapor-se à lógica da exclusão, Ramose propõe os princípios da partilha e do cuidado mútuo, o que nós definimos, a partir da filosofia banto, como cooperação¹⁶⁹. Consideramos também esta uma corrente cultural, um tipo de pensamento liminar, que em outras margens e periferias, coloca ênfase no fato de que a exclusão econômica tem sua raiz na ideia da exclusão do outro, a partir do momento em que, nas relações econômicas e de mercado prevalece a busca pela satisfação dos interesses pessoais em detrimento dos interesses alheios: “Tal orientação em direção à exclusão do outro é, de maneira fundamental e prática, uma negação da exterioridade. Negar a exterioridade do outro é, ontologicamente, equivalente a negar a sua existência: é igual a matá-lo” (Ramosse 2010: 208).

No lugar da exclusão, na cultura Banto, prevalece o dom, a busca do bem do outro, como preservação da vida, pois:

A sobrevivência individual, em última instância, está em função da sobrevivência da vida como totalidade. Se assim não fosse, o patriotismo, a existência de soldados ou de mártires seria irracional ou não teria sentido. Esses últimos exemplos são racionais e compreensíveis precisamente porque estão assentes na premissa de que, se e quando for necessário, uma pessoa deve abrir mão de sua própria vida de modo a dar a vida. Ramose (2010: 209).

Ramosse não fala de ágape, no entanto, a lógica banto poderia ser considerada uma lógica agápica, no sentido de que orienta as seleções/ações dos agentes sociais na

¹⁶⁹ De fato, Ramose (2010: 175-220), ao se referir à filosofia banto, não utiliza o conceito de cooperação de forma direta, mas tal conceito permeia toda a filosofia por ele apresentada. O autor parte da análise do conceito de competição, ou de competitividade; entendidos como dogmas da globalização que conferiu ao termo o significado de luta, de disputa, orientado à exclusão do outro na busca de garantir a própria sobrevivência (não cooperação). No entanto, Ramose recupera o sentido etimológico do termo, que significa *cum petere*, ou seja, buscar, juntos, a melhor solução para um dado problema (cooperação). A filosofia Ubuntu (das comunidades africanas de língua banto), baseia-se nos princípios da partilha e do cuidado mútuo. Ramose recupera duas teses encontradas na maioria das línguas africanas nativas: *Motho ke motho ka batho* e *Feta kgomo o tshware motho*. A primeira, diz respeito ao conceito de humanidade: “ser humano é afirmar a humanidade própria através do reconhecimento da humanidade dos outros e, sobre tal embasamento, estabelecer relações humanas respeitadas para com eles” (Ramosse 2010: 213). Este conceito nos remete à questão da alteridade por nós tratada, bem como à questão da humanidade concreta, reconhecida em cada indivíduo. Ademais, esta tese considera o ser humano como sujeito e não como objeto, portanto a pessoa possui valor em si mesma. Tal visão é semelhante à questão da centralidade da pessoa, tema inferido nas falas de nossos entrevistados, e à categoria secundária de ágape alteridade, que colocam em relevo o valor intrínseco da pessoa. A segunda tese apresentada por Ramose refere-se justamente à questão do cuidado mútuo e da preservação da vida (cooperação): “Quando uma pessoa enfrenta uma escolha decisiva entre a riqueza e a preservação da vida de outro ser humano, ela deve optar pela preservação da vida”. Esses conceitos nos remete à questão do ágape como tipo de amor que impulsiona *ego* na direção de *alter*, na busca do bem comum. Afirma ainda Ramose: “O ser humano individual deve ser encarado não apenas como um provedor de valores, mas como o valor básico e principal de entre todos os valores” (Ramosse 2010: 213).

direção da preservação da vida de outro ser humano. Este reconhecimento do outro, dentro do valor semântico de alteridade por nós proposto como derivado do ágape, pode ser compreendido como a base de sustentação da EdC, porque é o valor intrínseco da pessoa humana que justifica o amor agápico. Bruni fala de motivação intrínseca da ação, ou seja, quando a ação possui um valor em si mesmo: “Uma pessoa possui motivação intrínseca por uma dada atividade se esta é realizada “por si mesma”, em vez de ser realizada como meio para alcançar um resultado externo à própria ação” (Bruni 2010a: 193).

Concordamos com este princípio e o alargamos, como acima referido, julgando que a pessoa, de acordo com a perspectiva sistêmica, pode se tornar ela mesma um meio simbólico de comunicação, tendo por conteúdo semântico a categoria do ágape, que evoca cuidado, atenção, respeito, amor até o ponto de ego ser capaz de doar a vida por alter¹⁷⁰. Desse modo, tanto nas relações inter-humanas, como nas relações entre sistemas psíquicos e sistemas sociais, a pessoa humana, o outro, orienta as seleções/escolhas/ações de alter tendo por referência ego, e vice-versa.

Concordamos com Luhmann e com o seu pressuposto básico de que os sistemas se relacionam mediante prestações de *input/output* e que o meio (entorno) não influi diretamente no sistema, mas o faz por intermédio da emissão de sinais que provocam, por meio do processo de transformação desses sinais em informações, na reelaboração do sistema receptor do *input* (Luhmann 1990: 293). Consideramos igualmente fundamental o pressuposto luhmanniano de que as relações entre sistemas psíquicos e entre sistemas psíquicos e sistemas sociais se dão por meio da interpenetração, dinâmica pela qual os sistemas se relacionam colocando a própria complexidade à disposição um do outro (Luhmann 1990: 354). Desse modo, os sistemas estão em constante processo de interação e se constroem a si mesmos de forma autorreferencial e heterorreferencial.

¹⁷⁰ Ressaltamos que todo o nosso discurso sobre o ágape está inserido na lógica de gradação proposta por Sorokin, tendo por premissa que as ações agápicas contêm também as ações eróticas e de amizade, que se mantendo eróticas e de amizade, adquirem valor agápico, sendo impulsionadas para um tipo de amor que excede, que transcende a individualidade, sem anulá-la, na direção da alteridade. Afirma Bruni: “O ágape possui uma ulterior característica, que me limito apenas a acenar sem propor uma análise sistemática. Quando este está presente, as duas outras formas de reciprocidade não são mais as mesmas: são transformadas, transcendentalizadas, e se tornam autênticos encontros entre pessoas. De fato, ágape, além de ser uma forma de relacionalidade ao lado de outras, é também uma dimensão que pode estar presente em todas as formas de relacionalidade humanas: existem um contrato agápico, uma *philia* agápica, e um dom agápico, como também existem contratos, amizades e dons não agápicos.” (Bruni 2007: 100-101). Em nossa tese, procuramos demonstrar esta interseção agápica nas outras formas de amor no terceiro capítulo, quando buscamos construir o valor semântico de ágape utilizado em nossa análise.

Autorreferencial de acordo com o princípio da autopoiese, isto é, que cada sistema se transforma mediante comunicações próprias, ou seja, de acordo com suas estruturas próprias. Heterorreferencial, porque se deixa transformar por sinais recebidos do entorno, formado por outros sistemas parciais da sociedade. Na interpenetração, tal processo de heterorreferência avança ainda mais, porque além de se deixar transformar pelos sinais recebidos, o sistema receptor assume em si comunicações próprias do sistema com o qual se interpenetra, transformando-as em comunicações próprias (Luhmann 1990). Fizemos esta digressão e continuamos a fazê-la, para colocarmos o pressuposto de que a própria pessoa pode se tornar um meio simbólico de comunicação em consonância com a perspectiva sistêmica do seguinte modo.

Primeiramente, ainda de acordo com Luhmann (1990; 1998) retomamos o princípio de que os sistemas sociais são constituídos por processos de comunicação que, por sua vez, criam expectativas. Para que um sistema se mantenha e evolua, é necessário que tais expectativas obtenham uma resposta justamente para garantir a continuidade do processo comunicativo dentro das fronteiras do próprio sistema. A aceitação da comunicação orientada em certa direção é um modo de controlar a contingência (tudo poderia ser diferente), ou seja, como modo de redução da complexidade, entendida como uma infinita possibilidade de respostas. A não redução da complexidade levaria o sistema ao caos e à consequente desintegração. Os meios de comunicação simbolicamente generalizados (MCSG) têm a função de reduzir os efeitos da contingência, garantindo o êxito da comunicação. Eles condicionam a seleção, a resposta à comunicação, pois atuam como motivação para se orientar em uma determinada direção.

Desse modo, é plausível considerar que a EdC coloca a pessoa no centro da atividade econômica. De fato, a centralidade da pessoa emergiu na pesquisa de campo como um dos temas inferidos, como atesta a seguinte unidade de registro extraída de uma das falas dos entrevistados: “Um agir econômico diferente, um relacionamento no trabalho diferente, ou seja, o ser humano ele é o centro do negócio, né!” (Unidade de registro 7-1). Assim sendo a pessoa (percebida a partir da perspectiva agápica) se torna referência comunicativa (código simbólico) que orienta a resposta dos agentes sociais na direção positiva do buscar o bem do outro, do ágape que é também gratuidade.

A mútua assistência da Economia Civil pressupõe relação, ora, defendemos a tese de que é a relação em si que se diferencia de acordo com o modo no qual é

concebida: de utilidade, instrumental, valorativa, de eros, *philia* ou *agápica*. Como referimos, a Economia Civil se baseia em relações de amizade e não de *ágape*, como diz Bruni: “Assim como para os humanistas civis e para os franciscanos, também para Genovesi o mercado é um caso de *philia*”. (Bruni 2010a: 131). Inferimos, portanto, que é a relação em si que adquire valor e significado, portanto, se transforma, tendo o *ágape* como meio de comunicação simbólico. A gratuidade colocada nas relações econômicas reafirma e reintroduz na esfera pública o dom como constituinte das relações sociais, inclusive de cunho econômico. De acordo com Zamagni (2008b), a gratuidade, como propusemos, muda a qualidade das relações, pois reintroduz:

O dom autêntico, afirmando o primado das relações sobre a obrigatoriedade de retribuição, o vínculo intersubjetivo sobre o bem doado, da identidade pessoal sobre o lucro, de modo a encontrar possibilidade de expressar-se em qualquer lugar, em todos os âmbitos do agir humano, inclusive na economia. (Zamagni 2008b: 7)

Como discorremos anteriormente, acreditamos que o *ágape* tem potencial para conferir um significado ajunto aos códigos simbólicos da economia mantendo-os e transformando-os simultaneamente. Seria necessário realizar um estudo sistemático e aprofundado a esse respeito, mas consideramos que a nossa análise pode indicar algumas dessas transformações, sem ter por objetivo esgotar todas as possibilidades. Procuraremos demonstrar nossos pressupostos com unidades de registro extraídas da nossa pesquisa de campo, conjugando a EdC como sistema de pensamento e a EdC como concretização social.

Desse modo a EdC tende a ser inclusiva, pois considera seus parceiros, inclusive funcionários, como parte integrante do sistema, no sentido de que as seleções/escolhas e decisões tendem a buscar o bem coletivo. Assim sendo, as empresas de EdC, como vimos no quarto capítulo, ao colocar a pessoa no centro da atividade empresarial e, portanto econômica, admite também incluir o diferente dentro de seus quadros, realizando o que entendemos por inclusão social.

Eu tenho o exemplo de uma garota que trabalha aqui [...] hoje ela é responsável pelo TCP da empresa, é a parte que faz controle de estoque e de produto acabado. [...] Ela era uma menina assim que tinha atitudes brutas, [...] tinha uma linguagem assim muito, assim, usava palavrões, não era delicada no trato, né! [...] Ela já deve estar trabalhando aqui uns 10, 12 anos que ela trabalha na empresa! No passado, aqui aconteceu uma experiência muito dolorosa com ela, que foi que ela mexeu nos armários dos funcionários e desapareceram vales transportes. [...] Nós sempre reunimos os funcionários e damos condições para que as pessoas falem. Não falem publicamente, mas que depois nos procurem e sempre se deu essa abertura! E foi muito difícil ela era um tipo assim muito duro, muito fechado, ela não, ela não teve assim a liberdade de falar que foi ela e outras pessoas assim pegaram ela em flagrante e culpavam ela. Aí nós chamamos ela e falamos pra ela assim abertamente da

situação, que nós tínhamos tido provas que tinha sido ela a mexer e tudo e se ela estava disposta a assumir o erro dela, se nós déssemos uma outra chance pra ela e tudo, ela relutou muito. [...] Não que ela foi forçada a isso, mas nós tínhamos uma atitude já determinada quanto a isso. E ela assumiu o caso [...] Ela reconheceu o erro e continuou trabalhando aqui! – E eu comecei a estar mais próximo dela! Porque a gente viu que foi uma menina que não teve possibilidade de estudar! Mas tinha muita capacidade! Então fomos trazendo ela pra mais próxima a nós delegando... Delegando trabalhos, mas que nós podíamos segui-la mais pessoalmente! E aí foi se formando a menina! [...] E assim ela foi se moldando, sabe! Ela mesma foi se moldando, sendo assim, se tornando mais dócil, e depois um dia ela se abriu, falou desse caráter dela, o quanto ela era rude, em casa, da educação dela! E eu fui assim ajudando a ela, né, também assim se criou assim uma abertura pra dizer pra ela, mas como você gosta de ser tratada, como você gostaria de tratar o outro, né? [...] E assim a P., a P. começou a pedir desculpa, sabe, a voltar atrás com aquele colega... Essa menina começou a mudar, ela começou a se tornar até mais feminina, sabe, o aspecto dela começou a mudar! E também toda aquela potencialidade que ela tem, que era um dom natural, né que ela tem, não porque ela teve capacidade de estudar, começou aflorar nela! Então ela pode também galgar novos, novos patamares na empresa! Sabe, ela passou para controle de estoque, controle de retrabalho e hoje ela, em carteira, né, ela foi reconhecido uma nova, foi criado um novo setor dentro da empresa que é esse controle de estoque, nós formamos ela pra parte de... Todo o sistema hoje da empresa né, nós somos coligados, todos os departamentos nós estamos coligados com o sistema, quem faz toda essa articulação é a P. hoje, então foi dado pra ela toda essa formação e ela galgou... Hoje ela faz parte da diretoria que se encontra, essa diretoria mais alargada da empresa ela faz parte! (Unidade de registro 3-1)

Apresentamos esta unidade de registro com o intuito de ressaltar que a centralidade da pessoa na EdC está também relacionada à questão da inclusão entendida não apenas como localização da pessoa na sociedade (em condições de se tornar sujeito economicamente autônomo) mas também no sentido de resgate. Por resgate entendemos oferecer à pessoa condições de integrar a sociedade como sujeito, também no que diz respeito à sua condição social. No caso acima, em um processo de confiança e de formação, a pessoa deixou um estado de vulnerabilidade (atitude de apropriação de bens alheios; falta de qualificação e de instrução), recuperou autoestima, deixou de cometer atos ilícitos e alcançou o nível de coordenação de um setor dentro da empresa. Ressaltamos o fato de que este resgate foi resultado de uma ação coletiva, pois contou com a participação dos proprietários da empresa, da direção e dos funcionários.

Zamagni, acima, se refere à questão do lucro que, na EdC, é relativizado, ou seja, assim como a pessoa, que passa de meio a fim, o lucro (também este entendido como um código simbólico na economia) passa de fim a meio: “Conceber e tratar concretamente o lucro da empresa como um *meio* e não como o *objetivo* da atividade empresarial, é uma grande inovação que pode levar a repensar de modo radical o que são a empresa, a atividade econômica e o lucro” (Bruni 2008:20).

Na EdC o lucro é perseguido e é importante, como em toda atividade econômica, mas não é maximizado como meta quase exclusiva, como fim absoluto da atividade

empresarial que só depois se torna um bem, geralmente para os detentores do capital. A produção do lucro está estreitamente relacionada com a produção de riqueza e com o dinheiro entendido, também este, como meio simbólico da economia, uma vez que o dinheiro representa a quantidade de riqueza produzida e não apenas a relação de valor entre coisas trocadas no mercado:

Marx foi o primeiro a apresentar o dinheiro de um modo que pode ser aproveitado em uma formulação teórica em que ele figura como um meio de comunicação sistêmico. Isto porque a função por excelência do dinheiro é permitir a transmissão de informação de um modo codificado, ou seja, como oferta e demanda, resolvendo o problema quantitativo da interconexão de grande número de proprietários privados que se relacionam por meio de transações de coisas diferentes entre si e que, por isso mesmo, têm de ser igualadas de algum modo. (Prado 1996: 205)

A função do dinheiro como mediador de troca, a partir do momento em que representa o valor do objeto de troca e possibilita que as trocas em situação de mercado possam se dar de acordo com o princípio de equivalência, se mantém ao longo da evolução do sistema econômico, mas simultaneamente sofre transformações, ou seja, o dinheiro além de meio passa a ser fim em si mesmo, na medida em que indica, como acima referimos, quantidade de riqueza produzida, possuída e acumulada, tanto na sua forma monetária, quanto na sua forma financeira.

A invenção do dinheiro foi fundamentada com a intenção de que este constituísse um meio para alcançar um determinado fim. Com efeito, o dinheiro continua a ser um meio para realizar múltiplos fins. Todavia, o fundamentalismo econômico inverteu esta lógica. O seu mandamento é que o dinheiro deve ser um fim em si mesmo. A lucratividade, ou a compulsão insaciável de acumular mais e mais dinheiro a qualquer custo, é a apoteose do dinheiro como fim em si mesmo. O dinheiro tornou-se o ‘deus’ ao redor do qual tudo deve gravitar e perante o qual todos se devem submeter. (Ramose 2010: 178)

O lucro, portanto o dinheiro, na EdC, além de possuir o valor e a função econômica pela qual emergiu como meio e código simbólico, se torna possibilidade de comunhão. Com certeza agrega também a finalidade de reverter-se em bem para o empresário, no entanto, o lucro está em função da coletividade, que engloba os funcionários, os fornecedores, os clientes a sociedade.

Porque você sabe que tudo o que você faz agrega e agrega ao ser humano mesmo. Às vezes a gente aqui vira psicólogo, chega a pessoa que está com dificuldade e o mercado, no mercado ele não teria as portas abertas então a gente abre algumas exceções que passada aquela fase crítica onde ele nunca pensou que alguém iria abrir uma porta [ruído na gravação] ele nunca vai esquecer! Então ele se torna fiel por isso, “olha quando eu mais precisei, vocês fizeram o meu [ruído na gravação]”. O mercado não é assim... Você é um excelente cliente, na hora em que você mais precisa, você pode esquecer porque o mercado financeiro só visa número, só número, né. Aqui não, é claro que aqui não é filantropia, se olha número também... [...] Então a gente tem de ser honesto, tem todo um histórico, a pessoa sabe que não é filantrópico, que a gente vai filtrar, mas que também ele não visa o

crescimento através da E., mas não é filantropia, mas a nova ideia de estar no mercado é muito grande. O nosso objetivo, diferentemente dos bancos não é crescer sobressair em cima do cliente, mas é ao contrário ajudá-lo a sair do nosso... O nosso objetivo é que ele se fortaleça e, a partir daí, ele também consiga ajudar a outras pessoas. (Unidade de registro 12-2)

Nas empresas de EdC, os destinatários da distribuição do lucro não são apenas os empresários e os detentores do capital, mas pessoas em situação de pobreza e estruturas que possam colaborar com a expansão da cultura de comunhão. Leite (2007:23) tratou da questão do lucro na EdC, isto é, a codivisão que se dá não apenas entre os agentes diretamente envolvidos nas atividades da empresa, mas com terceiros – os necessitados – levantando a hipótese segundo a qual:

EdC contrariaria os obstáculos colocados pela ordem econômica vigente ao estabelecer, no seu interior, um novo compromisso entre capital e trabalho, não só mediado pelo Estado, mas também pelo próprio mercado, utilizando-se deste como meio para realizar “políticas” de redistribuição de renda e da riqueza e não só como meio de acumulação. (Leite 2007: 23).

Portanto, uma das diferenciações introduzidas pela EdC nas relações econômicas e sociais é o fato de superar a lógica dos dois tempos, segundo a qual, o mercado a priori produz riqueza (sem preocupar-se com uma justa distribuição da riqueza produzida) e o Estado exerce a posteriori a função de redistribuir a riqueza resolvendo, desse modo, as desigualdades produzidas pelo sistema econômico. Afirma Zamagni:

Foi-se difundindo a convicção com base na qual o único juízo de valor que o mercado é capaz de suportar é o da eficiência, entendido como juízo de adequação dos meios em relação ao fim da máxima realização possível dos interesses de quem dele participa. Simetricamente, impôs-se uma concepção do Estado como lugar ideal-típico dos interesses coletivos, isto é, como lugar do “público” ou da solidariedade. Pois bem, a experiência de EdC contradiz este modelo dicotômico de ordem social porque mostra, na prática, que é possível servir-se do mercado para alcançar objetivos de natureza pública. Mais exatamente, é possível utilizar o mercado não apenas para produzir riqueza de modo eficiente, mas também para redistribuí-la segundo um cânone qualquer de equidade. (Zamagni 2002: 133)

No entanto, a comunhão não se concretiza apenas no momento da distribuição da riqueza, mas também no momento da produção da riqueza, na busca de uma governança de comunhão, que privilegie o trabalhador e todos os agentes sociais que se relacionam com a empresa: fornecedores, concorrentes, clientes e também o meio social e natural no qual a empresa atua.

A este ponto nos deparamos com um dos limites que o mercado impõe à EdC: a questão dos justos salários. Se entendemos por justo salário o pagamento estabelecido

pelas leis trabalhistas dos Estados em que as empresas funcionam, constatamos que a EdC aplica a justa distribuição da riqueza mediante o pagamento de justos salários. Mas se consideramos que em alguns Estados, os salários – principalmente das categorias trabalhistas menos especializadas – não permitem ao trabalhador um nível de vida satisfatório, o que inclui habitação, vestuário, educação, saúde e lazer, a EdC, apesar de atuar dentro do respeito da legislação, tende a criar o que nós denominamos dispositivos de correção, por nós identificados como: (1) divisão do lucro dentro da própria empresa, com os funcionários: “Nós nunca atrasamos salários, a gente divide os lucros com eles também (unidade de registro 7-1; empresário); (2) auxílios extras para moradia, tratamento de saúde, compra de eletrodomésticos, carro e outros bens geralmente não acessíveis para quem recebe um salário-base: “É procurar também dar toda uma assistência no aspecto da saúde” (unidade de registro 9-2; empresário).

No início foi um pouco difícil de entender, depois eu fui vendo que é uma empresa que procura sempre ajudar o próximo, entendeu! Ver a situação do funcionário, ver se ele está necessitado de alguma coisa, se ele procura... Se ele não tem um terreno uma casa eles procuram ajudar pra poder! Eles gostam de dar um conforto também pro funcionário. E é muito bem essa empresa aqui! Não só essa, as outras também, né. Eu vejo, já vi bastante assim funcionário que chegou baixo, né, e hoje está em um nível mais tranquilo, a família bem sucedida! (Unidade de registro 7-6; funcionário)

(3) formação profissional, para capacitar e melhorar o salário do funcionário:

Assim do jeito que a firma vai crescendo, a firma vai dando oportunidades aos funcionários daqui de dentro. Em vez da firma buscar de fora, gente estudada, com faculdade, eles primeiro eles preferem tem que investir, dar oportunidade pra quem está aqui dentro! (unidade de registro 3-3; funcionário);

(4) criação de associações de funcionários, com a formação de micro-crédito, como a Associação dos Funcionários do Polo Spartaco:

Então este capital tem de funcionar. Então com este capital fazemos um micro-crédito. Os funcionários podem pagar até 12 meses, é cobrado um jurinho, não diria um juros, mas uma taxa de manutenção pra pagamento das despesas e... é uma experiência muito bonita porque o valor máximo do empréstimo é o valor do salário porque em caso de rescisão aquilo que se pode descontar do funcionário é só o valor do salário. E olha, já tem sete anos e não tem um caso de inadimplência. Então sempre.. E ou é pra fazer algum exame médico ou muda a casa ou às vezes construir só o quarto do... Sabe que pra sair do aluguel não precisa de uma casa, mas só de um quarto, então pra tirar a carteira de motorista pagar o IPVA então são os mais, ou pagar cartão de crédito ou dividas bancárias, então as pessoas utilizam, não são obrigadas a declarar para que vão utilizar. Agora, por exemplo, como nós temos capital pequeno e vários pedidos, a gente coloca as pessoas em reunião e eles decidem quem que naquele mês tem, mais necessidade. (unidade de registro 12-3, funcionário)

Outra característica fundamental da EdC – em consonância com a Economia Civil é a reciprocidade. De fato, a Economia civil se funda sobre o princípio da reciprocidade e da mútua assistência:

Na base da teoria econômica e civil da escola napolitana, encontramos a concepção de uma sociabilidade baseada na reciprocidade, em que reciprocidade pode ser considerada a palavra-chave de toda estrutura antropológica e social da economia civil. (Bruni; Zamagni 2010: 76).

O ágape na EdC, como vimos, traz para a economia a categoria da gratuidade. No entanto, ao longo de todo o nosso trabalho ressaltamos que o ágape pode ser entendido como um tipo de amor que alcança um grau elevado de intensidade, extensão, duração, adequação e pureza. Ações totalmente agápicas não são regulares, mas acontecem somente quando se torna necessário um ato extremo de amor, capaz de amar até o ponto de dar a vida. No entanto, o ágape como MCSG exerce a função de impulsionar as ações cotidianas, fundadas nos processos comunicativos que se dão na sociedade, na direção máxima do amor, na direção agápica, tornando o ágape presente em ações até mesmo rotineiras, como demonstramos no quarto capítulo. Ademais, defendemos igualmente o pressuposto de que o ágape contém eros e philia. Ora, a gratuidade como subcategoria de ágape, não elimina das relações econômicas o interesse próprio, mas o condiciona ao interesse do outro. Portanto, a gratuidade não significa, em economia, dom sem resposta, pois se assim fosse, não seria nem mesmo economia, que pressupõe troca, comercialização. Emerge, desse modo, a categoria de reciprocidade, pois toda relação econômica é, por natureza, recíproca. O que defendemos, como já referimos anteriormente, é que o ágape transforma a qualidade das relações, portanto, transforma a qualidade, o valor semântico também da reciprocidade.

Bruni classifica a reciprocidade em três tipos, fazendo um paralelo com os tipos de amor da clássica tripartição grego-cristã: eros, philia e ágape.

A primeira forma de reciprocidade seria aquela denominada por Bruni como reciprocidade sem benevolência (Bruni 2008: 103) ou reciprocidade-contrato (Bruni 2005: 124-126). Este tipo de reciprocidade é garantida pelo contrato e a relação é isenta de benevolência ou de qualquer tipo de interesse pelo bem do outro; prevalece o interesse pessoal como motor que faz avançar a relação e a contratação. A cooperação entre os participantes da relação econômica emerge do desejo, do interesse e da conveniência, da mútua vantagem. Relações mediadas e garantidas, por instituições,

sejam elas de direito, sejam elas meios legitimados por instituições, como o dinheiro e o sistema de preços. Portanto, são relações baseadas no princípio da equivalência, da justiça, da satisfação de interesses pessoais.

A característica fundamental daquela que eu considero a primeira forma de reciprocidade, a 'reciprocidade sem benevolência', consiste no fato de que não é pedido aos sujeitos que sacrifiquem algo do próprio interesse pessoal: a cooperação emerge somente tendo por base o interesse, o desejo e a conveniência aos quais são acrescidos requisitos institucionais. (Bruni 2008: 103)

Este tipo de reciprocidade é bidirecional (entre A e B), condicional e equivalente. O contrato faz parte da lógica econômica e dos mercados, lógica da troca entre "iguais", portanto, de equivalentes. A reciprocidade do contrato "é sem benevolência e gratuidade: bastam os incentivos e as instituições justas" (Bruni 2005: 124-126). Esta pode ser também definida reciprocidade instrumental.

Bruni (2010 b) relaciona este tipo de relação econômica ao eros, no sentido de que:

O eros (entendido como protótipo) é um amor que não precisa da gratuidade, porque é uma relação mutuamente vantajosa, onde cada um é movido, não pelo bem do outro, mas pela necessidade que tem de colmatar a sua pobreza. Da mesma forma também o contrato não tem a gratuidade no seu repertório, mas nasce do desejo e da necessidade. [...] No centro da relação erótica está o eu e não o tu. (Bruni 2010b: 94-95)

A segunda forma de reciprocidade: genuína (Bruni 2005: 126) ou reciprocidade-amizade ou reciprocidade-*philia* (Bruni 2008: 107) imprime na relação o interesse pelo outro e não apenas por um objetivo externo à relação, como obter vantagem em favor próprio ou satisfazer um desejo pessoal prescindindo do outro. Neste tipo de reciprocidade o outro tem valor, portanto, não é uma relação impessoal e anônima: "É uma forma de reciprocidade que encontramos geralmente em muitas formas de economia solidária, no voluntariado, mas também nos grupos de trabalho, e em muitas dinâmicas das organizações e em toda a dinâmica da sociedade civil" (Bruni 2008: 107).

A reciprocidade-*philia* considera o princípio de equivalência, mas tal equivalência não é medida monetariamente. Também este tipo de reciprocidade é bidirecional, realizada entre dois sujeitos participantes da relação e comporta uma troca, uma resposta. Porém, como apenas dito, não há obrigatoriedade de que a resposta seja equivalente em valor monetário. É mais uma equivalência de adequação do que uma equivalência matemática (Bruni 2008: 108). "Para que uma relação de amizade dure no

tempo, é necessário que cada uma dos participantes perceba que não é explorado pelo outro” (Bruni 2008:108). A liberdade é outra característica da reciprocidade-*philia*, bem como a eleição, ou seja, a amizade é eletiva, não é universal: “O amigo escolhe o próprio amigo e vice-versa” (Bruni 2008: 109). Ademais, a reciprocidade-*philia* não é nem totalmente condicional nem totalmente incondicional. Bruni se remete ao termo utilizado por A. Caillé “incondicionalidade-condicional”, por que: “se é verdade que o primeiro passo que me impulsiona a abrir-me ao outro não é condicional, ao mesmo tempo, se o outro não ‘reciprocava’, a cooperação se interrompe” (Bruni 2008: 110): “Esta reciprocidade “dá o primeiro passo”, cumpre um ato de confiança *ex-ante*, e é capaz de perdoar, mas para dar continuidade à relação de reciprocidade no tempo é necessária, também na amizade, a resposta do outro” (idem).

Prosseguindo com as características da reciprocidade-*philia*, Bruni destaca a motivação, ou seja, o valor intrínseco da relação; “o amigo é considerado um valor, um fim e não um meio” (Bruni 2008: 111). Outra característica da amizade é a identidade, portanto a proximidade. No contrato, a identidade (quem é o outro) não é importante para que o acordo se realize e seja vantajoso. Na amizade, em vez, a identidade é essencial (Bruni 2008: 112).

Seguindo a reflexão de Bruni, os dois primeiros tipos de reciprocidade caracterizam relações que, para continuar no tempo, precisam da resposta do outro. Ou seja, são relações bilaterais, portanto fechadas. Tanto a reciprocidade instrumental (ou reciprocidade *eros*) quanto a reciprocidade-*philia* se caracterizam por um certo grau, maior ou menor, de condicionalidade, portanto de pretensão de resposta, logo isentas do princípio de gratuidade.

O terceiro tipo de reciprocidade é compreendido por Bruni como reciprocidade incondicional (Bruni 2008: 112) ou reciprocidade de comunhão (Bruni 2005: 130). É um tipo de reciprocidade que poderia ser compreendida como agápica, pois, justamente, admite relações de troca (recíprocas) fundamentadas no ágape. De fato, o ágape introduz nas relações recíprocas, portanto inclusive nas relações de troca, a gratuidade e, diríamos a universalidade da gratuidade, no sentido de que ágape é um tipo de amor dirigido a todos, não apenas aos amigos. De fato, afirma Bruni:

A vida civil, em sociedades heterogêneas, complexas e multiculturais precisa, para não implodir em conflitos endêmicos, incluir na dinâmica civil também os “não amigos”, e a característica “eletiva” da *philia* tende inevitavelmente à criação de grupos fechados, de

clubes, nos quais se coopera internamente, mas não externamente. O amigo, por definição não sabe amar o “não amigo”. (Bruni 2008: 112)

Neste trecho de Bruni emerge o fato de que a reciprocidade agápica, supera a reciprocidade *philia* também no que diz respeito, como afirmamos acima, à universalidade da relação. Contém uma abertura, que faz com que sejam possíveis relações recíprocas não anônimas e pessoais inclusive com *não amigos*, que interpretamos como “desconhecidos”. Desse modo, retomamos o que concluímos nos terceiro e quarto capítulos, que o ágape possibilita transformar relações impessoais e anônimas – típicas da esfera pública, portanto do mercado e da economia – em relações próximas, relações “com rosto”, inclusive entre desconhecidos.

A reciprocidade incondicional ou agápica, além da proximidade, contém a característica da não equivalência, entendida por nós, justamente como gratuidade. Assim sendo, tal reciprocidade não funciona e se mantém no tempo apenas motivada pela resposta do outro. Isto é, sustentamos a proposição de que a reciprocidade agápica pode ser entendida como um tipo de relação que contém duas dimensões distintas e, simultaneamente, unificadas: a unilateralidade e a multilateralidade.

Reafirmamos com esta nossa argumentação que o ágape (o amor) parte de um agente (*ego*) na direção de um outro (*alter*) como iniciativa gratuita, sem pretensão de resposta, ou seja, como afirma Bruni, ágape é um amor incondicional, ama, sem exigir condições para amar (unilateralidade). No entanto, o amor agápico tem em si a capacidade de gerar amor, suscitando a resposta. Defendemos a tese de que quem se sente amado tende a responder ao amor recebido com o amor. No entanto, tal resposta não é obrigatoriamente dada ao agente primeiro do amor, mas pode ser endereçada a terceiros (abertura e multilateralidade). Isto é: a resposta (reciprocidade) pode ser dirigida a um terceiro ou mais elementos que se introduzem na relação. “É isso que torna a comunhão substancialmente diferente de um ‘encontro de interesse’, podendo ser definida como ‘encontro de gratuidades’” (Bruni 2005: 130). Portanto, seguindo o pensamento de Bruni, podemos ressaltar três características básicas deste terceiro tipo de reciprocidade: (1) recompensa intrínseca: o sujeito encontra satisfação na própria ação (utilidade ou felicidade) e não no resultado que dela deriva; (2) abertura: o retorno pode ser dado a um terceiro, ausente na primeira relação; (3) incondicional: não se deixa

condicionar, isenta de pretensão de resposta, embora o êxito da ação dependa do resultado, da resposta.

Ora, de acordo com Bruni, o ágape está na base da reciprocidade incondicional ou de comunhão, sem, contudo, excluir o contrato (eros), o princípio de equivalência ou a benevolência da philia. Com base na nossa pesquisa de campo, inferimos que a reciprocidade incondicional, na EdC transforma as relações (1) que se dão dentro das empresas, entre empresários e funcionários; e entre os trabalhadores:

Ah, sim! Aquela concorrência entre funcionários, aquela guerrinha, ambiente assim de muita fofoca, é... Cada um querendo defender só o seu setor, totalmente diferente, né. Na EdC, na nossa empresa um quer ajudar o outro, quando um setor não está bem... a gente tem essa consciência entre os funcionários de ajudar o outro dar uma mão, tira um daqui põe lá, não tem esse problema... Numa outra empresa, não, é uma guerrinha, administra tudo, com o pessoal da produção é uma guerra, é diferente... (Unidade de registro 1-1; empresário)

Olha os conflitos existem, sim e aparecem a todos os momentos, né. Eu não sinto, nunca senti essa coisa da competição entre um e outro, porque o nosso trabalho é muito coletivo, realmente, a gente forma as equipes, trabalha em conjunto, sempre numa relação de ajuda, de troca com o outro. Tem o conflito, mas é sempre resolvido na base do diálogo! Né, e às vezes o diálogo não é sempre pacífico, mas no final chega-se a uma conclusão do problema e retoma-se o relacionamento, isso é que é importante! (Unidade de registro 2-3; funcionário)

(2) no mercado: com a concorrência, com os fornecedores e com os clientes:

As vantagens, como se diz, se cria uma sinergia que atrai os clientes e os clientes entram aqui e dizem: “nossa, como é aconchegante aqui”... Às vezes ele colocou o pé... ou na hora da dificuldade sabem que podem contar com você, em qualquer situação que seja, ele pode contar com você. Uma outra vantagem, é, isso te dá uma credibilidade no mercado, né, essa parte de seguros que estamos fazendo, são os próprios clientes que vão indicando a outros clientes, [ruído na gravação] no final isso traz um retorno também econômico para a empresa. A credibilidade e esse retorno financeiro, além de uma realização pessoal muito grande. (Unidade de registro 12-3; funcionário)

Na verdade tudo é importante, né, claro que a gente não é perfeito, mas procura sempre fazer... Ter esse bom relacionamento com os fornecedores e com os clientes mais ainda, né! De justiça de sinceridade, de compromisso... Se não deu certo uma coisa, vamos repor, vamos fazer de novo, vamos ter de assumir, erramos, erramos... De ser honestos com eles né! Uma coisa não deu certo, foi falha nossa, ou, sei lá o que foi? Então todos esses relacionamentos com os concorrentes também, porque por exemplo, na área de uniformes, temos uma outra empresa em C. que somos concorrentes, mas tudo o que a gente pode trocar de ideias, tem escolas que só eu conheço, tem escola que só ela conhece, mas tem escolas que nós duas conhecemos, então, a gente procura ver junto, quando tem alguma coisa nova pra desenvolver, tem muito bom relacionamento com ela, às vezes falta alguma coisa ela empresta, a gente empresta dela, ela empresta de nós... Precisa ver! É tudo isso, é a nossa vida do dia-a-dia... A gente não fica naquela guerrinha né, de... (Unidade de registro 1-1; empresário)

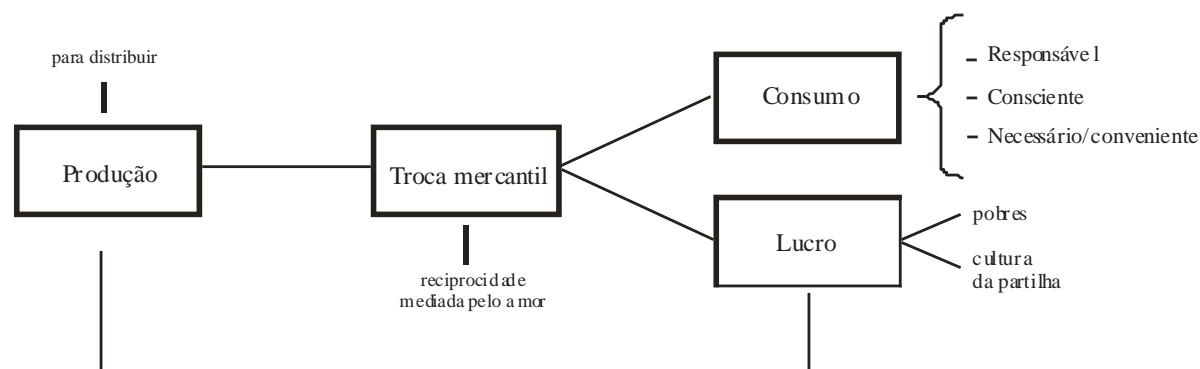
A minha relação com a E. ... Não é somente profissional, se tornou uma... Comunhão! Porque em tudo eu participo! O que é solicitado, a gente atende, o que não pode ser feito a gente também tenta viabilizar. (Unidade de registro 13-8; fornecedor)

A característica de abertura da reciprocidade incondicional, isto é, que a resposta pode ser dirigida a um terceiro, típica da EdC, se materializa também na natureza da comunhão do lucro. A resposta da pessoa ajudada muito raramente se dá diretamente ao empresário que fez a partilha do lucro, mas sim a terceiros. A partilha do lucro desencadeia um processo comunicativo agápico que tende a suscitar respostas de amor ao amor recebido. É regular o fato de que pessoas ajudadas participam deste processo de partilha colocando em comunhão talentos, tempo, e, em alguns casos, até mesmo a própria ajuda monetária recebida, dividindo-a, por exemplo, com vizinhos¹⁷¹.

Sem receber durante anos, no serviço militar, T. deixou o exército. Com a ajuda da EdC fez um curso profissional de manutenção de computadores. Hoje tem um trabalho e a sua família, em sinal de gratidão, cuida de uma jovem mãe, grávida, que dormia com seu filho de seis anos ao lado da estrada de ferro, em uma cabana de plástico. Ajudam esta mãe em todas as suas dificuldades cotidianas, procurando uma casa para alugar e na atividade informal de venda de carvão, com conselhos e assistência de todo tipo. (Comissione Internazionale EdC 2010: 50)

Maurício Custódio Serafim elaborou um esquema que indica quais transformações a EdC procura estabelecer nas relações de mercado, indicando que tipo de comunicações este projeto introduz nas relações econômicas, ressaltando, justamente o princípio da reciprocidade.

Esquema 2 – Economia de Comunhão e relações de mercado



Fonte: Serafim (2008b)

Serafim coloca em destaque que a EdC modifica o valor semântico das relações gerais que se dão no mercado, ao introduzir a reciprocidade mediada pelo amor nas

¹⁷¹ Informação fornecida pela Comissão Internacional de Economia de Comunhão, com sede em Grottaferrata, Roma, em 01 de abril de 2014, com base em relatórios recebidos das várias comissões regionais de EdC.

trocas mercantis, ao propor um consumo que supera a satisfação pessoal e egoísta da pessoa, sendo praticado de forma responsável, consciente e conveniente; e ao conferir ao lucro um novo significado, como diz Burkart: “os lucros, tradicionalmente considerados como legítima propriedade dos empresários ou dos acionistas, se tornam, livremente, recursos para processos bem definidos: ajuda imediata aos pobres, saneamento do tecido social a longo prazo (por meio da formação à cultura do dar) e para reinvestimento na empresa” (Burkart 1999: 677).

A empresa é compreendida como um dos elementos básicos da EdC, uma vez que o projeto, na sua origem, não propôs o surgimento de ONGs ou de fundações, mas justamente de empresas. O fato de a EdC constituir-se preponderantemente por empresas privadas pode suscitar a questão se estas possuem, de fato, alguma diferença substancial em relação às demais empresas do tipo capitalista. A reflexão desenvolvida pelos teóricos da EdC extrai dessa aparente igualdade alguns pontos diferenciais. As empresas de EdC conferem um significado peculiar à noção de propriedade privada. Esta, a propriedade privada, torna-se um meio, um instrumento para alcançar um determinado fim: a comunhão.

A EdC, de fato, apresenta-se como uma silenciosa, mas radical, alternativa ao modo convencional de se entender, na empresa, a propriedade privada e o lucro. As empresas coligadas à EdC são empresas privadas sob todos os aspectos, plenamente inseridas no mercado, que salvaguardam, portanto, a propriedade privada dos bens... Mas que colocam os lucros em comunhão. (Bruni 2004: 20)

Ao conferir um significado peculiar à noção de propriedade privada, a EdC faz com que as empresas atuem de acordo com uma função social específica, justamente a de contribuir para o bem comum, para o bem coletivo, de acordo com o princípio da mútua assistência, entendida, como já referido, como propensão a favorecer o outro em uma relação de mercado, de modo a alcançar o bem comum, sem prescindir do bem próprio. De fato, o bem comum de acordo com os princípios da Economia Civil pressupõe intencionalidade, ao passo que, de acordo com a economia clássica e atual, o bem comum é o resultado não intencional da busca do bem privado, individual e particular dos agentes envolvidos em transações econômicas (Bruni 2010a: 181-182).

Retomando a questão da comunhão, a empresa não a concretiza apenas partilhando os lucros. Ela, em todas as suas estruturas, tende a se tornar espaço de comunhão (Bruni 2005: 36). Em 1997 deu-se início à elaboração das *Linhas para*

gestão de uma empresa EdC – documento aperfeiçoado em 2012 – que procura sistematizar e explicitar os resultados da comunhão nos vários âmbitos da atividade de uma empresa.

As *Linhas para gestão de uma empresa de Economia de Comunhão* (Comissão Internacional EdC 2012), se baseiam nos sete aspectos da vida concreta da Obra de Maria estendidos ao contexto empresarial. A importância dessas *Linhas* para o presente estudo está no fato de que delineiam a identidade de uma empresa EdC, bem como a relação entre o projeto e o MF, não apenas na sua ideia, mas na sua concretização estrutural, pois essas *Linhas* orientam a forma como as empresas EdC devem se organizar, embora não tenham o caráter de um manual nem de um regulamento. Com base na análise desse texto é possível extrair sete características fundamentais da EdC, relacionadas aos sete aspectos mencionados acima.

O primeiro item diz respeito aos **empresários, trabalhadores e empresa**. Dentro deste aspecto, é considerada fundamental a categoria da comunhão concretizada no âmbito empresarial. As decisões são tomadas e assumidas de forma participativa, bem como o controle dos objetivos; prioriza-se o trabalho em equipe. As funções são exercidas com espírito de serviço. A pessoa humana está no centro da empresa; valorizam-se os talentos e competência dos trabalhadores e se adotam medidas particulares de ajuda a quem passa momentos de necessidade¹⁷².

Ademais, os investimentos devem ser realizados sem colocar em risco o equilíbrio econômico e financeiro da organização e deve-se priorizar a criação de novas atividades e o aumento dos postos de trabalho. A empresa deve obter lucros e partilhá-los segundo os cânones da EdC.

É uma prática que *envolve a partilha, né. A divisão! Não sei assim como... Como é que chama? Os percentuais, os elementos, os valores, mas acho que o principal é o sentimento de partilha, de convivência partilhada, de usar desse meio pra poder propiciar aos outros a possibilidade da igualdade, de estabelecermos um mundo mais fraterno!* (Unidade de registro 2-2; funcionário)

O segundo ponto diz respeito à **relação com os clientes, os fornecedores, inclusive os financiadores, a sociedade civil e os sujeitos externos**. Isso significa que

¹⁷² Para aprofundar este aspecto, remete-se à leitura: da *Revista Economia de Comunhão – uma nova cultura*; do *Relatório sobre a distribuição das ajudas EdC*; ambos disponíveis online no site www.edc-online.org; e do livro BENITES, Marcelo. 2009. *Pessoas que fazem Economia de Comunhão*. São Paulo: Cidade Nova.

a empresa deve tecer relações de lealdade, de diálogo, de abertura e de respeito com todos os agentes que atuam no mercado. O resultado dessa postura seria a constituição de um capital imaterial, de estima e de confiança. Ademais, a empresa atua consciente de sua função social em favor do bem comum. Os empresários e agentes EdC consideram importante apresentar suas ideias em seminários, congressos, encontros, com a finalidade de difundir seus princípios.

A gente sempre consegue um acerto, consegue... Quando a mercadoria não vem de acordo com aquilo que a gente pediu... Como já é um relacionamento de muita confiança com os fornecedores também, sempre as nossas reivindicações são atendidas! Confiança, né, também! (Unidade de registro 1-2; empresário)

O meu trabalho tem um ponto importantíssimo que é a confiança. Confiança, né, quer dizer... Todos esses valores que a gente vive no físico e depois leva para o jurídico, a confiança é fundamental. Então quer dizer, confiança. Esse é o benefício. (Unidade de registro 5-1; empresário)

O terceiro ponto trata da **ética**. O trabalho deve resultar no crescimento interior das pessoas que atuam na empresa. Além disso, a organização deve operar de acordo com as normas fiscais e legais, e empenhar-se para que sejam modificadas ou melhoradas as leis que prejudiquem o bem comum. Quem trabalha em uma empresa EdC aprende a valorizar as dificuldades e o sofrimento típicos do ambiente de trabalho, como ocasião de crescimento e amadurecimento.

Mas independente da religião é ética, né, tem essa ética é importantíssimo em qualquer empresa, em qualquer área... (Unidade de registro 1-1)

Ó... vamos dizer assim, primeiro, cobrar um preço justo que é não se aproveitar de determinadas situações, essa foi uma primeira coisa, né (Unidade de registro 7-1)

Então tem uma diferença, uma diferença neste aspecto, que muitos começaram ao nosso lado, começaram com a gente, hoje saíram, usavam uma visão diversa dos valores que a sociedade prega e a gente pensando fazer da melhor fora possível, nem sempre fazendo tudo como pede o figurino, mas tentando cada vez mais aperfeiçoar [...]...então tem uma diferença muito grande das empresas que a gente foi, mesmo assim desse comprometimento que a gente tem com o meio-ambiente, da forma como a gente pensou fazer a empresa, respeitando, aproveitando a água, aproveitando, sabe...não existe isso na reciclagem, principalmente na reciclagem, né? (Unidade de registro 9-2)

O quarto ponto visa a **qualidade de vida e da produção**. A empresa é concebida como comunidade, dando especial atenção à qualidade das relações interpessoais. A qualidade dessas relações é verificada em encontros programados com os responsáveis pela gestão, a fim de se resolverem os conflitos com base no diálogo e

na participação. Igualmente valorizadas são a saúde e o bem-estar de cada membro da empresa.

No relacionamento, como eu trabalho na linha de produção, é... eu tenho que cumprir os prazos, eu tenho que ter as metas pra cumprir e eu percebo que com... com... além dessas metas eu tenho que cuidar dos relacionamentos, porque isso influencia fundamentalmente na linha de produção. Um exemplo, alguém está ali com uma dificuldade, trouxe alguma coisa de casa... acho que o meu trabalho é fundamentalmente cuidar da produção, cuidar desse ambiente de trabalho que deve ser esse ambiente novo, no qual as pessoas é... possam expressar completamente os dons que ela tem, o que muitas vezes é até dizer pra pessoa olha, você não tem o perfil pra trabalhar aqui, não é... não consegue! Não é que chega, não é uma coisa assim fixa, ela muda! (Unidade de registro 1-1; empresário)

A harmonia no ambiente de trabalho constitui o quinto ponto. Este aspecto leva a empresa a adotar sistemas de gestão e estruturas organizacionais adequadas para promover seja o trabalho em grupo seja o crescimento individual. Outro aspecto é importância dada ao ambiente de trabalho e à criação de emprego, de modo especial incluindo pessoas em situação vulnerável.

Ele sentou na minha frente e eu disse, ó, ele estava com odor de bebida alcoólica... Normalmente era pra encerrar o assunto ali mesmo né eu ouvi a história dele, ele tinha separado da mulher, separado dos filhos, estava morando de favor na casa de um amigo e mesmo assim dei todo material pra ele, toda atenção, mostrei a empresa pra ele, dei material, coloquei no meu carro, visitamos... Hoje, na zona leste, está sendo o vendedor número um! É então, o que é isso? É sentir que mais que comercial, ou seja, é uma coisa que deve ser tratado com muita é forte! Então essa minha abertura é o que, nessa harmonia que eu vivo e vejo que é a Economia de Comunhão. Eu acredito que seja isso! E eu já tive outras situações que normalmente não evoluiu. Encerrava o assunto por ali. (Unidade de registro 3-6; funcionário)

O clima é muito bom, mas se der algum problema a gente senta tudo, apesar do tempo que ela está aqui, ela é incrível nos exemplos que ela passa. Uma decisão mínima que ela tem que tomar, passa sempre por aqui, isso faz com que a gente aprenda, né, ah! Porque de repente você né, ah! Uma decisão assim vou tomar a decisão, em vez ela, ela ela passa pra todo mundo, interessante isso, aquele respeito que nós aqui somos assim, somos todos iguais, não tem essa hierarquia sabe, inclusive a P, que é uma graça, a moça que limpa aqui pra gente, todo mundo tem aquele carinho muito grande, isso é interessante. (Unidade de registro 12-2; funcionário)

A formação e a instrução são consideradas no sexto ponto. Trata-se da atenção que é dada a formação profissional dos empregados em favor do crescimento individual e da própria empresa, que possibilita atualização e aprendizado contínuos. Também é considerada, dentro das possibilidades, a formação para a cultura de comunhão.

Os funcionários fazem cursos, nossa empresa [ruído] justamente para dar uma profissionalidade é e para que cada funcionário se realize como pessoa. (Unidade de registro 12-3; funcionário)

O último ponto é o da **comunicação**, valorizada dentro e fora da empresa. No âmbito interno da mesma, busca-se instaurar redes de comunicação que garantam a participação de todos na vida da empresa. No âmbito externo, os empresários da EdC buscam instaurar esta rede de comunicação entre as empresas do projeto e com pessoas que se interessam por ele, utilizando-se de todos os meios possíveis a fim de manter vivo, entre todos os agentes envolvidos, no âmbito local e internacional, um espírito de apoio recíproco e de solidariedade (Comissão Internacional EdC 2012b).

Eu percebo sim. Percebo [...] Trabalhei numa empresa que não tem nada a ver com o ramo de produto de limpeza, empresa de reciclagem. [...] fiquei lá dez meses, mas questão de orientação, por exemplo, às vezes um funcionário é chamado pra uma reunião quando acontece algo errado, pra dar bronca! Pra receber bronca! Eu estava conversando com o encarregado lá, eram dois turnos, dizia, olha, precisa se aproximar mais do pessoal e não chamar eles só pra dar bronca. Se acertou, foi bem na produção, consegui atender uma entrega, chama o pessoal, reúne e fala, dá os parabéns, as pessoas sentem que o seu trabalho é importante e os funcionários também falam, né, “poxa! só chamam a gente pra dar bronca, quando a gente acerta ninguém fala nada! Parece que a gente nem existe!”. Isso vai deixando a pessoa descontente e a pessoa vai ficando com aquele pensamento: “Ó eles só nos enxergam quando cometemos um erro!” [...] E aqui, sempre, na empresa, o tempo que trabalhei sempre houve era o contrário, né, chamava quando dava certo, a gente estava ali naquela luta, na dificuldade, a dificuldade existe até na empresa de Economia de Comunhão, porque as leis, as normas são as mesmas de mercado, né, as mesmas das outras empresas, então sempre há as dificuldades, mas quando tá naquela luta, na correria, pra entregar aquele pedido, quando a gente conseguia, né, às vezes colocava o cartaz ali no mural parabenizando aquela conquista; às vezes nos chamavam, davam treinamento, isso nos ajuda a entender que o nosso trabalho é importante. [...] Então a diferença que eu percebi foi essa: a comunicação e o reconhecimento do trabalho, do trabalho dos funcionários. (Unidade de registro 3-2; funcionário)

Giampietro Parolin realizou um estudo que teve por objetivo verificar, com base nas *Linhas para gestão de uma empresa EdC*, em confronto com a prática de empresas aderentes ao projeto, situadas na região Nordeste da Itália, o quanto e como, na vida dessas empresas, se cristaliza uma tipologia de comportamentos e decisões administrativas que lhes conferem uma identidade comum, embora estejam inseridas em contextos empresariais diferentes quanto à dimensão, área de atividade e território (Parolin 2004: 87).

O resultado obtido indica os seguintes pontos em comum:

- Várias iniciativas para combater o desemprego;
- Modos criativos para que os funcionários se sintam parte da empresa, inclusive na dimensão material, bem como do projeto EdC; e também para envolvê-los na experiência de solidariedade;
- Modos originais para satisfazer os clientes, agindo como se estivessem no lugar deles;

- Escolhas e decisões, até mesmo heroicas, para se manterem fiéis aos princípios éticos, da legalidade e da justiça;
- Inúmeras estratégias para conciliar a atividade produtiva com as exigências de ecocompatibilidade, segurança e saúde dos trabalhadores e clientes;
- As mais variadas iniciativas para manter o ambiente de trabalho harmonioso e adequado à pessoa humana;
- Iniciativas de formação técnico-profissional, vinculadas aos princípios inspiradores do projeto;
- Colaboração entre as empresas;
- Várias formas de comunicação internas e externas, como: publicação de um jornal da empresa, reuniões periódicas e fóruns na internet. (Parolin 2004:92)

Parolin, em sua pesquisa conclui que: “o que mais caracteriza a pertença ao projeto EdC não são tanto os comportamentos em si, assumidos pelas empresas, mas o fato de que esses comportamentos emergem – às vezes de modo não intencional – do fato de orientarem a atividade da empresa à comunhão” (Parolin 2004:93).

No Brasil, em vez, podemos inferir que foi dado um passo adiante, pois criaram, intencionalmente, um modelo de gestão e de comportamento empresarial fundamentado nas *Linhas*, que colaboram na construção e definição da identidade da empresa. Esses modelos de conduta e de administração que regem a ação da empresa em todas as suas dimensões e orientam a estruturação da mesma, deram início a um processo de institucionalização dessas linhas que, além de serem orientações gerais, começam a adquirir caráter de norma geral sistematizada.

No Brasil, A ESPRI, proprietária e gestora do Polo Spartaco de EdC, justamente, sistematizou as linhas para a gestão de uma empresa EdC dentro do seu planejamento estratégico, e elaborou um gráfico para resumir e ilustrar tais linhas.

Gráfico 4 – Linhas para a gestão de uma empresa EdC - Espri¹⁷³



No que diz respeito às relações que se realizam *no interior da empresa*, o princípio da comunhão suscita a necessidade de transformações estruturais também concernentes à ordem hierárquica. Segundo Bruni “nenhuma organização pode funcionar sem o princípio e a prática de autoridade” (Bruni 2005: 76) que, no entanto, é diferenciada da prática do poder. Entrar na discussão do valor semântico e cultural dos termos “poder” e “autoridade” orientaria o trabalho para fora de suas fronteiras. Bruni relaciona esses dois conceitos – poder e autoridade – com a questão da hierarquia, afirmando que esta, geralmente, se fundamenta no exercício do poder. De acordo com Bruni poder é “a faculdade de obter um comportamento do outro indivíduo sem o consentimento dele” e autoridade como “poder legítimo e compartilhado pelas pessoas envolvidas” na relação (ibidem: 75). Quando, e se, o poder se transforma em autoridade, a hierarquia pode deixar de existir enquanto exercício de poder impositivo, piramidal, ou seja, torna-se possível o exercício de gestões compartilhadas, que não excluem a diferenciação de funções. Nas empresas EdC o princípio da reciprocidade dá sustentação ao princípio da autoridade, isto é: todos são iguais em dignidade – irmãos – depois têm funções, tarefas e responsabilidades distintas.

Nessa base é possível viver a reciprocidade na empresa. As funções continuam, naturalmente, distintas como são distintos os princípios, evitando-se assim, dois erros típicos: de um lado, que em nome do princípio da fraternidade [antes somos irmãos, I.C] se negue a diversidade de papéis e, portanto, de funções; de outro, que o princípio hierárquico

¹⁷³ ESPRI – Sociedade anônima de capital fechado, proprietária e administradora do Polo Spartaco de EdC – Cotia -SP

impeça que se experimente a liberdade da fraternidade, que uns se identifiquem com outros. (Bruni 2005: 82).

Consequentemente, em relação ao tipo de hierarquia, nas empresas EdC, busca-se criar relações horizontais entre os variados graus de responsabilidade e competência.

Em síntese, neste tópico procuramos sistematizar a EdC como sistema de pensamento a partir da sua relação com a Economia Civil, tomando por base as subcategorias de ágape por nós inferidas: alteridade, gratuidade e reciprocidade e duas categorias fundantes da Economia Civil, a mútua assistência e a reciprocidade.

Entendemos que o ágape como MCSG introduzido no sistema econômico por meio da EdC colabora na transformação do sistema econômico a partir da transformação semântica que opera em alguns códigos simbólicos da própria economia, como o lucro, o dinheiro, o contrato, a propriedade e as relações de troca (econômicas) no interior da empresa e da empresa com seu entorno. Com base no que referimos até então, no próximo tópico verificaremos se o ágape, como MCSG tem potencial de impulsionar a EdC para além dela mesma ou se a EdC tende a ser um nicho.

5.6 Economia de Comunhão e o ágape: possibilidade de expansão da EdC ou tendência a permanecer fechada em si, um nicho?

Concluimos o nosso capítulo considerando pertinentes e demonstradas as nossas seguintes hipóteses: (1) a EdC pode ser considerada um sistema de pensamento liminar na medida em que se coloca na contramão do pensamento econômico dominante e hegemônico, interagindo tanto com o sistema econômico vigente quanto com a Economia Civil e outras formas de produção de conhecimento, a saber, a forma religiosa – no caso cristã – de conceber as relações sociais. (2) A força de expansão da EdC estaria na possibilidade de transcender suas próprias fronteiras a partir da propagação e assimilação do ágape como meio de comunicação simbolicamente generalizado (MCSG) e de suas declinações, inserido pela EdC no sistema econômico.

Ora, ao longo de nosso trabalho, sobretudo nos capítulos terceiro e quarto, verificamos e demonstramos a pertinência de utilizar o ágape como categoria de análise e como MCSG na construção de relações interpessoais e sociais. Bem como verificamos

e demonstramos a possibilidade de ágape atuar como MCSG, conferindo a EdC força de expansão.

Neste Capítulo 5, verificamos e demonstramos que além do fato de a EdC ser uma prática que atribui a si mesma as qualidades de um sistema estruturado de acordo com comunicações próprias, tais comunicações se constituem também como sistema de pensamento, pois conferem às comunicações que se dão no sistema econômico valor semântico diferenciado, pautado em comunicações que se dão no sistema religioso transformados em informações dentro do sistema econômico, por meio da EdC.

Ora, partindo do pressuposto de que o ágape é a categoria base que confere significado diferenciado aos meios simbólicos que fazem a mediação comunicativa no sistema econômico, entendemos que a expansão da EdC para além dela mesma é possível de se realizar em duas dimensões: a partir da vivência de seus agentes e a partir da difusão do pensamento, das ideias que simultaneamente nutrem e derivam da própria EdC.

A expansão da EdC a partir da vivência de seus agentes, nos remete à questão comunicativa, ou seja, se expande a partir da continuidade e regularidade de relações sociais orientadas pelo ágape que impulsiona as seleções/escolhas/ações dos agentes sociais justamente na direção agápica:

É sempre um desafio! É sempre um desafio, mas faz parte do nosso dia-a-dia. É viável, com certeza, e é aquilo que me move no meu dia-a-dia, então no relacionamento, no relacionamento com os funcionários, no relacionamento com os nossos clientes, no relacionamento com os nossos fornecedores. Então esse, esse amor, esse desapegar de si e estar voltado aos outros é o que nos move no nosso trabalho. (Unidade de registro 6-1; empresário)

Inferimos que o fato de a EdC concretizar-se dentro e não ao lado do sistema econômico, lhe atribui a qualidade de um movimento ou de uma concretização aberta, ou seja, suas relações, portanto suas comunicações, se dão em um espaço não circunscrito ao grupo de pessoas que atuam e aderem à EdC, mas estão dentro do sistema econômico. Portanto, como sistema parcial da economia, se relaciona com o sistema econômico, mais do que por meio de *inputs/outputs*, na dinâmica sistema/entorno, como sistemas interpenetrantes, que colocam reciprocamente à disposição um do outro a própria complexidade, ou seja, as próprias comunicações. De acordo com a perspectiva sistêmica, transformações sociais podem surgir também do que Luhmann conceitua como sistema de interações.

Os sistemas de interações são aqueles que incluem tudo o que pode ser tratado como fisicamente presente (Luhmann 1990: 635). Isto é, são as relações que se dão entre pessoas fisicamente presentes em um dado espaço. Podem ser entendidas como relações próximas, nas quais cada indivíduo é sistema em si e ambiente para os demais indivíduos.

É da relação entre interação e sociedade que podem emergir inovações dentro de um sistema social. Uma inovação pode ser iniciada no âmbito da interação, por meio da recusa de se manter um determinado comportamento socialmente instituído, por exemplo, ou com a modificação de um modo de se portar que não signifique propriamente uma recusa desviante, no sentido de colocar-se em conflito com a norma, na forma de uma ruptura radical, mas uma recusa modificante, que apresenta alternativas substitutivas à norma – termo cunhado por nossa dissertação (Cruz 2009: 85). É no nível da interação que se dá uma primeira pré-seleção, uma primeira demonstração de que uma inovação seja possível.

Uma inovação pode ser antecipadamente experimentada dentro de um sistema de interação – como o foi, pelo que parece, a crítica aberta à monarquia e ao clero nas lojas maçônicas do século XVIII. A estabilidade do improvável no nível da interação é um pressuposto indispensável para a sua introdução na evolução. (Luhmann 1990: 661)

Neste trecho de Luhmann nos chama à atenção a sua expressão *a estabilidade do improvável*. Ora, tendo sido o ágape totalmente subtraído das relações econômicas, a sua reintrodução neste sistema, bem como a sua estabilidade (concebida inicialmente como improvável – pensamento subalterno, silenciado) torna-se possível se primeiramente experimentada em um sistema de interação. De acordo com esta perspectiva, consideramos que a EdC além de ser compreendida como sistema parcial do sistema econômico, possa ser concebida como sistema de interação, no que diz respeito às relações que se dão na empresa ou na dimensão micro das relações de mercado, ou seja, nas relações que se dão com seus stakeholders diretos. Recordamos que de acordo com a Teoria dos Sistemas Sociais, mediante o processo de atribuição, um sistema pode ser ora visto como sistema, ora como entorno, e, acrescentamos, ora como sistema de interação.

A abordagem sistêmica se concretiza de forma referencial. Logo, deve-se sempre adotar uma dada referência, a partir da qual se poderá efetuar a análise. Isto significa que é preciso determinar o objeto enquanto sistema, subsistema ou enquanto ambiente e o que resulta desta atribuição, de acordo com o ângulo da observação. Um mesmo objeto pode, portanto, ora ser considerado sistema, ora subsistema, ora ambiente. (Cruz 2009: 94)

Analisando a proposição de Luhmann, uma inovação experimentada no âmbito do sistema de interação, que tenha força para se generalizar, que percurso deveria fazer? Primeiro, ser aceita pelo grupo que forjou tal inovação. Segundo, ampliar o raio de aceitação desta nova proposta, envolvendo outros grupos, portanto, tornando-se geral dentro de um dado sistema: familiar, escolar, empresarial. Tal inovação pode ter seu curso de expansão finalizado dentro de um sistema parcial, no caso a própria EdC. Este percurso pode ser ampliado mediante processos de comunicação, extrapolando os limites do sistema parcial, alcançando a economia no seu conjunto. Pode se dar por meio de transformações estruturais, com a ampliação das possibilidades de seleção, o que significa o surgimento de uma nova referência sistêmica, com a formação de um sistema parcial que absorva em si um ou mais novos meios de comunicação simbolicamente generalizados. Pode haver, também, o surgimento de novos meios de comunicação simbolicamente generalizados que poderiam ser absorvidos por outros sistemas – ou pelo sistema global, no qual se encontra o sistema parcial – que, mediante um processo de interpenetração, provocaria modificações no interior do sistema global. No caso da EdC, visto como sistema parcial, podemos constatar que as inovações surgidas a partir da inclusão do ágape como MCSG começam a se fixar, como demonstramos neste capítulo, ao conferir significado semântico diferenciado a alguns dos meios simbólicos do sistema econômico, como, por exemplo, o lucro, a propriedade, a qualidade das relações que se dão no mercado. Como também começam a se expandir, na medida em que influenciam a atuação de pessoas que não aderem à EdC, mas que começam a orientar suas comunicações tendo o ágape com MCSG dentro e fora das empresas de Economia de Comunhão, como atestam as 149 empresas simpatizantes¹⁷⁴ contabilizadas no último censo EdC realizado em 2012¹⁷⁵ e como nos foi possível demonstrar em nossa pesquisa de campo, quando inferimos nas falas de funcionários que não são membros do MF nem conheciam a EdC, uma adesão aos princípios agápicos:

Quando a gente chega, a gente principalmente assim como eu, a gente acha estranho, num primeiro momento acha estranho e depois, estranho até porque fica assim, mas é assim mesmo? O clima é esse, sempre? E a coisa vai indo e quanto mais fundo a gente chega mais a gente vai se ajeitando nesse meio e as coisas vão se.. A cada dia a confirmação é mais

¹⁷⁴ Como referimos no Capítulo 1: 46, as empresas simpatizantes são aquelas que se propõem a atuar de acordo com os princípios da EdC sem, contudo, formalizar a adesão.

¹⁷⁵ Recordamos que em 2013 não foi feito o recenseamento das empresas EdC, devido a uma reestruturação do método de trabalho. O novo censo tem início previsto para o primeiro semestre de 2014, de acordo com informações cedidas pela Comissão Internacional de economia de Comunhão, 15 de abril de 2014.

forte. O é de fato assim não vou dizer que não seja... Não vou dizer que seja inexplicável, é explicável desde que você tenha pessoas que se disponham a fazer. (Unidade de registro 2-2; funcionário)

Processos comunicativos orientados pelo ágape como MCSG pressupõem também um substrato cultural, uma forma de conceber a realidade e as relações sociais. Em uma conversa com Bruni¹⁷⁶ falamos justamente sobre a importância do ágape como categoria e da importância da formação, que significa transmissão do pensamento, da cultura, a partir das vivências. Disse Bruni:

Com certeza, você para poder fazer uma passagem para fora precisa de uma cultura, o que quer dizer muitas coisas, quer dizer formação de pessoas, mas quer dizer também formação de categorias. É preciso trabalhar e formar os jovens, deve escrever, deve fazer congresso, deve argumentar o que você diz, assim, como linha de princípio, se o ágape é um princípio universal, deve sê-lo realmente! Criar condições de pessoas que vivam esta categoria, portanto, a formação de homens novos é fundamental. (Bruni 3 de abril de 2014)

De fato, ao longo dos anos, realizam-se periodicamente congressos e o que se denominam Summer School internacionais, dirigidas de modo particular aos jovens, a fim de se dialogar e aprofundar os princípios da EdC conjugando práxis e pensamento¹⁷⁷. Como apresentamos no primeiro capítulo, em 2007 foi inaugurado o Instituto Universitário Sophia, expressão do Movimento dos Focolares, instituição

¹⁷⁶ Em 3 de abril de 2014, conversei pessoalmente com o Professor Luigino Bruni sobre duas questões pontuais: se, de fato, é correta a minha compreensão de que a Economia civil trabalha com a *philia* e a EdC com o ágape, oferecendo à Economia Civil este “algo a mais” e sobre a questão da expansão da EdC fundamentada na força de expansão do ágape. Uma conversa simples e interessante, na qual o professor Bruni advertiu-me no sentido de estar atenta a uma separação demasiadamente marcada entre o religioso e o econômico, observando que no mundo católico-latino esta separação nunca foi determinante na prática, enquanto no mundo nórdico, da igreja da reforma, esta separação foi mais acentuada. Concordo com Bruni, mas considero e demonstro que a perspectiva sistêmica, embora não dê conta de explicar toda a realidade, é uma perspectiva que nos permite trabalhar esta relação entre o religioso e o econômico numa relação de copresença e distinção, tanto no modelo do mundo católico-latino, quanto no modelo do mundo nórdico protestante. Pois se por um lado é verificável que a secularização não anulou as interferências ou inter-relações entre a religião e os âmbitos públicos, por outro lado ela modificou o modo como essas relações acontecem, como referimos no tópico 5.2.2 deste capítulo ao retomarmos brevemente a questão da secularização, enquadrando a religião, atualmente, como possível pensamento liminar. Este pressuposto não contradiz Bruni, pois se de um lado, como afirmou, existe uma relação “promíscua” entre o religioso e o econômico, sobretudo no mundo latino católico, de outro a dinâmica da secularização tende a empurrar os princípios religiosos como ordenadores da vida social para fora da esfera pública, confinando-os na esfera privada inclusive no mundo latino católico. Concordamos com Bruni que tal relação, entre o religioso e o econômico é por demais complexa e não nos propusemos a esgotar tal análise em nosso trabalho. Dentro desta perspectiva, nos remetemos a Pierucci, afirmando a necessidade de poder pensar simultaneamente dois fenômenos, ou seja, secularização e presença ativa da religião na sociedade (Pierucci 2004: 19). Outros elementos desta conversa com Bruni – registrada em gravação com aprovação do mesmo – serão incluídos no corpo de nosso trabalho.

¹⁷⁷ A próxima Summer School se realizará em Paris de 26 a 31 de agosto 2014. Para maiores informações e aprofundamentos ver site EdC: www.edc-online.org

acadêmica multidisciplinar que busca elaborar e transmitir um pensamento fundamentando-se na cultura da unidade, com três departamentos: ciências políticas, ciências econômicas, teologia e filosofia.

A segunda dimensão que, acreditamos, possibilita a expansão da EdC para além dela mesma é o fato de se constituir como sistema de pensamento como procuramos demonstrar neste capítulo. Ademais, em todo o mundo foram realizados mais de 350 trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses) tendo por objeto a EdC. No Brasil temos contabilizado 149 trabalhos, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 9 – trabalhos acadêmicos realizados no Brasil de 1992 a 2013

Trabalhos concluídos

Monografias de graduação	85
Monografia de especialização	15
Dissertações de mestrado	38
Teses de doutorado	11
Total	149

Fonte: Centro Filadélfia de estudos, pesquisa e documentação da Economia de Comunhão.

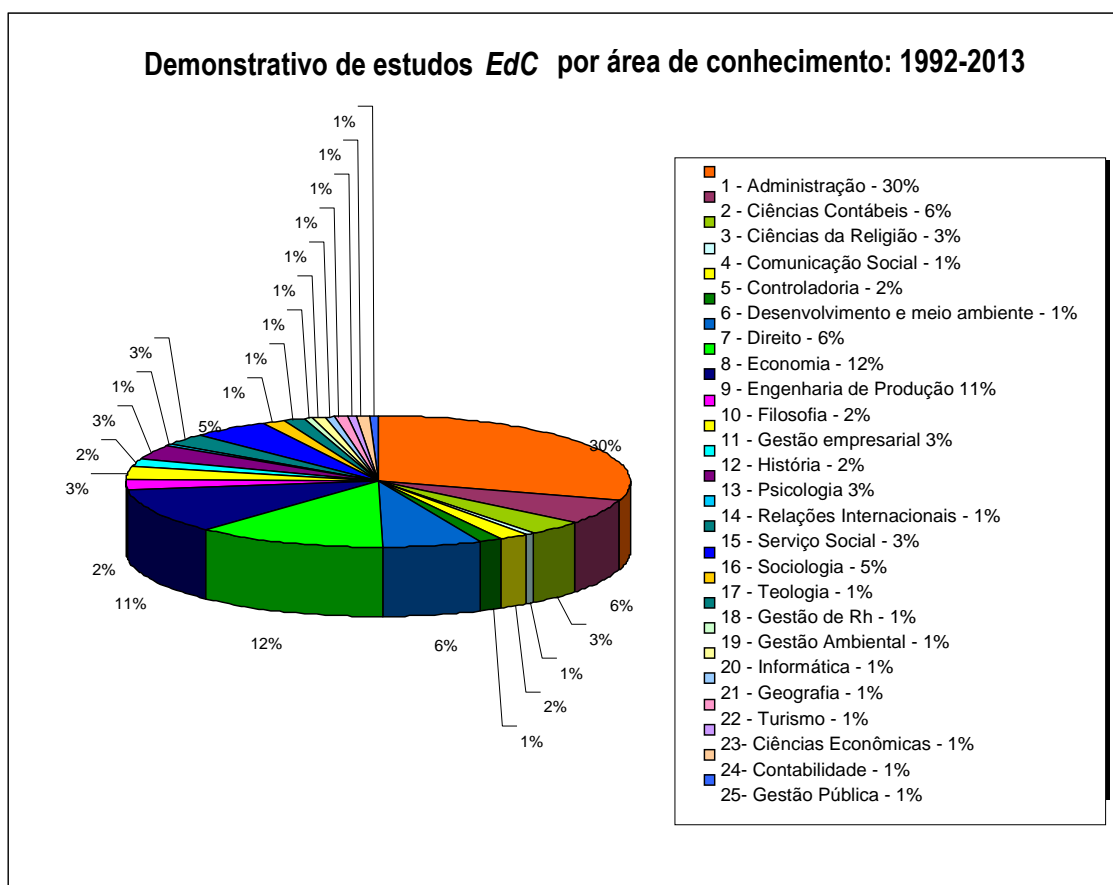
Uma característica dos trabalhos realizados no Brasil é a multidisciplinaridade, dado que os trabalhos foram realizados em 25 áreas do conhecimento, com um maior percentual em administração, economia, engenharia de produção, contabilidade, direito, ciências sociais¹⁷⁸. Contudo, foram feitos estudos também em outros campos como

¹⁷⁸ Como referido, no Brasil, a EdC atrai maior atenção nos campos da administração, economia e engenharia de produção. O que seria lógico, dado que se trata justamente de um movimento de cunho econômico. Resta, porém, a pergunta: por que a área econômica não vem em primeiro lugar? Para compreender este fenômeno seria necessário fazer uma ampla e aprofundada pesquisa que escapa do objetivo do nosso trabalho. No entanto, inferimos da observação, que uma das causas plausíveis pode ser o fato de a EdC ser multidisciplinar na sua constituição. Ademais, o próprio contexto cultural e social do Brasil – suas contradições e desigualdades econômicas fundadas em problemas de cunho antropológico, ético e moral, mais do que propriamente na falta de riquezas – pode impulsionar o interesse acadêmico no sentido de verificar possíveis alternativas com possibilidade de oferecer um caminho diferenciado na solução desses problemas em níveis **micro e meso** sociais, portanto mais próximos da administração, da engenharia de produção, englobando o direito, as ciências sociais, as ciências da religião, a geografia social, e até mesmo a psicologia. No campo da administração, um dos temas recorrentes nos estudos

ciências da religião, psicologia, desenvolvimento e ambiente, teologia, serviço social, história, entre outros.

sobre EdC é a racionalidade substantiva, verificando o quanto a EdC, na sua prática, introduz e é simultaneamente motivada por valores, em alternativa à racionalidade instrumental, dominante nas esferas econômica e da gestão de empresas. Na dissertação de mestrado defendida na PUC do Rio de Janeiro, em 2002, por Marcelo Afonso Almeida, intitulada: *Empresas de Economia de Comunhão: possibilidade de valorização da racionalidade substantiva na organização econômica?*, o autor concluiu que esta valorização ou revalorização é possível nas empresas de Economia de Comunhão por desenvolver uma nova forma de gestão empresarial que resolve as tensões entre as racionalidades, promovendo o equilíbrio entre elas (Almeida 2002: 6). Maurício Custódio Serafim, em sua dissertação de mestrado (2001), defendida junto a Universidade Federal de Santa Catarina, no programa de Engenharia de Produção, analisou a EdC como possível espaço no qual a ética pode se fazer presente na esfera da produção. Os estudos que se ocupam da administração têm se concentrado na análise de possíveis novas formas de gestão que tenderiam a suscitar transformações estruturais, num primeiro momento, na organização empresarial e, num segundo momento, no próprio sistema econômico. Kelen Christina Leite, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, na sua tese *Economia de Comunhão: uma mudança cultural e política na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas* (2005) – publicada em 2007 pela Annablume e FAPESP – situou a EdC no contexto da crise e reestruturação do capitalismo diante de uma economia neoliberal que, longe de resolver o drama da economia excludente, acirra as diferenças e aprofunda o fosso entre ricos e pobres. Contexto que exige novas formas de organização, como a economia solidária e a economia civil, ao lado das quais é colocada a Economia de Comunhão. Leite, em seu trabalho, analisou a constituição do projeto EdC “construído a partir da vivência empírica dos sujeitos” (Leite 2007: 23) verificando o quanto este projeto surge de “práticas culturais enraizadas em uma determinada experiência coletiva e comunitária que apontam para o avanço na organização de novos parâmetros de gestão da produção, visando relações menos arbitrárias e mais participativas” (ibidem: 23). Em nível internacional, Stefano Zamagni e Luigino Bruni têm se destacado pelo fato de aprofundarem os fundamentos da EdC enquanto experiência econômica no âmbito da micro economia com potencial para influenciar a macro economia. Ao longo do percurso de pesquisa desses autores de fato, como demonstramos em nosso trabalho, a EdC foi inserida da história do pensamento econômico como possível desdobramento ou expressão da Economia Civil. Para maiores aprofundamentos sobre as linhas de pesquisa em EdC ver CRUZ, Iracema Andréa Arantes da. 2009. *No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da teoria dos Sistemas sociais de Niklas Luhmann*. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Gráfico 5 – Demonstrativo de estudos EdC por área de conhecimento 1992-2013



Fonte: Centro Filadélfia de estudos, pesquisa e documentação da Economia de Comunhão

Além da produção acadêmica em nível de graduação e pós-graduação, existe uma ampla gama de publicações editoriais acerca do tema. Em 1994 deu-se início à publicação da revista *Economia de Comunhão-Uma nova cultura*, que reúne artigos e ensaios sobre o projeto EdC¹⁷⁹. No Brasil, foi lançada a REDEC, uma revista eletrônica de Economia de Comunhão, sediada no site da PUC-RJ, até o momento, com a publicação de três números.

O caráter multidisciplinar dos estudos feitos até então aponta para a complexidade do projeto, que pode ser compreendido de forma mais global e total a partir das suas múltiplas dimensões. Ao analisarmos os estudos realizados até o momento, classificamos os temas em quatro abordagens, sem com isso esgotar os

¹⁷⁹ Trata-se de um periódico quadrimestral que conta, até o momento, com a publicação de 34 números. Em 2004 foi publicado pela Associazione Internazionale per una Economia di Comunione – AIEC – (Gênova-Itália) os *Quaderni di Economia di Comunione*, uma coletânea dos artigos mais importantes dos primeiros 10 anos e das primeiras 20 edições do Noticiário *Economia de Comunhão - Uma nova cultura* (de 1994 a 2004), disponível on line no site EdC: www.edc-online.org.

campos de análise que, de certa forma, extrapolam essas quatro delimitações: (1) carismático-teológica, que busca fundamentar o projeto na sua relação com o carisma da unidade e a teologia; (2) administrativa, que procura verificar os resultados que a EdC produz no campo da administração de empresas e da engenharia de produção; (3) sociológica-antropológica, que busca compreender a Economia de Comunhão enquanto fenômeno social; (4) econômica. Desde o surgimento da Economia de Comunhão, o projeto foi analisado sob a perspectiva econômica, que reflete sobre o vínculo estreito entre a EdC e a economia como sistema social¹⁸⁰.

Neste capítulo, demonstramos que a EdC, além, de ser uma prática social, constitui-se como sistema de pensamento que, num movimento circular, emerge e pauta a práxis de seus agentes. Um pensamento que vai à contramão do pensamento econômico dominante, portanto, um pensamento liminar que deu voz a subalternidade, construído no entre lugar, na diferença colonial como espaço de diálogo que permite perceber e questionar o pensamento hegemônico (Mignolo 2003: 10). Um pensamento subalterno que na dinâmica sistêmica provoca perturbações no sistema dominante, que assumidas como informações, se tornam comunicações específicas, temas de comunicações que se dão no e constituem o sistema, realizando transformações.

Nesta dinâmica apenas esboçada, consideramos importante citar que a Economia de Comunhão foi inserida na encíclica *Caritas in Veritate*, de Papa Bento XVI, na qual o papa faz uma releitura das encíclicas sociais precedentes, de modo especial da *Populorum Progressio*, de Paulo VI, focalizando, entre outros temas, a questão da economia e do mercado. No número 46, Bento XVI, ao falar da relação entre empresa e ética na atualidade, questiona se a distinção entre empresas que têm por finalidade o lucro e organizações que não buscam o lucro é capaz de dar conta da realidade econômica. Neste mesmo tópico, ele se refere a uma ampla área intermédia, que se coloca, portanto, entre essas duas tipologias, constituída por:

Empresas tradicionais, mas que subscrevem pactos de ajuda aos países atrasados, por fundações que são expressão de empresas individuais, por grupos de empresas que se propõem objetivos de utilidade social, pelo mundo diversificado dos sujeitos da chamada economia civil e de comunhão. Não se trata apenas de um “terceiro setor”, mas de uma ampla e nova realidade complexa, que envolve o privado e o público e que não exclui o lucro, mas considera-o como instrumento para realizar finalidades humanas e sociais. (Bento XVI 2009: 86)

¹⁸⁰ Para maiores aprofundamentos ver Cruz (2009: 5-13)

A referência que Bento XVI faz ao mundo diversificado dos sujeitos da chamada economia civil e de comunhão, referindo-se a uma nova realidade complexa, que envolve o privado e o público e que não exclui o lucro, mas considera-o como instrumento para realizar finalidades humanas e sociais, como uma tipologia intermédia entre empresas com fins lucrativos e empresas sem fins lucrativos, pode ser considerado um indício de que a EdC tenha sido inserida, de certa maneira, na Doutrina Social da Igreja Católica, como um dos sinais de sua expansão para além de si mesma.

A partir de uma reflexão fundamentada na abordagem sistêmica, torna-se plausível, inclusive, assinalar uma possível interação sistêmica – o que exigiria uma reflexão mais aprofundada – entre a EdC (não apenas: basta pensar nas várias expressões da economia civil, também citada na encíclica) e a Doutrina Social da Igreja Católica. Isto porque se pode presumir que, se a EdC, na sua origem, recebeu como *input* elementos da Doutrina Social da Igreja Católica¹⁸¹, com esta encíclica, por meio de *outputs*, elementos da EdC podem ter sido absorvidos e reelaborados pela Doutrina Social da Igreja Católica¹⁸².

Ainda no âmbito da produção de conhecimento e da construção de um sistema de pensamento pautado no diálogo e na interação entre diversas formas de saberes, consideramos importante registrar a fundação de uma Escola de Economia Civil com sede no Polo Lionello de Economia de Comunhão, em Burchio, próximo à Mariápolis de Loppiano, situada em Incisa Valdarno, província de Florença. Silvia Vacca, diretora da Escola de Economia Civil (SEC) estabelece um estrito vínculo entre a EdC e a Economia Civil na atualidade, reforçando nosso pressuposto de que essas duas correntes de pensamento se modificaram reciprocamente mediante processo de interpenetração.

O fato de que a SEC tenha sede no Polo Lionello Bonfanti, em Loppiano, tem uma razão própria. A Toscana foi o berço do Humanismo Civil italiano e este lugar, o Polo Lionello, por meio da especial experiência de Economia Civil que é a Economia de Comunhão, pode, em qualquer modo, levar a viver, além de aprender teoricamente os fundamentos de uma economia orientada ao bem comum, na qual o lucro é considerado um meio e não um fim, como o é a Economia Civil. (Vacca 2014)

¹⁸¹ Recordamos a importância da encíclica *Centesimus Annus*, de João Paulo II, na origem da EdC. Cf. Capítulo 1: 37-39.

¹⁸² Para um maior aprofundamento desta questão, indica-se a leitura da encíclica *Caritas in Veritate* (Bento XVI 2009).

Ademais, somente o fato de existir e funcionar aberta a qualquer tipo de aluno, independentemente da adesão à EdC, confirma que a EdC possui possibilidade de expansão também por meio da difusão de seus princípios. Bruni, em nossa conversa, disse:

A EdC procura fazer disso uma teoria. Ora, o que quer dizer uma teoria, isto é, quer dizer que não existe só uma prática de empresário, ou pobres que socialmente... Mas há uma tentativa de fazer um pensamento econômico no qual você toma, justamente o ágape. [...] a um certo ponto, procurei fazer ver que a *philia* moveu tanto, isto é, está na base de muitas experiências econômicas digamos civis ou como chamam algum, sociais. O movimento cooperativo é um exemplo, com estruturas de mutualidade, falam muito de fraternidade, eles! Faziam pactos de fraternidade, porém era uma fraternidade muito próxima da *philia* e não do ágape, porque uma característica era ligada aos amigos. Uma característica típica da *philia* é a eleição, que se escolhe! Tipicamente fechada. Enquanto que o ágape é universalista, ama o inimigo, que não é *philia*! Portanto essa dimensão de... Muitas experiências que não são eros, não são contrato, é já algo a mais, porém é uma comunidade que no seu interior faz uma experiência de amor recíproco. Eu vejo que a EdC, com certeza, é uma experiência de ágape porque – não sei como você define o ágape – mas com certeza supera o contrato, supera a *philia* e em qualquer modo considera... Isto é, a verdadeira reviravolta de Chiara [Lubich; I.C.] – do cristianismo – mas que em Chiara se torna economia, é que não existe nenhum ser humano que não seja seu irmão, isto é a *philia*, é universal. Portanto o que isso significa? Que essa intimidade do ágape se torna, se torna grande como o mundo, isto é qualquer pessoa é amada como meu irmão. Depois sobre esta base faz tornar o ágape um conceito... [...] “Ama o teu inimigo”! Quer dizer nem mesmo o conhecia. Portanto, enquanto tal pode ser uma categoria também social e econômica, porque não é ligada à proximidade e à intimidade¹⁸³. Portanto, eu vejo a EdC, no meu ponto de vista, é uma primeira tentativa de, na minha visão, em grande escala, – de assumir esta categoria do ágape e fazer... Assumir como um princípio econômico, assumir na prática, mas também no pensamento. (Bruni 2014)

Até o momento, procuramos demonstrar como o ágape pode ser considerado fator de propulsão da EdC para além dela mesma por meio das vivências de seus agentes e por meio da difusão do pensamento que emerge, justamente de sua concretização histórica. Ademais ressaltamos que tal construção de pensamento emerge também do diálogo com diferentes formas de saber, como, por exemplo, o próprio pensamento econômico e a Economia Civil.

Essas duas dimensões: prática e pensamento necessitam de estruturas, entendidas aqui não no sentido sistêmico de tema das comunicações, mas no sentido de certo grau de institucionalização, de modo contrário, o ágape, como afirmou Bruni,

¹⁸³ Bruni contrasta ágape à intimidade e à proximidade dando ênfase à sua dimensão universal. Em nosso trabalho enfrentamos o problema da proximidade, do anonimato, da impessoalidade, da crença e da universalidade, demonstrando que ágape confere valor semântico diferenciado também essas categorias, de modo semelhante ao que Bruni afirma ao dizer que o ágape é a *philia* universal, que todos, também desconhecidos se tornam irmãos.

ainda em nossa conversa, corre o risco de se tornar uma ideia abstrata e, acrescentamos, perder a sua força como MCSG:

Entre os trabalhos para os próximos anos, para as empresas nos polos, para entender o que significa concretamente, porque a economia não pode ser somente ligada à boa intenção dos empresários, é muito pouco, não! [...] se você quer que isso seja sustentável, porém se você quer que se torne um modelo, deve ter certas condições, não se pode estar ligada à experiência individual. (Bruni 2014)

Concordamos com Bruni que a institucionalização da EdC é um componente importante para a sua expansão, também porque a institucionalização reforça a dimensão sistêmica da EdC. No entanto, embora para os próximos anos este trabalho de reforçar as estruturas da EdC esteja na pauta da coordenação internacional do projeto, do qual o prof. Bruni é responsável, acreditamos que as instituições já existam, do contrario não poderíamos considerar a EdC um sistema. As empresas são instituições bem como os polos EdC. No entanto, reforçar tais estruturas seria fundamental para garantir a continuidade da própria EdC e a sua capacidade de generalização.

Introduzimos aqui o conceito de generalização. Podemos afirmar que expansão e generalização possam ser consideradas sinônimas? Ao iniciarmos a nossa pesquisa esses dois conceitos se misturavam e pareciam ser sinônimos. Mas, ao fim de nossa análise, propomos uma distinção: generalização poderia significar que toda a economia se tornaria Economia de Comunhão, ao passo que expansão poderia significar que a EdC tem capacidade para sair de si mesma e influir em maior ou menor grau na sociedade circundante, o entorno, compreendendo o sistema econômico. Concluímos que mais do que generalizar-se, a EdC possui capacidade de expansão. Mas também neste caso temos de esclarecer o que significa expandir-se. Novamente, não consideramos viável que toda a economia se torne EdC no sentido estreito do termo, mas consideramos que os princípios da EdC podem, a partir de um processo já iniciado e demonstrado em nosso trabalho, influir de modo geral o pensamento econômico, abrindo fendas, perturbando (utilizando-nos de um termo sistêmico) de modo a orientar as comunicações que se dão no sistema econômico na direção do ágape, generalizando – termo agora apropriado – o valor semântico dos meios simbólicos da economia transformados pelo conteúdo semântico de ágape, como o lucro, o uso do dinheiro, a propriedade, a qualidade das relações econômicas. Concluo, com um ultimo trecho de minha conversa com Bruni:

Se temos em mente o modelo do fermento na massa, você... Não é que a massa deve se tornar toda... Se você vê o papel que exerceram as minorias proféticas... Gandhi não era toda a Índia, mas mudou a constituição indiana. Era um grupo no fim das contas... Os gandhianos, mas enfim, ser capazes de tornar aquelas categorias, categorias mais amplas que os gandhianos e se tornarem ações políticas e ações culturais. Portanto, evidentemente, a Economia de Comunhão vai ter, digamos, uma sua especificidade em sentido estreito, não é que seremos milhares de milhões de empresas ou de pessoas, portanto, não é que toda a economia se tornará Economia de Comunhão, pode até ser! Mas não vejo a curto prazo, porém, que a Economia de Comunhão cresça para se tornar, para influenciar a massa, isso sim, já estamos fazendo em alguns países, não? Certas categorias que giram, a reciprocidade, o dom, a gratuidade, isto é que passam por enquanto a Economia Civil. Eu vejo mais níveis. primeiro a Economia de Comunhão onde se elabora, vive, depois a Economia Civil que é o primeiro lugar, chamada de várias maneiras, no Brasil todo esse movimento, também ali variado, mas onde tem mais possibilidades, porque a *philia* é mais próxima do *ágape* que é o primeiro lugar que é influenciado pela Economia de Comunhão.[...] Hoje, na Itália, não sei quanto, metade? Das categorias da Economia Civil vêm da Economia de Comunhão. [...] Depois tem o nível da economia em geral, que se pode chegar diretamente da Economia de Comunhão ou por meio da Economia Civil. [...] Penso que sim, porque se nos colocamos, estamos na universidade, os diálogos, fazer de modo que seja mais comunitário, se as empresas não acabarão em dois anos... Se não existir também um movimento de empresários, vivos, não é automático, não? (Bruni 2014)

Embora longa, consideramos importante colocar esta fala de Bruni porque ressalta os pontos levantados em nossa análise e os confirma no que diz respeito ao *ágape*, à relação com a Economia Civil e com a possibilidade de expansão da EdC. Ademais, o professor conclui ressaltando alguns dos riscos que a EdC corre no seu percurso histórico, que poderia interromper a sua trajetória: a diminuição das empresas EdC e do fervor (convicção) dos empresários de EdC. Este é um risco sistêmico muito real, justamente pelo fato de a EdC atuar dentro do sistema econômico, como sistema parcial. Disso se deduz que, se de um lado a EdC pode, por meio de *inputs/outputs* e da interpenetração, operar transformações no sistema econômico, por outro lado o sistema econômico pode fazer o mesmo em relação à EdC, ou seja, pode transformar as comunicações que se dão na EdC mediante seus códigos simbólicos destituídos do valor semântico *agápico*. É um risco que vem amenizado, justamente como demonstrado acima, pela vivência dos agentes EdC fortalecida pelo processo comunicativo que tem por MCSG o *ágape* e também pela constituição de um sistema de pensamento que além de expandir os princípios da EdC para além dela mesma, tem a função de fortalecer os princípios da EdC como meios simbólicos, que mantêm o *ágape* como propulsor das escolhas/seleções/ações dos agentes EdC e das relações que se dão neste âmbito.

Consideramos pertinente considerar outro tipo de risco, ou seja, de possibilidade de um enfraquecimento do *ágape* como MCSG na EdC, com base no pressuposto de Luhmann, segundo o qual a religião, ao prestar um serviço (*diaconia*) a outro sistema,

no nosso caso ao sistema econômico, inclusive mediante processo de institucionalização, adequando-se às normas do sistema ao qual presta o serviço, pode extrair “da ação de ajuda e assistência o seu caráter especificamente religioso” (Luhmann 1991: 247). Uma das consequências deste processo é que, como diaconia, o serviço prestado pela religião não se distinga mais, de forma considerável, dos serviços oferecidos por outros sistemas parciais (ibidem: 230). Disso resulta o risco de uma secularização da própria prática religiosa, ou seja, uma desvinculação da religião de si mesma, com um consequente esvaziamento de sentido da própria religião. No caso específico da EdC, um distanciamento do carisma da unidade e, consequentemente um enfraquecimento do ágape como MCSG. Esse risco, porém, pode atuar como “perturbações” – *input* – que levam o sistema religioso a reelaborar-se a partir de seus próprios elementos, encontrando novos modos de se relacionar com os demais sistemas, sem comprometer sua própria identidade e função social, pelo contrário, fortalecendo-as. Assim sendo, manter o vínculo com a espiritualidade da unidade, fonte de renovação de sentido do próprio ágape, tanto na sua dimensão transcendente (religiosa) quanto na sua dimensão horizontal (não religiosa), é considerado por nós de vital importância para a manutenção e fortalecimento do ágape como MCSG na EdC.

Concluimos o capítulo inferindo que, no atual momento da concretização da EdC é possível considerar que o ágape atue como MCSG e que possui em si força para alavancar a EdC além de suas fronteiras introduzindo transformações no sistema econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve por objeto avaliar a EdC a partir da perspectiva sistêmica no que diz respeito à possibilidade de expansão para além de suas próprias fronteiras e de se generalizar no sistema econômico, considerando o ágape como MCSG em diálogo com a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann. Ademais, consideramos pertinente incluir em nossa perspectiva de análise a possibilidade de a EdC ser considerada um pensamento liminar, na ótica de Walter Mignolo, ou seja, um pensamento que emerge dentro do sistema econômico hegemônico colocando-se na contramão de tal sistema, como pensamento subalterno que, ao ganhar voz, mediante a prática de seus agentes e da produção de um sistema de ideias, abre fendas e propicia rupturas no agir econômico vigente, iniciando um percurso que vai colaborando para a transformação do próprio sistema econômico.

Ao traçarmos, acima, o objeto de nossa pesquisa, incluímos os problemas por nós levantados: (1) A EdC pode ser considerada um pensamento liminar, na concepção de Walter Mignolo, uma vez que se diferencia da prática e do pensamento econômico hegemônico emergindo da subalternidade? (2) O ágape enquanto MCSG é suficientemente ativo nas comunicações que se dão no interior da EdC, motivando a ação de seus agentes? (3) O ágape pode ser considerado elemento propulsor da EdC para além de si mesma, com potencial de desencadear um processo de generalização da EdC; ou a EdC tende a permanecer um nicho, uma alternativa isolada dentro de um sistema econômico hegemônico?

Após termos levantado os problemas, apresentamos as seguintes hipóteses: (1) a EdC pode ser considerada um sistema de pensamento liminar na medida em que se coloca na contramão do pensamento econômico dominante e hegemônico, colocando-se em relação tanto com o sistema econômico vigente quanto com a Economia Civil e outras formas de produção de conhecimento sobre o homem, a saber, a forma religiosa – no caso cristã – de conceber o homem e as relações sociais. (2) A força de expansão da EdC estaria na possibilidade de transcender suas próprias fronteiras a partir da propagação e assimilação do ágape inserido pela EdC no sistema econômico como MCSG, juntamente com suas declinações.

A análise e comprovação de nossas hipóteses foram construídas paulatinamente, ao longo do nosso trabalho, pois para alcançar o nosso objetivo – verificar e demonstrar a plausibilidade de nossas hipóteses – nos encontramos diante da necessidade de fazer um percurso que tratasse de elementos, perspectivas e conceitos que somente no seu conjunto, ou seja, colocados em relação, oferecem possibilidade de confirmarmos nossas hipóteses, pois julgamos que cada uma dessas perspectivas isoladamente não seria capaz de fundamentar nossos pressupostos e nossas conclusões.

Porém, julgamos necessário, primeiramente, situar o objeto de nossa análise e configurar a sua identidade, o que procuramos fazer no Capítulo 1, apresentando a EdC, na sua origem, bem como suas características principais e quem são os seus agentes, de modo especial os empresários. Ressaltamos o fato de a EdC ter surgido no interior de um movimento eclesial católico, o Movimento dos Focolares, como resposta à problemática da desigualdade social, cujas causas se encontram não tanto na falta de recursos, mas sobretudo na falta da justa distribuição da riqueza produzida. Evidenciamos também que a EdC consolidou e expandiu a prática da comunhão dos bens atuada no interior da comunidade dos Focolares, para a dimensão social e institucional, com a implantação de empresas cujo lucro é partilhado e cujas relações, tanto as que se dão em seu interior como as que se dão em seu entorno, são pautadas justamente por uma racionalidade de comunhão. Ademais, centralizamos a atenção no fato de que a EdC, embora tenha surgido no interior de um movimento eclesial católico, de certo modo emancipou-se, pois se concretiza na esfera civil, econômica e não religiosa. As empresas de EdC atuam no mercado – e não fora ou ao lado dele – portanto possuem uma identidade econômica e não uma identidade religiosa, ainda que estejam estreitamente vinculadas aos princípios da espiritualidade da unidade, os quais, por meio da EdC, se transformam em princípios econômicos.

No Capítulo 2 inferimos que a espiritualidade da unidade motiva a ação dos membros do MF tanto no âmbito pessoal, quanto na esfera social, uma espiritualidade colada no cotidiano, que forja uma cultura, um modo de ser, agir e perceber o mundo. Identificamos também a dimensão social do carisma de Lubich, dimensão social do amor-ágape, que leva a encontrar soluções para problemas concretos inclusive fora das fronteiras do sistema religioso.

Ao tratarmos da espiritualidade da unidade, no segundo capítulo, procuramos centralizar nossa atenção justamente no conceito do ágape, a fim de darmos início à

construção do conteúdo semântico do termo de acordo com o pensamento e a práxis propostos por Lubich, uma vez que o ágape foi sugerido por nós como categoria de análise para verificar as hipóteses por nós apresentadas. Adiantamos desse modo a conceituação de ágape realizada por nós no terceiro capítulo, definindo inicialmente o ágape como: amor concreto, atuado em situações reais, atribuído a pessoas concretas; expansivo, orientado a todos, não circunscrito a um grupo unido pelo sangue (família), pela amizade, pela crença, pela nacionalidade etc.; dirigido inclusive ao inimigo. Um tipo de amor que contém e supera o sentimento, que é também um ato de vontade; que tende à reciprocidade, pois é capaz de gerá-la; que transcende a esfera do universo religioso e é universal; que ama a partir do outro, colocando-se no seu lugar, portanto a partir de suas necessidades e expectativas. O ágape na sua máxima expressão chega ao ponto de levar à entrega da própria vida, se necessário.

Os Capítulos 3, 4 e 5 são considerados por nós o cerne da pesquisa propriamente dita, capítulos nos quais tratamos do ágape como categoria de análise a partir da espiritualidade da unidade em diálogo com os pensamentos de Luhmann, Boltanski e Sorokin, justificando a pertinência do uso de ágape como MCSG e conferindo consistência teórica à utilização do ágape como, justamente, categoria de análise (Capítulo 3); verificamos a presença e atuação do ágape como MCSG na práxis dos agentes EdC e na EdC enquanto sistema parcial da economia por meio da pesquisa de campo (Capítulo 4) e demonstramos a pertinência de considerarmos a EdC enquanto sistema de pensamento em diálogo com a Economia Civil e como pensamento liminar na ótica de Walter Mignolo (Capítulo 5).

No Capítulo 3, verificamos a possibilidade de o ágape ser considerado como categoria de análise na perspectiva do pensamento pós-colonial, enquanto espaço de produção do conhecimento a partir do diálogo entre vários saberes, ou seja, entre saberes hegemônicos com pretensão de universalidade e saberes marginais, subalternos, que buscam abrir fendas e produzir rupturas, inserindo, justamente, alternativas ao modo de pensar o mundo e a realidade, oferecendo leituras diferenciadas com potencial de introduzir inovações no sistema mundo (Mignolo 2003).

Ademais, consideramos o problema da universalidade de ágape, demonstrando que tal universalidade é possível tanto da perspectiva do objeto (um amor que ama a todos, sem distinção), quanto da perspectiva do agente (pode ser atuado por todos, independente de crenças religiosas), pois em ambos os casos a fonte renovadora do

amor-ágape, além de ser o próprio amor vivenciado em uma relação de reciprocidade, pode ser buscada na esfera transcendente, seja ela vertical, na relação como Absoluto (de caráter religioso), seja ela horizontal (na ideia de humanidade que se concretiza em cada pessoa real e próxima). Introduzimos também a ideia de proximidade que supera o conceito de espaço, ou seja, proximidade que denominamos existencial, isto é, a proximidade que se configura nas intenções, nos pensamentos, nas motivações do agente que coloca o outro em situação de proximidade contendo e superando a categoria da copresença (Lubich 2012c: 91). Defendemos a possibilidade de que este conceito de proximidade transforme relações anônimas e impessoais em relações próximas. Ainda no terceiro capítulo, tratamos da questão da reciprocidade, diferenciando a ação agápica da relação agápica. A ação agápica embora não contenha pretensão de resposta, é gratuita, tende a suscitar uma resposta agápica (amor gera amor), enquanto que a relação agápica, embora seja também ela gratuita, constitui-se como recíproca, ou seja, por ser uma relação é, em si, recíproca.

Ainda neste Capítulo 3, sistematizamos o valor semântico de ágape por nós utilizado em nossa pesquisa de campo, a partir da espiritualidade da unidade, em diálogo com Luhmann, Bostanski e Sorokin.

No Capítulo 4 retomamos conceitos considerados por nós basilares para a nossa pesquisa, a saber, os conceitos de delimitação e de desempenho. A delimitação de um sistema refere-se à demarcação de suas fronteiras, definidas a partir da diferença sistema/ambiente e também por meio de suas estruturas, compreendidas por nós como os temas de suas comunicações, que definem, justamente, quais tipos de comunicações se dão em um dado sistema, conferindo-lhe identidade. Neste percurso teórico, entendemos o ágape como MCSG que expressa o valor semântico do amor presente na estrutura¹⁸⁴ do MF, considerada por nós a espiritualidade da unidade (entendida como constituinte dos temas das comunicações que se dão no MF). Na inter-relação entre MF e EdC o ágape passa a atuar como MCSG, introduzindo no sistema EdC e, por meio da EdC, no sistema econômico, o ágape também como tema das comunicações que se dão no sistema, portanto, operando transformações nas comunicações próprias do sistema econômico, colaborando na transformação de suas estruturas.

¹⁸⁴ Estrutura, aqui, possui o significado conceitual que lhe atribuímos, valendo-nos do conceito de estrutura utilizado por Luhmann, como delimitador das fronteiras de um dado sistema.

Ora, a partir deste pressuposto demonstrado teoricamente, partimos para a pesquisa de campo com o objetivo de verificar empiricamente se o ágape atua como MCSG na EdC e se pode ser considerado elemento propulsor da EdC para além dela própria .

Organizamos e construímos nossa pesquisa tendo por base a análise de conteúdo (Bardin 2011), optando pela perspectiva temática. Realizamos 50 entrevistas semiabertas divididas em três grupos de entrevistados: empresários EdC, funcionários de empresas EdC e outros (clientes, fornecedores e colaboradores¹⁸⁵). As entrevistas constituem a nossa unidade de contexto, ou seja, os documentos dos quais extraímos os nossos dados. Em cada entrevista identificamos unidades de registro, temas considerados por nós agápicos presentes nas falas dos entrevistados, identificados por meio de índices – menção explícita de um tema numa mensagem (Bardin 2011: 130) – e por meio de indicadores – presença de expressões relacionadas com o valor semântico do tema central ágape expressos diretamente ou indiretamente (idem).

Adotamos o ágape como categoria primária (central) declinada em categorias secundárias – motivação valorativa, universalidade, gratuidade, concretude, alteridade e reciprocidade. Das perguntas dirigidas aos entrevistados, identificamos temas-eixo – adesão à EdC; características de uma empresa EdC; benefícios (proporcionados pela adesão à EdC); influência externa; situações adversas (soluções de dificuldades em situações de conflito); prioridades em situação de crise e lacunas. Das falas dos entrevistados extraímos temas inferidos: centralidade da pessoa; relacionamentos-vínculos sociais; realização pessoal; proximidade; padrão de comportamento; cooperação; performance administrativa; espiritualidade; amor (que excede); alternativa econômica; atuação universal; extensivo. Com base nesses três grupos de inferências, a saber: empresários, funcionários e outros, passamos a cruzar as informações relacionando-as entre si. Portanto, a partir de modelos (unidades de registro) procuramos demonstrar a presença de temas das comunicações que refletem o ágape como MCSG em relação com os temas inferidos, categorias e temas-eixo. Realizamos nossa análise segundo dois processos: (1) inferir e demonstrar a presença de indicadores e índices com valor agápico nas falas dos entrevistados (2) inferir processos comunicativos (entre alter e ego) nas falas dos entrevistados, tendo por MCSG o ágape.

¹⁸⁵ Aqui utilizamos o termo colaboradores para indicar pessoas que de uma forma ou de outra colaboram na concretização ou na divulgação da EdC. Não utilizamos o termo como sinônimo de funcionários.

Os resultados obtidos confirmaram que as comunicações que se dão na EdC são orientadas pelo ágape como MCSG.

No Capítulo 5, buscamos apresentar a EdC como sistema de pensamento e demonstrar a importância de que o fato de a EdC ser, além de uma práxis, um sistema de pensamento, reforça a possibilidade da expansão da EdC para além de suas fronteiras. A fim de darmos consistência à EdC enquanto pensamento sistematizado, utilizamos três vertentes: o pensamento econômico vigente com pretensões de universalidade, a EdC como pensamento liminar na ótica de Walter Mignolo e a EdC num processo de inter-relação com a Economia Civil.

Partimos do pressuposto de que o ágape não só orienta a prática dos agentes da EdC como também colabora na construção deste sistema de pensamento. De fato, de acordo com a perspectiva sistêmica, mediante processo de interpenetração, a EdC assume em si elementos da Economia Civil e avança no sentido de conter a philia e ultrapassá-la, justamente inserindo o ágape em suas comunicações. O fato de a EdC inserir o ágape nas comunicações de caráter econômico reforça a nossa compreensão de que a EdC se apresente como pensamento liminar, pois em uma relação dialógica também com o pensamento econômico vigente e hegemônico, a EdC introduz o ágape como MCSG tanto nas relações econômicas quanto no pensamento econômico.

Ora, acreditamos que nossas hipóteses, levantadas no início de nossa pesquisa, sejam pertinentes e comprováveis. De fato, ao longo de nosso trabalho, como afirmamos anteriormente, verificamos e demonstramos, paulatinamente, a plausibilidade de considerar o ágape como possível propulsor da EdC para além de suas fronteiras, ou seja, a EdC como um movimento, uma concretização com capacidade de expansão.

Primeiramente demonstramos que o ágape pode ser utilizado como categoria de análise. Feito isto, demonstramos a plausibilidade de nossa primeira hipótese: que o ágape pode ser considerado MCSG na EdC e que, de fato, atua como tal, conforme demonstramos por meio de nossa pesquisa de campo. Inferimos também que, sendo a EdC um sistema parcial do sistema econômico, o ágape, por meio da EdC, é inserido como MCSG no próprio sistema econômico. Concluímos o nosso trabalho comprovando teoricamente que a EdC além de se constituir como sistema estruturado de acordo com comunicações próprias, se constitui também como sistema de

pensamento, conferindo às comunicações que se dão no sistema econômico valor semântico diferenciado. Este movimento foi verificado segundo a perspectiva da Teoria dos Sistemas Sociais de Luhmann, mediante processos de *input/output* e de interpenetração.

Demonstramos a plausibilidade de nossa segunda hipótese inferindo que a expansão da EdC pode se realizar em duas direções: a partir da vivência de seus agentes e a partir da difusão do pensamento e das ideias que derivam da EdC e ao mesmo tempo a nutrem. Essas duas dimensões se completam reciprocamente. Ainda de acordo com esta perspectiva, inferimos que a EdC possa se expandir ao provocar transformações sociais geradas em sistemas de interação, de acordo com a teoria dos Sistemas Sociais (capítulo quinto). A regularidade e continuidade de relações orientadas pelo ágape como MCSG tendem a aumentar a possibilidade da expansão da EdC, bem como o fato de a EdC ser um movimento aberto, isto é, concretizar-se dentro do sistema econômico em relação de interpenetração e não como um grupo fechado, cujas relações se dão apenas entre os membros do grupo.

A segunda dimensão, a EdC como sistema de pensamento, impulsiona a expansão da EdC porque enquanto pensamento liminar dá voz à subalternidade. Ora um pensamento subalterno que emerge pode ser considerado, segundo a lógica sistêmica, como perturbações (*outputs*) enviadas ao sistema dominante que mediante processos comunicativos transforma essas perturbações em informações, desencadeando no sistema receptor dos *outputs* processos de adaptação ou de inovações.

Para que essas duas dimensões possam se manter ativas, concluímos que é necessário certo grau de institucionalização, já existente com as empresas e os Polos EdC. No entanto tais instituições devem ser reforçadas e nutridas pelo próprio ágape como MCSG bem como por estruturas que lhes são específicas com o intuito de impedir que a ideia do ágape se torne genérica e difusa e enfraqueça a capacidade de a EdC se manter no tempo e expandir. Se de um lado a EdC insere o ágape no sistema econômico com possibilidade de provocar transformações neste sistema, conferindo valor semântico diferenciado aos meios simbólicos do sistema econômico como o dinheiro, o lucro, a propriedade e as relações em si, introduzindo neles o valor agápico, de outro, dado que na interpenetração os dois sistemas colocam reciprocamente suas comunicações à disposição um do outro, é igualmente possível que o sistema econômico emita sinais (perturbações) à EdC, enfraquecendo o ágape como MCSG,

consequentemente fortalecendo seus meios simbólicos destituídos de valor semântico agápico. Admitimos que tal possibilidade é amenizada justamente como demonstrado ao longo de nosso trabalho pela vivência dos agentes EdC fortalecida pelo processo comunicativo orientado pelo ágape como MCSG e pelo sistema de pensamento que além de expandir os princípios da EdC para além de suas fronteiras, fortalece o ágape como MCSG. Para que o ágape como MCSG se mantenha ativo consideramos que a EdC e o MF continuem a se relacionar mediante processo de interpenetração.

Portanto, defendemos a hipótese de que a possibilidade de expansão da EdC está diretamente vinculada ao fortalecimento do ágape como MCSG nas comunicações que se dão na EdC. Defendemos igualmente a possibilidade de que relações mediadas pelo ágape fortaleçam e multipliquem respostas comunicativas orientadas pelo próprio ágape como MCSG, tanto no sistema social quanto no nível das relações inter-humanas, ou seja, entre as consciências.

Somos conscientes da complexidade do nosso objeto de pesquisa e como tal das hipóteses por nós levantadas. Assim sendo, como acima referido, foi necessário que construíssemos nossa análise fundamentando-a em três pilares – o ágape como categoria de análise; a presença e atuação do ágape como MCSG nas comunicações que se dão na EdC e o ágape como elemento propulsor da EdC para além de suas fronteiras também enquanto sistema de pensamento. De um lado foi possível verificar e demonstrar a plausibilidade de nossas hipóteses serem consideradas comprováveis, de outro, admitimos a impossibilidade de esgotar todas as possibilidades de referências, análises e comprovações que a complexidade do tema e do objeto oferecem.

Desse modo indicamos alguns desdobramentos com potencial de suprir eventuais lacunas e dar continuidade ao nosso trabalho de pesquisa.

Na perspectiva do pensamento pós-colonial, é possível aprofundar a relação local-geral entendendo, porém, tal relação não tanto da perspectiva territorial, mas cultural, na dimensão cognitiva e da construção de saberes. Neste viés, pode-se procurar entender e verificar empiricamente de que maneira o ágape, como MCSG, no processo de interpenetração, perturba o sistema econômico, vivenciado e reelaborado em diferentes contextos culturais: africano, latino americano, europeu, etc.

Em nosso trabalho demos ênfase à relação entre a EdC e a Economia Civil. Ainda na perspectiva de aprofundar a relação geral-local, consideramos profícuo fazer

uma pesquisa que trabalhe a relação entre a EdC e outras formas de pensamentos subalternos, como a economia solidária, a filosofia bantu, etc.

A pesquisa poderia evoluir, refinar-se, com uma análise mais detalhada, verificando as unidades de contexto, classificando-as segundo gênero e classe social, por exemplo, e buscar compreender se tais variáveis influenciam – e de que modo – na assimilação e vivência do ágape como MCSG.

Outra possibilidade de pesquisa, considerada por nós importante é verificar a EdC a partir da vivência dos pobres, das pessoas ajudadas. Verificar empiricamente, na dinâmica comunicativa que constitui o sistema, como as comunicações entre quem ajuda e quem recebe a ajuda mantêm o processo, ou seja, se dá continuidade às comunicações orientando-as para a direção positiva (aceitação) e se desencadeiam, ampliando-se, novos processos de comunicação externos à relação inicial que se dá no interior da EdC, colaborando com a expansão da EdC para além e suas fronteiras. Este tipo de análise incluiria a verificação dos efeitos da reciprocidade incondicional ou de comunhão.

Outra possibilidade seria analisar a presença e atuação do ágape como MCSG em empresas simpatizantes e verificar os efeitos de tal presença e atuação, ou seja, verificar *in loco* quais transformações a EdC introduz em empresas simpatizantes a partir do ágape como MCSG e se tais transformações podem ratificar a tese de que a EdC possui possibilidade de expansão.

Como demonstrado no quinto capítulo, concluímos que seria mais apropriado considerar que a EdC possui potencial de expansão em vez de generalização, no sentido de que, ao menos no estágio atual, é improvável que todo o sistema econômico se torne Economia de Comunhão em sentido estrito. Contudo é provável e verificável que os princípios da EdC podem, a partir de um processo já em ato e por nós demonstrado, influir na práxis e no pensamento econômico abrindo fendas, emitindo sinais (de acordo com a perspectiva sistêmica) de modo a orientar as comunicações que se dão no sistema econômico na direção do ágape, inclusive acrescentando aos meios simbólicos próprios da economia valor semântico ágápico, transformando a ideia e conseqüentemente a atuação dos agentes sociais, no que diz respeito ao lucro, à propriedade, à governança dentro das empresas, ao contrato, às relações que se dão no sistema econômico, além da finalidade da atividade econômica que continua tendo por objetivo satisfazer as

necessidades materiais de todos mediante relações de troca – circulação da riqueza produzida e dos bens adquiridos de acordo com a racionalidade econômica. O ágape como MCSG tem potencial de conferir a este movimento de circulação a qualidade de comunhão, ou seja, trocas mediadas também pelo ágape, como mútua assistência, como processo inclusivo e não excludente, colaborando na justa distribuição dos bens e da riqueza produzida.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABGNENTE, Lucia. 2010. *Memoria e presente*. La spiritualità del Movimento dei Focolari in prospettiva storica. Roma: Città Nuova.

ABBOTTONI, B. 2004. *L'anima russa di Pitirim Aleksandrovich Sorokin*, Bologna: Martina Editore.

AIEC (Associazione Internazionale per uma Economia di Comunione). 2004. *Quaderni di Economia di Comunione*. Gênova (Itália).

ALMEIDA, Marcelo Afonso. 2002. *Empresas de Economia de Comunhão: possibilidade de valoração da racionalidade substantiva na organização econômica?* (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

AMARAL, Maria José Caldeira do. 2008. *Eros e ágape – Minne. O cúmulo do amor na luz fluente da deidade: das fliebende licht der gottheit – de mechthild de magdeburg*. (Tese de Doutorado em Ciências da Religião PUC-SP).

ANTONIAZZI, Alberto. 1997. Ética, Religião e política. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.1, n.1, pp. 59-70.

ARAÚJO, Vera. 2002. Que pessoas e que sociedade para a Economia de Comunhão? In: BRUNI, Luigino (org.) 2002. *Economia de Comunhão – uma cultura econômica em várias dimensões*. São Paulo: Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão; Cidade Nova, pp. 21-30.

_____. 2009. Agire agapico e scienze sociali. *Nuova Umanità*, Roma, n.182 (mar./abr.), pp. 243-251.

_____. 2010. Dio Amore in Chiara Lubich. Quali riflessi sociali? *Nuova Umanità*, Roma, n.188 (mar./abr.), pp. 217-233.

ARISTÓTELES. 2001. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret.

ARRIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. 2007. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n.1 (jul.), pp. 99-126.

ASSMANN, Hugo. 1994. *Crítica à lógica da exclusão*. Ensaios sobre economia e teologia. São Paulo: Paulus.

BACHUR, João Paulo. 2011. A diferenciação funcional da religião na teoria social de Niklas Luhmann. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.26, n.76 (jun) http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000200010&lng=en&nrm=iso

BARDIN, L. 1979. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70

_____. 2011. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BECHMANN, Gottard; STEHR, Nico. 2001. Niklas Luhmann. *Tempo Social*. São Paulo. v.3, n.2, (nov.) http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702001000200010&lng=en&nrm=iso

BENAGLIO, Antonia; VENTURINI, Bruno. 1999. Comunione dei beni, economia e lavoro. Linea guida per il primo aspetto. MOVIMENTO DEI FOCOLARI. 1999. *Come un arcobaleno: gli aspetti nel Movimento dei Focolari*. Roma, pp. 22-98.

BENITES, Marcelo. 2009. *Pessoas que fazem Economia de Comunhão*. São Paulo: Cidade Nova.

BENTO XVI. 2006. *Deus Caritas Est*. São Paulo: Paulinas.

_____. 2009. *Caritas in veritate*. São Paulo: Paulinas.

BERGER, Peter L. 1985. *O Dossel Sagrado*. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas.

BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas. 1985. *A construção social da realidade*. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes

BETO, Frei et al. 1974. *Experimentar Deus hoje*. Petrópolis: Vozes.

BEYER, Peter F. 1999. A privatização e a influência pública da religião na sociedade global. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, pp. 395-419.

BLACKBURN, Robin. 1993. *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra.

BOLTANSKI, Luc. 2005. *Stati di Pace*. Una sociologia dell'amore. Milão: Vita e Pensiero.

BRITO, Ênio José da Costa; GORGULHO, Gilberto da Silva (orgs.). 1998. *Religião ano 2000*. São Paulo: Edições Loyola.

BRUNI, Luigino (org.). 2002. *Economia de Comunhão*. Uma cultura econômica em várias dimensões. São Paulo: Cidade Nova.

_____. 2004. L'Economia di Comunione: una visione d'insieme. In BRUNI, Luigino; CRIVELLI, Luca (orgs.). 2004. *Per una economia di comunione*. Un approccio multidisciplinare. Roma: Città Nuova Editrice.

_____. 2005. *Comunhão e as novas palavras em economia*. São Paulo: Cidade Nova.

_____. 2006. *Reciprocità*. Dinamiche di cooperazione economica e società civile. Torino: Mondadori.

_____. 2007. *La ferita dell'altro*. Trento: Il Margine.

_____. 2008. *Il prezzo della gratuità*. Roma: Città Nuova.

_____. 2010a. *L'ethos del mercato*. Un'introduzione ai fondamenti antropologici e relazionali dell'economia. Milano: Mondadori.

_____. 2010b. *A ferida do outro*. Abrigada, Portugal: Cidade Nova.

BRUNI, Luigino. 2014. Entrevista concedida a Iracema Andréa Arantes da Cruz. Grottaferrata em 3 de abril de 2014.

BRUNI, Luigino; Vittorio Pelligra (edd.). 2002. *Economia come impegno civile. Relazionalità, be-essere ed Economia di Comunione*. Roma: Città Nuova.

BRUNI, Luigino; CRIVELLI, Luca. 2004. *Per una economia di comunione*. Un approccio multidisciplinare. Roma: Città Nuova Editrice.

BRUNI, Luigino; ZAMANGI, Stefano. 2009. *Dizionario di Economia Civile*. Roma: Città Nuova.

_____. 2010. *Economia Civil: eficiência, equidade, felicidade pública*. São Paulo: Cidade Nova.

BRUNI, Luigino; SMERILLI, Alessandra. 2009. *Benedetta economia*. Benedetto di Norcia e Francesco d'Assisi nella storia econômica europea. Roma:Città Nuova.

BURKARD, Hans. 1999. Sviluppo sostenibile e management: elementi per un nuovo paradigma di gestione. *Nuova Umanità*, Roma, n.126 (nov./dez.), pp. 667-687.

CALLIARI, Gis; CILENTO, Nunziatina; MARTELLI, Giorgio. 1999. Armonia e ambiente. Linea guida per il quinto aspetto. In: MOVIMENTO DEI FOCOLARI. 1999. *Come un arcobaleno: gli aspetti nel Movimento dei Focolari*. Roma, pp. 424-512.

CAMBÓN, Henrique. 2000. *Assim na terra como na Trindade: o que significam as relações trinitárias na vida em sociedade?* São Paulo: Cidade Nova.

CALVEZ, Jean-Yves; PERRIN, Jacques. 1960. *Igreja e sociedade econômica: o ensino social dos Papas de Leão XIII a Pio XII, 1878-1958*. Porto: Tavares Martins

CALVO, Cristina. 2009. L'Economia di Comunione e l'America Latina. Vie alternative di sviluppo. *Impresa Sociale*, Trento, n.3 (jul./set.), pp. 41-59

CARVALHO, Maria Luisa. 2007. *Economia de Comunhão: representações sociais e ideologia de uma nova proposta de responsabilidade social*. (Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica – RS)

CATALDI, Silvia. 2009. Introduzione ai contributi di Vera Araujo e di Michele Colassanto e Gennaro Iorio. *Nuova Umanità*, Roma, n.182 (mar./abr.), pp. 243-244.

CERVERA, Jesùs Castellano. 2006 Una spiritualità che unisce il vertice del divino e dell'umano. In VANDELEENE, Michel (org.). 2006. *La dottrina spirituale – Chiara Lubich*. Roma: Città Nuova.

_____. 2003. Uma espiritualidade que une o vértice do divino e do humano. In: VANDELEENE, Michel (org.). *Chiara Lubich*. Ideal e Luz: Pensamento, espiritualidade, mundo unido. São Paulo: Brasiliense, Cidade Nova, pp. 17-26.

_____. 2011. *Il castello esteriore*. Il “nuovo” nella spiritualità di Chiara Lubich. Roma:Città Nuova.

CHANTRAINE, Pierre. 1968. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque: histoire des mots*, tome I. Paris: Éditions Klincksieck.

CILLERAI, Luciano. 2002. Il contributo dell'Economia di Comunione alla rivisitazione di alcune grandezze economiche dell'impresa. In: BRUNI, Luigino; PELLIGRA,

Vittorio (orgs.). 2002. *Economia come impegno civile*. Relazionalità, ben-essere ed Economia di Comunione. Roma: Città Nuova, pp. 367-383

CODA, Piero. 2003. Um carisma e uma obra de Deus. In: VANDELEENE, Michel (org.). *Chiara Lubich*. Ideal e Luz: Pensamento, espiritualidade, mundo unido. São Paulo: Brasiliense, Cidade Nova, pp. 17-26.

_____. 2011. Singularità dell'agape e/o universalità dell'amore?. In: PRANDINI, Ricardo; CAVAZZA, Gianpietro (org.). 2011. *Il potere dell'amore nell'epoca della globalizzazione*. Genova:Il Melangolo, pp.42-54.

COMISSIONE INTERNAZIONALE DI EDC. 2010. *Economia di Comunione. Rapporto 2009/2010*. Roma:AIEC.

_____. 2011a *Rapporto sulla destinazione degli utili EdC 2010/2011*. Roma:AIEC.

_____. 2011b. *Carta d'identità EdC*. (mimeografado).

_____. 2012a. *Rapporto sulla destinazione degli utili EdC 2011/2012*. Roma:AIEC.

_____. 2012b. *Linee per la gestione di una impresa EdC*. Roma. (mimeografado)

COHN, Gabriel. 1986. *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática.

COHN, Gabriel. 1998. As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.3, n.38, (out.)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300003&lng=en&nrm=iso

CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Cláudio. 1996. *Glossario sobre la teoría Social de Niklas Luhmann*. México: Universidad Iberoamericana, Iteso, Anthropos.

CRIVELLI, Luca. 2011. *A Economia de Comunhão para além do social business*. Palestra realizada na Assembléia Mundial de Economia de Comunhão, em 26 mai. 2011; Vargem Grande Paulista-SP-Brasil.

CRIVELLI, Luca; GUI, Benedetto. 2009. L'impreses di Economia di Comunione sono anch'esse impreses sociais? Riflessioni sui modelli di riferimento, gli obietivi e le logiche di governance. *Impresa Sociale*, Trento, n.3 (jul./set.): 21-40.

CRUZ, Iracema Andréa Arantes da. 2009. *No reino da complexidade: a Economia de Comunhão entre as esferas civil e religiosa segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann*. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

_____. 2012. Sviluppi in Africa. 16 nuove impreses. *Economia de Comunhão. Uma nova Cultura*. Gênova, n.36, p.4.

DAL RI, Claretta; CLARIÁ, Carlos. 1999. Unitá e mezzi di comunicazione. Linea Guida per il settimo aspetto. In: MOVIMENTO DEI FOCOLARI. 1999. *Come un arcobaleno: gli aspetti nel Movimento dei Focolari*. Roma, pp.591-695

DEES, J. G.; ANDERSON, B.B. 2006. Framing a theory of Social Entrepreneurship: building on two schools of practice and thought. *Research on Social Entrepreneurship, Arnova. Occasional Paper Series*. Vol. 1, n.3, pp. 39-66.

DICIONÁRIO AURÉLIO ON LINE - <http://www.dicionariodoaurelio.com/Solidariedade.html> (consulta realizada em 20 de março de 2013).

DICIONÁRIOS MICHAELIS – UOL - <http://michaelis.uol.com.br/> (consulta realizada em 20 de março de 2013).

DICIONÁRIO ON LINE. www.dicio.com.br/solidariedade (consulta realizada em 20 de março de 2013).

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. <http://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx> - (consulta realizada em 24 de abril de 2012).

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. <http://www.priberam.pt/dlpo> (consulta realizada em 20 de março de 2013).

DIEHL, Astor Antonio; TATIM, Denise Carvalho. 2004. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas – métodos e técnicas*. São Paulo:Pearson-Prentice Hall.

DI NICOLA, Giulia Paola. *Homo agapicus: quale amore*. Palestra apresentada no Congresso Internacional Social-One, Castelgandolfo-Roma, 6-7 de junho de 2008.

DURKHEIM, Émile. 1975. *A ciência social e a acção*. Lisboa: Livraria Bertrand.

_____. 1999. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.

DUSSEL, Enrique. 1993. *1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade*. Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes.

_____. 2005. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER Edgardo (org). 2005. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, pp. 55-70. (<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf> - visita feita em agosto de 2011)

ECONOMIA DE COMUNHÃO – UMA NOVA CULTURA. Revista quadrimestral de Economia de Comunhão. Gênova (Itália).

ECONOMIA DI COMUNIONE. www.edc-online.org.

EICHER, Peter (org.). 1993. *Dicionário de conceitos fundamentais de teologia*. São Paulo: Paulus.

ELIAS, Nobert. 1994. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar.

FAVOTTI, Chiara. 2012. *Una Buona Notizia*. Gente che crede, gente che muove. Roma: Città Nuova.

FEBBRAJO, Alberto. 1990. Introdução alla edizione italiana. In LUHMANN, Niklas. 1990. *Sistemi sociali: Fondamenti di una teoria generale*. Bologna: Mulino, pp. 9-49.

FERNANDES, Valdir. *Racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo*. *Cadernos EBAPE.BR*, v.6, n.3, (set.), pp. 1-20.

FERRO, Marc. 2011. *A reviravolta da história: a queda do Muro de Berlim e o fim do comunismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- FILHO, Lucas Tavares Galindo. 2011. *Teoria e empiria dell'agape per le scienze sociali: un fondamentale rovesciamento della questione...* Palestra apresentada no Congresso Internacional Social-One, Castelgandolfo-Roma, 17-18 de janeiro de 2012
- FORESI, Pasquale. 2004. L'agape nel cristianesimo. *Nuova Umanità*, Roma, n.155 (set./out.), pp. 569-577.
- GILLET, Florence (org.). 2012. *Chiara Lubich: L'amore al fratello*. Roma:Città Nuova.
- _____ (org.). 2013. *Chiara Lubich: L'amore reciproco*. Roma:Città Nuova.
- GILLET, Florence; D'ALESSANDRO, Giovanni (orgs.). 2010. *Lettere dei primi tempi (1943-1949) – alle origini di una nuova spiritualità*. Roma: Città Nuova.
- GOMES, Romeu. 1999. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. 1999. *Pesquisa social – teoria, método e criatividade*. Petrópolis-RJ: Vozes, pp. 67-80.
- GRASSELLI, Pierluigi; Montesi, Cristina (orgs.). 2008. *L'interpretazione dello spirito del dono*. Milão: Franco Angeli.
- GUIDDENS, Anthony. 1991. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- _____ 2007. *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: UNESP.
- GODBOUT. J.T. 1998. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.38, (out.) http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300002&lng=en&nrm=iso
- GUERRIERO, Silas (org). 2004. *O estudo das religiões*. São Paulo: Paulinas.
- HABERMAS, Jürgen. 2000. *O discurso filosófico da modernidade*. Doze lições. São Paulo: Martin Fontes.
- _____. 2012. *Teoria do agir comunicativo*. Racionalidade da ação e racionalização social. Vol.1. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2012. *Teoria do agir comunicativo*. Sobre a crítica da razão funcionalista. Vol.2. São Paulo: Martins Fontes
- HINKELAMMERT Franz. 1983 *As armas ideológicas da morte*. São Paulo: Edições Paulinas.

HONNETH, Axel. 2011. Le condizioni per una sociologia dell'agape. *Sociologia. Rivista Quadrimestrale di Scienze Storiche e Sociale*. Roma, n.3 (ano XLV), pp. 37-44.

KLIKSBERG, Bernardo. 2011. *Escándalos éticos*. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial.

IBGE. 2010. Censo demográfico 2010. http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf (consulta realizada em 22 dez. 2013).

LANDER, Edgardo (org.). 2005. *A colonialidade do saber*. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/?C=D;O=A>

LEÃO XIII. 1891. *Rerum Novarum*. http://vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html.

LEITE, Kelen Christina. 2005. *Economia de Comunhão: uma mudança cultural e política na construção do princípio da reciprocidade nas relações econômicas*. (Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos - SP).

_____. 2007. *Economia de Comunhão: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado*. São Paulo: Annablume, FAPESP.

LÉTHEL, François-Marie. 2010. Prefazione. In GILLET, Florence; D'ALESSANDRO, Giovanni (orgs.). 2010. *Lettere dei primi tempi (1943-1949) – alle origini di una nuova spiritualità*. Roma: Città Nuova, pp. 5-13.

LÖWY, Michael. 2000. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes.

LUBICH, Chiara. 1971. *I dieci punti della carità*. Movimento dos Focolares. 9 de julho de 1971. n. SC876. Arquivo Mariápolis Ginetta. 1 fita vídeo. (33 min.) VHS, som, preto e branco.

_____. 1978. *Discorso di Chiara ai vescovi presenti al Centro Mariapoli*. Movimento dos Focolares. 24 janeiro 1978. Vargem Grande Paulista, Movimento dos Focolares. (mimeografado)

_____. 1981a. *La volontà di Dio secondo La spiritualità del Movimento dei Focolari*. Palestra realizada no Centro do Movimento dos Focolares, no Congresso Ecumênico, Rocca di Papa, Itália, em 5 de maio de 1981.

_____. 1981b. *Ai vescovi amici del Movimento*. Palestra realizada em Rocca di Papa em 27 de fevereiro de 1981.

_____. 1982. *L'Unità*. Palestra realizada em Payerne (Suíça) à comunidade local do Movimento dos Focolares, em 26 de setembro de 1982.

_____. 1984a. *Escritos espirituais*. Que todos sejam um. São Paulo: Cidade Nova.

_____. 1984b. *L'unità e Gesù abbandonato*. Roma:Città Nuova.

_____. 1985. *A unidade e Jesus Abandonado*. São Paulo: Cidade Nova.

_____. 1986. *A vida uma viagem...* São Paulo: Cidade Nova.

_____. 1988. *Companheiro de Viagem*. São Paulo: Cidade Nova.

_____. 1989. *Gesù è La via*. Palestra proferida por ocasião da IV Jornada Mundial da Juventude aos jovens italianos em Santiago de Compostela (Espanha) em 16 de agosto de 1989.

_____. 1991a. *Diario di viaggio*. Vargem Grande Paulista, Movimento dos Focolares. (Mimeografado)

_____. 1991b. *Chiara e Chiaretto ai capizone: Svolta sociale della cittadella; l'unità dell'Opera in zona; le aziende e le aziendine*. Vargem Grande Paulista, Movimento dos Focolares. (mimeografado)

_____. 1991c. *Svolta sociale della cittadella: Economia di Comunione*. Centro Mariápolis Ginetta. 29 maio 1991. n. SC 161. Arquivo Mariápolis Ginetta. 1 fita vídeo (27 min.) VHS, som, color.

_____. 1994a. O pacto. *Mariápolis*. São Paulo. n. 8/9 (ago./set.), p. 3.

_____. 1994b. Comunhão de almas. *Mariápolis*. São Paulo. n.10 (out.), p. 2.

_____. 1994c. Comunhão das experiências da Palavra de vida. *Mariápolis*. São Paulo. n.11 (nov.), p. 2.

- _____. 1994d. A hora da verdade. *Mariápolis*. São Paulo. n.12 (dez.), p. 2.
- _____. 1996. *Chiara a UNESCO*. Palestra realizada na sede da UNESCO em Paris, em 17 de dezembro de 1996.
- _____. 1997a. *Lezione tenuta in occasione del conferimento della laurea in Scienze delle Comunicazioni Sociali*. Palestra realizada por ocasião do recebimento do doutorado h.c. outorgado pela St. John's University, na Tailândia, Bangcoc, em 5 de janeiro de 1997.
- _____. 1997b. *Verso l'unità delle nazioni e l'unità dei popoli*. Discurso proferido na sede da ONU em Nova Iorque, em 28 de maio de 1997.
- _____. 1997c. *Chiara all'hearing del Movimento dei Focolari*. Palestra realizada em Graz, Áustria, em 28 de junho de 1997.
- _____. 1999. *Una spiritualità per un vivere insieme*. Discurso proferido por ocasião da VII Assembléia da Conferência Mundial das Religiões pela Paz em Amman, 29 nov. 1999.
- _____. 2001a. *L'economia di Comunione, storia e profezia*. Roma: Città Nuova.
- _____. 2001b. *La via Mariae*. In: VANDELEENE, Michel (org.). *Chiara Lubich. La dottrina spirituale*. Milão:Mondadori, pp.80-85.
- _____. 2002a. *Uma cultura nuova per una nuova società: discorsi in occasione del conferimento di lauree honoris causa, congressi e convegni 1996-2001*. Roma: Centro Internazionale delle Volontarie e dei Volontari dell'Opera di Maria.
- _____. 2002b. *Uma nuova via*. La spiritualità dell'unità. Roma: Città Nuova.
- _____. 2002c. *L'Amore al prossimo*. Palestra proferida por ocasião do encontro dos amigos muçulmanos do Movimento dos Focolares em Castelgandolfo, primeiro de novembro de 2002.
- _____. 2003a. *Uma espiritualidade de comunhão*. In: VANDELEENE, Michel (org.). *Chiara Lubich. Ideal e Luz: Pensamento, espiritualidade, mundo unido*. São Paulo: Brasiliense, Cidade Nova, p.70.

_____. 2003b. *L'anuncio di Dio Amore*. Palestra realizada no Instituto Universitário Somaiya College, Mumbai, Índia, em 14 de janeiro de 2003.

_____. 2003c Os albores. In: VANDELEENE, Michel (org.). *Chiara Lubich*. Ideal e Luz: Pensamento, espiritualidade, mundo unido. São Paulo: Brasiliense, Cidade Nova, pp.42-43.

_____. 2004a. *Economia de Comunhão: história e profecia*. São Paulo: Cidade Nova.

_____. 2004b. *Um novo caminho: a espiritualidade da unidade*. São Paulo: Cidade Nova.

_____. 2004c. *In unità verso Il Padre*. Roma: Città Nuova.

_____. 2005. *L'arte d'amare*. Roma: Città Nuova.

_____. 2007. *Messaggio al Congresso sul Lavoro*. Movimento dos Focolares. (Mimeografado)

_____. 2012a. L'amore illumina ogni uomo. In: GILLET, Florence (org.). 2012. *Chiara Lubich: L'amore al fratello*. Roma:Città Nuova, pp.109-111.

_____. 2012b. Una cultura dell'amore. In: GILLET, Florence (org.). 2012. *Chiara Lubich: L'amore al fratello*. Roma:Città Nuova, pp.117-120.

_____. 2012c. Una testimonianza personale: alcune pagine di diario. In: GILLET, Florence (org.). 2012. *Chiara Lubich: L'amore al fratello*. Roma:Città Nuova, pp.84-95.

_____. 2012d. Dai poveri a tutti. In: GILLET, Florence (org.). 2012. *Chiara Lubich: L'amore al fratello*. Roma:Città Nuova, pp.20-25.

_____. 2013a. La narrazione dell'evento fondante. In: GILLET, Florence (org.). 2013. *Chiara Lubich: L'amore reciproco*. Roma:Città Nuova, pp.17-37.

_____. 2013b. Un'apertura sul mistero di Dio e dell'uomo. In: GILLET, Florence (org.). 2013. *Chiara Lubich: L'amore reciproco*. Roma:Città Nuova, pp.49-55.

_____. 2013c. Come dare stabilità all'amore reciproco. In: GILLET, Florence (org.). 2013. *Chiara Lubich: L'amore reciproco*. Roma: Città Nuova, pp.72-88.

LUHMANN, Niklas. 1990. *Sistemi sociali: Fondamenti di una teoria generale*. Bologna: Mulino.

_____. 1991. *Funzione della religione*. Brescia: Morcelliana.

_____. 1998. *Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia*. Madrid: Editorial Trotta S.A.

_____. 2006. *Amore come passione*. Milão: Bruno Mondatori.

_____. 2009. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis-RJ: Vozes.

MAGATTI, Mauro. 2005. L'agape come regime di azione. In BOLTANSKI, Luc. 2005. *Stati di pace*. Una sociologia dell'amore. Milão: Vita e Pensiero.

MARTELLI, Stefano. 1995. *A religião na sociedade pós-moderna*. São Paulo: Paulinas.

MARTINS, Paulo Henrique. 2008. De Levi Strauss a M.A.U.S.S. – Movimento antiutilitarista nas ciências sociais: itinerários do dom. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.23, n.66, (fev.), pp.105-207.

MARTINS, Roberto Cintra. 2013. *Economia de Comunhão e outras economias: um discernimento antropológico-teológico*. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

MASINI, Vincenzo. MAZZONI, Emanuela. 2011. *Affinità e opposizioni nelle religiosità*. Palestra apresentada no Congresso Internacional Social-One – Castelgandolfo-Roma, 17-18 de janeiro de 2012.

MENEGASSI, Cláudia Herrero Martins. 2007. *As dimensões do modelo burocrático nas organizações: um estudo das empresas do Pólo Empresarial Spartaco orientadas pela abordagem da Economia de Comunhão*. (Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá-Universidade Estadual de Londrina).

MIGNOLO, Walter D. 2003. *Histórias Locais/Projetos globais – colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 1999. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. 1999. *Pesquisa social – teoria, método e criatividade*. Petrópolis-RJ:Vozes, pp.9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. 1999. *Pesquisa social – teoria, método e criatividade*. Petrópolis-RJ: Vozes.

MONTESPERELLI, Paolo. 2011. Agape e ricerca sociale: un difficile connubio. *Sociologia. Rivista Quadrimestrale di Scienze Storiche e Sociale*. Roma, n.3 (ano XLV), pp. 16-20.

MOLTENI, Mario. 1999. I problemi di sviluppo nelle imprese “a movente ideale”. *Nuova Umanità*, Roma, n.126 (nov./dez.), pp. 689-711.

MORA, Emanuela. 2011. Il rischio della reciprocità e la frontiera dell’agape. *Sociologia. Rivista Quadrimestrale di Scienze Storiche e Sociale*. Roma, n.3 (ano XLV), pp. 21-24.

MOVIMENTO DOS FOCOLARES. <http://www.focolares.org>

MOVIMENTO DEI FOCOLARI. 1999. *Come un arcobaleno: gli aspetti nel Movimento dei Focolari*. Roma: Città Nuova.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; NEVES, Fabrício Monteiro. 2006. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a teoria dos sistemas sociais. *Sociologia*, Porto Alegre, 15: 162-207. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-452220060001000078&script=sci_arttext&tlng=pt%20

NEVES, Marcelo. 1996. Luhmann, Habermas e o estado de direiro. *Lua Nova. Revista de cultura e política*. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451996000100006> (consulta realizada em 22.02.2014).

OLIC, Nelson Bacic. 1995. *A desintegração do leste: URSS, Iugoslavia, Europa Oriental*. São Paulo: Moderna.

OPERA DI MARIA. 2007. *Statuti Generali*. Roma.

OPERA DI MARIA. 2008. *Regolamento della sezione delle focolarine*. Roma

PAOLO II, Giovanni. 1991. *Centesimus Annus*. Milão: Paoline.

PAROLIN, Gianpietro. 2004. La creazione di valore nelle aziende EdC: ricerca su casi aziendali. In: BRUNI, Luigino; CRIVELLI, Luca (orgs.). *Per una economia di comunione: un approccio multidisciplinare*. Roma: Città Nuova, pp. 87-99.

PAULO II, João. 1987. Sollicitudo Rei Socialis. http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis_po.html (consulta realizada em 5 de novembro de 2003)

PELLI, Anna (ed.). 2010. *L'essere come amore*. Percorsi di ricerca. Roma: Città Nuova.

PIERUCCI, Antonio Flavio. 2004. Secularização e declínio do catolicismo. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá (orgs.). *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus, pp. 13-36.

PINHEIRO, Márcia Baraúna. 2000. *Cultura e Economia: faces da mesma moeda?* Análise do projeto Economia de Comunhão em perspectiva cultural. (Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. 2005. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. 1996. O sistema econômico e os meios de comunicação sistêmicos. 1996. *Estudos econômicos*. São Paulo, SP, nº2, v. 26, pp. 201-234.

PRANDI, Reginaldo. 2008. Converter indivíduos, mudar culturas. *Tempo Social*, São Paulo, v.20, n.2, (nov.), pp. 155-172.

PRANDINI, Riccardo; CAVAZZA, Gianpietro. (org.). 2011. *Il potere dell'amore nell'epoca della globalizzazione*. Genova: Il Melangolo.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Histórico demográfico do município de São Paulo*. <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/1900.php> Consulta realizada em 16/03/2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. 2013. *Relatório de desenvolvimento humano 2013*. Portugal. <http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf> (consulta realizada em 10 de março de 2014).

QUARTANA, Pino et al. 1992. *Economia de Comunhão: propostas e reflexões para uma cultura da partilha, a "Cultura do dar"*. São Paulo: Cidade Nova.

RAMOSE, Mogobe B. 2010. Globalização e Ubuntu. In: Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, pp. 175-220.

REDEC. Revista eletrônica de Economia de Comunhão. Rio de Janeiro. <http://www.clfc.puc-rio.br/redec/index.html>

REESE-SCHÄFER, Wlater. 2010. *Compreender Habermas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

RESENDE, Paulo-Edgar Almeida. O arco do sagrado e do profano. In: GUERRIERO, Silas (org). 2004. *O estudo das religiões*. São Paulo: Paulinas.

RIBEIRO, Sandra Ferreira. 2003. *Carisma e modernidade: Ginetta Calliari: “a ética da unidade e o espírito da Economia de Comunhão”*. (Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo).

_____. (org.). 2006. *Ginetta: Uma vida pelo ideal da unidade*. São Paulo: Cidade Nova.

RUSSO, Glaucia. 2011. Amor e dinheiro: uma relação possível? *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n.61 (jan/abr):121-134. (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000100009)

SABORIM, Eric. 2008. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.23, n.66, (fev.): 131-138. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100008&lng=en&nrm=iso

SADER, Emir. 1995. *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra.

SANCTIS, Antonio De, Frei. 1972. *Encíclicas e documentos sociais: Da "Rerum Novarum" a "Octagesima Adveniens"*. De Leao XIII, Pio XI, Pio XII, Joao XXIII, Concilio Vaticano II e Paulo VI. Sao Paulo: LT.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). 2010. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Ed. Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 2010. Um ocidente não ocidentalista? A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). 2010. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Ed. Cortez, pp. 520-562.

SANTOS, José Manoel. 2005. *O pensamento de Niklas Luhmann*. Covilhã: Lusosofia.

SCARRONE, Flavio. 2013. *A contribuição do conceito de sujeito em Franz Hinkelammert para o estudo da religião* (Tese de doutorado. Universidade Metodista de São Paulo).

SEGRETERIA INTERNAZIONALE DELL'ECONOMIA DI COMUNIONE. 2008. *Rapporto sulla destinazione degli utili EdC 2008*. Roma. (Mimeografado).

SEN, Amartya. 2011. ¿Cómo juzgar la globalización? In: SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. 2011. *Primero la gente*. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, pp.3-16.

SERAFIM, Maurício Custódio. 2001. *A ética no espaço de produção: contribuições da Economia de Comunhão*. (Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina).

_____. 2008a. *Sobre esta igreja edificarei minha empresa: organizações religiosas e empreendedorismo*. (Tese de doutorado. Fundação Getúlio Vargas).

_____. 2008b. *Economia de Comunhão*. Palestra realizada na Universidade do Sul de Santa Catarina em 28 out. 2008.

SGARIGLIA, Alba; ZANGUÌ, Giuseppe. 1999. Sapienza e studio. Linea guida per il sesto aspetto. In: MOVIMENTO DEI FOCOLARI. 1999. *Come un arcobaleno: gli aspetti nel Movimento dei Focolari*. Roma, pp. 513-590.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. 2011. *Primero la gente*. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial.

SECONDIM, Bruno. 1991. *I nuovi protagonisti*. Movimenti, associazioni, gruppi nella Chiesa. Milão: Pauline.

SILVA, Eliana M. Marques; Egman, Mario (orgs.). 2001. *Ginetta Calliari*. Vargem Grande Paulista-SP: Movimento dos Foculares.

SINGER, Paul. 1987. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna.

SMITH, Adam. 1983 [1723-1790]. A riqueza das nações. In: ABRIL CULTURAL. 1983. *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural.

SOARES, Afonso Maria Ligório. Introdução à Parte V – Ciência da religião aplicada. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. (orgs.). *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013, pp. 573-576.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa (org.). 1995. *Reflexões sobre a desintegração do comunismo soviético*. São Paulo: Alfa-Omega Natal, RN: Cooperativa Cultural UFRN.

SOCIOLOGIA. *Rivista Quadrimestrale di Scienze Storiche e Sociale*. Roma, n.3 (ano XLV).

SORGI, Tommaso. 1992. A cultura do dar. In: COSTA, Rui et al. *Economia de Comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha*. São Paulo: Cidade Nova, pp. 31-68.

SOROKIN, Pitirim. 2005. *Il potere dell'amore*. Roma: Città Nuova.

SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá (orgs.). 2004. *Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. São Paulo: Paulus.

UNRIC. 2013. Relatório sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio 2013. Lisboa. <http://www.unric.org/html/portuguese/mdg/MDG-PT-2013.pdf> (consulta realizada em 10 de mar. 2014).

USARSKI, Frank. 2006. *Constituintes da Ciência da Religião: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma*. São Paulo: Paulinas.

VACCA, Silvia. 2014. Polo Lionello: parte oggi il primo corso SEC. In: FERRUCCI, Antonella. 2014. *Polo Lionello: parte oggi il primo corso SEC*. (Disponível em <http://www.edc-online.org/it/studia-con-noi/scuola-di-economia-civile/8375-polo-lionello-parte-oggi-il-1-corso-sec.html>) Acesso em 15 de abril de 2014.

VALLE, Edênio. 2008. *Psicologia e experiência religiosa*. São Paulo: Edições Loyola.

VANDELEENE, Michel (org.). 2001. *Chiara Lubich*. La dottrina spirituale. Milão: Mondadori.

_____ 2003. *Chiara Lubich*. Ideal e Luz. Pensamento, espiritualidade, mundo unido. São Paulo: Brasiliense; Cidade Nova.

_____ 2006. *Chiara Lubich*. La dottrina spirituale. Roma: Città Nuova

WEBER, Max. 2004. *A ética protestante e o “espírito do capitalismo”*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 2005. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro.

VOCE, Maria. 2012. *O outro: diferente de mim, igual a mim*. Palestra proferida aos responsáveis regionais do Movimento os Focolares em Roicca di Papa (Itália) em 15 de setembro de 2012.

ZAMAGNI, Stefano. 1999. Sul fondamento e sul significato dell’esperienza di “Economia di Comunione”. *Nuova Umanità*, Roma, n.126 (nov./dez.), pp. 731-740.

_____. 2002. Fundamento e significado da experiência de Economia de Comunhão. In: BRUNI, Luigino (org.). *Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões*. São Paulo: Cidade Nova, pp. 129-139.

_____. 2008a. *L’economia del bene comune*. Roma:Città Nuova.

_____. 2008b. Prefazione. In: BRUNI, Luigino. 2008. *Il prezzo della gratuità*. Roma:Città Nuova.

ÍNDICE DE ELEMENTOS GRÁFICOS

Esquema 1 – Conteúdo semântico de ágape (p. 166-167)

Esquema 2 – Economia de Comunhão e relações de mercado (p. 255)

Gráfico 1 – Número de empresas EdC de 1995 a 2012 (p. 47)

Gráfico 2 – Emprego do lucro das empresas EdC: % por tipologia (em €) (p. 57)

Gráfico 3 – Formação de Homens novos: % por tipo de emprego (em €) (p. 59)

Gráfico 4 – Linhas para a gestão de uma empresa EdC – Espri (p. 262)

Gráfico 5 – Demonstrativo de estudos EdC por área de conhecimento 1992-2013 (p. 270)

Quadro 1 – Correspondências entre temas e subcategorias (p. 170-171)

Quadro 2 – Explicação detalhada do modelo (p. 174)

Quadro 3 – Categoria: motivação valorativa (p. 207)

Quadro 4 – Categoria: universalidade (p. 208)

Quadro 5 – Categoria: gratuidade (p. 208)

Quadro 6 – Categoria: alteridade (p. 208)

Quadro 7 – Categoria: reciprocidade (p. 209)

Quadro 8 – Associações e Polos EdC (p. 212)

Quadro 9 – Trabalhos acadêmicos realizados no Brasil de 1992 a 2013 (p. 268)

Tabela 1a – número de empresas EdC por continente e ano de 1992 a 2007 (p. 46)

Tabela 1b – número de empresas EdC por continente e ano de 2008 a 2012 (p. 47)

Tabela 2 – Síntese de entradas e saídas da EdC 2011/2012 (p. 56)

Tabela 3 – Categorização de ágape em Luhmann, Boltanski, Sorokin e Lubich (p. 144-145)

Tabela 4 – Grupo 1: empresários (p. 155)

Tabela 5 – Grupo 2: funcionários (p. 156)

Tabela 6 – Grupo 3: outros (p. 157)

Tabela 7 – Quadro geral (p. 158)

Tabela 8 – Temas inferidos-temas-eixo e categorias secundárias de ágape (p. 197)

ANEXOS

Anexo A – Índice explicativo dos anexos B, C, D e E

O objetivo dos anexos B,C,D e E, é apresentar a mó de modelos as etapas percorridas para a consecução da análise por nós realizada e demonstrada no quarto capítulo de nossa tese.

A pesquisa, em seu conjunto, foi sendo construída como processo, uma etapa deu sustentação à seguinte, mas não de forma mecânica, e sim vivaz, ou seja, com base nos elementos anteriores evoluímos a análise introduzindo novas compreensões. Portanto, segue um índice explicativo dos referidos anexos:

Anexo B - apresenta as perguntas de base preparadas para as entrevistas. Consideramos perguntas de base porque, pelo fato de termos adotado entrevistas semi-abertas, demos espaço para falas livres, com o surgimento, inclusive, de perguntas espontâneas que emergiram no decorrer de cada uma das entrevistas, de acordo com a situação pessoal de cada entrevistado e com o curso do diálogo estabelecido.

Anexo C – Apresenta modelos da segunda etapa, que compreende a transcrição e o tratamento das entrevistas, ou seja, o método de inferência primeiramente utilizado. Selecionamos trechos de algumas entrevistas, em razão do volume elevado de informações. Não identificamos o entrevistado, apenas colocamos o tipo de informação utilizada e inferida.

Anexo D – Sistematização do tipo de análise e das categorias nela empregadas. Deu suporte à etapa seguinte, como informação sintetizada.

Anexo E – Seguindo o mesmo critério adotado para a elaboração do anexo C, apresentamos modelos dos quadros elaborados com a função de extrair das entrevistas indicadores e índices agápicos, relacionando-os com as categorias de ágape. Deste processo emergiram os temas inferidos e os temas-eixo, elementos por nós utilizados na análise realizada no quarto capítulo de nossa tese. Os dados (inferências) foram coletados e sistematizados em 15 quadros (8 para o grupo empresários e 7 para o grupo funcionários) com um total de 209 páginas. Apresentamos apenas parte de dois desses quadros como modelos. As inferências relativas ao grupo “outros” foram realizadas somente no corpo das entrevistas em razão do número de entrevistados. Os realces feitos nos trechos indicam que tais trechos fazem parte de uma primeira seleção, não obrigatoriamente utilizadas no texto de nossa tese.

Anexo B – Perguntas elaboradas para as entrevistas

1. PERGUNTAS ELABORADAS PARA SEREM FEITAS AOS EMPRESÁRIOS

1. Por que vocês aderiram à EdC?
2. A sua empresa surgiu dentro da EdC ou ela existia antes da EdC?
3. O que é pra você a EdC?
4. Você poderia identificar alguns princípios que movem a ação de vocês dentro da empresa?
5. Você poderia identificar alguns benefícios que a empresa tem pelo fato de aderir à EdC?/ Você consegue identificar as vantagens de uma empresa de EdC?
6. Você indica alguma dificuldade porque a empresa é de EdC?
7. Quais dificuldades podem surgir da adesão à EdC?
8. Em relação aos fornecedores, você já se encontrou em uma situação difícil?
9. E com a concorrência, como é a relação da empresa com a concorrência? Já houve conflito? E com fornecedores?
10. Quais desafios você indicaria estarem ligados ao fato de ser uma empresa de EdC?
11. Você percebe alguma diferença na empresa antes da adesão à EdC e depois da adesão à EdC?
12. Quais diferenças, você apontaria, entre uma empresa EdC e uma que não adere ao projeto?
13. Você percebe que esses princípios fazem com que a empresa se torne diferente das outras empresas da mesma área?
14. Quando você tem que tomar uma decisão na empresa, quem você consulta?
15. Você percebe que a empresa, por seguir os princípios da EdC, exerce influência fora dela mesma?
16. Já surgiu situação de conflito dentro a empresa? Caso sim, como procurou resolver?
17. Em situação de crise, qual a prioridade da empresa?
18. A empresa chega a conseguir colocar lucro em comum?

2. PERGUNTAS ELABORADAS PARA SEREM FEITAS AOS FUNCIONÁRIOS

1. Você sabe que é uma empresa de EdC?
2. Se você tivesse de dizer para alguém o que é a EdC, o que diria?
3. Você percebe a diferença entre trabalhar m uma empesa da EdC e em uma empresa que não é da EdC?
4. Qual é a postura de empresa em relação aos clientes?
5. O que é, para você, trabalhar em uma empresa EdC?
6. Você participa das decisões tomadas dentro da empresa?
7. Você percebe que o seu trabalho aqui na empresa mudou o seu modo de ver a vida?
8. Como é o ambiente de trabalho?
9. Qual a vantagem de uma empresa de EdC?
10. Você vê alguma desvantagem no modo como se trabalha aqui?
11. Você percebe alguma dificuldades, alguns desafios pelo fato de ser uma empresa da EdC.
12. Você tem dificuldade com alguém aqui na empresa?

13. Como você procura resolver as dificuldades?
14. Como é que a empresa administra os erros dos funcionários?
15. Você acha que esse modo de a empresa agir influencia as pessoas com quem ela tem contato?
16. Você percebe uma influência na sua vida fora da empresa?
17. Você percebe que o seu modo de agir já influenciou outras pessoas de fora da empresa?
18. Você acha que a postura adotada pela empresa poderia levar a uma acomodação a se aproveitar da situação? Por quê?

3. PERGUNTAS ELABORADAS PARA SEREM FEITAS AO GRUPO “OUTROS”

1. Poderia descrever como esta empresa trabalha? Qual é a sua visão desta empresa?
2. Se tivesse de relacionar alguma diferença entre a esta empresa e os outros clientes para quem o senhor fornece, conseguiria relacionar alguma característica?
3. Como cliente, qual a sua impressão da empresa?
4. Esse seu contato com a empresa influenciou a sua visão de mundo ou a sua vida profissional?

Anexo C – Modelo de tratamento das entrevistas e primeiras inferências

1. Identificação da entrevista e do entrevistado

ENTREVISTA *EMPRESA*

Nome completo do entrevistado

Estado civil

religião

idade

membro ou não do Movimento dos Focolares

cargo ocupado na empresa

data da entrevista

2. Esquema de transcrição e de análise dos dados

Comentários	Texto	Classificação temática
-------------	-------	------------------------

3. Modelos da primeira inferência (coleta de dados)

Modelo 1

Comentários	Texto	Classificação temática
	<p>O que é pra você a EdC?</p> <p>Pra mim... eu sempre tive uma exigência assim de social, de atuar no social, eu não fiz faculdade nenhuma, não tive possibilidade, mas tinha vontade de fazer serviço social porque essa diferença social sempre me incomodou, né, e quando surgiu a EdC eu ainda era... trabalhava, era funcionária, e <u>fiquei encantada com a possibilidade de através do trabalho incidir no social</u>. Assim, também me incomoda essas pessoas pedindo, pedindo que você dá esmola, mas que não vai resolver nunca o problema, né, que não tá resolvendo ainda né, mas me dá assim uma certa tranqüilidade, o trabalho, além de outras coisas, a EdC, mas me dá uma tranqüilidade, um dia isso vai crescer, não vai, não vai mais ter pedinte, não vai ter mais... no dia que houver uma EdC realmente atuada não vai ter mais né, essa é uma coisa que me deixa tranqüila. [empresário] (1-1)</p>	<p>Resposta à expectativa pessoal</p> <p>Influir no social</p> <p>Resolver o problema da pobreza</p>

2. Modelo 2

Comentários	Texto	Classificação temática
	<p>O que é pra você trabalhar aqui na <i>Empresa</i>? Uma empresa EdC, tem diferença?</p> <p>Aqui na verdade o clima é muito bom! O lugar pra trabalhar é bom. O ambiente é bom, entendeu? Isso é que dá pra passar pra gente, né, entendeu? E como no correr dos anos, foi mudando muita coisa, né! Assim, a empresa, os donos, antigamente tinha vários sócios, então vem mudando, de uns anos pra cá muita coisa, né.</p> <p>Hoje eu não posso explicar na verdade o que seria Economia de Comunhão! Se a gente tá dentro do padrão, se não tá...; Então a gente pode dizer que mudou bastante. [funcionário] (7-3)</p>	<p>Lacuna Incerteza se a emp. está dentro do padrão EdC</p>

Modelo 3

Comentários	Texto	Classificação temática
	<p>AC. Em primeiro lugar eu gostaria de saber o que é a EdC pra você.</p> <p>[...] Isso é um problema, quando a gente pega as coisas que dá certo a gente acredita que é a única verdade que tem, né! Aí, quando a gente sentou, cada uma, na hora de colocar uma mesa, cada uma achava que tinha que ser colocado de um jeito diferente porque tinha uma justificativa teórica praquilo e tinha dado certo! Então foi uma experiência única de ouvir, de perder as próprias idéias, de recomeçar, perder a paciência uma com a outra, e recomeçar de novo, então uma ia, fazia, outra criticava, não fez tudo errado, vamos achar o meio-termo! Aí então isso aí foi muito rico pra gente!</p> <p>[...]</p> <p>AC. Qual a diferença do consenso para a democracia?</p> <p>AM. Democracia é a maioria, consenso é todo mundo!</p> <p>Então enquanto um tava na dúvida, a gente não ia pra frente. Parecia que perdia tempo, sabe, mas a gente ganhava muito! Até hoje a gente faz isso. Mesmo se a equipe mudou muito, no início eram pessoas todas ligadas ao Movimento dos Focolares, hoje não, você vai ver que pessoas ligadas ao MF é o mínimo, a gente conseguiu manter esta cultura digamos assim na escola.</p>	<p>Construção coletiva</p> <p>Processo decisional compartilhado</p>
Fidelidade à partilha dos lucros	<p>Fala livre</p> <p>Tem grandes lucros econômicos? Não! Porém, desde o primeiro momento a gente sempre deu uma contribuição pra a EdC, né. Era como se fosse aquele óbolo da viúva, não é aquele tan... a gente sempre separava “isso é para a EdC. E a gente não vai deixar de dar. Porque esse projeto não pode esperar a gente se equilibrar enquanto empresa!”. [empresário] (2-1)</p>	<p>Partilha</p>

Modelo 4

Comentários	Texto	Classificação temática
	<p>AC. O que é pra você trabalhar em uma empresa da EdC? Você percebe... tem diferença entre trabalhar em uma empresa que é de EdC e uma que não é da EdC?</p> <p>VL. É diferente, é diferente! Eu vim de um mercado muito arrojado, bem arrojado, onde na verdade se visa muito o financeiro, né, você está ali pra ganhar, pra ganhar, pra ganhar... em vez aqui não, aqui tem um algo mais. Falando da Unibem, na eco-ar é diferente, na eco-ar eu não trabalhava com valores, com dinheiro exatamente, mas a pessoas que eu conheci lá na Eco-ar, que fazem parte do Movimento, são pessoas totalmente diferentes, eles não visam o dinheiro eles visam o todo, visam bem mais o bem-estar do próximo do que o seu. Digo, por exemplo, a Mariza, uma pessoa maravilhosa que está sempre ali a escutar o outro. Aqui na <i>Empresa</i> é super diferente, desde o início, porque vim de um o mercado super arrojado onde trabalhava com taxas e se visa o financeiro. Aqui não, o que a gente quer é o bem-estar do outro, o crescimento do outro, não que ele fique na nossa dependência.</p> <p>Acho, sempre pensei assim, se você não pode fazer o bem você não faça o mal, já é meio caminho andado, mas dá pra fazer muito mais se você quiser e às vezes com muito pouco que nem precisa de valor, é você estar próximo, é você ouvir, de você estar praticando mesmo o bem. Estou aprendendo aqui e a cada dia se aprende sempre mais né? A bondade também aprende, é diferente do mundo lá de fora. Eu sempre procurei praticar, mas aqui a gente vive mesmo, né? [funcionário] (12-2)</p>	<p>Carc edc Gratuidade Lucro não fim absoluto</p> <p>Carc edc gratuidade</p> <p>Carct edc concretude</p>

Anexo D – Sistematização do tipo de análise e das categorias utilizadas na pesquisa – referência para a construção dos quadros temáticos (Quarta Etapa de análise)

análise categorial

tipo de análise – temática (semântica).

unidade de contexto – entrevistas aos empresários/funcionários.

unidade de registro – trechos das falas (frases ou parágrafos) dos entrevistados.

categoria geral – ágape – cujo valor semântico foi construído a partir da espiritualidade da unidade, do pensamento de Lubich, em diálogo com Sorokin, Boltanski e Luhmann.

valor semântico básico de ágape: categoria primária Motivação valorativa– Amor cristão, que, porém, ultrapassa as fronteiras do cristianismo. Declinação direta de ágape como categoria primária: justificação das escolhas.

Declinação direta de ágape-categorias secundárias (a partir da arte de amar)

Concretude	dirigido a pessoas reais
Universalidade	ama a todos/ama o inimigo
Gratuidade	toma a iniciativa no amor sem pretensão de retorno/Jesus abandonado
Alteridade	ama Jesus na pessoa amada/considera o outro como a si mesmo/fazer-se um identificar-se com el
Reciprocidade	reciprocidade do amor

Declinação indireta de ágape (conteúdo temático inferido da declinação direta de ágape, a partir de Lubich em diálogo com Sorokin, Boltanski e Luhmann)

Declinação direta de ágape – categorias secundárias	Declinação indireta de ágape – categorias derivadas
1. Concretude	1. Ama o próximo no momento presente; conceito de humanidade não abstrato, mas reconhecido em cada pessoa concreta; 2. unilateral, parte do amante em direção ao amado: concretiza-se em atos 3. ação agápica 4. é expansivo 5. transforma a realidade
2. Universalidade	1. Ama a todos. Relações pessoais e impessoais, em situação de co-presença ou não (extensionalidade) 2. inclui todo tipo de relação: pessoal (íntima) e social;

Declinação direta de ágape – categorias secundárias	Declinação indireta de ágape – categorias derivadas
	3. perdão – ama o inimigo 4. significado cristão - pode ser vivenciado fora das fronteiras do cristianismo 5. pode ser atuado por todos, independente de crença religiosa
3. Gratuidade	1. busca o bem do outro –pessoal e social 2. amor que excede; vai na direção da máxima intensidade, pureza, extensão, adequação e duração; 3. impulsiona todas as formas de relações interpessoais e sociais para o pólo máximo do amor, incluindo neste outras formas de amor, como <i>eros</i> e <i>philia</i> . 4. não considera o cálculo e o interesse, portanto não admite o uso do princípio de equivalência, 5. encontra razão em si mesmo 6. O amor agápico encontra sua motivação fora da relação em si, na esfera transcendente – no dom de si em favor do outro; 7. não contém em si expectativas de resposta; não se deixa condicionar 8. não espera retribuição 9. contém a justiça e a supera
4. Alteridade	1. o outro é “um outro eu” porque é igual a mim em essência, em substância 2. transforma relações impessoais e anônimas em relações próximas; 3. ser o amor e relacionar-se no amor 4. caráter identitário, ser pessoa significa ser amor, ser-em-relação 5. viver o outro; dependência interativa; “pensar a partir do outro 6. ter o outro como referência: fim da ação e não meio para alcançar algo
5. Reciprocidade	1. cria relação 2. gera comunhão – reciprocidade do amor 3. cria vínculos sociais 4. relação agápica – reciprocidade é intrínseca à relação. Amante e amado se alternam no papel: ora amante, ora amado, contemporaneamente. 5. colabora na manutenção do amor e da relação agápica – amor gera amor – nutre-se a si mesmo 6. positiva (existe retribuição) gera amor recíproco 7. negativa (quando não existe retribuição) pode gerar conflito (<i>efeito</i>)

Anexo E – Inferência temática a partir das unidades de contexto e inter-relação dos dados coletados de acordo com as categorias de ágape

Modelo 1. Adesão à EdC - empresários

Categorias primárias e secundárias (de ágape)	CATEGORIAS DERIVADAS (de ágape)	Componentes indicadores (Análise temática-temas inferidos) Adesão à EdC	Modelos extraídos das unidades de contexto
<p>Motivação valorativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> Justificação das seleções, escolhas e ações baseadas em valores 	<ul style="list-style-type: none"> Escolha de Deus Resposta a uma expectativa pessoal Realização pessoal Missão Valores do carisma da unidade Tranquilidade por estar fazendo algo Adequação à DSI 	<p>Modelos extraídos das unidades de contexto</p> <ul style="list-style-type: none"> A gente procurava fazer uma empresa aos moldes da doutrina social da Igreja. (9-2) Né, a minha escolha de Deus, sabe? Senão não faria! (6-2) A motivação a gente tem dentro da gente dentro das coisas do ideal, os valores, né. (5-1) Né, então eu considero EdC isso é pra mim a realização da minha vida, me realiza profissionalmente, né! [...] Acreditar que nós estamos aqui em função de uma idéia, né. (7) E nesse daí é essa visão nova que a EdC apresenta para nós empresários é o que, é o motor principal pra você tocar uma empresa se você vive os princípios da EdC você consegue se realizar como empresário, como pessoa humana, e realiza os que estão trabalhando com você. (1-2) Mas sabe quando você sente que você tem uma missão! Me dá uma tranquilidade participar da EdC. (1-1) Daquele momento em que Chiara lançou a bomba em 91 caiu sobre nós, principalmente em relação a mim, como uma luva que era alguma coisa que eu esperava (9-2) Foi justamente essa, né! Dinheiro, nada!! Foi ter encontrado aquilo que eu buscava! (7) E quando Chiara lançou a EdC eu vi concretizando aquele anseio, sabe, de mudança, de mudança de categoria mental, de possibilidade de fazer uma coisa grande, efetivamente grande! (2) A Economia de Comunhão é para mim praticamente a continuidade daquilo que é a minha vida (6-1) A EdC pra mim, pessoalmente acho que é bem particular pra cada um, né, mas pra mim, pessoalmente, respondeu a todos os meus anseios da juventude, todos aqueles... Eu... fico emocionada se eu falar, meus olhos até enchem de lágrimas. (11-1) Porque a gente vê um capitalismo muito ainda, aqui, na realidade de hoje, um capitalismo muito acirrado, assim e a EdC é aquilo que vem... É a economia do dar e não do ter, então quando eu conheci a EdC eu era recém-formada e vim trabalhar em uma empresa de EdC e aí foi tudo novo pra mim e eu me encantei logo de início. (11-2)

Modelo 2. Características empresa EdC – funcionários

Categorias primárias e secundárias (de ágape)	CATEGORIAS DERIVADAS (de ágape)	Componentes indicadores (Análise temática-temas inferidos) Característica empresas EdC	Modelos extraídos das unidades de contexto
<p>Concretude</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ama o próximo no momento presente; conceito de humanidade não abstrato, mas reconhecido em cada pessoa concreta; • Unilateral, parte do amante em direção ao amado: concretiza-se em atos • ação agápica • é expansivo • transforma a realidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Coerência entre atuação e ideal • Reconhecimento do funcionário • Influencia visão de mundo e muda a pessoa • Extensivo (leva o outro a amar) • Centralidade da pessoa <p>Transmissão de know-how</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Que, que... Como se diz, que se transforma em ação! Eu não posso chegar aqui e começar a falar de evangelho, de amor recíproco! Não posso! As pessoas nem entendem! Mas eu posso falar de valores humanos! Que tem as raízes lá. Eles entendem. Por quê? Porque dou o exemplo primeiro! Dou o exemplo. Precisa dar. Não dá pra gente destacar a teoria da prática. A gente tem que começar por nós! O exemplo é tudo! (3-1) • Eu percebo sim. Percebo [...] Trabalhei numa empresa que não tem nada a ver com o ramo de produto de limpeza, empresa de reciclagem. [...] fiquei lá dez meses, mas questão de orientação, por exemplo, às vezes um funcionário é chamado pra uma reunião quando acontece algo errado, pra dar bronca! Pra receber bronca! Eu estava conversando com o encarregado lá, eram dois turnos, dizia, olha, precisa se aproximar mais do pessoal e não chamar eles só pra dar bronca. Se acertou, foi bem na produção, conseguiu atender uma entrega, chama o pessoal, reúne e fala, dá os parabéns, as pessoas sentem que o seu trabalho é importante e os funcionários também falam, né, "poxa! só chamam a gente pra dar bronca, quando a gente acerta ninguém fala nada! Parece que a gente nem existe!". Isso vai deixando a pessoa descontente e a pessoa vai ficando com aquele pensamento: "Ó eles só nos enxergam quando cometemos um erro!" [...] E aqui, sempre, na empresa, o tempo que trabalhei sempre houve era o contrário, né, chamava quando dava certo, a gente estava ali naquela luta, na dificuldade, a dificuldade existe até na empresa de Economia de Comunhão, porque as leis, as normas são as mesmas de mercado, né, as mesmas das outras empresas, então sempre há as dificuldades, mas quando tá naquela luta, na correria, pra entregar aquele pedido, quando a gente conseguia, né, às vezes colocava o cartaz ali no mural parabenizando aquela conquista; às vezes nos chamavam, davam treinamento, isso nos ajuda a entender que o nosso trabalho é importante. [...] Então a diferença que eu percebi foi essa: a comunicação e o reconhecimento do trabalho, do trabalho dos funcionários. (3-2) • Nós ficamos assim meio que desnordeado, sem rumo e cada um foi se direcionando. E eu, apesar de ser casado, depois nasceu meu filho, mas a quest... A mente começou a se desviar! Como por exemplo, ao invés de tá, nos dias que deveria tá, com minha 	

<p>Categorias primárias e secundárias (de ágape)</p>	<p>CATEGORIAS DERIVADAS (de ágape)</p>	<p>Componentes indicadores (Análise temática- temas inferidos) Característica empresas E+dC</p>	<p>Modelos extraídos das unidades de contexto</p>
			<p>família, eu saía e deixar a minha esposa! Então, depois, com o tempo, a minha experiência profissional, com o que eu adquiri aqui, o conhecimento das pessoas, os valores da família, graças a Deus eu consegui, né, depois me tornei cristão também... [...] Então a experiência do que eu aprendi aqui, do amor ao próximo, eu consigo ver os valores na minha família e poder valorizar cada vez mais e procurar estar cada vez mais presente na vida deles. Essa é uma experiência que eu vivi e que aprendi também aqui. (3-2)</p>

Anexo F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁸⁶

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

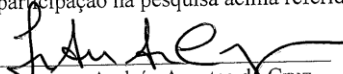
Cotia, 24 de 11 de 2012

Prezado/a Monica Marie Deitos Giongo, eu, Iracema Andréa Arantes da Cruz, brasileira, portadora do RG nº [redacted] e CPF nº [redacted], pesquisadora do PEPG em Ciências da Religião – PUC-SP, RA nº 00003609, venho por meio deste termo convidá-lo a participar da pesquisa “Economia de Comunhão: nicho ou possibilidade de generalização? O ágape como meio de comunicação simbolicamente generalizado e propulsor de possibilidade e de generalização do projeto EdC”, que tem por objetivo avaliar a atuação da Economia de Comunhão (EdC) em relação à prática do ágape – amor – nas estruturas sociais, para ver se a EdC tem potencial para se desenvolver ou se tende a permanecer um círculo fechado a poucas pessoas.

A sua participação se dará por meio da concessão de entrevista voluntária, que será gravada em áudio, transcrita e utilizada na tese de doutorado de minha autoria, sem que esta participação inclua qualquer tipo de remuneração. Cabe esclarecer que o seu consentimento poderá ser retirado em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem ônus, bastando para isso comunicar sua decisão por escrito.

Ademais, eu, Iracema Andréa Arantes da Cruz, na qualidade de responsável pela pesquisa, garanto que a sua identidade será mantida em sigilo, assegurando sua privacidade, evitando assim o possível desconforto que pode surgir do fato de expressar sua opinião em relação à empresa em que trabalha caso esta se coloque, de algum modo, em contraposição à visão dos proprietários e/ou diretores da mesma, bem como de alguns colegas.

Sem mais, firmo o presente convite de participação na pesquisa acima referida,


Iracema Andréa Arantes da Cruz

Declaração de Consentimento

Eu, MONICA MARIA DEITOS GIONGO, RG nº [redacted] e CPF nº [redacted], atesto o meu consentimento livre e esclarecido a participar da pesquisa, concedendo entrevista e de autorizar a publicação das informações por mim fornecidas, salvaguardando o que foi acima referido.

Sem mais a acrescentar, firmo o presente termo.

Monica M.O. Giongo
NOME DO ENTREVISTADO

Testemunhas:

Nome completo, N°RG: Monica Scopel Fiol
Monica Scopel Fiol
Assinatura

Nome completo, N°RG: Amanda Saunier Rolim
Amanda Saunier Rolim
Assinatura

¹⁸⁶ Os dados referentes a documentos foram suprimidos nesta cópia.